



Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação

Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi)

Município de Prado (BA)



Zabelê (Luciana Ferreira). Foto: Leila Sotto-Maior. 2007

Leila Silvia Burger Sotto-Maior

Sara Braga i Gaia

Portaria nº 1.455/PRES, de 29 de novembro de 2006 e complementares.

Lista de Siglas

AER	Administração Executiva Regional
AGU	Advocacia Geral da União
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AI	Área Indígena
ANAI	Associação Nacional de Ação Indigenista
APPA	Associação Pradense de Proteção Ambiental
BRALANDA	Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CGAF	Coordenação Geral de Assuntos Fundiários
CGD	Coordenação Geral de Demarcação
CGID	Coordenação Geral de Identificação e Delimitação
CGPIMA	Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CR	Coordenação Regional
CRI	Cartório de Registro de Imóveis
CTL	Coordenação Técnica Local
DAD	Diretoria de Administração/FUNAI
DAF	Diretoria de Assuntos Fundiários
DEID	Departamento de Identificação e Delimitação
DOU	Diário Oficial da União
DPT	Diretoria de Proteção Territorial
FNI	Fundação Nacional do Índio
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GPS	Global Position System
GT	Grupo Técnico
GTZ	Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAC	Instituto do Patrimônio Cultural e Artístico do Estado da Bahia
ISA	Instituto Socioambiental
MADE	Museu Aberto do Descobrimento
MAPES	Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PARNA	Parque Nacional
PIN	Posto Indígena
PND	Parque Nacional do Descobrimento
PNHMP	Parque Nacional Histórico Monte Pascoal
PNMP	Parque Nacional Monte Pascoal
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG7	Programa Piloto para a Conservação das Florestas Brasileiras
RESEX	Reserva Extrativista
RFT	Rain Forest Trustfund
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UFBA	Universidade Federal da Bahia

Lista de Figuras

Figura 01	Desenho do etnomapa durante a oficina de Etnomapeamento em Itamaraju	14
Figura 02	Mapa histórico de Curt Nimuedanjú (1981)	20
Figura 02A	Localização das atuais terras indígenas ocupadas pelos Pataxó	20
Figura 03	Pataxó, Maxacali e Botocudo por Debret	24
Figura 04	Almirante Gago Coutinho e comitiva, com índios Pataxó, em 1939	40
Figura 05	Revolta dos Caboclos de Porto Seguro	44
Figura 06	Os índios Zé Fragoso, Soté e Manoel (pai de Fragoso), em entrevista (2011)	48
Figura 07	Dna. Bernada, mãe de Timborana (2005)	51
Figura 08	Dna. Martinha, mãe de Jovita (2004)	51
Figura 09	Imagem de um esteio de uma morada indígena na área do Tibá	61
Figura 10	Situação da Mata Atlântica no extremo sul da Bahia em 1959, floresta em preto	64
Figura 11	Situação da Mata Atlântica no extremo sul da Bahia em 1974, floresta em preto	64
Figura 12	Cartão postal do antigo Parque Industrial da Brasil-Holanda S.A.	66
Figura 13	Situação da Mata Atlântica no extremo sul da Bahia em 1990, floresta em preto	70
Figura 14	Retomada de posse, Aldeia Kaí (2004)	72
Figura 15	Vila de Cumuruxatiba – Rua Pataxós	75
Figura 16	“Lugar dos Antigos” no caminho da aldeia Tawá	77
Figura 17	Aldeia Tawá (2007)	78
Figura 18	Sr.Cesário do Tawá (2007)	81
Figura 19	Sr. Cisto e família (2007)	81
Figura 20	Kijeme em construção – aldeia Kaí (2007)	87
Figura 21	Vestígios de fogão em Aldeia Velha (2007)	88
Figura 22	Mandioca, a principal planta cultivada	91
Figura 23	Produção de farinha para subsistência – aldeia Pequi (2011)	92
Figura 24	Zé Fragoso mostra com orgulho a roça no SAFs (2011)	100
Figura 25	Coleta da semente de tento “falso Pau Brasil”	101
Figura 26	Cacique Timborana mostrando como corta a planta para tirar a fibra (2007)	103
Figura 27	Gado em um curral na entrada do PND, moradia de um Pataxó (aldeia Tibá)	106
Figura 28	Mundéu - armadilha utilizada para captura de caça na mata	110
Figura 29	Confecção da armadilha por um pescador da aldeia Alegria Nova	115

Figura 30	Zebelê confeccionando artesanato (2012)	122
Figura 31	Casa de taipa com telha Eternit ao lado do roçado da família	134
Figura 32	Casa composta pela edificação, o quintal e a capoeira pertencentes a uma família Pataxó da aldeia Tibá	136
Figura 33	Casa de farinha aldeia Pequi (2011)	137
Figura 34	Pequena roça aberta na aldeia Tawá	138
Figura 35	Imagem de uma manga (pasto)	141
Figura 36	Imagem da mata do PND	142
Figura 37	Brejo do rio Embassuaba	143
Figura 38	Imagem de uma “mussununga alta” próxima à aldeia Tibá	145
Figura 39	Imagem de um manguezal	147
Figura 40	Imagem da área marinha e arrecifes na maré cheia	148
Figura 41	Lagoa permanente no interior do PND, aldeia Pequi	149
Figura 42	Rio situado no interior do PND	150
Figura 43	Área desmatada com corte raso até a Beira do Rio (Brejo)	152
Figura 44	Exemplo de represamento das nascentes do rio Cahy	156
Figura 45	Propriedades construídas na orla impedindo o acesso a praia (2007/2011)	159
Figura 46	Propriedade particular próxima a Aldeia Tawá que atualmente impede o acesso à praia	160
Figura 47	Plantio de eucalipto no entorno direto com o PND em sua face Nordeste e nas vizinhanças da aldeia Cahy	162
Figura 48	Mineração no entorno do PND (2011)	166
Figura 49	Área de mineração de caulim	167
Figura 50	Proposta de ampliação do PND	171
Figura 51	Placas que simbolizam a “sobreposição” entre UC e aldeias	175
Figura 52	Imagem do Arquivo Público do Estado da Bahia	202
Figura 53	À esquerda: pier utilizado para retirada da areia e da madeira em 1981. À direita, o mesmo Pier em 2011	205
Figura 54	Livro escrito pela filha de Júlio Rodrigues	208
Figura 55	Foto do livro do Cartório de Cumuruxatiba	209

Lista de Tabelas

Tabela 01	Lista da agrobiodiversidade utilizada, seus usos e ambientes de cultivo	93
Tabela 02	Época de Plantio das Principais Espécies Cultivadas	98
Tabela 03	Lista das principais espécies vegetais coletadas ou extraídas, seus usos e ambientes onde são encontradas	103
Tabela 04	Espécies caçadas pelos Pataxó de Comexatibá	110
Tabela 05	Lista de espécies pescadas e coletadas	119
Tabela 06	Relação entre solo e vegetação na variação topográfica no Extremo Sul, segundo literatura científica e conhecimentos indígenas	127
Tabela 07	Principais unidades de paisagem e lugares, associadas às principais atividades produtiva	133
Tabela 08	Potencial de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Comexatiba	177
Tabela 09	Quadro Demonstrativo de Ocupantes	215

Lista de Anexos

Anexo 1	Relatório Etnoambiental da Terra Indígena Comexatibá
Anexo 2	Documentos referentes à situação fundiária TI Comexatibá
Anexo 3	Documentos referentes à sobreposição de interesses ambientais e indígenas – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio
Anexo 4	Cópias de documentos históricos
Anexo 5	Cartas dos Índios Pataxó
Anexo 6	Atas e listas de presença de reuniões realizadas com os Pataxós na TI Comexatibá
Anexo 7	Levantamento populacional das Aldeias – TI Comexatibá (2005)
Anexo 8	Reportagens e matérias de jornais locais
Anexo 9	Mapas temáticos
Anexo 10	Documentos – Entes Federados

Sumário

1. Apresentação	9
1.1 Metodologia e Parametros	11
1.2 Câmara de Conciliação e Arbitragem	15
2. Parte I – Dados Gerais	18
2.1 Registros dos Primeiros Séculos	21
2.2 Política indigenista nos primeiros séculos de colonização	25
2.3 Os Pataxó Meridionais no século XX	38
2.4 Os Conflitos em Barra Velha do Monte Pascoal	40
2.5 A vila dos índios – Comexatibá	45
2.6 Convivência na Fazenda Cumuruxatiba	48
3. Parte II - Habitação Permanente	56
3.1 Conceitos	56
3.2 Histórico e dinâmica do uso e ocupação territorial	57
3.3 Somos todos parentes...	73
3.4 Os Lugares dos Antigos	76
4. Parte III – Atividade Produtiva	90
4.1 Agricultura	90
4.2 Coleta e extrativismo vegetal	100
4.3 Criação de animais	106
4.4 A caça	107
4.5 Pesca e mariscagem	111
4.6 Artesanato	122
5. Parte IV – Meio Ambiente	124
5.1 Conhecimentos sobre o relevo	128
5.2 Conhecimentos sobre os tipos de solo	129
5.3 Paisagens e lugares	132
5.3.1 As casas	134
5.3.2 As roças e capoeiras	137
5.3.3 Mangas	141
5.3.4 Mata	142
5.3.5 Brejos	143
5.3.6 Mussunungas	144
5.3.7 Mangue	146
5.3.8 Mar, rios e lagoas	147
5.4 Impactos e conflitos socioambientais	150

5.4.1 Desmatamento e incêndios	151
5.4.2 A caça predatória	155
5.4.3 Contaminação e barragem dos rios	155
5.4.4 Pesca predatória	158
5.4.5 Bloqueio de acesso a áreas por fazendeiros	159
5.4.6 Eucalipto e mineiraço	161
5.4.7 Conflitos com Unidades de Conservação	168
6. Parte V – Reprodução Física e Cultural	178
6.1 Dados Populacionais	178
6.2 Recuperação Populacional	185
6.3 A territorialidade específica dos Pataxó de Comexatibá	187
6.4.1 Terra de encantados	189
6.4.2 A recuperação da posse plena sobre as terras tradicionalmente ocupadas e os “Lugares dos Antigos”	191
6.4.3 Organização Social e Política	192
7. Parte VI – Levantamento Fundiário	199
7.1 Caracterização histórica da ocupação não-indígena	199
7.1.1 A região do Prado	200
7.2 Índios e “Branços” no extremo sul da Bahia	205
7.2.1 A Família Rodrigues	207
7.3 Contexto fundiário atual	212
7.3.1 Metodologia	213
7.3.2 Dados complementares e relativos aos imóveis incidentes na Terra Indígena Comexatibá	218
7.3.3 Projeto de Assentamento Cumuruxatiba	219
7.3.4 PA Reunidas Corumbau	221
7.3.5 PA Modelo	222
7.3.6 Lotes/ocupações sem edificações	222
7.3.7 Região de pousadas	222
7.3.8 Fazendas	224
7.4 Mapa Fundiário	226
7.5 Levantamento Cartorial	226
8. Parte VII – Conclusão e Delimitação	230
9. Bibliografia consultada	236

1. Apresentação

O relatório ora apresentado é o resultado dos estudos técnicos de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Comexatibá (Cahy-Pequi), tradicionalmente ocupada pelos Pataxó de Comexatibá e localizada no município do Prado, estado da Bahia. O procedimento demarcatório da TI teve início no ano de 2004, com a designação da antropóloga Leila Silvia Burger Sotto-Maior para realizar o diagnóstico¹ da situação fundiária do extremo sul da Bahia/Pataxó, conforme determinado pelas Portarias nº 946 e 1.322/PRES de 2004 e ITEs nº 576/04, 93/05. O resultado desse diagnóstico apontou, entre outros encaminhamentos, para a necessidade de realização dos estudos necessários à caracterização da ocupação Pataxó no município de Prado (BA), com objetivo de garantir os direitos territoriais do povo indígena.

No contexto das comemorações dos “500 anos da descoberta do Brasil”, e diante das várias reivindicações indígenas em busca do reconhecimento e demarcação das terras Pataxó do extremo sul da Bahia, havia necessidade premente de realizar um diagnóstico com objetivo de levantar a situação de todas as ocupações realizadas pelos Pataxó desde 1999 (16 retomadas) nas regiões das TIs Barra Velha do Monte Pascoal² e Comexatibá.

Os dados levantados revelaram a situação do povo Pataxó vivendo em um contexto de extrema vulnerabilidade diante dos diversos conflitos estabelecidos na região, seja pela disputa territorial com os fazendeiros que reagem fortemente as ocupações, seja pelos conflitos com os beneficiários dos Projetos de Assentamento (PA) implantados pelo Incra em áreas tradicionalmente ocupadas pelo grupo indígena, ou ainda, com os agentes ambientais do então Ibama (hoje ICMBio), tendo em vista as sobreposições das Unidades de Conservação (UC) com as áreas de ocupação histórica e tradicional dos Pataxó, a saber: Parque Nacional do Monte Pascoal, sobreposto à TI Barra Velha do Monte Pascoal, e o Parque Nacional do Descobrimento, sobreposto à TI Comexatibá (Cahy/Pequi).

Assim, a Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF), após análise dos relatórios técnicos, acolheu os encaminhamentos apontados pelos estudos e deu início, entre outros, ao procedimento administrativo para identificação e delimitação da TI Comexatibá (Cahy/Pequi).

¹ Cabe esclarecer que o diagnóstico fundiário é realizado de forma a qualificar as reivindicações indígenas, não tendo o aprofundamento antropológico de um RCID. O diagnóstico fundiário deverá fornecer um panorama atualizado das informações disponíveis da área reivindicada e quais são os caminhos que devem ser tomados. RCID publicado no DOU de 29/02/2008.

² RCID publicado no DOU de 29/02/2008.

Nesse sentido, foi publicada pela Funai, no Diário Oficial da União de 30.09.05, a Portaria n.º 1129/PRES - Seção 2, pág. 22, designando a antropóloga Leila Silva Burger Sotto-Maior³ para realizar os estudos de fundamentação antropológica⁴ necessários à caracterização da ocupação Pataxó na região do município de Prado (BA). O relatório resultado do estudo foi submetido à análise no âmbito Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID), que, fundamentada nos dados técnicos fornecidos por meio do referido relatório, encaminhou à Presidência da Funai a solicitação por constituição de um GT de identificação e delimitação conforme determina o Decreto n.º 1775/96.

Os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Comexatibá foram realizados pelo Grupo Técnico (GT) designado pela Portaria n.º 1.455/PRES, de 29 de novembro de 2006⁵. A versão preliminar do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) foi entregue à Funai em janeiro de 2007 e os estudos complementares de natureza ambiental, cartográfica e fundiária foram realizados em etapas subsequentes⁶.

Contudo, o procedimento administrativo foi paralisado em 2009 por meio do Termo de Arbitragem 005/CCAF/CGU/AGU-VIW da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração

³ Formada em Ciências Sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília (2003), a antropóloga responsável pela coordenação dos estudos, Sra. Leila Silvia Burger Sotto-Maior, reúne quatorze anos de serviços prestados aos povos indígenas no âmbito da Funai. Tratando-se de profunda conhecedora da temática fundiária indígena, desde 1999 foi responsável pela elaboração de resumos de Relatórios Circunstanciados e acompanhamento de GTs de identificação, além de levantamento de dados referentes a terras indígenas.

⁴ Os pedidos de regularização de terras indígenas enviados à Funai são recebidos e registrados pela Coordenação Geral de Identificação e Delimitação, da Diretoria de Proteção Territorial. São cartas e documentos elaborados pelas comunidades indígenas, por órgãos governamentais e não-governamentais, universidades e pelos movimentos sociais. Todo pleito por regularização fundiária passa a ser tratado como uma *reivindicação* e é registrado pela CGID. As cartas e documentos recebidos passam por um processo de qualificação, que consiste em reunir mais elementos de natureza histórica, sociológica, fundiária, etnográfica, ambiental, com o objetivo de subsidiar tecnicamente um ato administrativo da CGID e da DPT, no sentido de incluir a reivindicação no planejamento anual.

⁵ Portarias Complementares: i) Portaria n.º 178/PRES de 12/03/2007 – Publicada no DOU de 15/03/2007, seção 2, pág. 23 – Constitui Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos complementares, sendo levantamento ambiental, cartográfico, cartorial e fundiário necessários à identificação e delimitação da TI Cahy/Pequi; ii) Portaria n.º 206/PRES de 21/03/2007 – Publicada no DOU de 22/03/2007, seção 2, pág. 23 – Art. 1º alterar art. 1da portaria 178/PRES, publicada no DOU de 15/03/2007, seção 2, pág. 23 – incluindo a analista ambiental CECÍLIA MANAVELLA, lotada na diretoria de áreas protegidas do Ministério do Meio Ambiente, nos estudos complementares, necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena em comento; iii) Portaria n.º 852/PRES de 04/08/07 – Publicado no DOU de 05/08/07, seção 2, pág. 25 – Constitui GT com a finalidade de realizar estudos complementares fundiário, cadastral e cartorial necessários a identificação e delimitação da TI Cahy Pequi; iv) Portaria n.º 365/PRES de 18/03/2011 – Publicada no DOU de 21/03/2011, seção 2, pág. n.º 36 – Constituir Grupo Técnico com objetivo de realizar estudos complementares necessários à identificação e delimitação da TI em apreço. Portaria n.º 256/PRES de 23 de março de 2012, estudos complementares de natureza ambiental.

⁶ A Portaria n.º 365/PRES/11 alterou a Portaria n.º 1455/PRES, de 29 de novembro de 2006, destituindo a antropóloga Leila Silvia Burger Sotto-Maior, e nomeando a antropóloga Sara Braga i Gaia para coordenação do GT. Contudo, em janeiro de 2012, por meio da Portaria n.º 08/PRES/2012, nova alteração foi realizada, desta vez substituindo a antropóloga Sara Braga i Gaia, pela antropóloga Leila Sílvia Burger Sotto-Maior. Tal substituição se deu em virtude da licença maternidade concedida à antropóloga Sara Gaia.

Federal – CCAF/AGU⁷ e retomado em 2010. Duas etapas de campo para complementação de dados foram realizadas em maio de 2011 e abril de 2012.

Em atendimento ao Decreto nº 1775/96, bem como às orientações da CCAF-AGU, o GT contou com a participação efetiva de representantes de diferentes Instituições, seja no âmbito Federal ou Estadual, conforme pode ser observado nas cópias das Portarias anexas. Na primeira etapa dos estudos houve a participação do Sr. Paulo Medrado – Incra, Cecília Manavella – Departamento de Áreas Protegidas (DAP)/MMA, Eurípedes Pontes Junior - Ibama (Chefe do PND), Jorge Saraiva Castro Sobrinho – Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e Vilma Santana Santos Incra/BA. Na última etapa dos estudos complementares, contou ainda com a participação de Poliana Francis, representante indicada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, e Dayse Miranda de Andrade – perita indicada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA.

Vale lembrar que o GT constituído pela Portaria nº 1455/PRES, de 29 de novembro de 2006, contou com a participação da antropóloga e historiadora Maria Hilda Baqueiro Paraíso⁸, que, além de acompanhar a pesquisa em campo, disponibilizou importante documentação histórica sobre a região, incluindo fontes primárias.

A realização dos estudos técnicos aqui apresentados, bem como a elaboração deste relatório fundamenta-se, integralmente, no Art. 231 da Constituição Federal de 1988, no Decreto nº 1775/96, nas determinações da Portaria nº 14/MJ, de 09 de janeiro de 1996 e nas orientações da Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID/DPT.

1.1 Metodologia e parâmetros

A determinação da área de abrangência deste estudo considerou o cruzamento entre dados obtidos a partir das seguintes fontes: históricas, levantados em bibliografia especializada; registros de viajantes e historiadores; trabalhos acadêmicos realizados por antropólogos e documentos oficiais inseridos nos processos de regularização fundiária das terras indígenas ocupadas pelos Pataxó nos

⁷Tendo em vista a provável sobreposição do Parque Nacional do Descobrimento, a TI Comexatibá (Cahy/Pequi) e Projetos de Assentamento do Incra, o procedimento administrativo de identificação e delimitação da TI foi discutido pela Câmara de Conciliação e Arbitragem – CCAF/AGU, buscando conciliar direitos, interesses e responsabilidades da União.

⁸Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1971), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1983), e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Atualmente, é professor Associado IV da Universidade Federal da Bahia, vice coordenadora do Programa de Pós Graduação em História da UFBA, membro do corpo editorial da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência de antropologia, com ênfase em história indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: história indígena e da Bahia, etnologia indígena e relações interétnicas. (informações Currículo Lattes).

estados de Minas Gerais e Bahia, seja na região de Carmésia e Almenara (MG), Porto Seguro (BA) ou ainda Pau Brasil, Camamu e Itajú do Colônia⁹, no estado baiano, todos fundamentais para a compreensão da conformação da territorialidade Pataxó.busca territoriais.

As informações foram contempladas na perspectiva de reconstruir as trajetórias e o movimento de dispersão dos Pataxó numa extensa área que abrange o norte do litoral do Espírito Santo, Minas Gerais até o litoral sul baiano, em região próxima ao município de Vitória da Conquista.

A participação dos índios no procedimento de identificação e delimitação da referida terra indígena se deu em todas as etapas dos trabalhos de campo, com a indicação dos caciques e lideranças durante reuniões realizadas nas aldeias, conforme disposto no Decreto 1775/96, em seu parágrafo 3º do Artigo 2º, que diz que “*o grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas as suas fases*”.

Lembramos que, em consonância com a metodologia antropológica de levantamento e análise de dados etno-históricos, ao tratar de sociedades de tradição oral, ressalta a relevância da história oral como elemento fundamental, capaz de reconhecer nas narrativas e na memória coletiva de um povo elementos necessários ao reconhecimento da ocupação indígena em determinada região. Duprat (2006) afirma que,

[...] muito embora não imobilizadas espacialmente e não definidas necessariamente pela profundidade temporal, a definição de terras tradicionalmente ocupadas requer uma compreensão narrativa das vidas desses povos. A tradição que emerge dessa narrativa não é mera repetição de algo passado, não é mera remissão ao contexto da existência que a originou, mas a experiência histórica de sua reafirmação e transformação. Daí que a definição do que sejam terras tradicionalmente ocupadas, por cada grupo, passa por um estudo antropológico que, para além da história, revele a tradição que é permanentemente ritualizada e que dessa forma se faz presente na memória coletiva (2006).

Tais metodologias permitem trazer à tona versões de fatos narrados por membros de uma sociedade sem escrita, que de outra forma não seriam conhecidas, reconhecendo a perspectiva histórica das coletividades marginalizadas e discriminadas, cuja presença foi minimizada ou mesmo suprimida da história oficial. Assim, a história oral e a história documental se horizontalizam e se cruzam, criando uma base de dados mais completa e consistente para os estudos técnicos.

A dinâmica dos trabalhos do GT de Identificação e Delimitação depende de um conjunto complexo de variáveis – dimensão da área de estudo, quantidade de ocupantes não-índios, histórico de conflitos, demandas judiciais, entre outras. No caso da TI Comexatibá, os estudos foram

⁹ TI Caramuru Paraguaçu

realizados em dois momentos específicos. O primeiro, entre 2006 e 2007 (determinados pelas Portarias anexas), que compreendeu o levantamento antropológico, histórico, ambiental, cartográfico, cartorial e de caracterização fundiária. O segundo, entre 2011 e 2012, após reabertura do processo de conciliação na CCAF-AGU. Neste último, nos foi possível aprofundar os estudos de natureza etnohistórica, cartográfica e antropológica, e, principalmente a caracterização etnoambiental e da ocupação não-indígena na região.

Além dos trabalhos realizados na área estudada (*in loco*), que forneceram dados etnográficos que posteriormente foram cruzados com informações provenientes de fontes escritas, efetuamos pesquisas em diversos arquivos como: o do Museu do Índio no Rio de Janeiro, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em Salvador, o Arquivo Público da Bahia e o arquivo da Coordenação de Documentação da Funai (Sede). Foram visitados os cartórios de registro de imóveis¹⁰ do Prado e de Porto Seguro, bem como o cartório de registro civil de Cumuruxatiba¹¹, que nos revelou dados de extrema importância quanto à presença dos índios Pataxó na Vila como os “caboclos de Cumuruxatiba”, principalmente por meio dos registros de nascimento datados entre a década de 1940 e 1980.

Outras fontes foram utilizadas para embasar este Relatório, tais como: os estudos realizados no âmbito da ampliação do Parque Nacional do Descobrimento, a documentação fornecida pelo Incra sobre os Projetos de Assentamento da região em tela, o material resultado do levantamento sobre a venda irregular de lotes no PA Cumuruxatiba, os dados fornecidos pelos representantes do então IBAMA (atual ICMBio) sobre a RESEX Corumbau e entrevistas com alguns representantes da Associação de Pesca do Imbassuaba. Toda documentação apensada ao Processo nº 00410.006126/2004-06 - CCAF-AGU também serviu como fonte de dados para elaboração deste RCID.

Durante os períodos de permanência em campo foram utilizadas várias técnicas de coleta e registro de dados como: entrevistas, observação direta, registros de áudio e vídeo, fotográfico, caminhadas para reconhecimento dos locais, mapeamento das habitações indígenas, censo e elaboração de croquis e mapas temáticos.

¹⁰ Os dados de alguns ocupantes não-índios foram solicitados por meio do Ofício nº 02 /Portaria nº 852/PRES, de 18 de setembro de 2007.

¹¹ No período em que os trabalhos foram realizados em 2006, este cartório era uma pequena sala na rua principal da Vila de Cumuruxatiba, ao lado da Padaria. Atualmente, a instalação é em um escritório um pouco maior, na praça em frente ao Restaurante EMA, ao lado da entrada da pequena Igreja de Cumuruxatiba.



Figura 1: Desenho do etnomapa durante a oficina de Etnomapeamento em Itamaraju

Cabe ressaltar, ainda, que os Relatórios elaborados pela equipe de profissionais¹² contratados pela “Associação para Preservação – Polo do Descobrimento”¹³ foram encaminhados a título de contestação aos estudos de identificação e delimitação da TI Comexatibá. As informações apresentadas na contestação serão autuadas em processo específico pela Funai e analisadas no prazo determinado pela legislação vigente. Por entendermos serem de extrema importância para maior transparência do processo, alguns dados foram incorporados ao longo do RCID. Assim está prevista a contestação no parágrafo 8º do Art. 2º, do Decreto nº 1775:

Desde o início do procedimento demarcatório até noventa dias após a publicação de que trata o parágrafo anterior, poderão os Estados e municípios em que se localize a área sob demarcação e demais interessados manifestar-se, apresentando ao órgão federal de assistência ao índio razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas,

¹²Equipe Técnica – científica Responsável pelo Estudo: Prof. Dr. Prudente Pereira de Almeida Neto (Coordenador Geral); Adnilson Oliveira – engenheiro agrônomo, especialista em gestão ambiental; Davi das Virges Santana – antropólogo, especialista em Etnologia Indígena e Quilombola; Ivete Socorro de Souza Laurindo – Administradora, MBA em gestão empresarial; José Marcelus da Silva Oliveira – Programador, especialista em sistema de informação; Vinícius C. De Souza Laurindo – estagiário. (Relatório Situacional – Corumbau ao Rio das Ostras); e Célia Giménez – Demarcando o Destino da Nação Pataxó (2008) – Antropóloga Argentina da Universidad Nacional de Rosario - Professora da Facdesco em Santa Cruz Cabrália.

¹³Sede: Rua Guararapes 1909 – 7º andar, sala X – Brooklin Novo /SP

para o fim de pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório de que trata o parágrafo anterior.

Durante os trabalhos de campo, o GT participou de reuniões com representantes dos ocupantes não-índios da área em estudo, com objetivo de prestar esclarecimentos acerca do procedimento de identificação e delimitação da TI, além de registrar informações sobre as áreas ocupadas por não-índios que se declararam interessados no procedimento administrativo de demarcação.

Ainda em 2006, o GT esteve com o então Prefeito Wilson Alves de Brito Filho, com objetivo de apresentar a Portaria de constituição do GT, informar sobre o procedimento e esclarecer eventuais dúvidas. Em resposta a Prefeitura Municipal de Prado encaminhou o Ofício nº 238/2007, de 15 de outubro de 2007, solicitando a participação do município, conforme Anexo nº 9 deste RCID.

Outras participações do GT em reuniões consideradas relevantes no âmbito dos estudos foram: i) reunião, em 2006, com representantes da Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento, APAACD, em Imbassuaba, Prado, a convite do Sr. Albino, que contou com a participação do Sr. Ronaldo Oliveira do ICMBio; ii) reunião, em 2006, com representantes da associação dos produtores rurais de Prado e Porto Seguro, em Itamarajú; iii) audiência pública do MMA para ampliação do Parna do Descobrimento; iv) com Assentandos do PA Cumuruxatiba no Incra de Salvador; v) no ICMBio no Prado; vi) na CCAF-AGU, em Brasília.

1.2 Câmara de Conciliação e Arbitragem

Em razão da controvérsia jurídica entre Órgãos do Poder Executivo – ICMBio, Incra e Funai – , decorrente da sobreposição de terra indígena e áreas de proteção ambiental e projetos de assentamento no extremo sul da Bahia, os processos de regularização fundiária das TIs Barra Velha do Monte Pascoal e Comexatibá foram acompanhados pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia Geral da União-CCAF/AGU¹⁴. A controvérsia foi objeto do Agravo de Instrumento n.º

¹⁴ A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF foi criada em 27 de setembro de 2007 e instituída pelo Ato Regimental n.º 05, de 27 de setembro de 2007, sendo unidade da Consultoria-Geral da União-CGU, que é órgão de direção superior integrante da estrutura da Advocacia-Geral da União-AGU. A CCAF foi criada com a intenção de prevenir e reduzir o número de litígios judiciais que envolviam a União, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas federais, mas, posteriormente, o seu objeto foi ampliado e hoje, resolve controvérsias entre entes da Administração Pública Federal e entre estes e a Administração Pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Muitas são as vantagens desse novo instrumento de resolução de conflitos, já que na CCAF promove-se a conciliação de interesses divergentes dos diversos órgãos da Administração, estimulando-se a consolidação da prática conciliatória como mecanismo de redução dos conflitos.

2003.01.00.031604-2(BA), ajuizado pelo Incra no bojo da Ação Possessória n.º 2002.33.01.001782-0, que culminou na instalação da CCAF¹⁵, Processo nº 00410.006126/2004-06.

O conflito inicial dizia respeito à sobreposição da **Fazenda Cruz D'ouro**, em processo de desapropriação para implantação de um Projeto de Assentamento pelo Incra, e um pequeno trecho da Terra Indígena Barra Velha, na região da aldeia Trevo do Parque, na BR 101. A fazenda tinha cerca de 1.800ha, sendo que apenas 300ha estavam sobrepostos à terra indígena em questão. A Câmara foi instalada, mas com a participação dos índios e dos beneficiários do assentamento, líderes do Movimento Sem Terra – MST, o acordo entre a Funai e o Incra se deu de forma tranquila e sem conflito. Mediante a retirada do pedido da Funai de suspensão da desapropriação, o Incra retomou o processo assentando os beneficiários nos 1.500ha que não estavam sobrepostos à TI Barra Velha, deixando livres os 300ha restantes para os indígenas.

Apesar das diversas reuniões, por divergências de entendimento, foi exarado o Parecer Nº AGU-SRG 01/2009 (fls. 2.317/2.436), de arbitramento, firmado pela Dra. Sávila Maria Leite Gonçalves, aprovado pelo Exmo. Sr. Advogado-Geral da União Substituto em 2 de julho de 2009 (fl. 2.494), e, posteriormente, a decisão foi levada ao conhecimento dos órgãos e entes interessados¹⁶. Como base de argumentação a Advogada da União utilizou-se, em certa medida, das 19 condicionantes apresentadas no âmbito do julgamento no Supremo Tribunal Federal do Processo de TI Raposa Serra do Sol/RR.

Com objetivo de solicitar revisão da recomendação da CCAF-AGU, em 27 de julho de 2009, a Funai, por intermédio de seu Presidente, encaminhou ao Exmo. Sr. Advogado-Geral da União a Nota Técnica nº 01/PJ/FUNAI, de 13 de julho de 2009, subscrita pelo seu Procurador-Chefe Nacional (fls. 2.508/2.532). O Exmo. Sr. Adjunto do Advogado-Geral da União, considerando que foram apresentados argumentos novos e procedentes, remeteu o pedido à Consultoria-Geral da União, para oitiva quanto ao pedido de reconsideração.

Partindo, então, de uma análise sobre as prováveis consequências da aplicação rígida do parecer emitido pela CCAF/AGU, a Funai, o Incra e o ICMBio retomaram o diálogo político no sentido de equacionar a questão, a fim de atender aos interesses públicos, à legislação vigente e buscando uma decisão de caráter mais conciliatório em relação àquela proferida pela CCAF.

Desde então, vêm ocorrendo reuniões periódicas coordenadas pela CCAF, com o objetivo de se obter um consenso em relação à área da TI Comexatibá sobreposta ao Parna do Descobrimento

¹⁵ Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CGAF-CGU-AGU). Processo nº 00410.006126/2004-06. Conflito de interesses indígenas, ambientais e agrários no extremo sul da Bahia

¹⁶ O Parecer não foi aprovado pela Presidência da República, portanto, não tem validade administrativa.

e a projetos de assentamentos do Incra, de modo a assegurar a dupla proteção de uma área especialmente vulnerável sem intensificar conflitos fundiários locais.

2. Parte I – Dados Gerais

A língua Pataxó é classificada como do tronco Macro-Jê e da família linguística Maxakali (Loukotka, 2008) e, a partir de análise cuidadosa e detalhada dos dados históricos do processo de colonização dos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, podemos verificar que existem registros e referências da presença do povo Pataxó na Capitania de Porto Seguro, desde 1577, como será possível comprovar abaixo.

Para o linguísta Chestmír Loukotka, dentre as línguas indígenas do território brasileiro, ao norte do Rio de Janeiro, a língua do povo Pataxó era a menos conhecida por volta de 1930. Neste período, havia para a língua Pataxó uma lista com 90 palavras, editada pelo Príncipe de Wied (1816). Segundo Loukotka, os poucos registros, talvez, pudesse ser justificado nas relações amistosas e guerreiras que eles tinham com os viajantes e a população local.

Esta lista de 90 palavras foi copiada por diversos viajantes e estudiosos, como Martius, que, na sua conhecida obra sobre línguas brasileiras (3, t. II p 172-173), imprime também parte (60 palavras) do vocabulário de Wied.

(...)

Em consequência nossos conhecimentos dessa língua são muito pobres. O número total de palavras que temos a nossa disposição atinge a 95: 90 palavras colhidas por Wied. 2 por Martius, e 3 obtidas através de análise científica. (Loukotka, 1939; pp. 6)

Da comparação desta lista com a lista de línguas similares, Loukotka conclui que é evidente o parentesco da língua Pataxó, em primeiro lugar, com a Makoni (maior número de coincidências), seguida da Maxakali. Por fim, afirma que “a língua Pataxó forma um grupo independente das línguas sulamericanas, mas com vestígios de Masakali e Zé (Jê)”. (Loukotka, 1939; pp. 14)

*Na língua dos Patachos vêm-se incluídas as palavras das línguas das famílias:
Masakali: 16 vezes; Jê: 10 vezes; Coroados: 4 vezes; Botocudo: 6 vezes*

Tendo consciência deste parentesco, que para os Pataxó e Maxakali vai muito além da língua, os jovens estudantes Pataxó se uniram em torno da construção de uma língua que denominam de Patxohã, ou como traduzem “a língua do guerreiro”.

A partir do trabalho de pesquisa de educadores e lideranças Pataxó, preocupados em afirmar suas tradições e costumes, em 1998, foram iniciados estudos mais detalhados da língua e o resgate de muitas palavras do vocabulário Pataxó, culminando com a ampliação desse vocabulário que inicialmente não passava de 200 palavras para um vocabulário de 2.500 palavras.

Apesar da língua Pataxó ser caracterizada como do tronco linguístico Jê, segundo nos contou um dos professores indígenas envolvidos no Projeto de revitalização da língua, durante o levantamento juntos aos anciões, foram coletadas palavras soltas provenientes de outras famílias linguísticas. Esse fato é facilmente explicado pelo contexto histórico em que os Pataxó foram aldeados junto a outros povos indígenas, gerando grande diversidade.

Hoje sabemos das dificuldades e limitações que enfrentamos no trabalho com a língua Patxôhã, se assim que podemos chamá-la. Mas acreditamos que ao tentar fazer a revitalização da língua Pataxó será sempre um motivo para pensarmos em nosso jeito de ser Pataxó. Não porque achamos que para alguém ser índio é preciso saber falar uma língua indígena. Acreditamos que a língua é importante, pois ela carrega em si, muitos segredos e valores do povo, e ainda ajuda a fazer maior resistência às mudanças de costumes e valores. (Cantando Sonhos de uma nação guerreira – CD gravado em 2006)

As referências ao etnônimo Pataxó e à presença deste povo no Extremo Sul da Bahia remontam ao século XVI, anotadas em relatos de viajantes e na documentação encontrada no Arquivo Público da Bahia, dos Capuchinhos e da Diretoria Geral dos Índios. No entanto, os registros mais detalhados foram feitos a partir do século XIX, por Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied, que relata a ocupação Pataxó entre os rios Jucuruçu, Prado e Jequitinhonha, descrevendo-os como “os selvagens mais desconfiados e reservados da região”. (Caetano da Silva, 2008).

A presença Pataxó na longa faixa litorânea e principalmente na região entre Porto Seguro e Prado é citada em 1577¹⁷, refutando a tese de que os Pataxó de Cumuruxatiba seriam todos originários de Barra Velha, e esses, provenientes de Minas Gerais. A partir das pesquisas realizadas em arquivos públicos, cartórios da região, estudos mais recentes, e documentos primários, nos foi possível verificar que a ocupação Pataxó se deu de forma entrelaçada a de outros povos indígenas que coabitavam entre os rios Doce e Contas, em uma área que abrange parte do Espírito Santo, da Bahia e de Minas Gerais.

¹⁷Emmerich & Monserrat (1975, p. 5)

2.1 Registros dos Primeiros Séculos

Dados históricos e arqueológicos confirmam que, em período anterior à chegada da esquadra de Cabral em terras brasileiras, os Tupi avançaram, vindos do sul do país, e alcançaram o leste e nordeste do Brasil, desalojando grupos étnicos, provavelmente do tronco Macro-Jê¹⁸. Tais grupos se alojaram no interior das matas, formando pequenos grupos que sobreviviam da caça, pesca e coleta. Fontes arqueológicas mantêm a hipótese de que parte desses grupos podem ter deslocado para o interior em direção a Minas Gerais e seguido ao Centro-Oeste do país. Porém, mesmo tendo consolidado o seu domínio, os Tupi sofreram até meados do século XIX com os constantes ataques dos Aymorés e outros grupos, conforme documentação sobre o aldeamento da vila de Trancoso.

Não só os Tupi eram alvo dos grupos arredios, mas as vilas ocupadas por não-índios eram constantemente atacadas e destruídas, gerando grande preocupação aos governantes da época;

Nesse local, de acordo com a tradição dos moradores, houve outrora, nos primórdios (...) a grande e populosa vila do mesmo nome, ou Insuacome (Joacema), mas que, à maneira de Santo Amaro, Porto Seguro e outros estabelecimentos, foi destruída pela guerra com uma bárbara e antropófaga nação dos Abatirás. Essa tradição se baseia, sem dúvida, nas devastações que os Aimorés, ora Botocudos, levaram à capitania de Porto Seguro, quando invadiram em 1560”. (Wied-Neuwied, 1989)

Neste contexto, verificamos que os Pataxó também estão presentes nos relatos já do século XVI nas serras do entorno da capitania de Porto Seguro¹⁹. Emmerich & Monserrat (1975, p. 5), citado por Carvalho (2008), que estudando a ocupação dos Aimorés ou Botocudos, afirmam que Salvador Correia de Sá, ao realizar, em 1577, uma incursão nas imediações do rio Doce, os encontrou “juntamente a outras nações tapuias, como Patachos, Apuraris e Puris”. Outro dado relevante é que a Serra dos Aimorés (MG) está na rota de circulação entre os estados da Bahia e Minas Gerais, no divisor de bacias dos rios Jequitinhonha e do Mucuri, e duas outras pequenas bacias intermediárias: a do Itanhém e do Jucuruçu, locais de vários registros da presença dos Pataxó, Maxacali e outros grupos considerados “índios bravos”.

¹⁸ Urban (1992: 91) afirma: “É interessante o fato de ter ocorrido, historicamente, uma tal concentração de línguas Macro-Jê na parte leste do Brasil, desde o Rio de Janeiro até a Bahia. Essa poderia ser a zona de origem da zona do Macro-Jê, uma especulação que poderia ser iluminada por uma reconstituição das relações ternas entre as famílias Macro-Jê nessa área (Maxakali, Botocudo, Puri e Kamakã). Se forem apenas remotamente relacionadas umas às outras, esta seria uma área de grande diversidade lingüística para o grupo Jê e, assim, um possível local de dispersão ocorrida há 5 ou 6 mil anos. (PARAÍSO, 1994)

¹⁹ A Capitania de Porto Seguro foi transferida em 27 de maio de 1534 a Pero do campo Tourinho, grande proprietário de terras, e compreendia “a extensão de suas 50 léguas, estendia-se da margem sul do rio Grande, Jequitinhonha à margem do rio Doce

Theófilo Otoni, em carta datada de 1858, dirigida ao Senhor Dr. Joaquim Manuel de Macedo, denominada “Notícias sobre os selvagens do Mucuri”²⁰, destaca que:

*(...) os Tupiniquins tendo guerra com os Papanaus, e achando-se estes fracos se concentrarão para as mattas no tempo da descoberta sem mais darem novas suas: Que os poucos annos durou a prosperidade da capitania porque os Aimorés, Abatires e **Pataxós** descendo das serras que habitavão exterminarão por dous seculos em completa decadência, pois que ainda no reinado de D. José 1º, diz Fernando Diniz, constar a velha capitania de duas aldeias, sendo certo que foi de 1740 a 1780 que foram erigidas em villas as aldêas de S. Matheus, Mucury, Viçosa e outras: Que por estes tempos recomeçando-se a povoar a Costa, ahi encontrarão por toda parte desde o rio Doce até o de Belmonte, Botocudos, que historiadores foram sem exame declarando que eram os descendentes dos Aimorés sem se darém ao incommodo de explicar que fim tinham levado os Abatires, **Pataxós**, Papanaus, Machacalis, e outros cujos nomes figuravão no tempo da descoberta como habitantes d'aquela redondeza.*

Nos relatos do Príncipe de Wied-Neuwied, escritos a partir de sua viagem entre o Rio de Janeiro e a Bahia, são fartas as referências aos Pataxó. Entre as primeiras encontramos a informação de que “já em 1662, os Aimorés ou Botocudos, Puris e **Patachos** foram mencionados por Vasconcellos Simão de Vasconcellos em “Memorias curiosas sobre os índios” entre as tribos tapuias do rio Doce; e embora sejam os primeiros os verdadeiros senhores dessas paragens, os outros incursionavam algumas vezes ate ai” (1958: 163).

Os relatos tratam de um povo indígena, provavelmente numeroso, composto por vários subgrupos que viviam dispersos num vasto território. Dados de historiadores e viajantes dos primeiros séculos da colonização portuguesa, também nos levam a crer que esses subgrupos, por manter fortes relações entre si, provavelmente por conta do inimigo em comum, os Botocudos, e terem sua atividade produtiva baseada na caça e coleta, estabeleciam sua territorialidade, na região apontada, a partir das serras²¹ e matas do interior em direção ao litoral.

O desembargador Campos assinala que a Vila do Prado, “habitada de índios” está em grande decadência, demográfica e economicamente, pelos constantes ataques gentílicos, e que de acordo com informações do Padre Antônio Martins Lomba, Vigário da Villa, se deslocavam pelo seu recôncavo e matas (...) os Pataxó, nação mais numerosa, e muito brava – Manaxá, Maconi, Macaxó, Magalo-Manha, e o Botocudo, que e a mais feroz e atrevida (JIHGB 1846: 442).

²⁰ OTTONI, Teófilo Benedicto. Noticia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedicto Ottoni ao Senhor Dr. Joaquim Manuel de Macedo. RIHGB, 1858, p. 174.

²¹ Provavelmente da Serra dos Aimorés

Baseada em relatos de viajantes que estiveram na região entre 1815 e 1820, como Saint-Hilaire, Spix e Martius, Moniz Barreto²², Pohl, Seider, Wied-Neuwied e Feldner, Paraíso (1998) afirma que os Pataxó integravam uma **pan-tribo**²³ vivendo entre os rios Jequitinhonha e Doce, a qual se opunha aos Botocudos. Essa pan-tribo, que hoje é conhecida pela denominação genérica de Maxakali – palavra que na língua significa reunião de grupos (xop) - seria composta, além dos Pataxó, por Monoxó, Kutatoi, Maxakali, Maconi, Kopoxó e Panhame.

*A nossa hipótese – a de que estes povos compõem um subgrupo de uma mesma nação é o resultado de observações sistematicamente desenvolvidas ao longo de anos de pesquisa sobre a história dos grupos indígenas dos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Navarro (1846:446) informa que os Maxakali apareciam em São José de Porto Alegre, na foz do rio Mucuri, e que eram compostos de três nações: Kumanoxó, Maxakali, Bacuim. Fontoura (1857), que era subdelegado da cidade do Prado, na foz do rio Jucurucu, atestava que seu pai havia “amansado primeiramente a nação Maxakali e com esta amansou bandeiras da nação **Pataxó**, dos quais existem poucos aqui”. Esta informação referia-se à região do Alcobaça. Castro e Almeida (1918) também informava que os sertões de Alcobaça “eram habitados por Pataxó e Maxakali”. Wied-Neuwied (1989: 170) atestava que no rio São Mateus viviam os Pataxó, Kumanoxó, e Maxakali. Na página 176, o príncipe afirma que as florestas do Mucuri eram ocupadas por Makoni, Malali, Capuxo (Kopuxó?), Kumanoxó, Maxakali e Pañame, todos aliados do Pataxó contra os Botocudo. O autor garante, na página 212, que as matas de Itanhém eram habitadas pelos Pataxó e Maxakali. A mesma informação é dada sobre a Vila do Prado (p. 214) e matas do Jucurucu (p. 214). Porém é significativo que, ao penetrar o Vale do Jucurucu, em busca dos Pataxó, tenha encontrado os Maxakali “onde antes estavam os Pataxós” (p. 273). É também interessante que o mesmo autor (1989:448) observe que o capitão João Gonçalves da Costa, responsável pelo devassamento da região do alto do Rio Pardo, “combateu os Pataxó, que ele denominava Kutaxó”... Computando outras informações, percebemos que este fenômeno é bastante comum na região. Assim, Caravelas foi ponto do aldeamento dos Maxakali e Makoni (Mello, 1845; Saint Hilaire, 1975). Em torno de São Miguel de Jequitinhonha, em 1804, “apresentaram-se os Maxakali, Malali e Makoni” (Saint Hilaire, 1975:254). No Jucurucu, apresentaram-se os Pataxó e os Maxakali ao quartel do Vimieiro (Wied-Neuwied, 1989). Parece-nos revelador que apenas estes grupos tivessem adotado, como solução, a prática do aldeamento “espontâneo”, numa situação de conflito que era comum, também,*

²² Filho primogênito de Marianna da Glória Muniz Branco e do sargento-mor Domingos Alves Branco, nasceu na Bahia em 1748 e morreu na cidade do Rio de Janeiro em 1831. Membro da nobre família Muniz Barreto, com “atividades ligadas a administração, tarefas militares, a alcaidaria -mor de Salvador e a provedoriada Bahia” Residindo em São Mateus, juntamente com sua família, foi responsável pelo desbravamento da região da Comarca de Porto Seguro, região limítrofe entre as Províncias do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, que hoje pertence à região norte do estado do Espírito Santo. Como um homem típico do século XVIII, convencido das teorias do seu tempo, nosso personagem deixa transparecer em seus escritos a idéia de inferioridade do indígena (Silva, 2012: 89)

²³ Considerando que muitas vezes as nomações que se referem aos grupos indígenas são atribuídas pelos membros da sociedade dominante ou por outros povos indígenas e que as transcrições nem sempre correspondem entre si, sempre nos perguntamos se haveria os Pataxó, Monoxó, Kutaxó, e Kumanoxó. Ou seria, apenas, um erro de transcrição de autores desavisados e não treinados e que vinha se reproduzindo, sucessivamente, desde a segunda metade do século XVIII, quando se intensificaram os contatos entre esses grupos e os ocupantes “brancos” de suas áreas? (PARAÍSO, 1993)

aos Botocudo e aos Kamakã-Mongoió. Os atuais Pataxó afirmam que mantinham contato regular com os “índios brabos” que vinham de Minas Gerais e que estes falavam a mesma língua (p. 93). Usavam como ponto de referência o rio Jucuruçu, fazendo a rota Porto Seguro-Serra dos Aimorés e que esta rota do Jucuruçu, via Prado, foi interrompida quando a região se tornou mais povoada (pp. 94-95) Ora, se considerarmos as informações sobre os Maxakali, observamos que Wied-Neuwied (1989) atesta que os Maxakali ocupavam o Vale do Jucuruçu e que se deslocavam até o litoral, em torno de Vila do Porto. Também em 1910, Portella (1911) localiza os Maxakali no Vale do Jucuruçu. A rota de circulação na região entre os dois estados (Bahia e Minas Gerais) implica a passagem pela Serra dos Aimorés, que é o divisor de águas entre as bacias do Jequitinhonha e do Mucuri, encontrando-se aí duas pequenas bacias intermediárias: a do Itanhém e a do Jucuruçu. É interessante também observamos que os Maxakali da aldeia Pradinho, que até hoje são considerados como os mais “brabos e puros”, são identificados como originários do Vale do Jucuruçu, na Bahia, em oposição aos Maxakali da aldeia da Água Boa, que são considerados como mais “mansos e menos puros” e originários do Vale do Jequitinhonha, no seu trecho mineiro, onde se aldearam, pela primeira vez, em Minas Gerais, em Lorena dos Tocoios, em 1799 (Brandão, 1898; Saint-Hilaire, 1975). No entanto, mesmo estes Maxakali seriam fugitivos do aldeamento de Caravelas, onde se apresentaram “pacificamente” com os Maconi em 1798, e de São José de Porto Alegre (atual Mucuri), onde se aldearam em 1786. (Paraíso, 1994)

A autora conclui que a “nação *Tikmu’nu*”, após vivenciar um processo histórico de fugas e confinamento se uniu em dois etnônimos, que atualmente conhecemos por **Maxakali e Pataxó**.

(...) Assim, teríamos que nos momentos que antecederam o aldeamento compulsório, ocorreria uma provável dilatação de território e uma dispersão dos subgrupos (bandos). Conseqüentemente, teríamos uma possível tendência, não concretizada devido à penetração dos seus territórios por outros grupos indígenas deslocados pelo “brancos” e por colonizadores, do surgimento de novas identidades. Estes fatores que resultaram, num primeiro momento, numa crescente dispersão e isolamento dos grupos em aldeias (principalmente durante o século XIX) explicam as múltiplas identificações que conhecemos. Porém, o aldeamento compulsório, o confinamento em área restrita fez com que passassem a predominar duas identidades: Maxakali e Pataxó. (Paraíso, 1994)



Figura 3: Pataxó, Maxakali e Botocudo por Debret

Corroborar com essa teoria a atual localização da maioria de terras indígenas com presença Pataxó, localizadas majoritariamente nos estados de Minas Gerais e Bahia: i) Pataxó Meridionais - vivem nas terras indígenas do extremo sul da Bahia; ii) Pataxó Setentrional - vivem em terras indígenas no sul da Bahia, mais precisamente na TI Caramuru-Paraguaçu; iii) Pataxó de Minas Gerais - vivem em sete municípios mineiros.²⁴

Contudo, é necessário lembrar que os deslocamentos se deram no contexto de pressão das frentes de expansão econômica ao longo dos cinco séculos de ocupação desses estados, dispersando e, posteriormente, confinando os Pataxó nos limites das terras indígenas configuradas nos últimos 50 anos.

Na segunda metade dos anos 20 do século XX, foi criado o PIN Caramuru-Catarina Paraguassu, para atender a população indígena denominada por Pataxó Hãhãhã, também conhecidos como Pataxó setentrional. Esses se distinguem dos Pataxó meridionais na própria formação do grupo, caracterizando-se os primeiros por relações mais estreitas com Gren, Kiriri-Sapuiá e Camacã, e os segundos com os Maxakali, Tupinikim e Aymoré, ou Botocudos. Todavia, a diferença entre Pataxó setentrionais, vivendo entre os rios de Contas e Pardo, e Pataxó meridionais, entre os rios São Mateus e Santa Cruz Cabralia, já era notada no início do século XIX (Carvalho, 1977: 70).

2.2 Política indigenista nos primeiros séculos de colonização

A criação da Companhia Geral do Grão Pará e do Maranhão e a promulgação da lei de liberdade de pessoas, bens e comércio dos Índios datam, simultaneamente de 06 de junho de 1755. A Companhia destinava-se a cultivar o comércio, de modo a fertilizar a agricultura e a povoação que se encontravam decadentes, para o que usufruía de vastos privilégios (Beozzo, 1983:77 apud Carvalho, 2008: 32). No que diz respeito aos índios, a lei objetivava reorganizar a produção interna e dotar o Estado dos instrumentos para aplicar a nova política econômica. O prefácio da lei faz severa crítica à execução da política indigenista que até então vigorava e que, em vez de alcançar a civilização dos índios, o aumento do comércio e consequente prosperidade do Estado, vinha causando sua destruição.

²⁴ No estado de Minas Gerais, os Pataxó vivem em sete comunidades, das quais quatro -- Sede, Imbiruçu, Retirinho e Alto das Posses -- estão localizadas na **Terra Indígena Fazenda Guarani**, município de Carmésia; Muã Mimatxí, em um imóvel cedido à FUNAI pelo Serviço de Patrimônio da União, no município de Itapeçerica; **Jundiba/Cinta Vermelha**, no município de Araçuaí e também habitada pelos Pankararú; e Jeru Tukumã, em Açucena. As comunidades de Minas Gerais se formaram, indiretamente, a partir dos episódios do “**Fogo de 51**” e da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP), assim como, posteriormente, do “reconhecimento” dos Pataxó pela Funai, em 1971, o que os teria atraído para este estado, onde já havia uma representação do órgão que poderia lhes prestar assistência (informações cedidas por José Augusto Laranjeiras Sampaio).

No início do século XVIII, enquanto o extremo Sul da Bahia era visto como solução para a decadência econômica das capitanias, a reconhecida belicosidade dos povos indígenas mais arredios da região ainda configurava obstáculo para a ampliação da exploração econômica daquela área.

Durante o processo de povoamento das margens dos rios Doce e Jequitinhonha, os conflitos com Botocudos eram numerosos, intensificando-se os deslocamentos de vários grupos indígenas, dentre os quais possivelmente os Pataxó, em direção ao sul, evadindo-se igualmente dos contatos com colonos, o que fomentou a competição por recursos naturais entre os grupos indígena e entre eles e os colonos (Paraíso, 1998: compilado).

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, os sérios conflitos entre índios e colonos, a baixa densidade demográfica e, as restrições às atividades produtivas levaram à falência as comarcas de Ilhéus, Porto Seguro e a capitania dos Espirito Santo, que foram devolvidas para Coroa que as encaminhou para que fossem administradas, sob a denominação de Comarcas do Sul, pela capitania da Bahia. Tal fato gerou a interrupção dos investimentos do governo português na região, ao tempo que fortaleceu a ideia de transformá-la em zona Tampão protegendo a região aurífera de Minas Gerais. Gradativamente, esse espaço passou a ser percebido como zona privilegiada de refugio para vários grupos indígenas, como os Botucudos, Pataxó, Mongoyó, Maxacali, Cumanaxó, Cutaxó, Baenã e outros (Paraíso, 1998: 148).

O Estado, por sua vez, lançou mão dos aldeamentos como instrumentos fundamentais para garantir o avanço das fronteiras desenvolvimentistas, que estrategicamente convergiam com os esforços missionários da Igreja. Sendo as missões quase sempre responsáveis pela gerência dos aldeamentos indígenas, com objetivo de amansar e catequizar os índios, seus interesses confluíram para a consolidação da presença do Estado e a exploração econômica da região.

Como tratado por Moreira Silva (2012), as fronteiras étnicas entre os estados da Bahia, Minas Gerais e Espirito Santo eram fluidas a ponto de serem discutidas como um todo no contexto da política indigenista nos primeiros séculos da colonização. Contudo, a forma de pensar e executar essa política foi diferenciada em cada um dos três estados.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX Minas Gerais tornou-se um centro econômico e a elite política provincial mineira era guiada pela influência do pensamento liberal. Essa elite política seria a mediadora entre a sociedade civil e o poder estatal, formuladora de um projeto político, de ideologias e de estratégias simbólicas na construção de uma hegemonia.

Com isso temos que a “*brandura*” do indigenismo não seria apenas o fator de uma herança pombalina ou do “*conservadorismo*” imperial, mas também seria derivada da moderação liberal. Dessa forma, o papel de Teófilo Ottoni, partidário de um “*liberalismo anglo-saxão*”, já atuante nos

anos de 1840 e que vai tentar colonizar justamente o Vale do Rio Doce nos anos de 1850, referenda uma forma mais branda como trato aos “filhos da selva (Moreira Silva, 2012: 26-27):

A tentativa de integrar os povos indígenas em uma ordem nacional gerou resistências e lutas para recuperar a sua autonomia. Notamos que existia a preocupação em inserir o “selvagem” num mundo civilizado, de forma branda, pelo menos nas ideias das políticas públicas, e que os representantes políticos no Senado e Câmara demonstraram interesse e preocupação com a questão, além de uma divisão entre adeptos de uma visão mais benigna e os de uma visão mais negativa do índio. (Moreira Silva, 2012: p.29)

Neste período as províncias de Minas Gerais e da Bahia também defendiam projetos políticos para a civilização (assimilação) dos indígenas²⁵. As preocupações que moviam os projetos na esfera nacional, também moviam os de caráter regional. Em 1837, o presidente da Província de Minas, Antônio da Costa Pinto, defendeu a adoção do sistema de missões católicas como modelo a ser reimplantado pelo Estado para governar os índios e, assim, aumentar a população da Província de Minas.

Já na Bahia, em 1836, foi aprovada a lei que destinava uma légua de terra em quadra a cada aldeia ou missão que estivesse dentro dos limites da Província. Contudo, tal lei é apenas uma nota oficial de uma determinação que vinha sendo, desde o fim do século XVIII, referendada às aldeias. A légua quadrada de terra funcionava como um chamariz para o gentio nômade que deveria estabelecer-se dentro daquele limite e produzir, abandonando as matas e vivendo aldeado sob o jugo dos missionários e diretores. Anos depois, em 1841, o governo provincial decretou que apenas missionários e diretores de Aldeias participariam da catequese e civilização do gentio (Moreira Silva, 2012 p. 24).

A conclusão delineia uma comparação das províncias da Bahia e de Minas Gerais em relação ao tratamento destinado aos indígenas. Abordamos ainda a idéia de índio “selvagem” ou “bravio” de cada província. Em Minas o “selvagem” era o Botocudo, que impedia o avanço mais rápido das estradas para as áreas da Bahia e Espírito Santo. Na Bahia, o índio “selvagem” era o Pataxó. O grupo estava na área pertencente às fazendas da família Costa e impedia o avanço das estradas em direção à província de Minas e o litoral (Moreira Silva, 2012: 32)

Maximiliano Príncipe de Wied-Neuwied (1989: 170), descreve a margem norte do rio São Mateus habitada pelos “Pataxó, Cumanaxó, Machacali e outras tribos, até Porto Seguro”. As descrições de Wied-Neuwied e outros viajantes se assemelham quando descrevem os Pataxó da

²⁵ Política reproduzida por séculos, na realidade, até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

região entre o Prado e Porto Seguro, como os selvagens mais desconfiados e reservados entre eles. E pelo que se pode supor, esse foi um dos motivos pelos quais não existem descrições detalhadas sobre a organização social ou política desse grupo até o século XIX. Também por serem arredios e desconfiados é que sobreviveram nas florestas da região, resistindo à colonização e aos aldeamentos criados pelos governos das províncias.

No início do século XVIII, os “sertões do leste”, atual extremo Sul da Bahia, passam a ser considerados a solução para a decadência econômica das capitanias, mas havia entraves que deveriam ser vencidos, como a presença maciça de “nações” indígenas.

Instituído em 1758, o Diretório dos Índios transferia para autoridades civis o controle sobre as aldeias até então administradas por missionários. Todavia, em pleno século XIX, após a extinção oficial do Diretório, continuavam as empreitadas de “desinfecção dos sertões” para a colonização do interior, por meio do combate e escravização dos índios.

(...) Durante o processo de povoamento das margens dos rios Doce e Jequitinhonha, os conflitos com Botocudos eram numerosos, intensificando-se os deslocamentos de vários grupos indígenas, dentre os quais possivelmente os Pataxó, em direção ao sul, evadindo-se igualmente dos contatos com colonos, o que fez aumentar a competição por recursos naturais entre os grupos indígena e entre eles e os colonos (Paraíso, 1998).

Se, para os colonizadores, a Vila do Prado serviria para a defesa contra os índios do sertão, para os índios parecia servir de refúgio frente às incertezas existentes. Já para outros índios, principalmente aqueles que não se submetiam à vida numa vila, esta foi utilizada como o local de fronteira entre os dois mundos, oferecendo sempre a possibilidade de contatos e trocas, e sendo utilizado como um “*espaço de ressocialização, recriação ou manutenção de suas identidades, num constante movimento de resignificação das relações sociais que eram vividas no dia-a-dia da vida colonial*” (Cancela, 2006: 5).

Segundo relatos de Wied-Neuwied, quando de sua passagem pela região no ano de 1816, a área que corresponde ao Extremo Sul da Bahia, especificamente a que compreende o trecho entre os rios João de Tiba e São Mateus, era dominada pelos Pataxó, muito provavelmente em maior número, e pelos Maxacali, que aparentemente eram próximos aos Pataxó, inclusive linguisticamente.

O rio Alcobaça, denominado “Tanien”, ou “Itanien” no primitivo idioma brasílico, é abundante de peixe; dizem que até manatis foram nele capturados; a barra tem leito arenoso com 12 a 14 palmos d’água de profundidade, podendo ser transportada por sumacas pesadamente carregadas. Ou seus sertões, ou sejam as florestas de ambas as margens, são habitadas pelas tribos selvagens dos Patachós e Machacarís a que já nos referimos por diversas vezes, e as quais, nessas paragens mais ao norte, visitam pacificamente as moradas dos brancos, oferecendo, em ocasiões, cera ou caça, em troca de produtos. O caráter de todas essas tribos selvagens é, decerto, muito semelhante nos traços essenciais, se bem cada uma tenha as suas peculiaridades; assim, os Patachós são, entre todas, os mais desconfiados e reservados; o olhar é sempre frio e carrancudo, sendo

*muito raro permitirem que os filhos se criem entre brancos, como as outras tribos o fazem prontamente. Vagueiam pelas matas, e as suas hordas surgem, alternadamente, no Alcobaça, no Prado, em **Comexatiba**, Trancoso, etc (Wied-Neuwied, 1958).*

Conforme apresentado por Sotto-Maior (2008) no Relatório de Identificação e Delimitação da TI Barra Velha do Monte Pascoal:

Baseado em relatos de viajantes que estiveram na região hoje denominada de Extremo Sul da Bahia, entre 1815 e 1820, como Saint-Hilaire, Spix e Wied-Neuwied, M. H. B. Paraíso (1998) descreve os Pataxó como “totalmente selvagens”, um grupo de caçadores-coletores-pescadores, semi-nômades, para os quais a agricultura era produto de aldeamento compulsório. Já os Maxacali eram vistos como bem ajustados às novas formas de organização social; dividiam-se em grupos semi-nômades de caçadores e coletores, com tendência à dispersão, mas que se reuniam em momentos de crise (Sotto-Maior, 2008).

Na margem esquerda do rio Jucuruçu, na vila do Prado, existiu também um aldeamento Maxacali que, na época, possuía entre cinquenta a sessenta casas e viviam cerca de seiscentos habitantes. A pobreza do local era explicada por se situar em solo pouco fértil, sendo que as roças mais produtivas eram abertas nas matas que circundavam a vila – o que fazia com que desenvolvessem um comércio incipiente de mandioca (Paraíso, 1994).

Retomando as primeiras referências sobre os Pataxó, temos que as relações comerciais entre os colonos e os Pataxó na região de Porto Seguro e Prado eram regulares, momentos esses em que trocavam bolas de cera, arcos e flechas por facas, machados e lenços vermelhos. Wied-Neuwied considerava que a comida a eles oferecida era o principal atrativo para os deslocamentos até as vilas, o que indica que o avanço da sociedade dominante já criava uma série de restrições ao acesso às fontes de alimentos.

Cumuruxatiba, foco aqui de nossos estudos, também é citada por Wied-Neuwied como local de remanescentes Tupinikins que viviam em constante conflito com os Pataxó, cujas aldeias eram temporárias. Em sua visita à fazenda de Charles Frazer - provavelmente a Fazenda Caledônia no entorno de Cumuruxatiba, apresenta o local como o único estabelecimento “civilizado” da região. Descreve a fazenda como rica, com uma casa sede, e as dos escravos (30 negros e índios), feitas de barro e cobertas de palha, um armazém e um grande engenho de farinha:

*Ai permaneci uns poucos dias e tive oportunidade de visitar choças dos Pataxó na mata, bem recentemente abandonadas; **conduziram-me até lá alguns índios de Comexatiba**, (...). Os índios do lugar vivem do produto das plantações, da caça e sobretudo da pesca; razão porque, no bom tempo, são vistos freqüentemente em canoas, pelo mar. Voltam com grande quantidade de pescados, e em volta das choças, espalham os cascos, os crânios e os ossos das enormes tartarugas” (Wied-Neuwied, 1958: 218).*

A cavalo, acompanhado de dois homens da sua tropa, o príncipe dirigiu-se “a ponta denominada Comexatiba, ou Corrubichatiba, na antiga língua indígena. Ele refere às choças solitárias de alguns índios praianos, que ficavam a curta distância da fazenda Caledônia, fundada a sete anos atrás, em 1808, pelo inglês Charles Frazer, e à época cultivava trinta negros, que Frazer comprara para esse fim. Os índios das cercanias trabalharam para ele durante anos, derrubando a mata dos morros em volta. O príncipe permaneceu alguns dias e teve oportunidade de visitar as choças dos Patachós na mata, bem recentemente abandonadas tendo sido conduzido por alguns índios de Comexatiba (ibid.: 217).

É provável supor que os de Comechatiba fossem também Patachó, como reivindicam os índios ainda hoje aí estabelecidos, antes muito provável. Em esforço dessa hipótese, há informações passadas ao príncipe por viajantes portugueses, de que “tinham topado com os Patachos no Cahy, mas do outro lado do rio”. Isso ocorreu em 28 de setembro de 1816 (Carvalho, 2008: 124)

Com a ajuda dos índios que trabalhavam na fazenda de Charles Frazer, Wied-Neuwied atravessou os rios Corumbau e Caí. Escreve que apesar das margens desses rios serem férteis, eram desabitadas devido aos ataques dos Botocudos, que segundo Paraíso (1998), eram, na verdade, os Pataxó, como se percebe na menção que Wied-Neuwied faz de um ataque desses índios na margem esquerda do Caí²⁶.

Entre o final do século XVIII e início de século XIX, vários pedidos por concessão de sesmarias foram feitos, entre eles o do inglês Charles Frazer, que pleiteava seis léguas na extensão da costa e demonstrava interesse de que fosse reservada, da concessão pleiteada, **Comoxatiba**, onde já existia uma aldeia e que o ouvidor Marcelino da Cunha lhe havia destinado como residência, fazendo associar alguns índios “para melhor formar o seu estabelecimento”. O que parece tal pleito foi concedido, já que, em 1815, o príncipe alemão o encontra afirmando ser dono de um estabelecimento em Comoxatiba (Wied-Neuwied, 1958: 189)

Seguindo viagem, Wied-Neuwied passa sobre o rio Cremimoã (Caraíba), Joacema, rio dos Frades e Trancoso, onde observa que existiam índios “*praieiros*”, vivendo de pesca, caça, coleta, da agricultura e do comércio de envira, estopa, algodão, madeiras e farinha. Para ele, eram remanescentes de Tupinikim, que mantinham fortes relações de troca com os Pataxó que viviam nas matas das proximidades e cercavam os aldeamentos, como o Quartel do Cunha em Cremimoã, onde estava localizada a vila hoje denominada Caraíba:

O sol já se punha quando alcançamos o vilarejo índio de Cremimoã que foi construído por ordem do ouvidor, num morro a margem do rio, servindo mais como destacamento militar, com o nome de Quartel do Cunha, para segurança da região (...), se bem tenham sido colocados pelo ouvidor com o fim expresso de ajudar os viajantes a passar o rio, não estão satisfeitos com o encargo, e vivem sobretudo nas suas roças situadas nos arredores. Vivem

²⁶ Ao longo deste RCID encontraremos a palavra Cahy escrita de diversas formas - Cahy (registro oficial da reivindicação); Caí (nome do rio); Kaí ou Cai (nome da aldeia encontrado em alguns documentos dos índios)

eles de suas plantações, da pesca no rio e no mar, tirando da floresta estopa e imbirá, que vendem em Porto Seguro.

Sendo raras e extremamente caras, na costa a pólvora e as balas, fazem parte, nas caçadas, uso dos arcos e das flechas, que vão buscar aos Patachós, nas florestas vizinhas trocando-os por facas (Wied-Neuwied, 1958: 220).

Essa última afirmação do viajante deixa evidente a presença do grupo indígena Pataxó nas matas do entorno do Monte Pascoal e rio Corumbau nesse período, e os deslocamentos constantes que realizavam em busca de sua subsistência. Por serem os Pataxó do tronco linguístico Macro-Jê, em sua maioria, grupos caracterizados como com tendência ao seminomadismo, agravado com as restrições ao acesso às fontes de alimentos, os deslocamentos e trilhas para caçar, pescar e coletar é um marco na forma de vida Pataxó, modo esse percebido até os dias de hoje entre os índios da região de Barra Velha (Sotto-Maior, 2008).

Quando me fartei da bela e romântica paisagem, dirigi-me para a margem do rio, as habitações dos índios. Entre eles encontrei uma mulher da tribo Maxacaris, que entendia a língua dos Patachós, coisa muito rara; porque sendo os últimos, de todas as tribos aborígenes, os mais desconfiados e reservados, é difícil a uma pessoa, que não pertença à tribo, aprender-lhes a linguagem (Wied-Neuwied, 1958: 273).

Durante o século XVIII algumas vilas foram instaladas com o firme propósito de combater os indígenas, promover a comercialização pelos rios e controlar o contrabando. Contudo, o que se tem nesse período é uma presença não-indígena pequena e restrita às pequenas vilas litorâneas, convivendo em associação íntima com os índios aldeados pelos jesuítas. Era tal a convivência que muitos viajantes do século XIX descrevem essas vilas como sendo habitadas por mestiços e índios, sendo estes já considerados como *civilizados* (Paraíso, 1998).

Saint-Hilare (1799-1853) demonstra toda a visão assimilacionista da época quando escreve que a convivência com pessoas mais esclarecidas que os soldados e prostitutas seria a melhor alternativa para retirar os índios da vida embrutecida. Convertendo-os ao cristianismo, os colonizadores poderiam ter melhores resultados dos que tinham até então: “E, se não podiam pensar em tais medidas para beneficiar os índios, que fossem pensadas em nome do interesse do país” (Saint-Hilare, 1975: 276).

Essa postura, perpetuada no Brasil por séculos, ajuda a compreender de que forma evoluiu a ocupação não-indígena no território tradicional Pataxó, como evidencia o trecho a seguir:

Também recomendava que uma parcela das terras lhes fosse reservadas e tornada inalienável para que não pudessem trocar (...) e que fossem promovidos casamentos mistos com negros e mulatos livres, para que obtivesse uma raça mais capaz que a dos índios e mais em harmonia com o grau de civilização dos brancos. Essa seria a forma mais adequada de

garantir a multiplicação dessa população e de futuramente, as terras que lhes haviam sido reservadas, serem reincorporadas ao domínio branco (Saint-Hilare, 1975: 276).

A descrição que Navarro de Campos faz a partir de sua viagem entre os anos de 1805/1808 também apresenta detalhes sobre a presença indígena nas imediações dos rios Corumbau, Cai (na carta geográfica é o rio Queimado), e das **vilas de Cumuruxatiba, Prado**, Imbassuaba e Joacema.

*Continuei em busca do rio chamado CAMAMUAM, que está nas circunstancias do rio acima dito, e que tem em pouca distancia alguns casaes de índios, que vivem de mandiocas e antes do dito rio Camamuam, em distancia de uma légua, encontrei o lugar chamado JUASSEMA, que é uma campia agreste, para a qual se sobe a aldeia do mesmo nome; continuei de Camamuam, e na distancia de uma légua e meia encontrei o rio chamado CORUMBAÚ PEQUENO que passa acima do dito D'este, e em distancia de [P.I.], poço mais ou menos, fui topar com o **rio Cahy**, junto ao qual só se passa em maré vasia pela praia, em razão de um (pp.442), imenso pedregulho, que dificulta o transito em maré cheia. De Cahy foi a Embassuaba pequeno regato com distancia de uma légua de Cahy: subi uma ladeira logo em pouca distancia, tomei a praia, e continuei a **povoação de índios chamada COMEXATIBA** que tem poucos moradores; donde segui para a Villa do Prado, que dista 7 léguas, habitadas de índios, passei pequenos regatos, advertindo que de Camamuam vim a Juassema, grande campina, e elevada, por onde se sobe com dificuldade pela altura; e n'este sitio não dá passagem a praia, nem em maré vazia; esta campina é agreste, e terá meia quarto de légua; logo se desce á praia, e se continua a viagem. É necessário abrir estrada n'este lugar pelo interior. Continuei a viagem e foi-me necessário abarracar e dormir na praia, por não poder passar grandes pedreiras bronzeadas na cor, sahidas ao mar na maré cheia, infores, e algumas como massas immensas, que parecia teriam sido despegadas das escarpadas montanhas de immensa altura, cortadas por industria da natureza, e são effeitos do mar, que bate n'ellas, e se vai afastando, talvez deixando-as por conversão. Na praia, aonde dormir, que tem nome de Tauape (será Taipe?) foi-me necessário vigilar toda a noite, fazer sentinella, dividindo a gente em trespartes para gritar até o romper da alva resistir ao gentio Pataxó, por ter apparecido rasto d'elle, e ser gentio muito atrevido, que não tem domicillio certo, anda errante, vivendo da pesca, caça, e frutos. Continuei minha jornada, e vim dormir em **COMEXATIBA PEQUENA povoação de índios**, que tem uma enseada grande, aonde o mar é pacifico por causa do grande recife, ou cordão de pedras, que abriga a tal enseada, aonde pelo seu fundo a extensão, podem surgir embarcações grandes. De Comexatiba continuei para a Villa do Prado pela mesma praia, á direita de uma continuação altíssima e medonhas barreiras, que em distancia fazem sahir ao mar grandes pedreiras, e pedregulhos, que embaraçam a passagem, e principalmente em maré cheia; é necessário com trabalho e despesa abrir caminho junto ás ditas barreiras, para commodo dos viandantes. De Comexatiba para o Prado não há outras barras que se não possam passar em maré vasia... (Campos: pp 443).*

O Desembargador Campos no deslocamento entre os trechos de Corumbau e Prado, atingiu o Cahy, e após uma légua, um pequeno riacho denominado por Embassuaba, a partir do qual voltou à praia e alcançou a povoação de índios chamada por Comexatiba, com poucos moradores, de onde seguiu para vila do Prado, que dista 7 léguas, habitadas de índios. Na praia denominada Tauape permaneceu em vigília a noite toda,

(...) dividindo a gente em três partes para gritar até o romper da alva para resistir ao gentil Pataxó, por ter aparecido rastro d'elle, e ser gentil muito atrevido e valenete, que não tem domicilio certo, anda errante, vivendo da pesca, caça, e frutos (RIHGB 1846: 441-42).

Registros do capitão-mór João da Silva Santos, ratificam informações sobre a presença indígena neste trecho de terra, que “*do riacho do Japara para o Norte, a distancia 2 legoas, está o pontal de Comixatiba, onde havia uma casa de telha e duas de palha com moradores índios, e onde se aposentavam, para pernoitar, os Ministros e viajantes*”. (ibid)

Vários foram os conflitos entre índios e “brancos” registrados ao longo dos primeiros séculos de colonização no extremo sul da Bahia, como apresenta Carvalho (2011), em “Índios do sul e extremo sul baianos: reprodução demográfica e relações interétnica”²⁷. Para a autora os conflitos desencadeados nas vilas de Prado, na primeira metade do século XIX, certas conclusões podem ser extraídas: que a habilidade política dos índios parece haver se constituído em ingrediente poderoso na consecução de seus objetivos, e que tais casos não foram casos isolados de rebeldia nativa, devendo antes ser encarados como movimentos de forte expressão étnica, no âmbito da qual a autoctonia emergiu como valor diferencial em face da cidadania adotiva²⁸ dos não-índios.

O Relatório de 1852 do Diretor Geral dos Índios reitera a necessidade de que o governo imperial adquirisse missionários capuchinhos para a comarca de Porto Seguro “*nas matas do rio Prado as hordas carecem de aldeamento além das que existem aldeadas*”²⁹. Nos mapas organizados com base nesse Relatório geral, consta haver, na “Aldeia do Prado”, respectivamente, 50, 140 e 140 “catecúmenos” em 1853, 1854 e 1855. A presença de capuchinhos para missionários entre índios fora autorizada em 1840, na regência de Pedro de Araújo Lima. (Beozzo, 1988: 78, apud Carvalho, 2011: 370).

O Relatório preenchido pela Câmara do Prado, em 1849, estimava cerca de 500 pessoas livres e 300 cativos vivendo na vila do Prado, sendo 43% de indígenas. Vale aqui destacar que o Relatório aponta a presença de um norte-americano e um sueco na lista de moradores da vila. Carvalho (2011) acredita ser um norte-americano, que representava seu país na condição de Cônsul, para adquirir terras na região do curso do rio Cahy. Pelo período, o norte-americano foi quem deu início a missão adquirir terras culminando na exploração da areia monazítica em Cumurixatiba. Os registros demonstram que data de 1886, o início da exploração monazítica pelo norte-americano

²⁷ Versão ampliada de texto publicado em Caderno CRH, vol. 18, nº 43, Salvador, 2005.

²⁸ Não-indígenas que migravam de outras regiões do país e assumiam forte postura de cidadão local.

²⁹ 2/02/1852 – Colônia Nacional Cachoeira de Ilhéus. Do Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Sena Madureira, ao Presidente da Província. Cota: Salvador: APNSP/E/Missões/Relatórios/A5/Cad2/Doc.07

Jonh Gordon, que em 1898 obteve aforamento de uma faixa de terra de 4.185³⁰ m de comprimento por 33 m de largura em Cumuruxatiba. (CEPLAC, 1976: 63)

Acredita-se que os primeiros contatos com os Pataxó se deu no fim do século XVIII, por isso a variabilidade dos estágios de convivência com a sociedade nacional. No caso específico dos Pataxó meridional, ou de Barra Velha, supõe-se que o contato se deu no início do século XIX.

Entre os anos de 1851 e 1857, vários documentos oficiais apresentam dados sobre algumas hordas de índios bravos vivendo ainda, próximos à vila de Prado o que faz alguns etnólogos concluírem que o Prado funcionou como um dos locais de aldeamento para tribos arredias da região. Esses atacavam constantemente as propriedades locais e os moradores da vila, o que resultou em inúmeras solicitações ao Governo da Província para que houvesse uma definição quanto ao local para o aldeamento dos índios bravos.

(...) durante o Império, amplia-se à dissolução das comunidades indígenas localizadas em áreas com alguma vocação econômica. As ações indigenistas, concretas e de nível local, estiveram sempre em mãos de políticos e proprietários de terras, os únicos que tinham interesse – até porque lhes eram conveniente – e condições para o exercício da função não remunerada de diretor de índio. (Cunha, Alberto Gusmão Cláudio – Tese de Mestrado em Direito Econômico – UFBA – 2000).

Durante todo o século XIX, foi constante o problema da transferência de índios para locais onde causassem menos danos, com o objetivo de civilizá-los sem comprometer o progresso da província, problema agravado pelo número reduzido de missionários, designadamente capuchinhos, no Prado e no Mucuri (Carvalho, 1977). E, muito embora o entorno da vila de Santa Cruz (atual Santa Cruz Cabralia) se mostrasse adequado à exploração econômica desde 1877, a região do Mucuri manteve-se periférica ao núcleo produtor de cacau e pouco povoada até fins do século XIX. Em 1852, teve início a exploração madeireira nas Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, e em 1870 foram extintos os aldeamentos no norte do atual estado da Bahia. No rio Pardo, a exploração madeireira iniciou-se em 1880, quando os arredores do Jequitinhonha foram abertos a pesquisas minerais e à exploração econômica (Tempesta e Sotto-Maior, 2005).

A partir de 1860, são poucos os registros sobre os povos indígenas na região do Prado e Trancoso. Não que eles tivessem se extinguido ou simplesmente alterado a localização de suas rotas

³⁰ Segundo Carvalho (2008), a concessão foi de três léguas referidas – correspondentes a 19.800m no sentido sul-norte, iniciando-se na denominada Japaramirim e finalizando na barra do Ribeiro Pichane – e ter-se-ia apoiado na Lei nº 118 de 12 de dezembro de 1887 e renderia ao município, anualmente, 792 réis, o que no nosso entendimento coincidiria com a extensão da Fazenda Cumuruxativa, hoje, Projeto de Assentamento, que seria a propriedade remanescente da Faz. Caledônia.

e aldeias, mas um silêncio intencional. Também é neste período que as poucas informações e registros dão conta de expulsões violentas e verdadeiras atrocidades contra povos indígenas na região.

Quanto à presença Pataxó no município do Prado, o novo Presidente da Câmara, em resposta ao ofício do Presidente da Província afirmou, de forma enfática, em 1859, que não mais havia aldeamento, tampouco notícias de “tribos selvagens”. Ainda, que a maior parte que existira por lá, se acometeu de epidemias que levaram a morte, outros fugiram para o centro, e o restante se dividiria trabalhando na agricultura para os “fazendeiros da vila”. Contudo, Carvalho (2011), a partir de farta documentação pesquisada, contesta tal informação e diz que ela é falsa e foi desmentida apenas um ano depois, pelo diretor geral interino, Joze Jacome Doria, que demonstrou a presença indígena no mapa das aldeias existentes de “Trancoso, Santa Rosa e Prado”, com respectivamente 500, 100, 110 habitantes. Onze anos depois, em 1871, as três aldeias voltaram a constar da relação, ao lado de outras. (Carvalho, 2011: 384)

Em abril de 1861, o Diretor Geral dos Índios emitiu parecer para implantação de um novo aldeamento nas margens do rio Corumbau, com objetivo amansar e catequizar os “índios bravos”, livrando assim os “nacionais” dos seus ataques constantes e liberando as vilas para a exploração econômica. Segundo dados das fontes bibliográficas utilizadas para este trabalho, é seguro afirmar que o aldeamento de Belo Jardim (1861) abrigou algumas etnias que não apenas os Pataxó. O aldeamento compulsório reuniu as etnias Maxacali, vindos do interior, Botocudos, Tupinikim de Trancoso e Vila Verde e Kamakãs-Meniã de Belmonte (Sampaio, 1996), prevalecendo o etnônimo Pataxó, muito provavelmente por estarem em maior número populacional. Sendo essa, inclusive, uma das explicações para a composição de uma língua hoje utilizada pelos Pataxó, além do Português. atualmente falada pelos Pataxó.

Em 10 de abril de 1861, o Diretor Geral dos Índios emite parecer favorável à implantação de um novo aldeamento nas margens do rio Corumbau e explica que a demora na implantação deve-se à falta de informações suficientes, mas apesar disso entendia ser necessária a medida (Informe nº 59, do Diretor Geral Interino de Índios, Dórea José Jacome, ao Conselheiro Antônio Costa Pinto, presidente da província da Bahia, de 10/04/1861).

Em 1862, o Frei Luís de Gubio foi indicado para dirigir o aldeamento do Corumbau. A indicação foi aceita no mesmo ano pelo Superior dos Capuchinhos na Bahia, que também indica São Ubaldo Bispo como patrono e orago desse novo estabelecimento. Contudo, a demora no repasse dos recursos inviabiliza o deslocamento dos catequistas e Gubio acaba sendo indicado para assumir um aldeamento no vale do Jequitinhonha. Outra meta de Gubio era o de inspecionar os aldeamentos do Prado e avaliar as medidas necessárias para a boa administração dos existentes (Sotto-Maior, 2008).

Correspondências trocadas entre os missionários Capuchinhos demonstram que, a implantação do aldeamento São Ubaldo Bispo acabou sendo descartada por não ter recebido o apoio necessário para sua manutenção. Então, como explicar o aldeamento conhecido como Belo Jardim de Monte Pascoal, no mesmo local indicado para São Ubaldo Bispo?

Uma possibilidade é que, de fato, houve uma longa discussão quanto à transferência dos missionários Capuchinhos para assumir o aldeamento no século XIX. Porém, sem o êxito dos missionários, os colonos do Prado e políticos da região teriam se aproveitado do momento para atrair os grupos indígenas para agrupá-los em um só local. Há, ainda, a hipótese do pesquisador Pedro Agostinho que afirma que a barra do rio Corumbau situava-se no local onde atualmente se encontra a aldeia Barra Velha, e que após 1967 se deslocou para o sul, sendo essa a origem do nome Barra Velha.

Assim, podemos aventar a hipótese de que a data oficial de criação da Aldeia Belo Jardim de Monte Pascoal é o ano de 1861, quando o Diretor Geral dos Índios encaminha a criação da mesma e a leitura do pronunciamento na Abertura da Assembleia Legislativa da Bahia, do dia 01 de março, pelo Presidente da Província Antônio da Costa Pinto:

Espero as informações que pedi ao Diretor dos Índios para deliberar sobre a criação de uma Aldeia no rio – Corumbáo – na Vila do Prado, em cujas vizinhanças há centenas de famílias, que vivem ora nas brenhas, e hora na referida Vila, sem caráter hostil, é verdade, mas persistentes em seus costumes selváticos. Estes índios vão pescar constantemente no rio – Corumbáo -; em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e salga, se retiram para as matas”. (Pinto, Antônio da Costa) (...) não só inteiramente me conformo com a esclarecida opinião do Rdº. Cônego Vigário Capitular, exarada no extrato da parte de seu Relatório de 6 de fevereiro último, que V.Exa. se dignou de me enviar por cópia relativa à criação de uma aldeia de Indígenas à margem do rio ‘Corumbao no termo da vila do Prado’ (Doria, Jozé Jacome; 25/04/1861)

Por fim, em 1886, a Câmara informa em carta à província, que a vila não mais era perseguida pelos índios Botocudos e Mavões, que, estabelecidos no sertão do município, não incomodavam mais os moradores da vila. Somente os tais “Mavões” permaneciam “bravos”.

Ressaltamos que, durante os estudos de identificação e delimitação das TIs Comexatibá e Barra Velha, vários índios, principalmente os de mais idade, que se referiram aos “mavões”. Manoel Santana, ancião e pajé da aldeia Boca da Mata, se referia a eles como índios pequenos e morenos que viviam nas paradas de Joacema e falésias de Cumuruxatiba. O cacique Timborana, da aldeia Cahy da TI Comexatibá, falou deles no momento em que estávamos no alto da falésia, próximo ao bar do Catamarã dizendo que quando criança tinha muito medo deles, pois apesar de pequenos, eram bravos. E complementa dizendo que usavam um pequeno e fino enfeite de madeira no nariz, e

pareciam formigas, pois logo ao despontar do sol “brotavam” do meio da terra, se referindo as fendas das falésias.

Timborana tem por volta de 57 anos, ou seja, muito provavelmente, pela data o cacique guarda e transmite a memória de seus pais e avós, conservando o contexto em que eles o avisavam para não adentrar o espaço daquelas praias para não ser visto pelos índios bravos.

Temos assim que, as ações violentas, o esbulho e as expropriações que se deram durante os 04 (quatro) primeiros séculos de colonização contra os indígenas que habitavam terras da capitania de Porto Seguro podem ser caracterizadas em três frentes: a primeira ainda no século XVIII com ressonâncias no século posterior vem sendo discutida por Francisco Cancela (2007) quando este analisa as relações interétnicas nas vilas de índios de Porto Seguro, entre 1758 e 1820, a criação das vilas de Belmonte (1764), São Mateus (1764), Prado (1765), Viçosa (1768), Porto Alegre (1769) e Alcobaça (1772), como a prática das orientações do Diretório dos Índios, que visava com a criação destas vilas para, *grosso modo*, amansar os índios introduzi-los na convivência com não-índios proporcionando assim a desestruturação das identidades étnicas, ou nas palavras do autor:

Como podemos deduzir as vilas de índios não eram concebidas como um espaço de simples arregimentação de mão-de-obra, nem tampouco apenas ambiente de catequização coletiva de almas infiéis. Estes novos espaços tinham uma natureza muito mais complexa, pois deveriam funcionar como um território de aprendizado da civilização. E, para tal objetivo, os brancos serviriam de modelos a serem seguidos pelos habitantes indígenas. (Cancela, 2006, p.49)

A segunda se dá na declaração de Guerra Justa aos Botocudos em 1808, logo após instalação da Família Real no Rio de Janeiro, declaração intrigante e quase anacrônica já que há quase dois séculos não se declaravam Guerras Justas na América Portuguesa. Maria Hilda Paraíso (1992: 417) afirma que três Cartas Régias definiram a ação local contra os Botocudos, 13/05, 11/05 e 12/12 de 1808³¹. E somado a isso temos que reinstalação deste sistema acelerou o processo de desarticulação das sociedades indígenas e a desapropriação dos seus territórios. Ainda segundo Paraíso (1992: 417), tal processo se assentava na construção de quartéis e destacamentos principalmente entre 1800 e 1814; esta perseguição estabeleceu uma nova forma de resistência por parte dos índios, que passaram a entregar-se ao aldeamento como forma de garantir a sua sobrevivência.

³¹ Essas são as 3 cartas régias referentes a Minas, Bahia e Espírito Santo. Há ainda a declarada aos Kaingang, ou Botocudos do Sul em São Paulo e Rio Grande do Sul.

2.3 Os Pataxó Meridionais no século XX

Atualmente, a primeira língua falada pelos Pataxó é a portuguesa. Simultaneamente, os Pataxó utilizam o *Patxorã*, ou como a descrevem: “língua do índio guerreiro”, sendo essa uma combinação da língua Maxacali com palavras que os velhos Pataxó lembram, além de alguma influência do Tupi, provavelmente apenas adormecida nas mentes dos mais idosos, devido ao medo e ao silêncio decorrentes da discriminação.

Desde 1998, há entre os mais jovens, principalmente os professores indígenas, um trabalho voltado para o resgate da própria língua, a partir do vocabulário registrado por cronistas e viajantes. Esse esforço é um processo de constante reelaboração cultural dos povos, o que não implica, em absoluto, perda ou deterioração da cultura. A influência Maxacali faz parte da convivência histórica dos dois grupos, como já nos foi possível verificar. Um exemplo disso é a Dna. Zabelê, falecida em 2012, que no dia a dia utilizava muitas frases em Maxacali, alegando que quando menina a convivência com os Maxacali era grande.

No Censo Demográfico 2010 - IBGE, os Pataxó do extremo Sul da Bahia compõem a “tabela 1.14 ³²- *pessoas indígenas, por sexo, segundo o tronco linguístico, a família linguística e a etnia ou povo* - com um total de 13.588 habitantes, sendo 6.982 homens e 6.606 mulheres” distribuídos em 6 terras indígenas: Barra Velha do Monte Pascoal, Coroa Vermelha, Mata Medonha, Imbiriba, Aldeia Velha e Comexatibá.

Entre 1886 e 1935, são escassos os registros sobre os Pataxó na região de Barra Velha do Monte Pascoal e de Cumuruxatiba, vivendo estes em isolamento parcial em relação à sociedade nacional ou, ainda, confundidos com outros grupos nativos da região. O difícil acesso às aldeias foi, certamente, um dos fatores que explicam o contato pouco intenso e a falta de informações sobre o grupo. Entretanto, outro fator importante foi a extinção oficial dos aldeamentos indígenas na Bahia, decretada, em 1887, por meio da Lei Estadual nº 198, isolando os aldeamentos existentes.

Ao consideramos a continuidade da permanência dos Pataxó em Cumuruxatiba, podemos ainda examinar outros fatores para o aparente isolamento deste povo, entre eles o que chamamos de negação da identidade indígena. Este fenômeno nasce na sociedade nacional que, por interesses econômicos, políticos e estratégicos, passa a confundi-los com a população em geral (Paraíso, 1998), mas também é assumida pelos próprios índios, que, em razão do constrangimento, sucessivos atos de violência e discriminação que geraram morte e dizimação de grupos inteiros, passam a se reconhecer como “*caboclos*”, ou seja, descendentes de casamentos entre indígenas e não-indígenas.

³² Dados mais detalhados na Parte V deste RCID

Dessa maneira, a condição de caboclo passa a funcionar como estratégia de sobrevivência frente a uma realidade repleta de constrangimentos, violência e usurpação.

Para Susana Viegas³³ uma das origens conhecidas para o termo “caboclo” (do Tupi caá-boc) resulta precisamente da descrição dos índios catequizados pelos jesuítas: “*Caboclos eram primitivamente chamados os índios catequizados em aldeias pelos Jesuítas e seus rivais de catequese*” (in Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa 1977). No nordeste brasileiro, ao longo da história, a população não-indígena tem utilizado o termo “caboclo” em dois sentidos principais: para designar uma forma de mestiçagem de brancos e índios e para designar um processo de assimilação civilizacional, de “cultura mista” ou “aculturada” (Cf. Schaden 1969: 148; Cardoso 1976: 103; para a Amazônia ver Wagley 1977: 148).

“Há alguns anos, antropólogos, parcela da opinião pública e classes políticas envolvidas na questão vêm reagindo com certa surpresa em face dos atuais processos de etnogênese, como se esses fossem um elemento inédito (...). No entanto, os povos nativos sempre estiveram ali, não como fósseis viventes do passado, mas sim como sujeitos participantes da história, como sociedades dotadas de dinâmicas próprias que transcendem as percepções estáticas.” (Bartolomé, 2006: p. 44)

Dessa forma os Pataxó que habitam o extremo Sul da Bahia, ou Pataxó Meridionais, que, no século XIX, viviam entre os rios São Mateus e Santa Cruz Cabralia, resistiram a todo o impacto causado pelo contato com os não-índios que ocuparam a vila de Cumuruxatiba, garantindo sua sobrevivência por meio da mariscagem, pesca nos rios da região e no mar, coleta nas matas, pequenas roças estabelecidas em pequenos espaços de terras, e em vendendo sua mão de obra em fazendas, comércio e pousadas da vila.

Na última década, um grupo de aproximadamente trezentas famílias e mil quinhentos membros da etnia Pataxó, identificados como “caboclos” na Vila de Cumuruxatiba, decidiram retomar seu território imemorial na Barra do Rio Kaí, no litoral do município do Prado-BA, ao mesmo tempo em que retomavam para Si a afirmação de suas identidades. Invisíveis para os outros, ao mesmo tempo, situados à fronteira da exclusão social, os Pataxó neste processo de autodeterminação vêm alterando o curso da História e subvertendo o destino social que lhes fora imposto. Obviamente, não sem reação ou contradições de parte da sociedade local e de outros nacionais. (Batista, 2009)

³³ Relatório de Identificação e Delimitação da TI Tupinambá de Olivença - 2008

Apesar de nem todos os Pataxó de Comexatibá serem “filhos” de Barra Velha e a ocupação da terra indígena não ser resultado exclusivo da dispersão de 1951³⁴, esse fato histórico tem grande relevância para este processo.

2.4 Os conflitos em Barra Velha do Monte Pascoal

Algumas famílias se deslocaram da região de Barra Velha para a região de Cumuruxatiba após o episódio conhecido por “fogo de 51”. A dispersão continuou nos anos seguintes com a perseguição dos agentes do IBDF após a implantação do Parque Nacional Monte Pascoal, em 1961. Carregam esta marca também vivida e acompanhada pelas famílias indígenas de Cumuruxatiba, por terem recebido os parentes em suas casas que fugiam da violência.

O aviador Marechal Gago Coutinho visitou a região em 1939, inclusive a aldeia Belo Jardim (Barra Velha). O Marechal, que durante sua viagem se encontrou com Bernadino José de Souza, coordenador da comissão encarregada de localizar e demarcar o ponto exato em que a esquadra de Pedro Álvares Cabral aportara em 1500, teria ficado espantado com a pobreza dos Pataxó (Carvalho, 1977: 83). Os graves problemas enfrentados pelos indígenas, observados por Gago Coutinho, decorriam da extinção dos aldeamentos, pois os índios se viram em estado de total abandono, com sérias dificuldades de convivência com a sociedade envolvente.



Figura 4: Almirante Gago Coutinho e comitiva, com índios Pataxó, em 1939. Foto: extraída do livro “Sob os céus de Porto Seguro”

³⁴ Alguns autores denominam de “revolta dos caboclos”, pois assim foi noticiado nos jornais da época o conflito entre índios Pataxó de Barra Velha e policiais. Já os Pataxó se referem ao “fogo de 51”, em referência tanto a “chuva” de balas que foram atiradas contra a aldeia, quanto a queima das casas da aldeia por policiais.

O índio Manoel Santana, que atualmente vive na Aldeia Boca da Mata (TI Barra Velha), conta que em Caraíva existia uma serraria “*a braço*”, que antes da década de 1940 pertencia a um homem conhecido como Augeziro Moura³⁵. Esta foi vendida para Júlio Rodrigues, que já retirava madeira da região de Cumuruxatiba, Cahy e Corumbau, desde a década de 1930 (Sotto-Maior, 2005).

O ex-tenente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF Péricles Tavares Marinho, conhecido como Ferrinho, que morou em Caraíva entre as décadas de 1930 e 1940, confirmou a informação da existência de uma grande serraria em Caraíva de propriedade do conhecido madeireiro Júlio Rodrigues (o mesmo de Cumuruxatiba irmão de Theodomiro Rodrigues de Corumbau). Contou também que a caldeira da tal serraria explodiu em 1948, o que levou ao seu fechamento.

Em 1943, um dos fatos histórico que influenciou de maneira dramática a vida dos Pataxó da região foi a criação do Parque Monumento Nacional do Monte Pascoal, criado por meio do Decreto-Lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943, com prerrogativas de monumento nacional.

A memória dos mais velhos remete aos anos 1940, quando oito técnicos coordenados por um engenheiro chegaram à aldeia, enviados por Getúlio Vargas, com objetivo de demarcar a área para um parque, e para tal recrutaram alguns índios para a empreitada. Conforme afirma Sotto-Maior (2008), muitas lideranças Pataxó trabalharam na demarcação, abrindo as picadas e colocando marcos de concreto enquanto acreditavam tratar-se de um “Parque Indígena”, ou seja, um parque para ser habitado e cuidado por eles, índios, posto que os limites coincidiam com parte do território historicamente ocupado e utilizado pelos índios Pataxó do Monte Pascoal.

Contudo, logo descobriram que lá não mais poderiam permanecer. Indignados por haverem sido expulsos da área que tradicionalmente ocupavam, cerceados em seus direitos e impossibilitados de acessar o ambiente necessário à garantia de sua sobrevivência, alguns Pataxó – entre eles o capitão Honório Borges – mobilizaram-se e seguiram viagem para o Rio de Janeiro e Brasília, com objetivo de reverter a situação de demarcação do PNMP, buscando o reconhecimento legal de seus direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

Ele (Dr. Barros) não falava nada, e nós também não perguntávamos. Ele (Dr. Barros) não dizia para que estava fazendo a medição (...) Ele falou que ia fazer a medição, mas só depois que terminou que ele falou assim: ‘nessa terra vocês não têm direito de cortar um pau para

³⁵ Augeziro Moura casado com Rosa Yamune Moura possuía estaleiro e trabalhou na construção de barcos.

fazer roça, só capoeira abaixo. Vocês não têm o direito de cortar um cipó, nada! (Entrevista com o índio Manoel Súia, Aldeia Barra Velha, março de 2005).

Indignados com a expulsão de suas terras, vários índios, entre eles o capitão Honório Borges, se mobilizaram e seguiram em viagens para o Rio de Janeiro e mais tarde para Brasília em busca dos “*seus direitos*”, ou seja, o reconhecimento legal sobre as terras que ocupavam há séculos e que passaram a ser privados de ocupar.

A viagem que o capitão Honório fez ao Rio de Janeiro, citada por Manoel Moreira de Araújo, passou a ser outro marco importante da história Pataxó contada pelos índios e confirmada pela documentação oficial e jornais da época.

De volta da longa e demorada viagem em 1951, sem alcançar êxito aparente, o capitão Honório retorna a Barra Velha e informa que estivera no SPI conversando com agentes do governo e que esses garantiram que tomariam providências no sentido de ajudá-los. Com ele chegaram dois indivíduos, de identidade até hoje desconhecida, que se apresentaram como representantes do Governo Federal, e que estavam ali para solucionar o problema em relação à demarcação da terra Pataxó.

Conquistando a confiança de algumas lideranças, esses dois indivíduos estimularam um grupo de índios a saquear a mercearia Theodomiro Rodrigues localizada no povoado de Corumbau, investida que provocou o ferimento de Theodomiro. Esse fato desencadeou uma violenta reação, tanto por parte dos regionais, como dos policiais de Prado e de Porto Seguro (Sampaio, 1996).

Na terceira noite, já depois da meia-noite, alguém notou um clarão de lanterna do outro lado do brejo. Logo depois a luz piscou três vezes seguida. Foi dado o alarme (...) logo depois começaram a ouvir tiro vindo também e compreenderam que estavam cercados (...) os índios começaram a perceber que os tiros estavam passando agora por cima das casas. Acabaram percebendo que os atacantes estavam é brigando entre si (Oliveira 1985: 21)

Muitos índios escaparam para as matas e ali permaneceram durante alguns dias. Outros foram capturados e presos como bandidos. “Os índios presos iam sendo amarrados com as mãos para trás. Depois eram presos uns aos outros, feito caranguejos, e trazidos para a aldeia” (Oliveira, 1985). Ainda, hoje, os velhos expressam lembranças da violência, humilhações, estupros, fome e morte. O saldo final foi uma aldeia completamente carbonizada, os dois “*insufladores*” e mais dois índios mortos, a dispersão do grupo e um grande sentimento de traição.

Traumatizadas, as famílias Pataxó dispersaram-se, transferindo-se para outras localidades onde encontraram apoio de “*parentes*” e até de fazendeiros que ofereceram lugar para morar em troca de trabalho. Locais como o Córrego do Gibura, onde hoje é a Terra Indígena Águas Belas; a

Gameleira (Corumbauzinho); Santa Cruz Cabralia, onde fundaram a aldeia Mata Medonha; a barra do rio Cai e rio do Peixe - Cumuruxatiba, local onde se juntaram com outros Pataxó que lá viviam; Itamaraju; Arraial D'Ajuda e Prado foram escolhidos como refúgio. Alguns resistiram e ficaram em Barra Velha, como a família de D. Josefa, mãe de Zé Baraiá, que foi cacique de Barra Velha por 10 anos e liderança que acompanhou todo processo de demarcação da área negociada entre o IBDF e Funai.

Ressaltamos aqui que alguns dos locais escolhidos como refúgio pelos Pataxó de Barra Velha, após 1951, já eram habitados por famílias indígenas nascidas na região do Corumbau. **A Gameleira, a barra do rio Caí, o Desejo, Come Quem Leva, por exemplo, eram utilizados como áreas de moradia, como locais de troca de produtos e durante festas, como a de São Sebastião** (ver mapa temático anexo).

Moravam no córrego do Ribeirão. A família dos Braz morava lá. Acho que umas 10 famílias que moravam nos costão do córrego, um lugar que chamava Boa Vista, Desejo, na verdade tem vários nomes lá. Ai depois, essas famílias desceram aqui para a aldeia” os Ferreira dos Santos ou Zé Bico, como é chamado; a do Sr. Alexandre Braz e a do Sr. Mário Braz (entrevista com Gentil – 2007)

Passado o grande alvoroço, algumas famílias começaram a retornar e reconstruir a aldeia. Outros nunca mais voltaram, como Luciana Maria Ferreira (71 anos), conhecida pelo nome indígena de Zabelê, que se mudou para um lugar conhecido como Juerana e hoje vive na aldeia Tibá, TI Comexatibá. Em 1961, os limites do Parque Nacional Monte Pascoal - PNMP foram oficializados com 22.500 ha, o que intensificou ainda mais a pressão exercida pelos agentes do IBDF, empurrando Zabelê para uma região mais ao sul de Barra Velha. Segundo Zabelê, após algum tempo, o cunhado do Sr. Manoel, seu esposo, chamou-os para morar no rio do Peixe Pequeno, próximo a Cumuruxatiba, local em que já havia algumas famílias Pataxó.

Uma índia muito bonita, chamada Luciana, prima de Manoel Santana, sofreu na mão de todos. Essa índia até hoje não teve coragem de voltar a Barra Velha. Mora em Cumuruxatiba. É a única índia que ainda sabe a língua Pataxó (Oliveira, 1985).

O “fogo 51”, ou “guerra de 51”, como ficou conhecido o episódio, pode ser analisado como uma das formas utilizadas nesse período da história do país, também registradas em outras regiões, para gerar a dispersão e desmobilização social de grupos indígenas. Alguns autores acreditam que esse episódio poderia fazer parte de um plano do Partido Comunista Brasileiro de levar a luta de classe à área rural e envolver o proletariado indígena. Os interesses que prevaleciam eram os de ocupação territorial para exploração econômica.



Figura 5: A Revolta dos Caboclos de Porto Seguro.

FONTE: Jornal A Tarde, de 27 de maio de 1951.

Aqui a história dos Pataxó de Barra Velha e Comexatibá se entrelaçam mais uma vez, e não apenas pela procura por parte dos índios de Barra Velha por um lugar para refugio por conta dos conflitos e perseguições, mas também pelos interesses econômicos dos exploradores que chegaram na região. Se fizermos uma retrospectiva na ocupação do Extremo Sul da Bahia, veremos que, inicialmente, ela foi definida pela exploração e extração do pau-brasil e na sequencia pela areia monazítica. No século XII houve uma tentativa frustrada de implantação de algumas monoculturas. Já no século XVIII, a agricultura e a pecuária passaram a ser os principais definidores da ocupação da região.

Nos séculos seguintes, XIX e XX, a exploração de madeira, principalmente a branca para fabricação de compensados, é retomada com força total, seguida da implantação da monocultura do eucalipto, que altera de forma radical a ocupação espacial do interior e no litoral do extremo sul do estado. Ainda nestes séculos a exploração da areia monazítica, inicialmente, para o comércio inglês de lâmpadas a gás, passa a ser a grande responsável pela apropriação de áreas na costa, entre o Prado e Porto Seguro.

A indústria do turismo tem início no século XX e é responsável pela implantação de grandes pólos turísticos, em sua maioria, completamente desordenados, como é o caso de Porto Seguro. Esses pólos passam a atrair um grande contingente populacional, gerando a ocupação sem controle da costa litorânea do Extremo Sul baiano, principalmente após a pavimentação da BR 101.

Assim, os Pataxó são citados, desde o século XVI, por historiadores e viajantes como habitantes das matas, serras e vilas, entre os rios São Matheus e Jequetinhonha, e vivenciaram

constantes processos de esbulho e expropriação de suas terras tradicionais, como exemplificado no caso do conflito de 1951, na implantação dos Parques Nacionais Monte Pascoal e do Descobrimento e outros. No entanto, esses processos serão tratados com maior profundidade na Parte VI deste RCID, onde será apresentada uma breve caracterização das frentes de colonização e as formas, veladas ou não, de expropriação do território tradicional Pataxó.

2.5 A vila dos índios – Comexatibá

Comexatibá permanece na memória dos Pataxó e de alguns moradores (não-índios) mais antigos da região, como a vila dos índios³⁶, tal qual referida por tantos viajantes e historiadores como Currubichatiba, Cumuruxatiba e Comechatiba. O príncipe alemão Wied-Neuwied, acompanhado pelos naturalistas Friedrich Sellow e Georg W. Freyreiss, em sua viagem de exploração na costa brasileira entre o Rio de Janeiro e a Bahia, nos anos de 1815 a 1817, descreve de forma detalhada, em sua publicação “Viagem ao Brasil”, o que observou sobre a vida e costumes das populações indígenas e a botânica e zoologia nas matas do litoral. Nesta publicação não são raras as informações sobre os Pataxó do Prado e de Cumuruxatiba, corroborando a precisão dos relatos orais coletados no âmbito deste estudo.

Ao longo de nossa permanência em campo, em períodos distintos, durante os trabalhos do GT, registramos e conferimos, de forma meticulosa, os lugares e pessoas apontadas como “dono daquele lugar”³⁷, como nos contou o velho Soté, pai de Zé Bete em 2007, quando estávamos num local próximo a Ponta do Moreira:

O Calabrião é do velho Firmo, avô de Jovita, mulher de Timborana do Cahy. Foi o índio mais sabido dessas aldeias, pegou ainda Gordon (referência Jonh Gordon), que gostava dele e queria levar embora para o estrangeiro, mas ele não quis porque dizia que tinha o seu Calambrião, isso é o que contam. Jovita nasceu lá pras bandas do Carrola, sabe onde é né? Então é perto do Corumbau, por que a mãe dela Mastinha era de Barra Velha, mas o velho Aurelino é dali do rio Cahy.

³⁶ Cumuruxatiba, antes de 1940, era uma aldeia somente de índios pataxós que viviam de uma forma tranquila, considerada pelos brancos, a maioria eram estrangeiros, que lá passaram como gente boa e pacata, no entanto, não tinham estímulos para o trabalho. Essa visão se dá o fato de que eles não compreendiam, e até hoje não compreendem, que esses índios só retiravam o que era necessário à sua sobrevivência, dessa forma conseguiram preservar o lugar onde viviam. A partir de 1940 a vila de Cumuruxatiba era formada por um núcleo de casas de madeira próximo à Matriz, a rua central, e outro próximo à represa, um reservatório de água feito para lavar a areia monazítica que era explorada, onde os índios Pataxós viviam em casas de taipa. A não ser os índios haviam algumas famílias como a: Nobre, Rodrigues, Souza, Rosa e Batista, muitas das quais permanecem aqui, mesmo depois de tantas gerações. Essas famílias viviam da pesca, caça, agricultura de subsistência, exploração de madeira e da areia monazítica, e os meios de transporte mais utilizados por estes eram o cavalo e a canoa. Como não haviam mercados o povo se deslocava à pé até o Prado, onde compravam o que não produziam, como remédios e alguns alimentos. Essa é a pequena história de minha Vila - **Manoela Almeida dos Santos** <http://www.paraisooo.com/brasil/Cumuruxatiba/Historia/index.html>

³⁷ Ver mapa de lugares antigos

O pai de Jovita também é lembrado pelos Pataxó como o dono de Comuxatiba, e aquele que plantou os coqueiros e roça onde hoje é o sítio que restou da Empresa Brasil-Holanda, mais conhecida como BRALANDA³⁸. Já ao sul da vila, outras referências foram confirmadas como lugares de índios como o de Maria Lula, Clemente e Maria Piaba.

Nas falésias entre o Prado e Comechatiba que se erguem, do lado do mar, “altos paredões de argila vermelha”, elevações costeiras cobertas de mata e vales numerosos, à época “atapetados por floretas virgens”, Neuwied descreve como refúgio dos Patachós. Segue se referindo a “à ponta de terra denominada Comechatibá, ou, Corrubichatiba, na antiga língua indígena” e a presença dos “índios praianos”, próximo a Fazenda Caledônia, fundada pelo inglês Charles Frazer em 1808. Na vila Neuwied permaneceu alguns dias, tempo em que visitou as “choças dos Patachós na mata” que comenta estar “recentemente abandonada, tendo sido conduzido por alguns índios de Comechatiba. O príncipe faz referencia ainda a ter “topado com os Patachós no Cahy, em 1816, mas do outro lado do rio (Wied-Neuwied 1958:273)

Temos nos registros históricos sobre a vila de Cumuruxatiba e entorno, a história oral dos Pataxó, que reivindicam o reconhecimento dos seus direitos territoriais sobre Comexatibá, reforçada e confirmada.

O salesiano Wilhelm C. Gotthelf Von Feldner veio de Portugal transferido da corte, com a patente de sargento de artilharia, e permaneceu no Brasil por 11 anos (...) Em Porto Seguro ele esteve entre 1812 e 1813. Sobre os Pataxó ele afirmou que perambulavam e preferiam pratos de comida, raramente ou quase nunca permitindo que suas mulheres plantassem o que não considerassem significativo, tendo mencionado o temor dos Maxacali quando eles supunham que o canto do macuco fosse sinal dos Pataxó, uma vez que as pessoas se referiam a esse canto como mensagens dos Pataxó. (...) Encontramos, aqui, também, 4 montículos de terra, redondos, sobre os quais havia indícios de fogo. Seriam covas dos Pataxó. Com prazer eu teria uma, mas não pude fazê-lo por causa dos Maxacali. Se um Pataxó morre, ele é enterrado num buraco de cerca de 05 pés de profundidade, de modo que a cabeça toque os joelhos. É coberto com ramos de folhas, joga terra sobre as folhas e sobre o túmulo faz-se fogo. (Bierbaum 1989: 78; apud Carvalho 2008: 122)

Neste contexto, os fatos marcantes em suas memórias são aqueles ligados aos momentos de expropriação de suas terras, esbulho e maus-tratos. Os relatos de vida revelam dados que, passados de pai para filho, que contribuíram para a identificação dos limites das terras tradicionalmente ocupadas pelos Pataxó de Comexatibá.

Os mais velhos detalham os processos de esbulho, que muitas vezes se dava de forma velada e pela boa fé e ingenuidade dos indígenas, como relata a índia Zebelê, falecida em 2012, sobre o momento em que saiu de Barra Velha durante o fogo de 1951. Ela e o marido Sr. Manoel, se

³⁸ Empresa do ramo madeireiro instalada na região de Nanuque por volta da década de 1940. Atuou nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Sul da Bahia. No extremo Sul da Bahia se fixou por volta do final da década de 1960 e início da década de 1970.

refugiaram na casa de uma prima na Juerana³⁹ e lá fizeram roça, “mas logo veio Siquara⁴⁰ e nos expulsou”. Conta que saindo de lá, por volta de 1969, foram morar no rio do peixe pequeno, ao norte da vila de Cumuruxatiba, e lá plantaram arroz, mandioca e outra roça que “era boa”. Conta que o Sr. Manoel pescava no rio e no mar, e nada faltava lá “*tinha caça também, hoje não tem nada*”. Mas chegou o “*Expedito com um papel na mão e disse que a terra era dele e deu um barraco aqui na praia de Cumuruxatiba pra a gente morar, lá perto de onde hoje é as pousadas*”. Para Zabelê, onde eles escolhiam para morar nunca tinha nada e nem dono, mas não passava muito tempo aparecia alguém para tirá-los, explicando que:

Os índios não tinham letramento naquele tempo e nem sabiam dos direitos deles. Se o branco chegava com papel e dizia que era dono, nós acreditava e saía, quem não saía e remediava, levava bala e saía do mesmo jeito. Ah, e tinha muita terra livre, porque tudo aqui era de índio, então era só escolher outro lugar e fazer a roça. Mas depois de um tempo as terras foi se acabando porque chegou muito branco e foi construindo pousadas e fazendas, e os índios ficaram aqui espremido. (entrevista com Zabelê em 2012 – um mês antes de falecer).

Neste relato, podemos perceber de que forma se deu grande parte do esbulho na região, mas principalmente, a forma como os índios, acreditando que “*ainda tinha muita terra do patrimônio dos índios*”, reformulavam sua organização e territorialidade, até o ponto em que foram confinados em pequenos lotes na vila ou nos Projetos de Assentamento instalados na década de 1980⁴¹. Verificamos também de que forma eram vistos os índios e o “lugar” deles na sociedade. Como na fala do índio Soté: “Gente que não é gente e não tem lugar, a não ser como caboclo empregado de branco ou fugitivo” (2011)

Vários outros relatos feitos durante as entrevistas demonstraram, de forma eloquente, as estratégias utilizadas pelos “brancos” na apropriação das terras ocupadas tradicionalmente pelos Pataxó. Em alguns casos a violência se dava de forma velada e silenciosa, a partir da coerção e utilização do poder dos documentos das sociedades “letradas”⁴². Também lançavam mão do artifício do compadrio, se aproximando das famílias Pataxó com promessas falaciosas de melhoria de vida. Mas, na maioria dos casos, a posse era tomada pela violência explícita, armada e sob as leis do poder econômico. O detalhamento dessas entrevistas será apresentado na Parte II deste Relatório.

³⁹ O sul da aldeia Barra Velha, próximo a Corumbau, nos limites da TI Barra Velha do Monte Pascoal, reconhecida pela Funai em 2008.

⁴⁰ Agente do IBDF - Chefe do Parque Nacional Monte Pascoal a época

⁴¹ Ver Parte VI – levantamento fundiário

⁴² Em todas as sociedades não ágrafas, o documento escrito representava poder. A escrita não só possibilitou como também confirmou e tornou inesquecíveis os atos e as decisões da nova autoridade colonial na América Latina. Como podemos observar, através de variadas práticas colonizadoras, os europeus agiram como se quisessem inscrever seu poder em todas as superfícies possíveis – e impossíveis (Vera Lúcia Teixeira Kauss, 2009)



Figura 6: Os índios Zé Fragoso, Soté e Manoel (pai de Fragoso), em entrevista (2011)

2.6 Convivência na Fazenda Cumuruxatiba

Assim como o “fogo de 1951” permeia a memória dos Pataxó de Barra Velha como um marco, a implantação da **Fazenda Caledônia**, posteriormente denominada **Fazenda Cumuruxatiba**, e a extração da areia “de ouro”, ou monazítica, marca a história dos Pataxó de Comexatibá.

O breve histórico da TI Barra Velha e dos conflitos enfrentados pelos indígenas do entorno do Monte Pascoal apresentado em item anterior teve por objetivo enriquecer a análise da dispersão e migração dos índios Pataxó de Barra Velha no século XX, bem como da relação desse deslocamento com a ocupação indígena da região de Cumuruxatiba e do rio Caí. Contudo, ressaltamos que os Pataxó desta última região têm uma história que se entrelaça com a de Barra Velha, mas que não é mera consequência dela. As relações entre os grupos das duas áreas são antigas e complexas, sendo que tal interdependência não apaga as fronteiras entre os grupos locais.

Relembrando um pouco mais a história da “vila dos índios”⁴³, chegamos ao “branco” que teria se apossado das terras de Comexatibá, que segundo M. G. Batista (2003) era Charles Fraser, que se apropriou de uma área onde implantou a primeira fazenda da região, a Fazenda Caledônia. Essa Fazenda, entre outras, foi repassada a Jonh Gordon, nome citado várias vezes na entrevista de D. Bernarda e outros índios velhos de Cumuruxatiba. Dna Bernarda diz que Gordon era estrangeiro, e um grande exportador de madeira na Bahia. Foi ele também o maior divulgador do minério da monazita (areia) no litoral de Caravelas e Prado e, ao que tudo indica, Gordon foi o responsável pelo

⁴³ “Vila dos índios” é a maneira como os Pataxó e “nativos” chamam Cumuruxatiba (Batista também utiliza o termo em sua tese).

início da exploração da areia monazítica⁴⁴ em Cumuruxatiba, utilizando para isso mão-de-obra escrava.

Ora, quando Jonh Gordon, o primeiro empreendedor estrangeiro do ramo extrativista passou a explorar esta atividade mineradora em Cumuruxatiba e conseqüentemente, no Brasil, no final do século XIX, vivíamos um período em que o país se declarara livre do julgo da colonização, mas que ainda transformava negros em escravos. (Batista, 2003)

Em janeiro de 1930, durante o período em que gozava de férias com seus familiares, o mineiro de Teófilo Otoni, Júlio Rodrigues, se viu diante da oportunidade de adquirir as terras da fazenda então conhecida como Comuxatiba, com “areias monazíticas e madeira para explorar” (Rodrigues, 1980; p. 20). O momento era de crise econômica, gerada pelo plano econômico de Getúlio Vargas, que com a baixa do café provocou o empobrecimento de muitas famílias. Aquelas que resistiram se viram obrigadas a diversificar seus investimentos. E foi assim que Júlio Rodrigues voltou seus negócios para Cumuruxatiba.

Segundo referências apresentadas por sua filha, Maria José **Moreira** Rodrigues, em um livro sobre a biografia da família, havia nas imediações da fazenda de seu pai um povoado ocupado por índios Pataxó.

Papai continuou sozinho em Teófilo Otoni. Quando as férias chegaram, ele resolveu passá-las conosco em Cumuruxatiba. (...) A viagem foi difícil, mas lá chegamos ficando na gerência (casa antiga) feita pelos estrangeiros que beneficiavam a areia monazítica. Adoramos o lugar, os córregos, o coqueiral, o luar, o céu estrelado, sem luz elétrica para diminuir a beleza e a casa ampla com uma varanda gostosa e fresca. A gerência ficava juntinha da barra do córrego e em dias de maré cheia era lindíssimo o panorama. Na fazenda existia um povoado de índios pataxós, gente boa e pacata, mas sem estímulo para o trabalho. Nessa época todos adoeceram de impaludismo, inclusive vó Ritinha (...). Papai se preocupou muitíssimo porque não havia médicos, nem remédios (...). Eu estive bem mal. No dia 20 de janeiro, na subida do mastro em honra de São Sebastião, mamãe pediu a ele que restituísse a minha saúde. (Moreira, 1980; p. 24)

Continua em seu livro, informando que no verão de 1934 o pai empregou seu primo Eudaldo como gerente da Fazenda, tendo este construído um lindo chalé para a família se alojar.

Inauguramos o chalet que ficou muito bonito e também a igrejinha de Santo Antônio, que papai mandou restaurar. Reuni várias crianças, inclusive filhas de índios, ensinei catecismo e preparei-as para a 1ª comunhão. (ib.: 27)

Os relatos nos fizeram acreditar em alguns momentos que a convivência entre os Pataxó e Júlio Rodrigues era pacífica, podendo ter-se apresentado, ou sendo interpretado à sua revelia, como

⁴⁴O termo monazita provém do grego – monazein, que quer dizer ‘estar solitário’, o que indica sua raridade. Quando presentes, os grãos se concentram em manchas de aspecto característico, variável de extensão e profundidade, como é fácil observar principalmente na praia de areia preta, onde as ondas do mar deixam a sua paisagem marcada por pequenas linhas amarelas, característica da monazita. (www.guaraparivirtual.com.br)

protetor dos índios (Carvalho, 2008: 197). Vários dos nossos informantes indígenas citaram a família de Júlio Rodrigues como aquele que entregou o patrimônio para os índios quando foi embora para o Rio de Janeiro por volta da década de 1970. Durante entrevista, Dna Bernarda Neves (mais de 90 anos), mãe de Timborana, nos diz que Júlio Rodrigues era homem valoroso, que mediu o patrimônio dos índios, cita também Eudaldo, seu primo, com que diz ter trabalhado, como um “brasileiro de Deus que dava feijão, carne de boi e outros produtos para ajudar os índios em troca de trabalho em sua fazenda”. Mas, a convivência pacífica poderia ser pensada apenas como mais uma estratégia para dar continuidade a colonização daquele local, já que os índios não eram considerados donos daquelas terras ou parte do território, como tentaremos demonstrar no decorrer deste RCID.

*Eu sempre digo pro Zé (fazendo referencia ao seu filho Zé Chico), eu era menina, mas alcancei quando um homem apareceu pra zelar dos índios (...) ele fez a medição e demarcou o **Patrimônio** dos índios que tem a divisa do Prado com Cumuruxatiba, pra lá do Japara, até no Imbassuaba. Ele zelava de muito índio por aí, não tem mais homem bom assim. Ai teve uma festa... Ele foi embora e fez uma festança, chamou os índios e deu um papel dizendo que agora o Patrimônio era dos índios.*

O trecho acima faz referência a um povoado ocupado por índios Pataxó dentro da área da fazenda adquirida por Júlio, mas, para M. G. Batista (2003), tratava-se de um “*avanço da extensão territorial, das fronteiras e dos limites da Fazenda Caledônia, incluindo a Vila de Cumuruxatiba*”. Em um livro de registros cartorial do cartório do município do Prado, encontramos o registro de uma área que pode ajudar a elucidar o fato: ela confronta, a Oeste com terras do **Patrimônio Municipal** e, ao Sul, com áreas remanescentes da antiga Fazenda Cumuruxatiba, antes denominada Fazenda Caledônia, partindo da embocadura do riacho Cumuruxatiba ou ribeirão da Empresa. Outros detalhes serão dados na Parte VI deste RCID.

Júlio Rodrigues, então, fiel seguidor dos preceitos de Teófilo Otoni, mantinha uma relação “amigável” com os Pataxó, utilizando-os como mão-de-obra nas plantações de coco de sua fazenda, na retirada de areia e nas serrarias de sua propriedade. As plantações de coco, com aproximadamente 50 anos, são encontradas em toda a área reivindicada, conforme informações fornecidas pelos índios mais velhos de Cumuruxatiba. **A área plantada vai da boca do rio Imbassuaba, ao norte, até próximo à região do rio das Ostras**, que os índios sinalizam como de propriedade de João Barreto e a área do Patrimônio.

Em uma análise detida do mapa (carta topográfica), essa referência indica que pode ser a área demarcada pelo Incra na década de 80, destinada à reforma agrária, referência confirmada por citações do índio João Neves, já falecido, D. Bernarda e outros, que falam sobre a existência de marcos de madeira de 2 metros delimitando esta área, que os índios denominam de “Patrimônio dos

Índios de Cumuruxatiba”. Afirmam, ainda, terem sido colocados, na época de Júlio Rodrigues, por dois agrimensores, um deles de nome Antônio Jaguaripe.



Figura 7: Dna. Bernada (mãe do Timborana 2005)



Figura 8: Dna. Martinha (mãe da Jovita) 2004

Neste período, os índios gozavam de certa autonomia política e de um poder estruturado dentro da sociedade branca local, sendo que vários deles assumiam postos de poder em algumas importantes instituições locais, como o cartório e a escola. Talvez por esse fato, o grupo se manteve invisível para a sociedade nacional durante algum tempo, e não sentiu necessidade de afirmação étnica. Foi no final da década de 90 que os Pataxó passaram a se afirmar como grupo culturalmente diferenciado.

A aparente⁴⁵ tranquilidade reinante na região foi rompida com a saída de Júlio na década de 1970 (segundo os índios, ele foi para o Rio de Janeiro) e com a chegada de Múcio e Expedito⁴⁶. Esses homens realizaram uma forte pressão para que as famílias que sempre viveram dispersas nessa região comesçassem a vender ou entregar suas terras por valores irrisórios, ou por promessas mentirosas, demarcando, assim, posses irregulares, muitas delas repassadas para a FLONIBRA⁴⁷ e posteriormente para BRALANDA. Conforme informações dos Pataxó, tanto Múcio quanto Expedito eram contratados dessas empresas.

⁴⁵ Dizemos aparente, porque de fato há muito tempo os conflitos já eram percebidos e a expropriação das terras dos índios era continuamente realizada, como é o caso da D. Romilda que será detalhado em capítulo posterior deste.

⁴⁶ **Expedito Cordeiro da Silva** - Citado no livro 3 F do Cartório de Registro de Imóveis do Prado como sendo detentor de 25% da área da Serraria Água Fria, da Bralanda (1974) – Livro 3 F

⁴⁷ Empreendimentos Florestais Flonibra é o resultado de um acordo da Companhia Vale do Rio Doce com as 15 maiores empresas japonesas produtoras de celulose. É uma indústria brasileira, onde o Governo Federal tem maioria absoluta (nos capítulos posteriores detalharemos a ação da Flonilbra)

O período que compreende as décadas de 1960, 1970 e 1980, foi marcado por grandes “doações” de áreas “tituladas” pelo estado da Bahia, em favor de grandes nomes do cenário político nacional, tal como na ponta do Corumbau⁴⁸, e Caramuru Paraguaçu.

Cumuruxatiba, no século XX, e principalmente a região que hoje compreende os municípios de Porto Seguro e Prado, continuou sendo objeto de diferentes projetos de povoamento. **A crescente expansão nacional e o avanço sobre as terras dos antigos e extintos aldeamentos da região fizeram com que os indígenas que ocupavam o litoral entre o rio das Ostras e o rio Cai, incluindo Cumuruxatiba, buscassem refúgio nas áreas de mata onde hoje está localizado o Parque Nacional do Descobrimento, Unidade de Conservação de proteção integral, criada em 2000.**

Conforme história oral do grupo, muitos foram os desmandos cometidos pelos especuladores e grandes proprietários de terras na retirada das famílias indígenas dos locais que habitavam. Em sua maioria, os índios eram obrigados a assinar a venda da posse por valores irrisórios ou em troca de “mulas cegas e animais velhos” (entrevista com Soté, 2005). No caso de não concordarem, como foi a posição da família de D. Romilda, esposa falecida do cacique Gentil (Alegria Nova), eram ameaçados de morte, espancados e violentados em seus direitos fundamentais.

A empresa mais conhecida pela utilização de métodos poucos convencionais na retirada de regionais e índios das áreas pretendidas para exploração madeireira é a BRALANDA (Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria). Proveniente de Nanuque, já carregava desde a década de 1940 um histórico de degradação em Minas Gerais. Instalada na década de 1970 na região, contava com colaboradores violentos, como agentes policiais, e com a conivência de autoridades locais para a realização de atrocidades, conforme relata o Deputado Guilherme Menezes (PT), em entrevista no mês de março de 2005⁴⁹:

No início da década de 70, no município de Porto Seguro, instalou-se a SOCIEDADE ANÔNIMA BRASIL-HOLANDA INDÚSTRIA, na região, que àquela época era uma importante reserva da Mata Atlântica, onde predominava a pequena propriedade rural com criação de animais e com lavoura de subsistência, ocupada, na origem, por famílias que tomaram a posse de porções daquelas terras ditas devolutas, agregando benfeitorias, dando-lhes valor econômico e, principalmente, função social ao que era, antes, improdutivo. Após terem as casas incendiadas e as terras invadidas, cerca de 1000 pessoas passaram a viver marginalizadas, perseguidas por policiais, agentes da justiça, e capangas da empresa.

⁴⁸ Sítio São Francisco adquirido em 1970 pelo Senhor Renato Bayma Acher da Silva, Ex-Minsitro – cassado pelo regime militar em 1968 (AI-5), Acher era um articulador da Frente Mista de Oposição, período em que os Pataxó passavam por toda ordem de esbulho e expropriação de seu território, **tinham como áreas de 3.2 ha, 9.4 ha e 3.4 ha, respectivamente, o que somaria 16 hectares.** Porém, o título apresentado no documento informa uma área de **141,95 hectares**, área muito superior a adquirida na década de 70.

⁴⁹ Pronunciamento na Câmara de Deputados do dia 23/08/05 (www.camara.gov.br/sileg/integras/146492.doc)

Centenas de trabalhadores rurais, homens, mulheres, idosos e crianças, começaram, a partir de 1974, a sobreviverem um estado de não-direito, vítimas de prisões, espancamentos, chegando a dez pessoas assassinadas, além de desaparecimentos. Esses atos cruéis e insidiosos, inspirados na tortura, motivaram inquéritos policiais, que estão arquivados, e ações penais, também paralisadas, anunciando a vitória da violência e da arbitrariedade sobre a justiça.

*No CASO DO VALE VERDE, também conhecido como **CASO BRALANDA**, nos surpreendemos ante a ausência do Estado-juiz, indisfarçavelmente parcial, moroso, pusilânime, sempre servindo aos interesses do capital, contra quem vive de seu trabalho, e acobertado pelo tradicional coronelismo regional, cuja prática ainda é corrente.*

*A BRALANDA, nesta história de bandidos, foi favorecida com a grilarem de terras pertencentes a cerca de 100 famílias. Explorando a atividade de extração madeireira, ocupou imensas extensões de terra em **Porto Seguro, Prado e Mucuri**, tendo chegado a praticar o extrativismo predatório em quase 40 mil hectares.*

*O absurdo, contudo, é que após anos de luta, com mortes, desaparecidos, tortura, humilhação, continuam paralisados na Justiça baiana, há mais de 10 anos, vários outros processos propostos por grupos de posseiros. E, mais recentemente, em um ato de acinte ao Poder do Estado, a MULTINACIONAL BRALANDA **ludibriou o Poder Judiciário ao receber nada menos que o valor de 80% de 05 milhões de reais, que era, em verdade, o valor destinado a indenizar os posseiros, por decisão judicial em Ação de Desapropriação das terras que hoje compõem o Parque Nacional Pau Brasil: verdadeiro massacre à esperança dos legítimos posseiros e proprietários, esperança ainda alimentada pela crença de que “a justiça tarda, mas não falha.”***(Anexo nº 8 - grifos nossos)

Da mesma forma a empresa expropriou as terras tradicionalmente ocupadas pelos Pataxó de Cumuruxatiba e, somado a isso, depois de tirar toda a madeira nobre das florestas da região, vendeu as mesmas terras, agora degradadas pela exploração madeireira, ao Estado, por meio do IBAMA, como podemos observar nas cartas imagens anexas, para criação do Parque Nacional do Descobrimento.

Na década de 80, a luta pela reforma agrária também movimentou a região, envolvendo, inclusive parte dos indígenas locais, como vimos anteriormente. O movimento desencadeou um processo de implementação de vários assentamentos, como os PAs Cumuruxatiba e Rio das Ostras, criados em 1986.

A participação dos índios Pataxó no Movimento da Reforma Agrária de Cumuruxatiba reflete uma estratégia manutenção e/ou da recuperação de suas terras expropriadas nas décadas de 1950, 1960 e 1970 pelos grandes exploradores de madeira e areia monazita, e pelos criadores de gado. Entretanto, a maioria das famílias indígenas abandonaram os assentamentos, pois não se adaptaram ao módulo de distribuição de terra adotado pelo Incra, que restringe a demarcação num quadrado, limitando o terreno a um loteamento que fragmenta o acesso aos recursos naturais. Principalmente, **essa forma de ocupação não contempla a lógica da organização social do grupo, rompe com corredores ecológicos naturais e com a cadeia alimentar isolando as águas, itens**

fundamentais da territorialidade para os Pataxó, conforme seus usos, costumes e tradições (Batista, 2003).

Assim, a tentativa dos Pataxó de experimentar uma relação com a terra tradicional e os recursos naturais existentes não contemplou as necessidades e os direitos territoriais do grupo indígena. Alguns abandonaram ou venderam, por valores irrisórios, seus lotes e retornaram para a Vila de Cumuruxatiba. Permaneceu, ainda, a expectativa de viver como nos meados da década de 1970, quando ainda gozavam de relativa posse sobre suas terras e as atividades econômicas que predominavam eram a pesca artesanal marítima e a coleta de mariscos do mangue. Contudo, seus direitos territoriais foram cada vez mais restringidos pelas cercas, portões e correntes que expropriam os espaços de uso tradicional.

Outra atividade econômica que apareceu no final da década de 1980 e teve forte impulso na década de 1990 é a fabricação de papel e celulose, que espalhou pela região imensas plantações de eucalipto, destruindo a terra e secando as várias nascentes de água, muitas vezes desrespeitando os limites impostos pela legislação ambiental, estendendo-se até os limites do PND.

Foi, então, em um contexto de conflitos e esbulho, que criou-se o Parque Nacional do Descobrimento, em 1999, na tentativa, por parte do Estado, de preservar o pouco que ainda restava da Mata Atlântica e que vinha sendo dizimada pelos madeireiros.

O PND é considerado estrategicamente importante, pois representa uma das últimas áreas da região onde requisitos-chave para manutenção da biodiversidade são atendidos, tais como: extensão, qualidade estrutural, diversidade de hábitat, situação geográfica. Apesar dos problemas e da contínua exploração de seus recursos vegetais, o PND ainda detém grande riqueza de espécies botânicas, inclusive com a ocorrência de diversos táxons ameaçados de extinção, como o jacarandá e o pau-brasil, dentre outros. (Estudo das Alternativas para Ampliação do Parque Nacional do Descobrimento, abril de 2004).

Analogamente ao que ocorreu com o Parque Nacional de Monte Pascoal, aqui também a implantação do Parque Nacional do Descobrimento vedou aos índios a recuperação da posse sobre suas terras. Porém, a despeito das duras restrições e ameaças dos grandes fazendeiros e políticos da região, **os índios não deixaram de utilizar a área hoje ocupada pelo Parque, bem como os locais de importância tradicional para o grupo – como alguns pontos ao longo dos rios do Sul, Caí, Imbassuaba, Peixe Grande, Lagoa Doce, Pichane, Lagoinha, riacho do Mangue, Ribeirão, Palmeiras, ribeirão do Ouro, lagoa do Tauá, Dois Irmãos e a localidade de Areia Preta – em busca de itens tradicionais de sua alimentação e cultura material, assim como para a prática de rituais de cura.**

Vivendo um quadro de total instabilidade social e cultural, com severas restrições ao uso de seu território e consequente falta de terra para roças de subsistência e locais para pesca e caça, os Pataxó de Comexatibá (Cahy/Pequi) aliaram-se aos Pataxó do entorno do Monte Pascoal e aderiram à “Frente de Resistência e Luta Pataxó” em 1999, então liderada por Joel Braz, cacique da Aldeia Meio da Mata, na TI Barra Velha, em busca do definitivo reconhecimento, por parte do Estado, de sua terra de ocupação tradicional.

A situação dos Pataxó era de extrema vulnerabilidade, seja pela disputa territorial com os fazendeiros que reagiam fortemente as ocupações, com assentados dos Projetos implantados pelo Incra nos limites das terras indígenas em estudo, ou ainda, com os agentes do IBAMA (hoje ICMBio) por conta da sobreposição do Parna do Descobrimento recentemente criado.

Diante disso, a Funai, setembro de 2005, constituiu um grupo para realização dos estudos de fundamentação antropológica da TI Cahy/Pequi (Comexatibá), conforme Portaria n.º 1129/PRES, publicada no Diário Oficial da União de 30.09.05, Seção 2, pág. 22, necessários à caracterização da ocupação Pataxó na região do município de Prado (BA).

O Relatório foi entregue e analisado pela Coordenação de Identificação e Delimitação, que concluiu, junto a então Diretoria de Assuntos Fundiários, pela continuidade do procedimento administrativo de demarcação de terras, conforme Decreto nº 1775, constituindo o GT de estudos complementares necessários à identificação e delimitação da TI Comexatibá.

3. Parte II – Habitação Permanente

Meu irmão (João Neves - falecido em 2004), já contava que os nossos avós diziam que aqui em Cumuruxatiba sempre foi terra dos índios Pataxó. Ele nasceu lá para 1924 e já existia uma taba de índios. Esses índios Pataxós de Barra Velha foram tudo saído daqui. João contava que eles saíram corrido daqui, porque existia uma aldeia de Aimorés perto da vila de Caravelas, e tinha também uns índios Mavão. Foi depois de uma guerra que eles correram para um lugar perto de Caraíva, em Barra Velha, chamado Céu, porque lá era difícil de chegar naquela época. Lá era cercado de água e brejo. Digo sempre aos meninos (seus filhos), tudo começou aqui, a nossa vida foi daqui (Cumuruxatiba) no Caí. (Dona Bernarda – 98 anos, Cumuruxatiba em 2006).

O avanço das frentes de expansão e a exploração desordenada dos recursos naturais na região costeira e Mata Atlântica na região de Comexatibá constituíram, ao longo dos últimos séculos, uma ameaça à integridade física e cultural dos Pataxó, que foram se desvanecendo à sombra dos desmatamentos e de outras formas de degradação ambiental que impactam a região. Mergulhados, por um lado, na tradição que marca o Monte Pascoal e o símbolo do Descobrimento como o eixo central de sua cosmologia e, por outro, no *ethos* urbano de um estado majoritariamente voltado para as demandas da especulação e do turismo, os Pataxó enfrentam, atualmente, inúmeros desafios à sua segurança e bem-estar.

Diante disso, mesmo com a limitação imposta pela ocupação de não-índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam, os Pataxó de Comexatibá historicamente articulam estratégias de uso de seus territórios em um processo dinâmico que estabelece múltiplas trajetórias espaciais em busca dos recursos naturais necessários à reprodução física e cultural.

Na TI Comexatibá há locais como os “lugares dos antigos”, “sítio dos antigos” ou “histórico”, referentes a áreas abandonadas onde viviam famílias indígenas, lugares sagrados e encantados, lugares para caça e para pesca, lugares como o porto onde se atracam as canoas, a escola, as cacimbas e até as sedes das fazendas. Todos estes, fazem parte do conjunto de elementos que organizam o espaço vivido dos Pataxó.

3.1 Conceitos

O conceito de ocupação indígena não se refere apenas ao lugar onde se encontra edificada a maloca ou a casa: será de posse indígena toda a área que sirva ao índio ou ao grupo indígena para caça, pesca, coleta de frutos naturais, roçados, cemitérios, habitação, realização de atos religiosos e cultos tradicionais.

Também não se resume um território indígena, ocupado tradicionalmente por longo tempo, às porções onde porventura foram confinados os seus habitantes após intervenções sociais, violentas ou não. Assim é preciso lembrar que, muitas vezes expulsos de suas terras, sistematicamente privados de seus direitos, sendo impedidos de morar ou plantar, passaram a viver em diminutas porções de áreas.

Além disso, o que caracteriza a “habitação tradicional” não é apenas a permanência em determinada porção de terra, mas o *modo* específico que cada povo tem de se relacionar com seu território e com os recursos nele disponíveis. Terra, para os Pataxó, é vida. Não qualquer terra, mas o lugar onde podem realizar de forma plena seu modo de ser, onde se nasce e se é enterrado, os lugares eleitos como ideais para se viver e se reproduzir culturalmente. Esta maneira de habitar é articulada ao local onde se encontram materializados os vínculos com os antepassados e com a tradição de um grupo. Nesse sentido, os Pataxó de Comexatibá percebem seu território interligado historicamente ao dos Pataxó de Barra Velha, como veremos adiante, por múltiplas relações socioambientais e culturais.

O antropólogo Paul Little afirma ainda que a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. Para ele o fato de que *“um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos”* (Little, Paul E. 2002: 32). Neste sentido, observa-se que a distribuição atual dos locais de moradia dos Pataxó é resultado direto do processo de colonização, expropriação e resistência.

3.2 Histórico e dinâmica do uso e ocupação territorial

Esclarecemos que os dados apresentados nas próximas páginas, principalmente nas Partes II, III, IV em grande medida, foram extraídos do Relatório Etnoambiental da TI Comexatibá, resultado dos estudos complementares do GT. Sendo assim, alguns pontos, citações e bibliografia completa serão encontradas no Anexo 1 deste RCID.

Os estudos técnicos empreendidos pelo GT de identificação e delimitação da TI Comexatibá (Cahy/Pequi) demonstram que, mesmo diante dos graves e persistentes processos de confinamento e esbulho territorial a que foram submetidos durante o processo colonial e no atual contexto de desenvolvimento econômico e ambientalista no extremo sul da Bahia, os Pataxó foram capazes de resistir e inovar, por meio de diferentes estratégias de ocupação territorial, mantendo a habitação permanente das terras que tradicionalmente ocupam, como veremos adiante.

Sabe-se, pela literatura, que os Pataxó durante certo período viviam sendo atacados por Botocudos de um lado e por colonos de outro, forçando o deslocamento e a depopulação desta etnia.

Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro (1971) os Pataxó, dentre outros grupos, foram reduzidos a pequenos bandos “atemorizados e totalmente descaracterizados por séculos de choques sangrentos”. Portanto, os Pataxó provavelmente não eram “pequenos bandos” devido a fatores culturais e ecológicos, mas sim é possível argumentarmos que, caso realmente fossem pequenos bandos, isso se devia a uma redução demográfica durante a colonização causada por doenças e ataques de colonos. É provável que diante do avanço colonial, os Pataxó, assim como faziam os Botocudos (Dean, 1996 p.168-169), evitassem abrir clareiras na mata para não chamar a atenção dos invasores não-índios e de inimigos de outros grupos étnicos. Desta forma tinham que abandonar os campos agrícolas, com consequente perda de sementes e de artefatos técnicos. O colapso demográfico das populações indígenas logo após a chegada dos colonizadores foi associado à erosão dos recursos genéticos cultivados, tanto na Amazônia (Clement, 1999), quanto na Mata Atlântica (Dean, 1996).

Em segundo lugar, é possível supor, mesmo com argumentos oriundos de informações secundárias e fragmentadas, bem como a escassez de material arqueológico e histórico, que tanto os Pataxó como outros grupos considerados como “seminômades” plantavam algumas espécies vegetais e as manejavam ao longo do território a fim de enriquecer com plantas úteis algumas áreas. Estas áreas eram abandonadas em certo período e se tornavam sítios de cultivo e manejo de vegetais e de atração de caça, como ainda hoje é praticado. Esta prática foi observada por Weid-Neuwied entre os Botocudos que habitavam as margens do Jequitinhonha (Wied-Neuwied, 1986 p.251). Ao mesmo tempo, o fato de os Pataxó transacionarem elementos de coleta e artefatos de caça, como observou o príncipe Maximiliano, não significa que não possuíam qualquer atividade de cultivo.

O fato de muitos afirmarem que os Pataxó caminhavam por todo território, do mar para o interior, e do leste para o oeste, está diretamente relacionado, com relatos de que os Pataxó cultivavam e trocavam plantas, num movimento intenso para manter suas relações de parentesco e troca. Em recente diálogo realizado por um membro da equipe do GT, na Reserva da Jaqueira (TI Coroa Vermelha), foi dito por uma família de lideranças oriundas da região de Barra Velha, incluindo um morador do Prado, que a ideia prevalecente de que os Pataxó eram nômades se deve, provavelmente, ao fato de que,

Os brancos viram os jovens andando, enquanto outros índios, velhos, crianças ficavam na aldeia ... sempre foi assim, era e é o costume, andando e ficando num lugar, plantando plantas como milho e frutas, isto pode ver nos lugares antigos que têm por aí, cheio de frutas”. Além disto relataram que “antigamente minha mãe falava que se plantava muito araruta, milho, hoje em dia não se planta mais, se perdeu (Karajá Pataxó, entrevista realizada por Thiago Cardoso em 30/08/2012).

É importante observarmos que, mesmo diante do fragmentário registro linguístico de Wied-Neuwied (1986 p.510) sobre os Pataxó⁵⁰, foram registradas palavras para se referir a locais permanentes como aldeias (*canan-patashi*), plantas cultivadas como a mandioca (*cohom*) e o milho (*pastochon*) - em dicionário mais recente o milho é denominado de (*potxô*). Só a existência de termos para as plantas cultivadas já se constitui como motivo para se pensar numa relação mais íntima entre os Pataxó e a agricultura, um exercício linguístico e de etnobotânica histórica proposto por Balée (1992). É possível supor que os Pataxó, em constante contato com outros grupos étnicos, notadamente os Tupi, reconhecidos agricultores de mandioca (Dean, 1996), inseriram esta planta em seus domínios em algum momento da história, possivelmente antes dos aldeamentos oficiais, bem como inseriram espécies como jaqueiras e mangueiras dos Portugueses e dendezeiros dos negros que trouxeram estas plantas para o Brasil e as manejaram de forma agroflorestal (Watkins, 2011).

A incorporação no sistema agroextrativista dos Pataxó de plantas cultivadas como a mandioca dos tupi, de frutíferas exóticas advindas dos “brancos” como a jaqueira, a mangueira e o coco, bem como o dendê ofertado pelos negros em todo litoral baiano⁵¹, pode ser explicada muito mais como uma iniciativa ativa de sujeitos a fim de incorporarem novos elementos numa mistura de tradições agrícolas e de manejo botânico do que uma incorporação forçada num processo aculturativo e assimilativo. Incorporação estratégica e processual que permitiu aos Pataxó o não abandono, mesmo diante de intensa pressão socioeconômica e política, de uma dinâmica de “*trecking* estacional”, de multi-territorialização com uma mobilidade constante nos interflúvios do interior e entre este e a zona costeira, mesmo num contexto de maior sedentarização após a “criação” do aldeamento de Barra Velha, mantendo a vivência e a conformação de um *território trilhado*, como bem conceituou Viegas (2003) sobre a territorialização indígena no extremo sul da Bahia.

Entre o período de 1861 e 1951, os Pataxó foram pressionados por fazendeiros de cacau e madeireiros. Segundo Ribeiro (1971), roupas infectadas por lepra e varíola eram espalhadas por plantadores de cacau entre os rios de Contas e o Pardo com a finalidade de exterminar grupos indígenas que viviam no interior. Os dados da história oral coletados para o presente estudo apontam que, na década de 1940, a atividade madeireira e o extrativismo da piaçava, juntamente com o cacau,

⁵⁰ Ver mais na Parte V

⁵¹ A relação dos Pataxó com negros remontam a séculos. Segundo Caetano da Silva (2008) é interessante notar que Cumuruxatiba, uma antiga aldeia indígena, a depender do enquadramento do olhar pode assumir feições de área de remanescentes de quilombos, pois foi possível encontrar entre os Pataxó descendentes de escravos fugidos do porto de Caravelas. O autor nota que isto “não é um fenômeno atípico”, pois, em Alcobaça existe uma comunidade auto-denominada afro-indígena, objeto inclusive de dissertação de mestrado.

já despontavam como fatores relevantes de ocupação do território Pataxó por não-índios e de mobilização de mão-de-obra indígena, como observamos neste relato:

Aí, esses Moura, quando chegaram, fizeram uma serraria na ponte do Corumbau, então veio muito gente de Cumuruxatiba serrar aí, para trabalhar, muitas família mesmo. Veio de Cumuruxatiba, veio do Cahy, veio foi de Caraíva, foram trabalha lá. (Manuel Santana, citado em Cardoso e Parra, 2008)

Na região de Comexatibá se iniciava a exploração da areia monazítica no litoral com uso de mão de obra escrava (Sotto-Maior, 2006). Neste período de intensificação da ocupação colonizadora da região do Cahy-Pequi, podem-se esboçar novas transformações nas formas de ocupação do território, **com os Pataxó continuando a viver em aldeias na costa, como o Pequi Velho, ao norte de Cumuruxatiba, próximo ao Corumbau, e Tawá, nas vilas de Cumuruxatiba e Corumbáu, conformando sítios mais permanentes das famílias extensas nas beiras de alguns rios como o Corumbau, Cahy, do Sul, podendo até chegar às serras do Caticoco e Gaturama, bem como trabalhando e vivendo em áreas dos fazendeiros, como na área da chamado “Patrimônio dos Índios”⁵².**

Os sítios eram compostos pela residência, por uma casa de forno (farinheira), que poderia ser do núcleo familiar ou da família extensa, por um conjunto diversificado de plantas cultivadas (frutíferas, medicinais e ornamentais), com destaque para os coqueiros, jaqueiras e mangueiras, que eram especialmente cultivados para conformar um quintal, marcando a morada. Ainda, por um conjunto de roças e capoeiras, sendo estas manejadas, ainda como se faz no presente momento, para manter espécies como a biriba e a pindaíba, importantes para atrair as caças e para o uso madeireiro. Há relatos de moradias no interior com ida periódica à foz dos rios, onde montavam acampamento de pesca e outros, inversamente, habitavam a zona costeira e mantinham sítios junto a parentes mais no interior, na área de mata.

Estes lugares eram conectados por caminhos e trilhas por onde se movimentavam os índios e as tropas⁵³ de comerciantes para realizarem transações, formando uma trama que resultou nas

52 Segundo Sotto-Maior (2007), os Pataxó trabalhavam nas plantações de coco da fazenda Caledônia (Comexatiba) de Júlio Rodrigues desde 1924. Considerado um homem enviado por deus. Seria ele responsável pela demarcação do Patrimônio dos Índios. Estes cocos são encontrados em toda área desde a boca do rio Embassuaba até próximo a região do rio das ostras. Esta área delimitava o que chamam de Patrimônio dos Índios.

53 Há inúmeros relatos dos Pataxó sobre a passagem de tropas de mulas na região de Comexatibá na primeira metade do século XX. Estes provavelmente vinham de Minas Gerais e Espírito Santo (Estados que já eram rota de tropeiros), após a abertura desta nova rota econômica nas matas do Sul da Bahia. Segundo documento do IBGE sobre a história do Prado, por volta de 1884, a chegada de famílias procedentes de outras regiões motivou o avanço econômico sobre a região, momento em que se “construiu a Casa da Câmara e abriram-se as primeiras estradas para tropas” (IBGE,

atuais estradas e rodagens da região como estrada da Embassuaba, do Bastião Telhado e a Antiga, que atualmente liga as aldeias Pequi e Tibá à vila de Cumuruxatiba.



Figura 9 - Imagem de um esteio de uma morada indígena (“lugar dos antigos”) na área do Tibá

Algumas áreas são tidas como “nós” conectores desta rede de trilhas, considerados como pontos de troca entre diversas famílias indígenas Pataxó e de outras etnias, como os Maxacali; **estes lugares são os denominados por toponímias como Céu, em Barra Velha, e Come-quem-Leva (no Parque), na área de Comexatibá.** A estrada antiga, que vinha de Itamarajú, passando por Guarani, por Alegria Velha (onde viviam muitas famílias Pataxó), era uma importante rota para estes caminhantes. Com a chegada dos madeireiros, estes caminhos passam a ser nomeados de “Arrastão” ou “Correntão”, se referindo aos locais por onde arrastavam as madeiras retiradas da mata e hoje, por cruzar o PND e servir para passagem de veículos do órgão ambiental, são nomeadas de estradas do parque. **Outra rota importante se dava pela praia e por trilhas que bordeavam o mar pelas falésias e restingas.** Importante registrar que muitos Pataxó desciam o litoral costeando com canoas. Iam até Porto Seguro para entregar produtos agrícolas e do extrativismo, trocando ou comprando mercadorias para o retorno.

Este movimento e formação de lugares na costa e no interior, de Prado a Porto Seguro, desde o final do século XIX até o século XX, pode ser considerado como o momento de formação

<http://biblioteca.ibge.gov.br/>, acesso em 01/12/2012). Os tropeiros passavam comerciando produtos das cidades e trazendo notícias.

dos atuais sítios denominados de “lugares dos antigos”, compostos de vestígios de residências, por árvores plantadas e capoeiras manejadas (ver Mapa dos Lugares Antigos no Apêndice 5 – Relatório Etnoambiental anexo).

Esta forma de ocupação e conectividade que ocorria na primeira metade do século XX se ancorava em três redes de sociabilidade intercultural: com os colonos brancos, com grupos indígenas Pataxó de outras localidades e com grupos indígenas de outras etnias que se deslocavam pela região. No primeiro caso um sistema de troca entre produtos da floresta (como piaçaba) contra bens manufaturados e, no segundo e terceiro, trocas e dádivas ritualizadas de produtos florestais, agrícolas e pesqueiros.

Este movimento era constante entre os habitantes do interior e as vilas e localidades da praia onde viviam os parentes Pataxó. As narrativas apontam para a realização da prática de uma família ter uma casa num ponto onde ocorriam transações comerciais (como nas estradas ou nas vilas da praia) e outra no interior, nas matas, onde abriam roçados ou extraíam produtos da floresta, formando aldeias com a família extensa.

Segundo Oliveira (1985), neste mesmo período em Barra Velha a “maioria dos índios viviam no interior da mata, perto das roças, no costão dos dois rios, por ambos os lados. Alguns lugares chagavam a ter aglomerações de cinco ou seis casas. Do interior saíam produtos que abasteciam as vilas e municípios da orla, como farinha e carne de porco. Vendiam corda de embira, gamelas, colheres de pau, samburás, panacuns, chapéus e abanos.

Ao mesmo tempo, ocorreram mudanças nas dinâmicas de uso dos recursos e destas transações, com a chegada de madeireiros e dos agropecuaristas, com intensificação da ocupação fundiária e a saída dos Pataxó de seus sítios, seja pela expulsão ou venda da área.

A partir dos anos 40 jovens Pataxó começam a procurar trabalhos nas fazendas e serrarias, bem como espaços de negócios, como o do Sr. Teodomiro, instalados na região (Cardoso e Parra, 2009; Kohler, 2011). Neste período, com a chegada da atividade madeireira e o fluxo cada vez mais intenso de fazendeiros para o extremo sul, iniciou-se um processo de desmatamento desenfreado (ver figuras 1 e 2) que impactou profundamente o ambiente da região e o modo de vida dos Pataxó (Carvalho, 1977; Cardoso e Parra, 2009).

O isolamento relativo dos Pataxó seria dramaticamente rompido em 1951⁵⁴, com o trágico episódio do “fogo de 51” que, como vimos anteriormente, impactou o pensamento indígena, a construção da identidade e a forma atual de ocupação territorial (Carvalho, 1977; Oliveira, 1985;

54 Este sub-capítulo não objetiva retratar o momento do Fogo de 51, nem da criação do Parque Nacional, o que já foi feito nos diversos textos citados na primeira parte, mas sim compreender como o Fogo de 51 e o Parque foram determinantes na ocupação recente e o papel que as aldeias e sítios do Prado teve neste momento.

Sampaio, 2000; Tempesta e Sotto-Maior, 2005; Laksa, 2005; Sotto-Maior, 2008; Agostinho da Silva, 2008; Cardoso e Parra, 2009; Kohler, 2004, 2005, 2011). O fogo de 51 deriva da conformação de um contexto político nacional e regional que se evidencia no momento da demarcação do Parque Nacional do Monte Pascoal, em 1944 (Carvalho, 2012).

O evento deve ser entendido dentro do contexto social-econômico-político da época, marcado pelo movimento de colonização violenta e mercantilização da terra e dos corpos, e não apenas como um episódio isolado. No período do “fogo de 51” a região do extremo sul⁵⁵ já era rota de madeireiros e de fazendeiros que buscavam terras e matas para explorarem e detinham o poder político local — e, portanto, o controle dos instrumentos de poder, como a polícia — para implementarem seus projetos de ocupação do território e, desta forma, o incidente proporcionaria um motivo para implantar o “terror” entre os Pataxó e a expulsão dos mesmos de suas terras. A ocupação predatória resultou na expansão do desmatamento no extremo sul.

⁵⁵Ver Parte VI

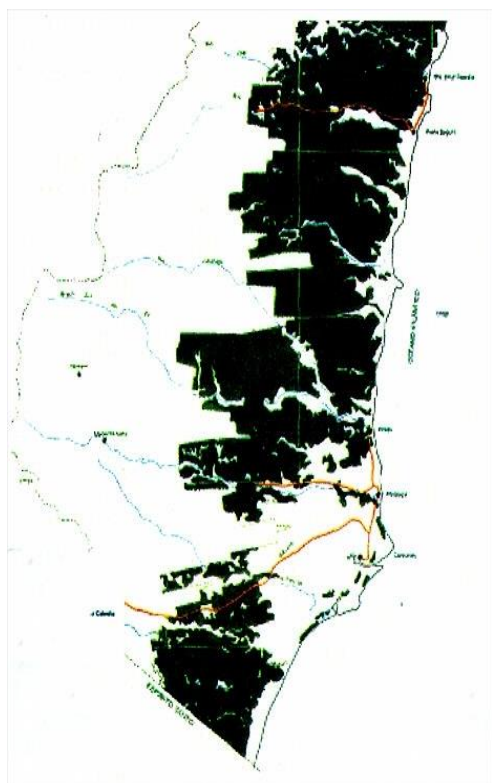


Figura 10 - Situação da Mata Atlântica no extremo sul da Bahia em 1959, floresta em preto. (Fonte: arquivos do Instituto Chico Mendes em Itamarajú).

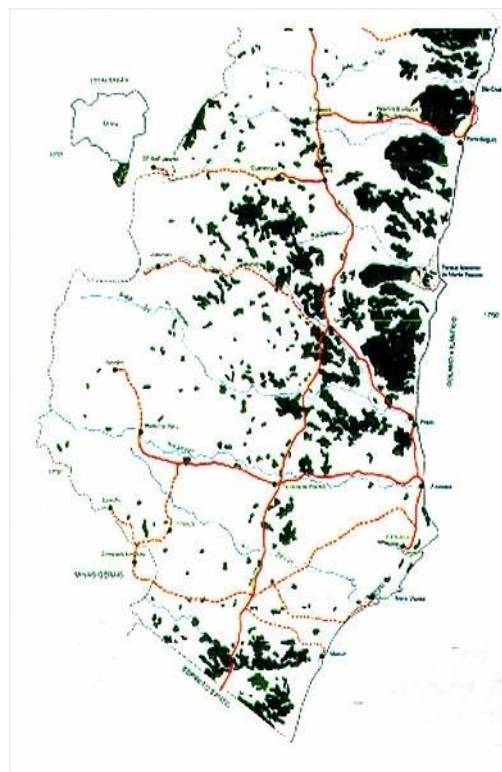


Figura 11 - Situação da Mata Atlântica no extremo sul da Bahia em 1974, floresta em preto (Fonte: arquivos do Instituto Chico Mendes em Itamarajú).

Agostinho da Silva (2008), ao analisar as fotos aéreas de 1957 para a região do Monte Pascoal, observou indícios de ocupação humana na proximidade do Monte Pascoal e do Rio Caraíva. Havia maior quantidade de clareiras no entorno do Monte Pascoal e ao longo do Vale do Caraíva. A análise da paisagem permitia, segundo o autor, averiguar que “a vegetação apresentava-se em complicado mosaico de capoeiras, restos de mata, campos, arbustos e árvores esparsas. Além disto, piaçavaís, cuja importância aumentava para o interior. Matas e capoeiras tendiam a se concentrar nas depressões úmidas dos pequenos vales, mas persistiam nos solos mais secos nos interflúvios”.

Apesar de Agostinho da Silva não conseguir precisar se os sítios das imagens eram ocupados por indígenas ou por colonos (se realmente é possível fazer esta distinção identitária tão rígida), a observação de um mapa elaborado pelo Sr. Manoel Santana, Pataxó de Boca da Mata (área de Barra Velha), indica com precisão a conformação de uma rede genealógica de nomes de antigos moradores indígenas inscrita na paisagem e ao longo dos rios desde o início do século XX, que coincide com as fotos aéreas. Segundo Sotto-Maior (2007), o mapa de Manuel expressa que,

A memória dos mais velhos associa parentesco e território de forma inexorável; assim quando falam de lugares, falam também, inevitavelmente das pessoas que os “abriram” isto é, que os cultivaram, no sentido amplo, tendo plantado pés de fruta (coqueiros, jaqueiras),

verdadeiros marcos espaço-temporais de ocupação indígena, uma vez que a idade de um lugar é identificada pelo estágio destas árvores. Enfatizam, assim, o uso dos lugares, sendo que os rios são pensados como limites por excelência do território.

Esta forma de ocupação pelos Pataxó de Barra Velha é semelhante ao observado na região de Comexatibá. Os sítios observados nas fotos aéreas da região do Prado coincidem exatamente com os “lugares dos antigos” inscritos nos etnomapas produzidos durante as oficinas e verificados durante os trabalhos de campo do GT (exemplos no Anexo 1). É possível depreender da análise que a região, após o fogo de 51, **apresentava uma ocupação nas margens dos rios Jibura, Palmeira, Cahy, do Sul, Embassuaba, do Peixe Pequeno e Peixe Grande**, na área hoje sob domínio do Parque Nacional do Descobrimento e em outras áreas do litoral, principalmente **na barra do Rio Cahy e Japará Grande e Mirim. Há evidências e relatos de Pataxó que viviam na serra do Guaturama, nas nascentes do Cahy**⁵⁶.

Os etnomapas e as narrativas também indicam a conformação de uma paisagem marcada pela inscrição de topônimos, que são exatamente os nomes dos antigos moradores Pataxó. Estes etnomapas, assim como o mapa de Manuel Santana, explicitam a coincidência da genealogia, da territorialidade e da temporalidade, ordenados pelas redes hidrográficas: a residência da família é condicionada por um braço de rio (KOHLE, 2009 – Anexo 1). Sítios estes, ou “lugares dos antigos”, que estão fortemente ligados ao plantio de árvores (jaqueiras, mangueiras, dendês, coqueiros), ao cultivo do roçado e ao extrativismo cíclico para o mercado.

A ocupação do sul da Bahia por colonos, fazendeiros e por madeireiros, como vimos, remonta ao século XVIII. Porém, é no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 que a ocupação não-indígena se consolida conformando a paisagem atual da região. Neste período intensificou-se a ocupação não-indígena no interior pressionando os indígenas ao longo do rio do Sul, Embassuaba, Cahy, Palmeiras, Ribeirão e rio do Peixe a se deslocar (Sotto-Maior, 2007). Segundo um Pataxó nascido no local denominado por Caveira⁵⁷ (Craveiro), próximo ao Rio Cahy, ao sul de Barra Velha, este processo de ocupação, com deslocamento dos índios, se deu associado à ação do poder público local,

56 Diz respeito ao relato de Wilson (entrevista datada de 26/02/2013) e sua esposa Meruca (ex-moradores desta região, atualmente em Coroa Vermelha) sobre a moradia das famílias Araújo (segundo Wilson, índios oriundos do Gavião, provavelmente a serra), e de outras famílias de posseiros não-indígenas (os Malaquias) na região do Guaturama. No mapa das “áreas dos antigos” são as áreas Firmino Araújo, Antônio Araújo, Chico Araújo. Outras famílias que viviam na área eram a dos Pires e dos Libâneos. Muitas das famílias que habitavam a região, índios e não-índios, se dedicavam a atividade agrícola e ao extrativismo. Importante ressaltar, através do relato da entrevista com Wilson que muitos destes, vindos de diversas localidades do litoral, de Itamarajá e de outros pontos, foram motivados pela crescente demanda por mão de obra na atividade madeireira. Como bem ressaltou Sotto-Maior, “este movimento para o interior coincide provavelmente com o início da exploração de madeira em escala na região no início do século 20 (ciclo do Jacarandá)”.

57 Os Pataxó contam que denominam esse local por Caveira pelo fato de lá ter vivido um povo indígena, muito provavelmente do grupo Maxacali, que gostavam de comer animais quase crus e lá deixavam suas carcaças.

Nossos antepassados venderam aqui a propriedade para um homem chamado Chocho (?). Ai ele comprava e passava para outro. Ai vendia e faziam a corrente. Se não vendíamos a policia fazia correr. Ai depois chegaram os sem terra. Ai começou a bagaceira (...). Nesta época tinha coletoria, nem prefeitura tinha, não se falava em prefeito, tinha o coletor. A pessoa que tomava conta de área isolada era o inspetor. Isto eu tinha 6 e 7 anos e ouvia falar. Se você queria morar naquela matinha, era só chegar marcar ia na inspetoria e ele dava o documento. Diziam que tinha 2 alqueires e pegavam 10. Daí os fazendeiros falavam, isto é tudo meu!!! E agora esta assim, os pequenos sofrendo e os maiores no pescoço.” (José Conceição, citado de CARDOSO e PARRA, 2009 – Anexo 1).

O deslocamento se dava caso não aceitassem a venda ou repasse da posse, como no caso de Dona Romilda, de Alegria Nova. Este foi o processo levado a cabo com a chegada e instalação das fazendas e de corporações multinacionais como a Sociedade Anônima Brasil-Holanda (Bralanda)⁵⁸, que se deu através da expulsão e esbulho de indígenas e pequenos produtores e constitui um exemplo marcante da ocupação recente na região.

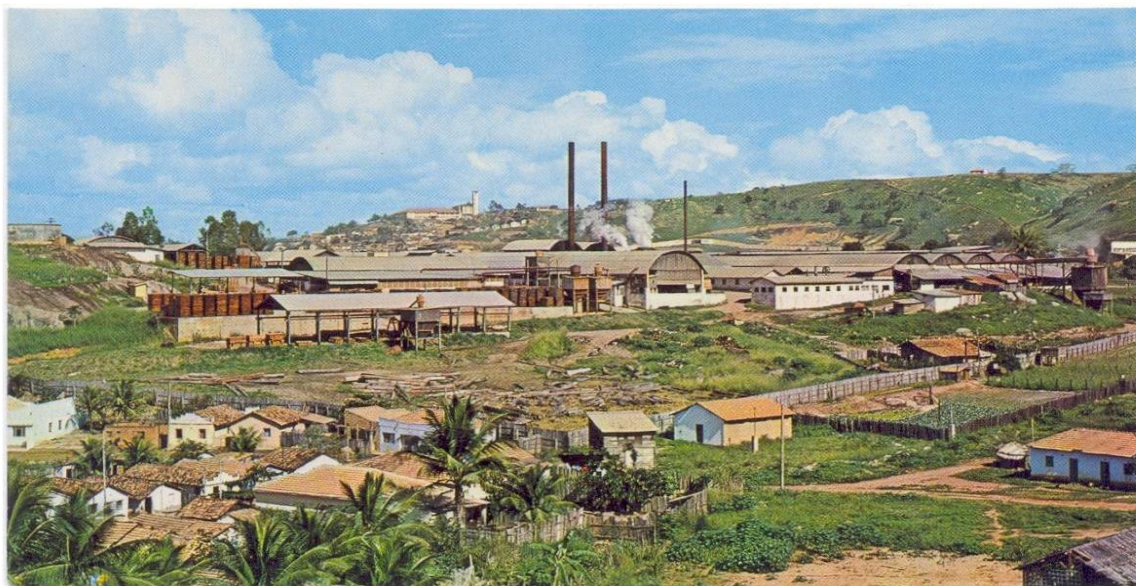


Figura 12 - Cartão postal do antigo Parque Industrial da Brasil-Holanda S.A. símbolo do desenvolvimento econômico de Nanuque (Fonte: Cerqueira Neto, 2001).

⁵⁸Essa empresa responde por vários processos de expropriação e violência. Um dos casos mais conhecidos é a da região do Vale Verde, próximo a Arraia D’ajuda, onde hoje está instado o Parna Pau Brasil (ação expropriatória nº 2006.33.10.003251-4) “Vale Verde era na década de 70 uma importante reserva de Mata Atlântica, sua população, composta em sua essência por pequenos agricultores foi presenteada com a Bralanda. Não satisfeita com o espaço que possuía para as suas atividades de extração de madeira em áreas importantes de Porto Seguro, Mucuri e Prado, a empresa invadiu o espaço dos trabalhadores rurais, promovendo episódios que entraram para os anais das atrocidades na região. Casas incendiadas e centenas de famílias desabrigadas. Quem conhece a história sabe do envolvimento de jagunços contratados para persegui-los, prisões arbitrárias, mortes e desaparecimentos, e ações nefastas que emperraram o seguimento das ações judiciais. O extrativismo predatório em cerca de 40 mil hectares foi encerrado com a empresa levando consigo cerca de 80% do valor das indenizações que foi judicialmente destinada aos posseiros” (Fonte: <http://papocompaulo.blogspot.com.br/2009/02/bralanda-chegou-hora-da-verdade.html>)

Segundo relatos dos Pataxó, a pressão para venda das terras por valores irrisórios foi feita pelos senhores conhecidos como Múcio e Expedito. Estes demarcavam posses irregulares, muitas destas repassadas para a Bralanda e a Flonilbra (Sotto-Maior, 2007). Segundo documentos elaborados pela empresa⁵⁹, antes da venda para o Ibama, a área estava totalmente regularizada com títulos emitidos pelo Governo do Estado da Bahia (Padua, s/d).

As operações da Bralanda começam a cessar entre 1983 e 1984, em vários pontos do extremo sul da Bahia, quando praticamente não havia estoque de árvores que sustentasse a escala de produção de suas unidades industriais, mas na área do atual PND as atividades persistiram até meados dos anos 90, com uma exploração supostamente moderada e autorizada pelo órgão ambiental federal (Pádua, s/d). Sendo assim, a empresa começa a vender suas terras (glebas acima de 200 ha) para pecuaristas e, no final dos anos 90, vende uma grande área para o Ibama criar o Parque Nacional do Descobrimento, como veremos mais à frente. Segundo Sotto-Maior (2007),

(...) em decorrência da atividade madeireira, e com a construção do Píer (que em princípio tinha por objetivo transportar a areia monazita, mas passou a ser utilizado quase que exclusivamente pelos extratores de madeira), parte da população hoje residente na região de Cumuruxatiba e entorno do PND passou a se dedicar à atividade extrativista. Com a ocupação não-indígena expandindo para o interior, os índios que ocupavam áreas ao longo dos rios do Sul, Embassuaba, Cahy, Palmeiras, Ribeirão e do Peixe foram novamente pressionados a se deslocar.

Após o avanço da atividade madeireira, vieram as fazendas de gado e as plantações de eucalipto. Além disto, muitas fazendas foram desapropriadas para reforma agrária com a criação dos assentamentos Cumuruxatiba⁶⁰, Modelo, Reunidas Corumbau, Dois Irmãos e Riacho das Ostras. Esta nova configuração sócio-territorial engendrou a ampliação da degradação e aniquilamento da floresta atlântica da região.

Assim os indígenas da região sul do território, entre Corumbau e Prado, assistem à ocupação de fazendeiros (pecuaristas, plantadores de mamão, café etc) e, posteriormente, do movimento de sem terras nos anos 80 e do turismo, como agentes da consolidação da atual paisagem local e da emergência de novos conflitos.

59 Este documento foi elaborado pela Maria Thereza Jorge Pádua, reconhecida autoridade do campo preservacionista e visava tornar a área da Bralanda atraente para sua incorporação no leque de unidades de conservação públicas ou privadas. O que foi efetivado com a aquisição da propriedade pelo IBAMA em 1999, com posterior criação do Parque Nacional do Descobrimento.

60 Este assentamento foi recentemente, motivo de inúmeras reportagens, devido à venda ilegal de lotes da reforma agrária para proprietários particulares estrangeiros e de outras regiões. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/mansoes-sao-construidas-em-terrenos-para-assentamento.html>).

Os grandes fazendeiros que se instalaram na região vieram, em sua maioria, de Minas Gerais e do Espírito Santo, e são ligados a fortes políticos locais, o que favoreceu a aumentar a concentração de terras na região (Bede e Cordeiro, 2003 – Anexo 1).

A atividade de papel e celulose espalhou pela região imensas plantações de eucalipto, sendo acusada de destruir a terra e secar as várias nascentes de água, muitas vezes desrespeitando o limite mínimo imposto pela legislação ambiental, estendendo seus limites até o PND. As áreas de plantio ocupam desde grandes propriedades rurais até pequenos lotes de reforma agrária, como no assentamento de Cumuruxatiba (Bede e Cordeiro, 2003-Anexo 1).

Alguns loteamentos e empreendimentos turísticos vêm sendo implantados em áreas inadequadas, muitas vezes consideradas de preservação permanente, sem respeitar as leis ambientais, comprometendo ecossistemas frágeis e ameaçados, além de suas belezas cênicas, principais fatores de atração turística. Isso pode ser constatado, por exemplo, no distrito de Cumuruxatiba, onde loteamentos para pousadas estão estabelecidos em área de restinga e falésias. Ao mesmo tempo, muitos impedem a passagem dos Pataxó, em suas rotas tradicionais de acesso à praia e aos mangues.

A luta pela reforma agrária movimentou a região, envolvendo inclusive parte dos indígenas locais. O movimento desencadeou um processo de criação de vários assentamentos, como o de Cumuruxatiba, implementado em 1986 (Sotto-Maior, 1986). Segundo Batista (2003), **a participação dos índios Pataxó no Movimento da Reforma Agrária de Cumuruxatiba pode ser interpretada como uma tentativa de recuperação das terras das quais foram expulsos nas décadas de 50, 60 e 70, pelos grandes exploradores de madeira e areia monazítica, e pelos criadores de gado.** Entretanto, a maioria das famílias indígenas abandonou os assentamentos, pois não se adaptaram ao módulo de distribuição de terra, que limitou o território a loteamentos.

Dos anos 80 até anos 2000, algumas famílias Pataxó viviam nas sedes municipais de Guarani, Prado e na vila de Cumuruxatiba e Corumbau, bem como em outras aldeias do entorno do Monte Pascoal, espalhadas em pequenos lotes ao longo de uma extensa faixa de terra entre Corumbau e o Riacho das Ostras, ao norte do município de Prado.

Segundo Sotto-Maior (2007), muitos nesta época já estavam bem estabelecidos em Cumuruxatiba e entorno, sendo que vários ocupavam postos relevantes em algumas importantes instituições locais, como o cartório e a escola. Talvez por esse fato, o grupo se manteve “invisível” para a sociedade nacional durante algum tempo, e não sentiu necessidade de afirmação étnica, sendo sempre tratados como “caboclos de Cumuruxatiba”. No entanto, muitas famílias passavam e passam ainda hoje por inúmeras dificuldades oriundas da falta de terra e local para estabelecer moradia, vivendo do trabalho para fazendeiros, adentrando nas demandas de reforma agrária e acessando abrigo de parentes, como vemos em alguns relatos abaixo,

A gente veio com a cara e a coragem porque não tinham nenhuma alimentação, vivia da caça, comia o palmito, o côco de dendê. Tinha vez de a gente comer só o dendê, até construir a casa. E a colheita de alimentação. Saiu 8 filhos aqui tudo pequeno. Deni já nasceu no Cahy, daqui fomos pra terra do meu avô Donato, aí rodamos o município de Prado. Andando na região, não tinha morada, a gente vivia na terra de um aí morava, na terra dos parentes, aí quando não dava mais pra mora a gente saía, às vezes um dava a terra pra gente plantar aí quando dava falavam que a gente já queria a terra, e tinha que sair.

Muitos não querem ser índios porque não conseguem emprego, muitos matam se disserem que são índio. A hora que demarcar isso eles vêm pra matar. Tem parente trabalhando pra fazendeiro, eles que contam, eles tão sobrevivendo daquilo ali, se eles saírem dali eles vão sobreviver como, se não tem Funai que dá suporte? Se um cara tá numa aldeia dessas, aí ele vai morrer de fome porque não vem nada pra ele aí, agora ele vai morrer de fome se ele pode trabalhar para o fazendeiro? Ele tá vivendo uma vida que ele é obrigado.

Até este período, famílias que ainda detinham sítios sofriam com as ameaças e assédios de alguns fazendeiros. O caso mais emblemático é o que os Pataxó chamam de “Massacre da família de Julice e Euviro”, no Pequí Antigo, relatado por Sotto-Maior (2007) nos seguintes termos,

Segundo informações do cacique Zé Chico (Timborana), a área na boca da barra do rio Caí, hoje na mão de dois fazendeiros, Vitor Dequech e Ivan Portela, era de posse de seus avós Abelina(ou Umbelina) Pereira da Conceição e Amâncio Machado, nascidos em Barra Velha e Prado, respectivamente. Subindo o rio Caí, a oeste da fazenda do Sr. Vitor, há uma fazenda denominada Santa Rita, atualmente de posse do Sr. Normando. Esse local concentra várias histórias de um grupo de Pataxó que ali vivera durante décadas. Trata-se da família extensa da Sra. Antônia do Amor Divino, mãe de Dona Julice, irmã do índio “Fulor”, residente no Bugião/Barra Velha.

Dona Julice conta que, até 2002, ainda morava no mesmo local, que era cercado por fazendas, e não tinha mais o espaço de antes para suas roças, muito menos a liberdade de pescar na beira do rio. Nesse mesmo ano, hospedou em sua casa um grupo de Pataxó saídos de Mata Medonha (Sr.Baiara), que procuravam um local para abrir suas roças. Segundo ela, os fazendeiros interpretaram essa ação como uma “retomada” e iniciaram uma onda de ameaças. Até que um dia invadiram a casa, espancaram e torturaram seu marido, Sr. Francisco, que por consequência disso sofre problemas sérios de saúde que o incapacitaram para o trabalho. Dona Julice foi expulsa de sua casa, obrigada a assinar documentos de venda das terras e, a título de “pagamento”, deram-lhe R\$ 1.000,00. Após vários pedidos desesperados, Dona Julice conta que o fazendeiro deu-lhe um “barraco” em uma vila chamada Guarani, próximo a Itamaraju, mas sem “um palmo de terra para plantar”. Tal fato demonstra que a violenta forma de agir desses proprietários não foi utilizada apenas nas décadas de 60 e 70, mas perpetua-se até o presente momento.

Segundo Timmers (2001), no extremo-sul da Bahia, a concentração fundiária em grandes fazendas, por meio de apropriação de terras devolutas e ocupadas pelos índios, provocou destruição quase total da Mata Atlântica da região, e está na raiz do conflito atual, uma vez que implicou a reunião de sem-terras, populações indígenas e remanescentes florestais nos mesmos restritos locais. Este processo ainda está em curso, com a expansão da monocultura de eucalipto e do turismo costeiro de massa (Figura 3).

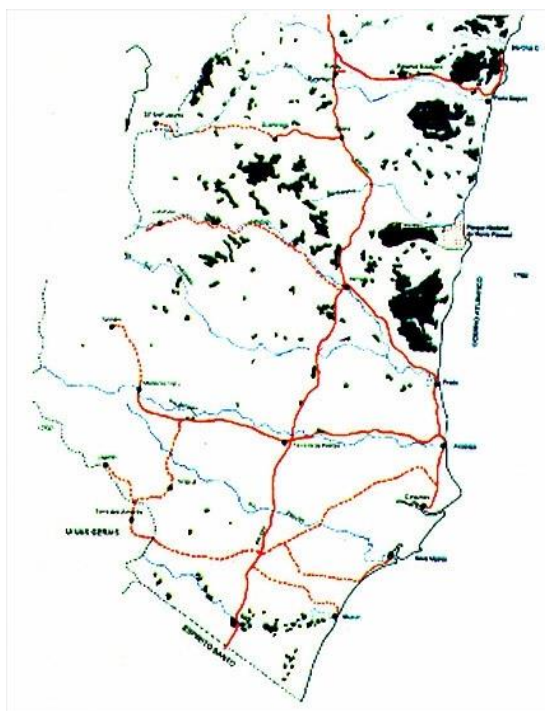


Figura 13 - Situação da Mata Atlântica no extremo sul da Bahia em 1990, floresta em preto.

FONTE: arquivos do Instituto Chico Mendes em Itamarajú)

Em meio a tal contexto de conflitos, o poder público federal criou o Parque Nacional do Descobrimento⁶¹, em 1999, num esforço de Estado em preservar o pouco que ainda restava da Mata Atlântica, que estava sendo dizimada pelos fazendeiros. Segundo o Estudo das Alternativas para Ampliação do Parque Nacional do Descobrimento, realizado por Timmers (2006),

O PND é considerado estrategicamente importante, pois representa uma das últimas áreas da região onde requisitos-chave para manutenção da biodiversidade são atendidos, tais como: extensão, qualidade estrutural, diversidade de habitat, situação geográfica. Apesar dos problemas e da contínua exploração de seus recursos vegetais, o PND ainda detém grande riqueza de espécies botânicas, inclusive com a ocorrência de diversos táxons ameaçados de extinção, como o jacarandá e o pau-brasil, dentre outros.

⁶¹ Pairam sobre a criação do Parna do Descobrimento as mesmas dúvidas sobre ações de expropriação quanto a do Parna Pau Brasil.

Analogamente ao que ocorreu com o Parque Nacional do Monte Pascoal, a implantação do Parque Nacional do Descobrimento, mesmo diante de sua importância para a preservação dos últimos remanescentes da região, se viu em conflitos com a questão indígena. Segundo Sotto-Maior (2007), “vivendo um quadro de total desestabilidade social e cultural, com sérias restrições ao uso de seu território e consequente falta de terra para roças de subsistência, locais para pesca e caça, os Pataxó de Cumuruxatiba (Cahy/Pequi) aliaram-se aos Pataxó do entorno do Monte Pascoal e aderiram à “Frente de Resistência e Luta Pataxó”, em 1999, com apoio de organizações indigenistas como ANAI, APOINME, CIMI, dentre outras.

As retomadas integram, como vimos, um movimento político que teve início em 1999, com a ocupação do Parque Nacional do Monte Pascoal, desencadeando-se diversas outras ocupações. Este ato desencadeou as retomadas das Fazendas Oriente, Guanabara e Boa Vista (barra do rio Caí), esta última de propriedade de Vitor Dequech, bem como um trecho do Parque do Descobrimento, gerando um cenário de tensão na região (Sotto-Maior, 2007).

As “retomadas” na região de Comexatibá tiveram início em 2000, motivadas pelo reconhecimento das áreas de ocupação tradicional e histórica por parte de muitas famílias Pataxó. **A primeira ocorreu em uma área de antiga ocupação indígena, o Pequi Velho, próxima à localidade do “Come-quem-leva”.**

Como visto anteriormente, a retomada nesta fazenda foi motivada pelo histórico de expulsão do grupo. Após a retomada do Pequi e a posterior expulsão dos índios pelo fazendeiro, **os Pataxó, prevendo as dificuldades físicas que teriam em retomar às fazendas, direcionaram as retomadas para áreas localizadas dentro do PND.**

Em documento datado do ano de 2000, as lideranças expõem os motivos das retomadas, reforçando que estas se motivam pela vontade de reaver a posse sobre as terras tradicionais, “perdidas em negociata, grilagens e expulsão de nossos parentes que não conheciam o direito indígena”. Além disto, reforçam o fato de que viviam em condições precárias, sendo que

(...)poucos dispõe de terras para plantar e a maioria trabalha de diaristas nas fazendas da região. Muitas vezes somos impedidos até de pegar água para beber nos rios onde viviam nossos antepassados. Não temos acesso às fontes de alimentos naturais como os mangues e as matas. Perdemos nosso direito de caçar e pescar.

Importante frisar nesta síntese que as retomadas não ocorreram de forma aleatória nem tampouco foram formuladas apenas por uma estratégia política de “ocupar para pressionar”, mas **fundamentam-se, essencialmente, numa lógica tradicional de ocupação do território.** Assim,

todas as retomadas focaram os chamados “lugares dos antigos”, áreas de antigos Pataxó, bem como se situavam na beira dos rios e em áreas de capoeira.



Figura 14 - Reocupação Aldeia Kaí em 2004

Ao mesmo tempo, observamos que, mesmo sob pressão e restrição territorial, os índios buscaram impor seus modos de plantar a mandioca para fazer a própria farinha de puba e o beiju, bem como nunca deixaram de pescar e de mariscar. Interessante observar que logo após as retomadas eram plantadas uma jaqueira e uma mangueira no centro da aldeia como, por exemplo, em Tibá, **reforçando a expressão simbólica deste povo e da perenidade no espaço.**

Ao mesmo tempo mantiveram ou reativaram caminhos e circuitos de circulação de pessoas e objetos, como nos relatos da troca de presentes e comércio entre Pataxó de Tawá e Corumbau (aldeia Bugigão). A ocupação através das retomadas reativou, ou potencializou, “antigas” formas de ocupar o espaço e circular/transitar coisas entre os Pataxó, com caminhos do interior ao litoral e inter cruzando aldeias até Mata Medonha, em Santa Cruz de Cabrália, onde vivem seus parentes.

Cumuruxatiba continua sendo lugar de referência da população indígena, lugar de morada de muitas famílias, que mantêm a dinâmica de ter uma casa em Cumuruxatiba e outra nas aldeias do interior, nas áreas de retomada, geralmente para fazer roça. As casas dos Pataxó de Cumuruxatiba possuem quintais biodiversos com plantas cultivadas de uso rotineiro. Há famílias que não estão aldeadas, vivem em lotes, mas que compõem a rede de parentesco e se autodenominam Pataxó. **Muitos destes trabalham para fazendeiros locais com o qual realizam acordos, quase sempre desiguais e assimétricos, de trabalho e acesso aos espaços e recursos naturais.**

Outro ponto importante, já expresso por Sotto-Maior (2007), é que tanto o Tibá quanto as outras áreas escolhidas para ocupação dentro do PND estavam desmatadas na data de implantação das aldeias (ver Apêndice 8 nos cartogramas com a localização das aldeias em 2002). Isto não significa que não houve impactos posteriores ocasionados pelos indígenas sobre a área do parque, porém, em termos de corte total da vegetação, são mínimos, em comparação a todo o histórico de impacto no entorno e no interior do mesmo, seja por incêndios, desmatamentos e caça profissional.

Afinal, cabe ressaltar que, em sua maioria, os Pataxó vêm demonstrando atitudes e iniciativas com vistas a acordar formas de convivência, como na participação em fóruns ambientais (conselhos do parque e do mosaico de UCs), participação em atividades de reflorestamento, formação de corredores ecológicos, ecoturismo e iniciativas agroflorestais.

3.3 Somos todos parentes...

Atualmente, os Pataxó de Comexatibá ocupam de forma mais intensa as seis principais aldeias: **Kaí, Pequi, Tibá, Alegria Nova, Monte Dourado e Tawá**, estando os limites do Parque Nacional do Descobrimento sobrepostos a cinco delas: Kaí, Pequi, Tibá, Alegria Nova e Monte Dourado. Ocupam, ainda, áreas na **região do Veleiro e Riacho Grande; às margens do rio Cahy (ou Queimado); rio Imbassuaba e igarapés que abastecem o rio do Peixe Grande, Japara Grande e Japara Mirim, Calambrião, Areia Preta, Brasília, Pixane e Só não Vou** (ver mapa de ocupação anexo).

Fora das aldeias os Pataxó vivem confinados em pequenos lotes, ao longo da terra indígena identificada, seja na região de mata ou na costa. Em sua maioria são lotes com duas ou três moradias onde se agregam uma família extensa, com cerca de cinco a seis famílias nucleares, sempre em torno de um (a) velho (a) ancião. **Encontramos esse tipo de moradia próximo ao Rio Dois Irmãos, nas margens do rio Imbassuaba (família dos Guedes), no entorno da Vila do Veleiro (próximo ao Tauá).**

Na Vila de Cumuruxatiba ainda vivem muitos Pataxó, cujas moradias são espalhadas próximo à represa, ao trecho de areia preta, à praça, à rua principal, com uma concentração na rua Pataxó, a oeste da Rua Eudaldo Rodrigues (ver imagem abaixo). Porém, a forma de ocupação dos Pataxó na Vila acabou por se efetivar por meio das regras da propriedade privada, de forma distinta daquela apropriação coletiva historicamente elaborada e reelaborada pelos Pataxó mais para o interior.

Ao longo dos primeiros séculos de colonização, a legitimação das perspectivas cognitivas etnocêntricas fomentou a política do extermínio, integracionista e assimilacionista, que sempre privilegiou a propriedade privada. Com os Pataxó de Comexatibá não foi diferente. Com o avanço da

ocupação não indígena na região, parte dos Pataxó de Comexatibá foi se fixando em pontos da vila de Cumuruxatiba, fato que pode ser verificado nos Mapas Históricos, **anexo** (Paraíso, 1984). Na década de 1930 já era possível verificar as habitações Pataxó principalmente na região central, próximo à Represa, e nas trilhas que dão acesso às matas onde hoje está o Parque, como nos conta Maria José, filha de Júlio Rodrigues, em seu livro (descrito na Parte I).

A partir da década de 1970, com o crescente aumento da população não-indígena na vila, em busca das riquezas naturais locais, como a areia monazítica e a madeira, ainda numa perspectiva de que os índios seriam totalmente integrados e assimilados à comunhão nacional, as áreas habitadas pelos Pataxó foram sendo cercadas e diminuídas até se tornarem pequenas parcelas (lotes) onde é possível apenas construir uma casa e um quintal.

Entretanto, as redes sociais, há muito estabelecidas, se mantêm entre os Pataxó da Vila e os que habitam os lugares na mata e ao longo da costa, entre Prado e Corumbau. Casamentos, trocas e festas continuam a ser realizados, em relação de complementaridade.

Mesmo aqueles que têm uma pequena “residência” na Vila mantêm nas aldeias o espaço de conexão onde é priorizada a apropriação coletiva a partir da construção identitária e do forte sentimento de pertencimento ao território Pataxó. É nas aldeias que está a mata e é na mata que está a força dos encantados. Por sua vez, a Vila é um espaço que foi individualizado com a presença dos “brancos”. Devido ao vínculo de pertencimento, essa conexão com o espaço é traduzida pelos Pataxó em sentimentos e valores que operam sobre o território, de modo que é possível pensar o espaço de ação como um dos elementos que contribuem diretamente com a construção da cultura, da identidade, do pertencimento e do enraizamento do coletivo Pataxó na área de Comexatibá.

Cabe lembrar que juridicamente a posse indígena não pode ser confundida com aquela posse de cunho estritamente civil. Para o Direito Civil, a posse é uma relação material com a “res”, na medida em que seu titular exerce a destinação econômica apropriada para o bem.

A concepção indígena para a garantia do espaço não tem o mesmo caráter e sentido geográfico que a sociedade envolvente atribui ao território, isto porque seus valores se caracterizam pelo pertencimento identitário-cultural e coletivo, enquanto a concepção ocidental se assenta na ideia de domínio e posse patrimonial individualizada, cujo exercício de poder estruturador é de competência do Estado. Esses modos distintos de apropriação do espaço e seus recursos correspondem a regimes de propriedade diferentes, experimentados como complementares pelos Pataxó de Comexatibá. Com vistas a garantir essa apropriação diferencial e complementar do território, decidiu-se por excluir a Vila de Cumuruxatiba dos limites da terra indígena.

As atividades dos Pataxó que hoje estão fora das aldeias, dispersos ao longo do território ou na Vila, são variadas. Muitos mantêm suas roças nas aldeias onde são cadastrados para atendimento de saúde, outros trabalham nos pequenos comércios e pousadas da Vila. A pesca também é uma atividade extremamente importante para aqueles que vivem no território, mas fora das aldeias, bem como a venda de produtos da coleta e do artesanato.

Por ser uma vila de pequeno contingente populacional, é visível, em período de baixa temporada turística, que a maioria populacional é de indígenas. Neste período eles mantêm atividades rotineiras de subsistência e de venda de mão de obra. Já na alta encontramos os Pataxó envolvidos com quase todo tipo de atividade turística: Guias turísticos, garçons, venda de artesanato, cozinha típica (venda de comida indígena na praia), e outros.

Há entre as aldeias mais próximas a Cumuruxatiba um intenso movimento de ir e vir, que se dá entre as casas que possuem na vila e seus espaços de produzir e viver nas aldeias. Na rua que dá acesso ao PND (sentido leste-oeste), as casas dos Pataxó estão dispostas uma ao lado da outra num caminho voltado aos locais de mata e roças, reproduzindo a lógica da ocupação histórica, que tinha como base a casa na Vila e suas roças nas matas de “dentro”.



Figura 15 - Imagem da Vila de Cumuruxatiba – Rua Pataxós

Cardoso e Parra explicam que este movimento sempre se deu de forma constante entre os habitantes do interior e as vilas e localidades da praia onde viviam os parentes Pataxó. Essa forma de ocupação historicamente constituída permite que a família possua uma casa num ponto onde ocorriam transações comerciais (como nas estradas ou nas vilas da praia) e outra no interior, nas matas, onde abriam roçados ou extraíam produtos da floresta.

Quem morava aqui na mata levava a farinha, levava a jaca o coco pra trocar com peixe lá na praia aí descia de animal de lá de trás. Do Guarani, da Serra de Caticoco e trocava lá na praia, aí já trazia o peixe, já trazia outro tipo de marisco, não tinha dinheiro, aí trocava. Era assim que vivia de primeira.

“Onde é o Escondido é outro Escondido não o de Itamarajú, é o da estrada pra Tawá, ali era do avô do rapaz da FUNAI que era índio. Têm também Água Branca, de Antero e Antônio de Souza. Têm Amélia, Mané Caetano. Tinha morador que teve moradia aqui – na estrada - e teve lá na mata. Coqueiro de Feliciano e do outro lado o Escorrega. Pequi verdadeiro, morada de índio, Pedro Velho. Agora é terra de fazendeiro, Clemente. Aqui na barra do Cahy era do finado Amâncio pai do Zé Chico. Sambaqui, no rio Caveira, no porto do Jibura, era uma área de transição de comércio, onde se parava pra fazer troca, era muito índio(Soté, aldeia Tibá 2012)

Em sendo a territorialidade definida “como um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente físico convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland” (Little, 2002), a ocupação Pataxó reflete essa dinâmica nos laços historicamente constituídos entre as matas e as praias da costa litorânea.

3.4 Os Lugares dos Antigos

Na TI Comexatibá há locais como os “lugares dos antigos”, “sítio dos antigos” ou “histórico”, referentes a áreas abandonadas onde viviam famílias indígenas, lugares sagrados e encantados, lugares para caça e para pesca, lugares como o porto onde se atracam as canoas, a escola, as cacimbas e até as sedes das fazendas. Todos estes fazem parte do conjunto de elementos que organizam o espaço vivido pelo grupo indígena. Para os Pataxó de Comexatibá, a diferença temporal entre os lugares antigos e novos não está estabelecida apenas pelo tempo deles, mas sim pela chegada do “branco”.

Os lugares antigos, também denominados por Cardoso e Parra (2013) de sítios, eram compostos pela residência, por uma casa de forno (farinheira), que poderia ser do núcleo familiar ou da família extensa, por um conjunto diversificado de plantas cultivadas (frutíferas, medicinais e ornamentais), com destaque para os coqueiros, jaqueiras e mangueiras, que eram especialmente cultivados para conformar um quintal, marcando a morada.

Os sítios eram compostos por um conjunto de roças e capoeiras, sendo estas manejadas, ainda como se faz no presente momento, para manter espécies como a biriba e a pindaíba,

importantes para atrair as caças e para o uso madeireiro. Há relatos de moradias no interior com ida periódica à foz dos rios, onde os indígenas montavam acampamento de pesca e outros, inversamente, habitavam a zona costeira e mantinham sítios junto a parentes mais no interior, na área de mata.



Figura 16 - “Lugar dos Antigos” no caminho da aldeia Tawá

Conforme explicado anteriormente, estes lugares são conectados por caminhos e trilhas por onde se movimentavam os índios e as tropas⁶² de comerciantes para realizarem transações, formando uma trama que resultou nas atuais estradas e rodagens da região, como a **estrada da Embassuaba, do Bastião Telhado e a Antiga, que atualmente liga as aldeias Pequi e Tibá à vila de Cumuruxatiba**. Algumas áreas são tidas como “nós” conectores desta rede de trilhas, considerados como pontos de troca entre diversas famílias indígenas Pataxó e de outras etnias, como os Maxacali estes lugares são os denominados por toponímias como Céu, em Barra Velha e o **Come-quem-Leva e Só Não Vou, na área de Comexatibá**.

A estrada antiga, que vinha de Itamarajú, passando por Guarani, por Alegria Velha (onde viviam muitas famílias Pataxó), era uma importante rota para estes caminhantes. Com a chegada dos madeireiros, estes caminhos passam a ser nomeados de “arrastão” ou “correntão”, se referindo aos locais por onde arrastavam as madeiras retiradas da mata e hoje, por cruzar o PND e servir para

⁶² Há inúmeros relatos dos Pataxó sob a passagem de tropas de mulas na região de Comexatibá na primeira metade do século XX. Estes provavelmente vinham de Minas Gerais e Espírito Santo (Estados que já eram rota de tropeiros), após a abertura desta nova rota econômica nas matas do Sul da Bahia. Segundo documento do IBGE sobre a história do Prado, por volta de 1884, a chegada de famílias procedentes de outras regiões motivou o avanço econômico sobre a região, momento em que se “construiu a Casa da Câmara e abriram-se as primeiras estradas para tropas” (IBGE, <http://biblioteca.ibge.gov.br/>, acesso em 01/12/2012). Os tropeiros passavam comerciando produtos das cidades e trazendo notícias.

passagem de veículos do órgão ambiental, nomeadas de estradas do parque⁶³. Outra rota importante se dava pela praia e por trilhas que bordeavam o mar pelas falésias e restingas. Importante registrar que muitos Pataxó desciam o litoral, costeando com canoas. Iam até Porto Seguro para entregar produtos agrícolas e do extrativismo, trocando ou comprando mercadorias para o retorno.

A **aldeia Tawá** mantém uma posição central e estratégica para os índios por estar localizada espacialmente no “caminho” para Barra Velha, e ser o ponto de parada e descanso para as trocas realizadas entre essas duas terras indígenas. Essa ocupação abrange uma **região extensa entre os rios Corumbau, Cahy e Sul, que inclui a vila atualmente denominada Veleiro**.



Figura 17 - Aldeia Tawá (Foto 2007)

Os registros históricos demonstram desde o século XVIII uma forte rede de trocas e casamentos estabelecida entre os Pataxó do Corumbau, Barra Belha, Águas Vermelhas e Gibura (TI

⁶³ A mudança dos nomes das estradas ao longo do tempo demonstra como as toponímias são transformadas em decorrência do contexto social, econômico e político de cada área e de quem detém a posse do lugar. A mudança dos nomes das famílias ou de rotas de comércio para de nomes de atividade madeireira (após a chegada da madeireira Bralanda), e posteriormente para estradas do parque é um sinal claro da “perda” do território tradicional para os madeireiros. Caso semelhante ocorre no Parque Nacional do Monte Pascoal, onde os Pataxó substituíram os topônimos de “lugares dos antigos” (como Oiticica, Escorrega), para o genérico “mata do parque”, evidenciando a substituição de posse. Apesar disto os nomes permanecem vivos na memória coletiva e nas narrativas.

Águas Belas), Palmares e Cumuruxatiba. Até a década de 1930, os *kijeme*⁶⁴ Pataxó estavam dispersos ao longo dos rios dessa região, que serviam de fonte alimentar ao grupo indígena com grande fartura de espécies de peixes.

Aqui por essas paradas, tinha um montão de kijeme de índio. Ao longo desse Cahy e do rio o Sul você perdia de tanto índio. Tudo vivia da roça e da pesca. Lá na beira do Cahy tinha Abelina (mãe de Bernarda), parte da família Guedes também morou lá, alguns Braz que hoje estão em Águas Belas e Corumbauzinho, Epifânio filho de Antônio Pereira e Maria Ferreira da Cruz, Finoca, Emídio Pereira Neves, Isaura Braz e outros Todos viviam juntos com suas famílias e não me lembro de ter muito problema. Depois que começou chegar os brancos de Minas atrás de madeira aí acabou nosso sossego. Muita gente foi forçada a vender suas terrinhas por um burro manco e um saco de farinha, ou saía expulso. Lembro do tempo que em cada casa de índio tinha roça grande e muita caça. (entrevista com Sr. Gentil, 2007).

O Senhor Gentil provavelmente se refere à chegada dos Rodrigues e outros não-índios que, impulsionados pela exploração de areia monazítica e madeira, se instalaram no extremo sul da Bahia. Como Galdelino, que segundo nos contou o Sr. Gentil, “tirou as terras de Dna Finoca lhe dando uma vaca velha e um bocado de sal”.

Aí, esses Moura, quando chegaram, fizeram uma serraria na ponte do Corumbau, então veio muito gente de Cumuruxatiba serrar aí, para trabalhar, muitas famílias mesmo. Veio de Cumuruxatiba, veio do Cahy, veio foi de Caraíva, foram trabalha lá. (Manuel Santana, citado em Cardoso e Parra, 2008).

Zabelê saiu novinha de Barra Velha, foi morar na Juerana com Manoel Santana Fragoso, lugar mais ao sul de Barra Velha. Lá virou parque e o povo do IBDF pagou 18 Cruzeiros para eles saírem de lá. Dinheiro que não dava nada. Zebelê é filha de Emilio Vicente Ferreira w Salvina Maria Conceição de Barra Velha e pai (Sr. Manoel) é filho de José Fragoso dos Santos e Maria Santana Marques, família dos Santana de Barra Velha. Quando saiu de lá largou roça e foi por roça perto da Bunda da Nega e Salgado, mas lá não dava nada então um cunhado de Sr. Manoel chamou para viverem no rio do Peixe. Eu era criança, mas lembro que era feliz e tinha tudo, caça, pesca e não faltava nada. Meu pai pescava muito. Do rio do Peixe teve que sair quando chegou Expedito dizendo que as terras eram dele. Sempre achávamos que as terras nunca iam acabar, mas aqui na Vila tudo ficou mais difícil. (Adelice Ferreira de Souza, filha de Zabelê, entrevista realizada em 2007).

Cardoso e Parra, durante o levantamento de campo para caracterização etnoambiental da ocupação dos Pataxó de Cumuruxatiba, também constataram que:

⁶⁴ Kijeme São as casas tradicionais, assim chamadas na Língua Pataxó. O Kijeme pode ser feito de barro, conhecido como taipa, pau-a-pique ou palha. A cobertura pode ser de folhas de palmeiras, sapé, oricana, marimbu ou piaçava. Um kijeme pode abrigar uma família com até oito pessoas.

Neste período de intensificação da ocupação colonizadora da região do Cahy-Pequi, pode-se esboçar novas transformações nas formas de ocupação do território, com os Pataxó continuando a viver em aldeias na costa como o Pequi Velho, ao norte de Cumuruxatiba, próximo ao Corumbau e Tawá, nas vilas de Cumuruxatiba e Corumbáu, conformando sítios mais permanentes das famílias extensas nas beiras de alguns rios como o Corumbau, Cahy, do Sul, podendo até chegar nas serras do Caticoco e Gaturama, bem como, trabalhando e vivendo em áreas dos fazendeiros, como na área da chamado “Patrimônio dos Índios”.

Foi neste período que Sr. Cezário (hoje com 80 anos), filho de Maria Nascimento de Jesus e Amâncio Neves, neto de Goivado e a velha Jovita, nascido no Pixane (entre Tawá e Cahy), começou a ter dificuldade com os fazendeiros e abriu sua posse para fundar a aldeia no Tawá.

Quando cheguei não tinha ninguém, quem morava aqui era tudo índio, tinha meu primo Emídio Machado e Pequenita, no Salgado aqui pertinho tinha o índio Chico Cunha. Abrimos roças no Pequi Velho nas margens do rio do Sul, no rio Tawá e no Veleiro. Vivia da pesca e trocava com coisas das roças de meus parentes como mandioca. Tinha galinha, mas gostava de caçar, sabe como é índios gosta de caça. Os manges do Cahy e do Pixane era bmo que só pra pegar marisco e caranguejo. Hoje já é mais difícil porque o Raimundo (fazendeiro) fechou tudo aqui e nem chegamos quase nos rios. Ali onde hoje é a Agrovila (PA Reunidas Corumbau), era a região do Pequi Velho, muito índio morava ali, tinha muita rça de índios, do Cantídio, Rita Guedes, Cosmo e Feliciano. Alguns ainda estão lá, mesmo com dificuldade como Feliciano, Santo e Cisto (entrevista com Sr. Cesário – 2007).

Os índios contam que, por ser um local de grande concentração de moradia de índios, essa era uma região de muitas festas. Casamentos e encontros para festejar e trocar produtos das roças e de coleta eram constantes. Talvez por estar na rota entre o Prado e Porto Seguro, as paradas e festejos eram quase que obrigatórios. Algumas festas foram incorporadas das missões católicas, como a subida do mastro de São Sebastião, mas sempre mantendo características dos seus “antepassados”, como a feitura do cauim e as danças do Awê Pataxó.

Quando juntava todos índios era uma festança só...muita comida e cauim feita pelas jokana⁶⁵. Os homens faziam as corridas e preparavam as canoas para as próximas pescarias (Sr. Cesário, entrevista 2007)

Com apoio de alguns indígenas mais velhos, registramos nessa região alguns locais que já foram utilizados como cemitérios pelos Pataxó. **No campo do Pequi – Pequi Velho, próximo ao Riacho Grande**, foram enterrados índios do Craveiro (Caveira), e parentes do Sr. Eleotério (Soté). O Sr. Cesário Pataxó conta que no **Veleiro** existem várias famílias Pataxó enterradas. Outro local próximo apontado como cemitério Pataxó foi **na Barra do Cahy**, onde vários parentes de

⁶⁵ Jokana – mulher em Patxohã

Dna. Bernarda foram enterrados, mas não nos foi possível entrar, por ser hoje uma fazenda cercada com cercas e correntes até a praia.

Atualmente, **vivem na região do Tawá, Veleiro, Salgado, Pequi Velho e Pixane cerca de 50 famílias Pataxó.** Sr. Cesario abriga, em uma pequena posse de 10 tarefas, toda sua família extensa e agregados, somando 30 famílias. Cercados de fazendas, como a de Raimundo e Clemente, não há espaço suficiente para cultivar roça, pescar ou coletar.



Figura 18 - Sr. Cesário do Tawá (Leila 2007)



Figura 19 - Sr. Cisto e família – (Leila 2007)

Os indígenas relataram que pescam em represas de fazendeiros, ainda que sem a permissão dos mesmos, arcando constantemente com o risco de repreensão e/ou retaliação por parte dos não-índios. Nas aldeias Tawá e Cahy, os locais de pesca estão com os acessos fechados para a praia por causa do estabelecimento de propriedades, entre elas uma que fechou o acesso até a Barra do Cahy. Existem apenas dois locais onde os indígenas têm acesso à praia para a atividade de pesca, o que implica alguns deslocamentos longos.

Além da praia, essas propriedades bloqueiam o acesso também ao mangue e ao apicum, que são áreas onde os Pataxó coletam caranguejo, guaiamum e siri. Algumas das praias e mangues são nomeados com nomes de fazendeiros, o que é contestado pelos indígenas, assim como a apropriação privada de criações da natureza, como dito em frases nos capítulos anteriores e que repetimos aqui,

Fazendeiro não tem mangue, nós não temos mangue, tem a natureza no rio do Cahy, os mangues é no rio do Cahy, o outro é no riacho grande, o outro é no Corumbau. É na natureza, porque se fosse de Dr. Victor, se ele tivesse feito um tanque grande ou um mangue plantado, porque aí...então, o mangue é de dr. Victor, mas não é, é da natureza. (entrevista com Sr. Gentil, 2012)

Primo irmão dos índios Zé Piegas e Luís Capitão de Barra Velha, Eleotério, mais conhecido por Soté, vive hoje na Aldeia Tibá, próximo à antiga guarita da Bralanda. Filho de Isaura Braz da Conceição e Francelino Braz, nasceu na margem direita do rio Corumbau, próximo à sua foz. Pressionada pelos agentes do Parque Nacional do Monte Pascoal, nos anos 50, sua família resolveu “abrir roça” na proximidade dos rios Cahy e Sul, vivendo lá por cerca de 30 anos. Segundo Soté, tiveram que sair de lá porque um homem conhecido por Galdelino, pagando o equivalente a sete cruzeiros, exigiu a saída deles, sendo que o dinheiro não era suficiente para comprar outra terra: “*nem um burro velho a gente comprava*”. Hoje é a fazenda de Djalma Galão, mais conhecido como Dede Galão.

Saíram de lá e **foram viver em uma localidade denominada de Brasília (rio Brasília), onde já vivia Pedro Carlos, hoje nos limites do PND**. Soté chegou a trabalhar para a empresa Bralanda, mas reclama que era um trabalho muito pesado (serraria a braço), para quase nada de pagamento. “Eu vivia mais devendo a eles do que tinha pra receber, sempre que chegava o dia do pagamento eles mostravam uma lista que devíamos de alimentação e recebia só o mingadinho” (entrevista com Soté, 2007).

Na aldeia Alegria Nova, vive a família extensa do Sr. Gentil Brito da Conceição (70 anos), e Dona Romilda (falecida). Ele nasceu em Barra Velha e viveu 13 anos na aldeia Boca da Mata, saiu de lá por pressão do IBDF. Filho de Donato de Brito Conceição e Maria Francisca da Conceição, **mudou-se para a região do rio Caí, entre este e o rio do Sul, ao norte do PND, em 1955, onde “abriu roça” próximo à área que atualmente é do PND**.

Quando se casou com Dona Romilda, **foi morar próximo ao rio do Sul, “para as bandas de Alegria Velha”**, em terras da família dela, aproximadamente 80ha. O Sr. Gentil conta que a terra deles era cercada de grandes fazendas, até que a BRALANDA comprou uma área do Sr. Mascarenhas e passou a pressioná-los para vender. Como não aceitaram as propostas, foram expulsos da terra em 1974, sob a alegação de que estavam em terras que a empresa havia adquirido.

Durante a entrevista realizada em 2005, com Dona Romilda, quando ainda estava viva, todos os familiares se emocionaram muito ao relembrar os seguidos atos de violência que a matriarca sofreu. Segundo eles nos informaram, durante a expulsão, que inclusive teve apoio de agentes da polícia de Prado, as famílias indígenas foram obrigadas a fugir em uma noite chuvosa, o que ocasionou a morte de uma das filhas de D. Romilda que estava com sarampo.

Sr. Gentil contou que a terra era toda cultivada: “Lá tinha roça de tudo quanto é tipo, tinha 30 tarefas de mandioca, 5 ha de café, banana, cacau, laranja, etc.”; informou também que a BRALANDA mandou queimar 3 casas e uma farinheira.

Com a expulsão, a família de Sr. Gentil vagou por várias terras indígenas do extremo sul da Bahia, Mata Medonha, onde têm muitos parentes, Coroa Vermelha e Águas Belas. Contudo, o sentimento em relação àquele “lugar” permaneceu, e o sonho de retornar aumentava a cada dia. Por fim, em 1998, ele resolveu retornar à região do rio Caí e passou a viver num pequeno trecho de terra com seu pai, mas então já não era possível plantar nem caçar, pois não havia terra para todos os irmãos. **Ocuparam Alegria Nova, uma área dentro PND, por volta de 2003**, quando se juntaram aos outros Pataxó no movimento pelo reconhecimento territorial. Mas a perseguição continuou, “os chefe do Parque brigou muito, mas o pior foi Lomanto que fechou o cadeado da porteira do parque e mandava pistoleiro nos matar”.

De 1974 pra cá é só sofrimento, voltei pra onde era a casa de meu pai no Cahy, tava dentro do parque então nem roça podia botar. Fomos para o Japara, um pedaço de chão que virou dos sem terra. Um dia Capitão Rose da Polícia Militar me falou que a FUNAI que tinha que dar jeito...onde estou era da família dos Pires que tem um bocado lá na serra perto do pé do monte. (entrevista com Sr. Gentil, 2007)

Na aldeia encontramos roças de mandioca, milho, feijão e muitos pés de frutas. Roça de quintal e roças familiares, cada unidade bem delimitada por linhas. Sempre que possível vão a Alegria Velha em busca de alguns frutos que só tem lá. Nesta ida também “*buscam no fundamento Pataxó a força diária para enfrentar as lutas, pois lá também está a força dos antepassados*” (Gentil, 2007)

Apesar de restrição em caçar, o cacique nos conta que em Alegria Velha a caça é boa, “*já foi melhor, mas como lá tem pés de frutas velhas, do tempo que morei... Sempre tem bicho lá, mas não pegamos não, já peguei uns tatus, mas não pode não*”.

Desde 2011, após a morte de D. Romilda, a família se dividiu e parte seguiu para um outro local mais a oeste, também dentro do PND. Neste local, alguns filhos e netos fundaram a **aldeia Monte Dourado**, tendo como cacique o filho Denis.

Histórias como as de José Ferreira Guedes são comuns. Zeca Guedes, como é conhecido, tem cerca de 65 anos e nasceu próximo ao **córrego do Gibura, próximo ao rio Corumbau**, depois foi morar no **rio do Sul**, afluente do Caí. Ele conta que Firmo Carlos de Oliveira, avô de Jovita, encontrou Gregória Santana, sua avó, em uma de suas andanças em busca de pesca e a “*pegou para criar*”. A menina era pequena e estava perdida na praia perto de Prado. “*Ela dizia que era índia de Prado*”. A menina cresceu e casou-se com Pedro Ferreira de Jesus, também índio, só que do grupo que chamam de **Mavão**. Foram morar próximo ao **rio Caí**. Após vários anos, chegaram uns agrimensores e falaram que eles deveriam sair da terra; pressionaram tanto que Pedro a vendeu por pouco dinheiro. Juntou-se então com outros irmãos para abrir posse na área denominada **Brasília**,

local próximo **ao rio Brasília, a oeste da aldeia Pequi, dentro do PND**. “*Meu avô conta que lá era só mata e só foi desmatada com a presença da BRALANDA*”. Zeca Guedes conta ainda que, com a pressão da BRALANDA, seu avô saiu da terra já com 76 anos, e foi morar **em Cumuruxatiba**, onde adoeceu de tristeza e morreu um ano depois.

Zeca Guedes conta que viver nas aldeias de novo é bom e que busca nas matas próximas ao rio Brasília plantas medicinais para fazer chás e emplasto. “*Lá tem planta de tudo quanto é tipo que preciso, pego pra fazer garrafada.. Tem garrafada pra tudo, aprendeu com os pais que sempre curaram as crianças com as plantas dos índios*”. Segundo Dona Bernada, mãe de Timborana:

*os Pataxó saíram tudo daqui. O início da vida Pataxó foi daqui pro lado do Cai, tudo é uma aldeia só, tem até um **cemitério** de minha família lá na **Boa Vista no Cai**. Já no **Imbassuaba**, morava José Leandro, do outro lado do rio, o Seu Américo e João Nunes. Mais pra frente morava o Angelino. Ele era um índio velho que é parte dos Machado. Joviniano morava no **rio do Peixe Grande**, e tinha Dona Maria de Seu Leôncio. (entrevista de outubro de 2005).*

Segundo conta o cacique Zé Chico (Timborana), a **área na barra do rio Cai**, hoje ocupada por dois fazendeiros, o filho de Vitor Dequech e Ivan Portela, era de posse de seus avós Umbelina (ou Abelina) Pereira da Conceição e Amâncio Machado, nascidos em Barra Velha e Prado, respectivamente; sua mãe, Bernarda nasceu e cresceu lá. Subindo o rio Cai, **a oeste da fazenda Boa Vista**, há uma fazenda denominada **Santa Rita**, na região do **córrego da Palha**, atualmente de posse do Sr. Lormando. Esse local, denominado pelos Pataxó por **Pequi Velho**, concentra várias histórias de um grupo de Pataxó que ali vivera durante décadas. Trata-se da família da Sra. Antônia do Amor Divino, que nasceu “*nas matas da Bralanda*”, mãe de Dona Julice, irmã do índio “Fulor”, residente no Bugigão/Barra Velha.

Como descrito por Cardoso e Parra (2013), **o Pequi Velho é um local de grande concentração de pés de frutas, esteios antigos de casas de índios, fornos e muitos vestígios da ocupação indígena**. D. Bernarda, emocionada, falou que “*naquela aldeia tinha fartura, lá ninguém morria de fome não. Tinha pé de fruta, muito peixe nos rios e de mar. Até menino pegava marisco. Hoje tudo é fazenda e ninguém pode entrar*”.

Dona Julice conta que, até 2002, ainda morava no mesmo local, que era cercado por fazendas, e não tinha mais o espaço que antes para suas roças, tampouco a liberdade de pescar na beira do rio. Nesse mesmo ano, hospedou em sua casa um grupo Pataxó saído de Mata Medonha (Sr. Baiara), que procurava um local para abrir suas roças. Segundo ela, os fazendeiros interpretaram essa ação como uma “retomada” e iniciaram uma onda de ameaças. Até que um dia invadiram a casa, espancaram e torturaram seu marido, Sr. Francisco, que por consequência disso sofre problemas sérios de saúde que o incapacitaram para o trabalho. Dona Julice foi expulsa de sua casa, obrigada a

assinar documentos de venda das terras e, a título de “pagamento”, deram-lhe R\$ 1.000,00 (mil reais). Após vários pedidos desesperados, pois o valor não dava nem para comer, Dona Julice conta que o fazendeiro deu-lhe um “barraco” em uma vila chamada Guarani, próximo a Itamaraju, mas *“sem um palmo de terra para plantar”*. Tal fato demonstra que a violenta forma de agir desses proprietários não foi utilizada apenas nas décadas de 1960 e 1970, mas perpetuou-se pelo tempo recente.

Na minha aldeia não tinha problema nenhum, a vida era boa e comida tinha sempre. Não comida de branco, arroz, açúcar essas coisas...tinha comida de índio. Da mandioca fazia farinha e bolo de puba pra comer com moqueado de peixe, o riacho grande tinha muito peixe e a caça vinha também. Sempre que íamos buscar o peixe cantávamos pra tupã nos ajudar e nunca faltava nada. Hoje meus filhos trabalham para os outros e o que ganha nem dá pra comprar o feijão e a farinha. (Julice, 2005)

Foi **nesta área do Pequii Velho**, em 2002, a primeira tentativa de recuperação por retomada da TI Comexatibá, pelo grupo que integrava a Frente de Resistência e Luta Pataxó. O índio Lídio nos conta que a reação dos fazendeiros foi grande e conseguiram expulsar todos “a bala”. Na sequência, os Pataxó **ocuparam a fazenda Boa Vista**, então de posse de Vitor Dequech⁶⁶.

Com idade avançada, cerca de 98 anos, D. Bernarda superou a dificuldade na fala e nos relatou com detalhes **a expulsão de sua família de suas terras no rio Cahy**. O relato nos chamou atenção por conter informações que, depois de analisadas e cruzadas com outras que levantamos no cartório do Prado, comprova de forma clara o esbulho dessas terras. Cabe destacar que durante os trabalhos de campo encontramos no cartório de Registro Civil de Cumuruxatiba o registro de nascimento de Dna. Bernarda, denominando-a como “cabocla”, sendo que no total verificamos 04 categorias para os registros cartoriais: brancos, negros, pardos e caboclos.

D. Abelina (ou Umbelina), casada com Amâncio Machado Neves, ambos nascidos em Barra Velha, após conflitos com a primeira demarcação do PNMP em 1943, buscaram terras mais ao sul e acabaram **constituindo sua aldeia na região da boca do Cahy**, formada por sua família nuclear e alguns outros “parentes” de Barra Velha. Segundo D. Bernarda, após a morte de seu avô Amâncio as dificuldades aumentaram, mas eles permaneceram na boca do Cahy. Até que, estimamos que na segunda metade da década de 1960, um guarda da linha telegráfica que se encarregava do trecho Cumuruxatiba-Caraíva, de nome **Paulo Cruz**, que já costumava parar para cumprimentar D. Umbelina e encetar conversa, para conquistar amizade e confiança, deu início a pressão para que ela vendesse as terras, dizendo ter um interessado na compra. *“Ela sempre repetia que não queria, nos*

⁶⁶ Na década de 1941 Vitor Dequech (geólogo) fez parte da equipe de Francisco Meirelles em Rondônia. O grupo do SPI “amansava” os índios Salamaí enquanto se realizava a pesquisa minerária em terras indígenas.

disse D. Bernarda, mas o homem insistia sempre. Um dia levou um tal João Sales que agradou da área e lhe fez proposta, mas ela repetia que não saia de sua aldeia". Foi aí que, segundo D. Bernarda, o Paulo Cruz convenceu sua avó a colocar uma digital em um papel, que ninguém sabia ou entendia para quê. Dentro de pouco tempo o tal João Sales voltou se dizendo dono e que havia pago a Paulo Cruz. Expulsou-os de lá sem direito a nada, e o dinheiro Paulo Cruz nunca entregou. D. Bernarda conta que foi Eudaldo que os ajudou *"do outro lado do rio"*, e assim passaram a trabalhar para ele em sua fazenda.

No livro de registros 3 F, de 1975, a Fazenda Boa Vista estava registrada, em 2007, em nome de Victor Dequech com 204ha, fazendo limite com Eudaldo Valverde Rodrigues, Macário José Santana, sendo o registro de uma posse "mansa e pacífica" de 1968, de 180 ha, vendida por Eulália Sales da Silva.

Esta é uma situação verificada com frequência quando confrontamos vários relatos indígenas com a documentação oficial, como as do cartório. Mas, para melhor esclarecimento, voltaremos a tratar de alguns casos na Parte VI – Caracterização da Ocupação Fundiária deste RCID.

Com a consciência de seu território tradicional, em 2000, os Pataxó de Comexatibá partem para a primeira ocupação na área do que denominam como antigo Pequi, esta na estrada que alcança a ponta do Corumbau. A segunda ocupação se dá em 2001, mas foi fortemente combatida pelos fazendeiros e políticos locais.

Já na área do PND a primeira ocupação se deu em 2003, e resultou na constituição da **aldeia Tibá**, local que, antes da implantação do Parque, chamava-se Brasília. Após a retomada da **aldeia Tibá**, alguns conflitos internos por conta da pressão dos agentes do parque afastaram alguns indígenas da aldeia. Seis meses depois, uniram-se 30 famílias indígenas que se retiraram da aldeia Tibá e retomaram uma **área próxima ao curso do rio Embassuaba, a atual aldeia Cahy**. Os Pataxó contam que a área pertenceu ao índio Antônio Cabeludo, que foi expulso pela Bralanda, e ao índio Manoel de Afrodísio Valadão, que se intitula descende dos assim chamados índios Mavão⁶⁷.

⁶⁷ Os índios mais velhos contam que os Mavão eram índios bem pequenos e morenos que apareciam de dentro da fenda das falésias. Eles os chamam também de "índios formigas" (SOTTO-MAIOR, 2007). Os Pataxó de Barra Velha, lá chamados também de Abaquiras, contam que estes índios viviam no buraco da Joacema e que de lá saiam para suas atividades (KOHLE, 2011).



Figura 20 - *Kijeme* em construção – aldeia Kaí Foto: Leila 2007

A **aldeia Pequi foi formada em junho de 2004**, um mês antes do primeiro levantamento que realizamos no extremo sul baiano, e se deu a partir da retomada de uma área dentro do **Parque Nacional do Descobrimento, a oeste da aldeia Tibá**. É composta predominantemente pela família extensa do cacique Baiara, nascido em Barra Velha, e que viveu na TI Mata Medonha.

Como já descrito acima, a **aldeia Alegria Nova foi ocupada em 2003**, e é outra área “retomada” dentro dos limites do PND, próxima ao rio do sul e ao córrego Três Capangas.

Ressalte-se que as retomadas não se dão de forma aleatória, os lugares escolhidos estão sempre intimamente ligados ao passado recente de moradia de algum parente, lugares antigos e lugares vividos que tenham história Pataxó.



Figura 21 - Vestígios de fogão em Alegria Velha (Leila 2007)

Os rios são ambientes muito frequentados e utilizados pelos Pataxó, sendo fonte de água e alimento. A maioria dos lugares de moradia são próximos a algum rio, sendo o curso d'água sempre tido como a referência de localização. *“Quando saí do Gibura, vim para o rio do Sul”* (Zeca Guedes). Visitamos muitos outros lugares apontados pelos Pataxó, e a maioria apresentava características de moradias antigas, mas os locais de maior concentração de vestígios foram próximos ao: **rio Brasília, rio do Peixe Grande, ao longo do rio do Peixe Pequeno, Japara Grande, entre os rios da Bica e o Dois irmãos, ao longo do rio Cahy, principalmente nos pontos de encontro com o rio do Sul e rio dos Sul Pequeno, rio do Tawá, Salgado, córrego das Caneiras.**

São muitas as provas consistentes da presença Pataxó na TI Comexatibá, seja na área de mata, local preferido para atividades de caça, coleta e agricultura, como ao longo da costa, onde encontramos locais de mariscagem, moradias antigas e forte presença dos mitos de criação da cosmologia Pataxó. Ao longo dos rios são fartas as histórias contadas pelos indígenas sobre locais de refúgios das correrias e perseguições dos colonos e fazendeiros.

A memória oral, confrontada com registros documentais, e a verificação de vestígios em campo, apontam para uma extensa área de ocupação dos Pataxó de Comexatibá, ou do Prado, como muitas vezes falam os indígenas, entre os rios Corumbau, limite da TI Barra Velha do Monte Pascoal, e o rio das Ostras. No sentido oeste, ou seja, para a área de mata e de serras, temos uma variação de ocupação entre 30 a 50km, a depender do período histórico.

Sendo assim, não há dúvidas para este grupo técnico, que realizou os estudos necessários à identificação da TI Comexatibá, de que os Pataxó ocupam tradicionalmente essa área desde o século XVI, de forma entrelaçada a outros grupos indígenas, como os Maxacali e Botucudo, tendo maior presença ou menor número de relatos históricos a depender da intensidade da pressão e esbulho do colonizador interessado nas riquezas naturais da região, se fazendo presente com grande poderio bélico e político.

São áreas de habitação permanente dos Pataxó aquelas usadas em suas atividades produtivas desenvolvidas de forma tradicional e as de ocupação onde reproduzem seu modo de vida, como: as aldeias Caí, Pequi, Tibá, Monte Dourado, Alegria Nova e Tawá; os rios do Sul, do Peixe Grande Pequeno, Japara, Japara Mirim, Pixane, Salgado, Cahy/Queimado, Imbassuaba, riacho Grande, etc. São também áreas de habitação permanente aquelas usadas para coleta de fibras, sementes, frutas, palhas, nas matas; e mariscos, no mar e mangue. Locais de roças antigas e novas, lugares de moradias antigas, e aqueles que fazem parte da cosmologia Pataxó, mito de criação, festas e rituais, também fazem parte da habitação permanente indígena e necessárias à reprodução física e cultural.

4. Parte III – Atividades Produtivas

Como demonstramos anteriormente, as formas de uso e ocupação territorial dos Pataxó de Comexatibá transformaram-se historicamente em decorrência do esbulho territorial sofrido pelo grupo indígena, como consequência do processo de colonização da região. Confinados a pequenas porções de terras que tradicionalmente ocupam, os Pataxó de Comexatibá apresentam hoje uma diversidade de atividades produtivas que variam ao longo do tempo e do espaço. A agricultura, a caça, a pesca e o extrativismo não ocorrem com a mesma intensidade ao longo do ano e nem nos mesmos locais, o que reflete múltiplos usos dos recursos disponíveis.

No **Mapa de Usos Atuais** anexo 1, apresentamos uma distribuição espacial aproximada das atividades produzidas pelos Pataxó de Comexatibá entre as várias localidades do território.

Dentre as diversas atividades produtivas realizadas pelos Pataxó a agricultura representada pelo cultivo de mandioca é a que predomina na maior das áreas hoje ocupadas, pois mesmo os moradores da cidade possuem diminutas roças na aldeia, na área do assentamento ou em pequenos lotes ou, não caso de não possuírem, trocam peixes por farinha. A pesca e a caça predominam nas áreas mais preservadas em termos de recursos naturais (rios e/ou mata) ou melhores condições de acesso a esses recursos. A pesca no brejo também é muito apreciada pelos índios, assim como a pesca no mar.

Os recursos são administrados, em geral, de maneira comunal, entre as famílias e pela aldeia, através de regras pré-estabelecidas de acesso, que envolvem desde a comercialização a redes de trocas e reciprocidade, conforme veremos adiante.

Ressaltamos aqui que, em conformidade com os critérios constitucionais que definem “terras tradicionalmente ocupadas”, a delimitação da TI Comexatibá contempla as áreas utilizadas atualmente pelos indígenas para a realização de suas atividades produtivas, bem como aquelas necessárias à manutenção dessas atividades no futuro e dos recursos naturais necessários ao bem estar e à reprodução física e cultural do povo indígena, segundo seus usos, costumes e tradições.

4.1 Agricultura

Atualmente a agricultura é a atividade central dos Pataxó, de onde provém a base da alimentação e uma parte dos recursos advindos da venda de excedentes, principalmente a farinha de mandioca. É uma atividade dinâmica espaço-temporalmente e, por isso, buscaremos apresentar uma descrição generalizada da agricultura praticada abordando a agrobiodiversidade, as relações sociais envolvidas e os impactos ambientais.

A agrobiodiversidade cultivada pelos Pataxó de Comexatibá envolve inúmeras espécies e variedades vegetais, algumas constantemente e outras mais esporadicamente, algumas pela grande maioria das famílias e outras podem ser encontradas em uma ou duas famílias. A lista de espécies e variedades encontradas durante o período de estudo em Comexatibá estão na TABELA 1. Algumas espécies são domesticadas, outras semi-domesticadas e outras não domesticadas. A maioria das espécies é utilizada para a alimentação, porém também ocorre o cultivo de espécies medicinais, espécies para proteção e para fabricação de artesanato. A agricultura provoca uma grande transformação na paisagem e os novos espaços gerados para plantações e cultivos são denominados de Quintal, Horta, Sítio e Roça.



Figura 22 - Mandioca, a principal planta cultivada

Nos quintais, que podem ou não abrigar uma horta, são plantadas flores ornamentais, plantas medicinais, plantas para proteção, plantas para tempero, verduras e frutíferas. Já nos sítios são encontradas principalmente frutíferas para a alimentação. Nos casos em que é plantada uma única espécie no sítio, este lugar passa a ser denominado pela espécie escolhida como: coqueiral e dendezal.

O coco é muito apreciado tanto para consumo quanto para a venda e, neste caso, é plantado em grande quantidade. Assim como os dendezeiros, os coqueiros são plantas utilizadas como marco de *lugares*. Alguns dos que estão presentes no território (inclusive em áreas de fazendeiros e dentro do Parque) são designados pelo nome do antigo dono, ou seja, a pessoa responsável pelo plantio. Os dendezeiros são de grande importância econômica e ecológica, na manutenção da fauna, pois são ricas fontes para alimentação e para obtenção do óleo (e posteriormente do sabão), possuindo uso doméstico e de comercialização.

As roças abrigam espécies de ciclo rápido e anuais como mandioca/aipim, milho e feijão, e são *lugares* dinâmicos. Além das famílias que moram na vila de Cumuruxatiba ou nas cidades próximas, e trocam farinha por peixe, algumas famílias da aldeia Tawá também não possuem roça, em razão de não haver área suficiente para o plantio, que também envolve a necessidade de, de tempos em tempos, “*deixar a terra descansar*”.

Algumas famílias da aldeia Pequi, recentemente retomaram a área de uma fazenda limítrofe ao PND, tendo em vista a necessidade de dispor de mais áreas para roças e a opção por não desmatar áreas inseridas nos limites do Parque.



Figura 23 - Produção de farinha para subsistência aldeia Pequi (2011)

Tabela 1 – Lista da agrobiodiversidade utilizada, seus usos e ambientes de cultivo

Nome	Qualidades (variedades)	Usos	Ambientes
Abacaxi	Cabeça de cavalo, Anã, Gigante, Roxo, Ananás, Comum, Japonês	Alimentação	Roça, Quintal
Abacate		Alimentação	Quintal, Sítio
Abóbora		Alimentação	roça
Abricó		Alimentação, Artesanato	Quintal
Acerola		Alimentação	Quintal
Aipim	Calombo, Feijão, Eucalipto, Caixão, Cacau, Lisona, Lafaiete doce, Santa cruz, Pacaré, Manteiga, Cacauzinho, Roxo, Brancona, Arara, Prato feito, Moreninha, Cinco minutos, Olho roxo	Alimentação	Roça, Quintal
Alevante		Remédio	Horta
Alface		Alimentação	Horta
Alfavaquinha			
Algodão		Medicinal	Quintal
Alho		Alimentação Medicinal	Horta
Amendoim		Alimentação	Roça
Amescla		Ritual, Medicinal	Quintal
Araticum		Alimentação	Quintal
Arnica		Medicinal	Quintal
Aroeira		Comércio, medicinal	Quintal, Capoeira, Mussununga
Arruda		Medicinal, Benzedura	Quintal
Babosa		Medicinal	Quintal
Banana	Da terra, Maranhão (dois tipos branca	Alimentação	Roça, quintal

	e vermelha), Terrinha, Preta (3 tipos), Caturrão tem vários tipos; Maçã; Tahiti, Pão, Roxa. Prata, Ouro, Santo Mel, Nanica, Mangaba, Banana de três cachos		
Batata Doce	Roxa, Branca	Alimentação	Roça
Biriba		Ritual	Quintal, Capoeira
Boldo		Medicinal	Horta
Buri		Alimentação	Capoeira
Cacau		Alimentação, Comércio	Sítio
Caju		Alimentação	sítios
Cabaça Doce		Alimentação	sítios
Café		Alimentação	Quintal
Cana	Caiana, Roxa, De Macaco	Alimentação	Roça, Quintal
Capim Aruanda		Ritual, Medicinal	Quintal, Capoeira, Mussununga
Capim Limão		Medicinal	Quintal
Carambola		Alimentação	Sítio, Quintal
Cebola		Alimentação	Horta
Cebolinha		Alimentação	Horta
Carqueja		Medicinal	Quintal
Confrei		Medicinal	Quintal
Coco	Anã, Da Bahia	Alimentação	Quintal, Sítio
Coentro		Alimentação	Horta - brejo
Coentrão		Alimentação	Horta
Couve		Alimentação	Horta
Comigo Pode	Ninguém	Ritual, Proteção	Quintal

Dendê		Alimentação	Sítio, dendezeiro
Erva Cidreira		Medicinal	Quintal
Espada de São Jorge		Proteção	Quintal
Feijão	Porco, Andu, Feijão tropeiro, cafezinho, fava, feijão de corda, feijão de arranque, feijão cinquentinha.	Alimentação, Artesanato	Roça
Gervão		Medicinal	Horta
Gengibre		Alimentação Medicinal	Horta
Goiaba		Alimentação, Medicinal	Quintal
Graviola		Alimentação	Quintal
Hortelã	Hortelã miúda e grossa	Alimentação medicinal	Quintal
Imbuíá		Ferramenta	Quintal
Ingá		Alimentação	Quintal
Inhame		Alimentação	Roça
Jaca		Alimentação	Quintal, Sítio
Jenipapo		Alimentação Medicinal	Quintal
Juerana		Artesanato	Quintal
Juçara		Alimentação	Quintal
Laranja		Alimentação	Quintal
Limão	Limão Galego	Alimentação	Quintal
Macela		Ornamental	Quintal
Mamão	Híbrido, Formosa, Havaí	Alimentação	Sítios, Roças
Manga	Espada, Rosa, Papo de Rola, Nativa, ovinho de pombo	Alimentação, Comércio	Sítio, Quintal
Mangaba		Alimentação, Comércio	Restinga

Mandioca	Cariri, Pretinha Paga dívida, Pinhão, Lafaiete, Prato cheio, Rio Grande, Caravela, unha, Sete Anos, Rio de Janeiro, Lisona, Casca Branca	Alimentação, Comércio (farinha)	Roça, Quintal
Mastruz			Quintal
Manjerição		Alimentação	Horta
Mangerona		Condimento	Quintal
Maracujá		Comércio, Alimentação	Roça, Quintal
Maxixe		Alimentação	Roça
Milho		Alimentação	Roça
Murici		Alimentação	Quintal
Pacari		Artesanato	
Pau Brasil falso ou Tinto		Artesanato	Quintal
Pitanga		Alimentação	Quintal
Pimenta	Ova de Robalo, Malagueta, Malaguetão, Malagueta Grossa, nativa (passarinho) De Cheiro, Mata Passo, Arriba Saia, Doce, Cacau, Do reino	Condimento, Artesanato	Quintal, Roça
Pinhão Roxo		Medicinal, Benzedura	Quintal
Poejo			Horta
Pupunha		Alimentação	Sítio, Quintal
Quiabo		Alimentação	Roça, Horta
Rúcula		Alimentação	Horta
Saião			Horta
Salsa		Alimentação	Horta
Siriguela		Alimentação	Quintal, Sítio
Taioba		Alimentação	Roça
Tangerina		Alimentação	Quintal

Tioió (alfavacão)		Medicinal	Quintal
Tiririquinha		Medicinal	Quintal
Tomate		Alimentação	Horta
Trançagem		Medicinal	Quintal
Urucum, corante		Ritual	Quintal
Vassourinha			Horta

Todos os moradores adultos entrevistados têm ou já tiveram uma roça, e querem continuar tendo no futuro, afirmando que cresceram se alimentando e cuidando de roçados. Porém é relatada uma preocupação quanto à disponibilidade de terra adequada ao plantio como o interesse das gerações mais novas no aprendizado da “lida” com a roça.

Eu acho que a cultura do índio, a tradição é ele plantar mandiba, café é cultura, plantar de tudo pra ele não tá pedindo a ninguém, aí eu sei que é uma cultura, e não estragar o que é da terra. Eu acho que chegar na roça e topar tudo, topar um aipim, topar um inhame, uma horta... Eu penso que isso é uma cultura. Tudo que se planta é uma cultura (entrevista com S. Gentil em abril de 2012).

Enquanto os quintais e, principalmente as hortas, são espaços femininos, cabendo à mulher a escolha das espécies, os locais, as épocas e as técnicas de plantio, as roças podem ser espaços de atuação de homens e mulheres. Ao homem é incumbida a tarefa de “abrir” o espaço (limpar o mato, destocar, utilizar a enxada) e, à mulher (ainda que homens também possam participar dessa etapa), escolher as variedades e espécies que serão plantadas bem como os locais. Quem cuida das plantações é a família. Para abertura da roça e durante o plantio é comum chamar os parentes ou amigos para ajudar, em esquema de “mutirão”, prática muito comum antigamente como relata um morador:

Antes pra botar roça era só falar, faziam 4, 5 tarefas, aí quando era dia de derrubar minha avó matava um capado, gordo, grande, pra trabalhar aí ia derrubar, um cortava mais do que o outro. Quando faz roça hoje é só a família, antes, fazia mutirão, hoje não faz mais, quando colhe é da família (entrevista com Zezinho, em abril de 2012).

As sementes para plantação podem ser obtidas de diversas formas. As partes de mandiocas (mandibas) colhidas em uma roça são guardadas para replante na roça seguinte, assim como as mudas de cana e abacaxi. Quando o/a agricultor/a não possui muda para replante ele pede para algum parente ou amigo. Muitas variedades de mandioca e outras plantas são obtidas nas aldeias da região

de Monte Pascoal, como podemos verificar comparando os nomes das variedades de mandioca e aipim em Comexatibá e Barra Velha (Cardoso e Parra, 2009). O feijão pode ser comprado na cidade ou cedido pela Funai. Alguns moradores possuem sementes consideradas raras de feijão e de arroz que eram plantadas antigamente. Para o plantio do feijão é necessário adubo, exceto no caso do feijão de corda. O adubo pode ser comprado ou cedido pela Funai. Ultimamente, como observado por Cardoso e Parra (2008) durante a análise do sistema de agricultura em Barra Velha, com a diminuição de áreas disponíveis com condições fundamentais para uma produção que mantenha o sistema tradicional de corte, queima e pousio, os solos estão ficando extremamente desgastados.

Semente hoje é difícil porque muitos só plantam com adubo (entrevista com Zé fragoso em abril de 2012).

Feijão de arranque veio (da Funai) pra comunidade plantar. As mudas de abacaxi, a gente consegue ai, as canas foi buscar com parente (alegria nova), cebola eu trouxe do Tawá e o quiabo, mas o resto já tinha aqui. (entrevista com Dona Cledineuza em abril de 2012)

Feijão de corda planta sem adubo que ele multiplica, guarda a semente, feijão de arranque, utiliza, ele não multiplica, ele diminui. Se plantar 1 litro só sai com adubo (entrevista com S. Eleutério em abril de 2012).

Foi constatada uma grande circulação de trocas de sementes entre os Pataxó, englobando diversas aldeias e parentes de diversas regiões, esta prática faz parte de um modo de circulação econômica ancorada no princípio da reciprocidade, onde a doação é baseada nos laços sociais e em valores morais e não no valor de troca ditado pelo mercado.

A época de plantio (TABELA 2) obedece à sazonalidade das estações chuvosa e seca (anual) e a lua (mensal), possuindo dia certo para acontecer o que, normalmente, ocorre na lua escura - depois da cheia e da nova.

Tabela 2 – Época de Plantio das Principais Espécies Cultivadas

Espécie	Descrição
Feijão	<i>Lua pra feijão não bichar tem que plantar na cheia, então da cheia três dias tem que plantar feijão, milho pra não bichar. Mas se plantar na noite clara só da bicho. É abobora é tudo. A plantação nasce tudo no escuro, depois que vem a lua cheia ela vai tardando vai tardando e com 3 dias fica tudo escuro. A nova começa e amanhece o dia tudo claro.</i>
Milho	<i>milho depois da lua Nova, demora 4 meses.</i>
Mandioca	<i>lua nova planta a maniva, tem que plantar no escuro se não ela bicha.</i>
Melancia	<i>Melancia vende muito, eu planto em novembro porque a minha chega primeiro que a dos outros.</i>

A maior parte da colheita é consumida ou utilizada pela família, podendo também ocorrer trocas e vendas do excedente. Há casos em que são plantadas espécies específicas para venda, além da farinha proveniente da mandioca, espécies como o maracujá, a pimenta-do-reino, a melancia, abacaxi, banana, batata doce, inhame, abóbora e milho, que são comercializados em Cumuruxatiba e Itamarajú.

A torra da farinha é uma atividade que pode mobilizar outras pessoas além da família e constitui um momento de sociabilidade entre os Pataxó, como pudemos presenciar em diversas famílias. O feitorio da farinha é constituído de diversas etapas. Primeiramente a mandioca arrancada é transportada para a casa de farinha e raspada com o auxílio de uma faca. A mandioca pode passar por um processo de desintoxicação, sendo deixada de molho na água para “pubar”. Depois a mandioca é ralada num ralador a motor, e posteriormente é prensada numa prensa de madeira. Após esse processo, a massa é peneirada numa peneira de juçara ou de urúba e torrada no forno, com lenha de biriba para depois ser ensacada. A farinha é produzida, na maior parte, para o consumo nas aldeias, podendo ocasionalmente ser comercializada em Cumuruxatiba e arredores.

Foi verificado que hoje os Pataxó têm acesso a poucas áreas passíveis de uma adequada prática agrícola, sendo boa parte do atual território ocupado por fazendas ou pelo PND. A maior parte dos solos disponíveis são arenosos ou já estão muito cansados devido ao uso intensivo.

Importante frisar novamente que os tipos de terra adequados para o cultivo agrícola são a terra preta com barro, o barro vermelho e a terra mussunungada. A maior parte deste tipo de solo encontra-se no PND ou nas áreas onde estão as fazendas, a norte e nordeste do PND, da faixa costeira (após as áreas de mussunungas) até as serras e nas margens dos rios e córregos.

Terra boa pra feijão milho, agora hoje essas terras boas estão todas ocupadas de capim, ali mesmo não encapoeira mais nada, foi passado trator de esteira arrancando tudo, arranca raiz e o que é que nasce lá? Mais nada. Só gado em cima, trator de esteira arranca os tocos tudo aí não tem mais semente aí vai produzir o que? Mata a terra que a natureza é viva, aí vai produzir o que? Quem tem condição bota capim e o gado em cima. (entrevista com Gentil em abril de 2012).

Hoje nos estamos na área de preservação mais se nos não plantarmos uma pimenta do reino aqui, não plantar um feijão a gente vai viver de que? FUNAI não dá, ICMBio não dá, governo não dá, e a gente tem que sobreviver, vai sair da fazenda aqui pra roubar, na cidade roubar? Vai viver da terra, porque se a gente não plantar vai viver de que? A demarcação Tá aí, e a terra pra se demarcar está aí há 5 anos. Esse processo vai fazer 11 anos, 2003 nós entramos então se a gente não sobreviver da terra vai viver de que? Vai acabar. Hoje não tem uma vaca, não tem uma laranja (entrevista com Zezinho em abril de 2012).

Além do acesso a terra, outro fator que é considerado empecilho para a agricultura é a falta d'água. Muitos moradores relatam uma diminuição no volume de água dos rios em relação a antigamente: “*Hoje sem água muitos não tiram nada, o tempo secou.* (se referindo a antigamente). *Eu mesmo se tivesse uma caixa d'água aqui; uma roda d'água, Ave Maria!*” (Entrevista com Gentil em abril de 2012).

Em virtude da falta de espaço para a agricultura de roça e visando contribuir para a conservação ambiental com produção de alimentos, algumas famílias estão iniciando plantios agroflorestais, como o Sr. Zé Fragoso e Dário, na aldeia Tibá. Estes são formados como agentes agroflorestais e agroecológicos através de um projeto da Funai e possuem apoio de ONGs locais para expansão dos cultivos e no reflorestamento com espécies nativas.



Figura 24 - Zé Fragoso mostra com orgulho a roça no SAFs (2011)

4.2 Coleta e extrativismo vegetal

A coleta e o extrativismo vegetal envolvem saberes e a vivências do morador no local. Para se coletar ou extrair uma espécie é preciso conhecer o *lugar* onde encontrá-la, a época do ano, a técnica necessária e sua utilidade. Todas as paisagens abrigam espécies que os Pataxó sabem descrever a utilidade, suas características biológicas, seu habitat e as formas de coleta e extração.

No território Comexatibá as áreas de matas abrigam uma grande diversidade de espécies utilizadas na construção, na alimentação, no artesanato e nos cuidados à saúde. A coleta de madeira ocorre para construção de casas. **A principal área de mata da região situa-se no PND e nos fragmentos de florestas em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), contíguas**

ao PND em seu limite Nordeste. Algumas dessas matas estão mais preservadas do que dentro do próprio Parque, haja vista a consideração de *hot spots* de conservação da biodiversidade.



Figura 25 - Imagem da coleta da semente de tento “falso Pau Brasil” utilizada para artesanato, numa área de mata próxima a aldeia Alegria Nova.

Porém embora reconheçam o local exato da presença de inúmeras espécies vegetais, a coleta é bem seletiva devido à relativa escassez de algumas espécies, à restrição do acesso por tratar-se de Parque e à própria conscientização de muitos moradores.

As matas podem ser visitadas para coleta de frutos e sementes para artesanato. Para isso o morador precisa saber a época de frutificação. Por exemplo, a semente do tento (falso Pau Brasil) é coletada nos meses de fevereiro e em março. No **Córrego do Bastião** Telhado é o lugar mais fácil de encontrar, é uma árvore rara porque, segundo os Pataxó, a Bralanda tirava muita madeira para fazer móvel. Nas matas encontram-se carrapato, paraju, pati, juçara a qual se coleta o açaí e o palmito e a envira.

O Oiti ou Goti é uma espécie bastante valorizada pelos Pataxó, demora muitos anos para chegar a dar fruto e só se reproduz de 5 a 7 anos, como comenta um morador:

O oiti é uma das árvores que a gente tem que reproduzir, hoje tá uma dificuldade papagaia aí fala, ah foi porque o índio capturou muito papagão, não é, as vezes muita manga dentro mata, acabou a comida do gavião, aí desequilibrou essa parte, muito gavião comendo papagaio. Gotidemora anos pra chegar a dar frutos, (50, 100), depois pra dar os frutos é de 5 em 5 anos. (entrevista com S. Gentil em abril de 2012).

Nas mussunungas da praia, localizadas em frente à praia, na porção Nordeste da Terra Indígena, são coletados a aricuri, o pariri com a bolinha preta, o coco xandó e a salsa da praia que

usam para fazer colar. Os campos nativos são visitados para coleta de carqueja. O brejo abriga o Guanandi, que fica duro por causa de suas raízes. É utilizado para construção de casas e leme de barco. No apicum coleta-se gravata e a cortiça – feito uma pinha amarelinha “o homem come e o caranguejo come”.

O mucugê é uma árvore da qual se coleta o leite para remédio. Ocorre na mussununga preta na mata. Numa entrevista realizada durante uma visita ao local onde ocorre mucugê, um morador nos relatou as técnicas e usos dessa espécie:

Aqui onde tem Mucugê a terra é mais úmida e mais fresca, aqui é uma baixada, e ele gosta de terra aguada, não gosta de terra seca. Aqui cava três palmos acaba dando na água. O Mucugê é mais na mussununga preta. Só deu aqui nessa terra Alegria Nova e Boca da Mata. A lua tá minguante, aí não fica bom, o Mucugê fica grosso. Conforme a lua vai descendo o leite que poca. Ele enche muito na lua cheia e poca e desce o leite. Na lua nova o leite sobe para os galhos. Antigamente o pessoal tirava o leite do Mucugê pra fazer borracha, e tomar como remédio. A borracha antes era de Mangaba e Mucugê. No parque tinha muito Mucugê, aqueles copinhos que tinham pra seringa era igual. O leite do Mucugê serve para vários tipos de coisas, Quando bebe muito parece que bebe cachaça. Ele é forte. Na garrafinha não dura muito, tem que ser no mesmo dia, se não ele azeda, é que nem leite de gado mesmo. Ele talha todinho. Agora depois que ele talhar fica o leite e o grosso é uma borracha. Se beber e tiver fraco ele dá tontura, serve como um remédio. Ele dá força pra quem está fraco, é vitamina pra criança. Em outros cantos se trata como, Bicuiba, você vai lá esta com inflamação tira uma casca dela, e toma. Esse tipo de árvore nós não vamos eliminar. Então a gente protege varias plantações da própria mata que é remédio. Hoje a gente trabalha em cima disso, utiliza os remédios medicinais da própria mata. Tem a Bicuiba, tem o Mucugê, o Pau d'Arco, a Sapucaia, várias árvores dentro da mata, o próprio Jacarandá. (entrevista com S. Gentil em abril de 2012).

Diversas outras espécies são coletadas com finalidades medicinais, folhas, cascas de árvores, frutos dependendo da espécie e da utilidade, “*Tudo quanto é mato dá remédio, é só saber*”. “*Remédio de farmácia já esta lavado, levou a vitamina. E o do mato não, tá apurado. É o mesmo que uma galinha*”. “*A gente usa muito remédio do mato*”.



Figura 26 - Cacique Timborana mostrando como corta a planta para tirar a fibra. Foto: Leila 2007

A maioria das espécies coletadas pelos Pataxó de Comexatibá (TABELA 3) serve para o autoconsumo, mas algumas espécies são comercializadas como é o caso da aroeira. É coletada anualmente (principalmente nos últimos 3 anos), **em áreas de mussununga alta (localizadas na porção Leste do PND até a praia), de restinga (encontrada em toda a faixa costeira, a leste e nordeste da TI) e nas capoeiras** e ultimamente também é plantada com intenção de aumentar as vendas pertencendo aos cuidados da família que a planta. A safra concentra-se nos meses de abril e maio e gera uma grande mobilização nas comunidades envolvendo todos os membros da família. As crianças e adolescentes (algumas vezes com os adultos) vão para a mata coletar a semente. Durante o fim de tarde (ou no caso de alguma pessoa ter ficado responsável pela tarefa) ocorre a separação da semente do galho que aí sim é vendida (de R\$ 2,50 a 3,00) para o atravessador que vai às casas da comunidade de moto buscar a semente para revenda ou vendem em outras localidades e municípios como Caravelas. A aroeira serve para várias doenças como gastrite, inflamação no baço e tempero.

Tabela 3 – Lista das principais espécies vegetais coletadas ou extraídas, seus usos e ambientes onde são encontradas.

Nome	Usos	Ambientes
Aderno	Construção de casas (ripa)	Mussununga
Amescla	Ritual, Medicinal	Mussununga

Angelim	Construção	Mata
Araçá cagão	Alimentação	Mussununga, Capoeira
Araticum cortiça	Alimentação	Apicum
Aroerinha	Medicinal, Comércio	Mussununga
Arruda	Construção	Mata
Bicuiba	Medicinal	Mata
Biriba	Construção de casas (palha e madeira), Atração de Caça	Capoeira
Bolera	Utensílio Doméstico	Mata
Braúna	Construção	Mata
Buri	Alimentação; artesanato	Mata
Buri anã	Alimentação	Mussununga, Capoeira
Cabaça doce	Alimentação	Capoeira
Carnaúba	Construção	Mata
Carqueja	Medicinal	Campo nativo
Carrapato	Construção	Capoeira
Cipó escada de macaco	Medicinal	Mata
Cipó verdadeiro	Utensílios	Brejo
Copaíba	Medicinal	Mata
Dendê	Alimentação	Dendezeiro, Capoeira, Brejo
Embaúba	Armadilha de caça	Capoeira
Embira	Medicinal	Mata
Envira	Corda	Mussununga/Mata
Goti	Alimentação; atrativo de caça	Mata
Guanandi	Construção; Medicinal	Brejo
Imbira	Ferramenta (enxada)	Mata

Ingauçu	Construção	Mata
Inhaíba	Construção	Mata
Jequitibá	-	Agrofloresta
Jatobá	Medicinal	Agrofloresta
Juçara	Artesanato (semente), Alimentação (palmito), Armadilha de pesca	Mata
Jundibá	-	Mata
Louro	Lenha para forno; Construção	Mata, Capoeira
Maçaranduba	Construção	Mata
Macela	Artesanato	Campo nativo, roça
Malva	Medicinal	Mussunungas
Mangaba	Medicinal	Mussunungas
Mangue sereno	Construção	Brejo
Milera	Medicinal	Mata
Mucugê	Medicinal	Mussununga preta
Pacari	Medicinal Artesanato	Mussununga da Praia
Paraju	Construção de casas	Mata
Pariri	Medicinal	Praia
Pati	Construção (palha), Artesanato (madeira), Folhas (alimentação, patioba)	Mata
Páu d' arco	Artesanato (arco)	Mata
Pau Brasil falso- tento	Artesanato	Mata
Pau quina	Construção de casas (esteio)	Mata
Pequi	Construção de curral, Canoas, medicinal	Mata
Peroba	Construção	Mata
Salsa da Praia	Medicinal	Praia
Sapê	Construção, medicinal	Sapezal
Sapucaia	Ritual (Tupsay)	Mata
Taboca	Artesanato (zarabatana)	Mata

Tingui	Artesanato	Mata
Tucum	Artesanato	Brejo
Uruúba	Ferramenta (peneira)	Mata
Xandó	Alimentação	Mussununga

4.3 Criação de animais

Os Pataxó possuem a **prática de criar animais nos quintais e terreiros**, seja para a alimentação ou para fins de cuidado doméstico. Criam desde abelhas, em pequena escala, a porcos, cães, jumentos e galinhas.

Embora os moradores afirmem que gostam muito de mel e gostem de ter um pote reservado para ocasiões de doenças (que pode ser comprado ou trocado com parentes), e ainda os mais velhos sabem identificar as abelhas e descrever a técnica de coleta do mel, a prática sistemática dessa atividade não é mais relatada entre os Pataxó, como descreve um morador durante a entrevista:

- Pesquisadora: Vocês pegam mel na mata?

- Morador: Antigamente pegava, tinha muita abelha, mas ninguém tirava muito assim, só pra comer. Tem da abelha com ferrão e tem daquelas outras, tem mumbuca,jitiu, porque da mais borá mesmo – o mel é azedo, chama de abelha limão. O mel é bom pra remédio. Colocaram a jiquitaia dentro de uma caixa aí do lado e tão criando, ainda não deu tempo de colher. Tem a abelha Europa, mas ela ferroa, ninguém quer saber. Dá febre. Essa abelha Europa não tem desde antigamente, ela foi chegando eu não sabia nem que ela existia” (entrevista com seu Manuel em abril de 2012).

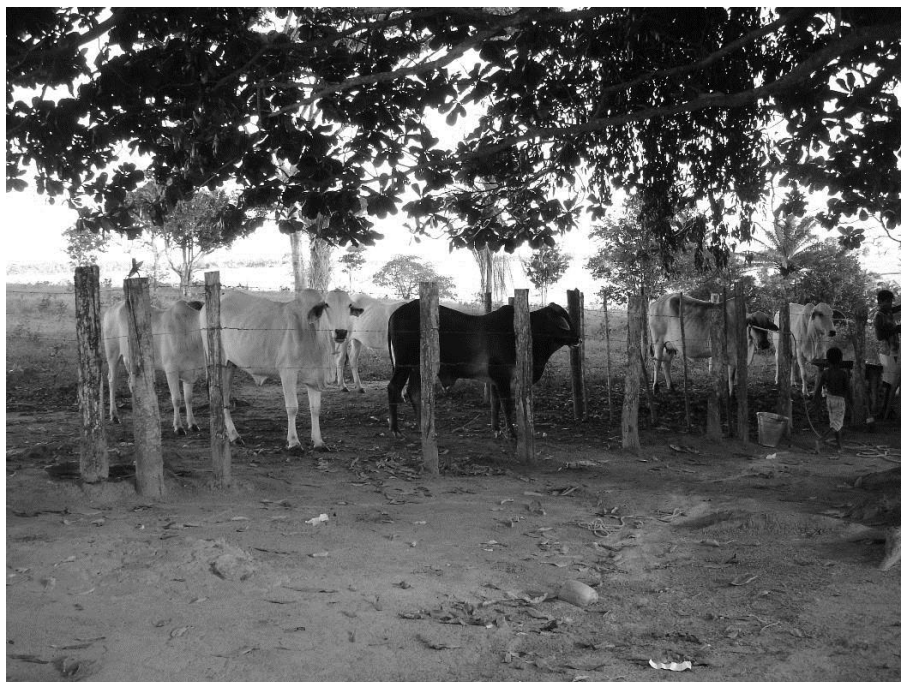


Figura 27 - Gado em um curral na entrada do PND, moradia de um Pataxó (aldeia Tibá)

As galinhas são criadas soltas nos quintais, enquanto os animais, quando existentes (jumentos) são encontrados **nas capoeiras ou pequenos pastos**. Algumas pessoas criam porcos em chiqueiros. Observamos a criação de gado apenas com uma pessoa, morador do Tibá, que viviam na antiga entrada da empresa Bralanda, atual entrada no parque. Muitos Pataxó têm interesse em criar gado leiteiro, mas não possuem pastos disponíveis para este empreendimento.

4.4 A caça

A atividade de caça realizada na TI Comexatibá se restringe a algumas espécies (TABELA 4), principalmente as que se aproximam dos dendezaís e das roças, e não ocorre com a mesma intensidade historicamente registrada e principalmente, não ocorre mais como uma importante fonte de proteína conforme relatam os moradores mais velhos, nos tempos em que os animais “*caíam dos barrancos na praia*” e não existia gado.

Entretanto a caça permanece uma atividade imersa em uma complexa rede de significados, regras e práticas, embora agora ocorra sob constante medo de fiscalização, estabelecendo-se uma tensão entre o direito de usar e a necessidade de preservar (pelo conhecimento das Lei de proteção a Fauna Nº5.197 de janeiro de 1967; Lei Federal de Crimes Ambientais Nº9.605 de 1998). No livro “Pataxó do Prado – índios na visão dos índios” há uma descrição sobre a atividade de caça dizendo: “*se o índio for caçar ele acaba sendo caçado*” e relata o problema com a fiscalização ambiental e com os fazendeiros que colocam veneno nas plantações de mamão e acabam contaminando os animais que se alimentam dos frutos da plantação.

A atividade de caça observada nas aldeias Comexatibá se apresentou integrada às demais atividades produtivas, e associada a diversas estratégias e técnicas ao longo do tempo. Há uma grande diversidade de espécies devido ao fato de boa parte do território ainda ser coberta por remanescente de floresta, constituindo-se um dos mais importantes centros de endemismo de todo bioma Mata Atlântica. Entretanto não são todas as espécies que são caçadas. A categoria caça engloba tanto aves como a técnica de captura de um animal de médio/grande porte. Para pássaros pequenos se utiliza a expressão “*peguei um passarinho*”, ao invés de caçei.

Existem algumas espécies que antes eram consideradas boas para caçar, contudo, com a pressão e consequente escasseamento, hoje já não são alvo de procura pelos índios, pois temem pelo fim das espécies.

Paca, tatu (peba, rabo de couro, preto, tatu bola), capivara (embanoaba), num pantanal, fica no brejo, rio do sul e Cahy, pega no laço. Porco mucurré queixada, catitu, meia queixada. Coça (tipo um veado pequeno), veado mateiro, cutia, saruê, luis caixeiro (o espinho dele cresce), cachorro (?) outra qualidade, boré, mais cinza. Cágado do mato,

raposa, quati mundéo, mão lisa (meia noite) lontra, Tamanduá pequeno (colete, gosto de cupim), preguiça, guariba, guigo, macaco preto, guará, macaco da noite, jaguatirica, gato mineiro, umunganha, onça pintada, onça preta, manjola, preta com mão branca, suçuarana, rato, a caça tem ciência. Aves, mutum, jacupeba (menor) jacu, jacutinga cabeça vermelha, tururi, chororão, araçari, nambu (chauã, curica.), gavião macaco, macuco, furante (espécie de periquito), papagaio, giru curita, japira, sabiá, sofré, canário, curió que esta em extinção, sabiá, tucano, aracu, araponga, fura mata, jandaia (periquito verde), quilim 3 tipos de periquito diferentes, teseta e arariubinha) saracura do rio, jaçanã, três potes, socó-boi, garça, bastirão (conheço como capitão da mata), bacurau tesoura, avó da lua, corujão, aratau (igual coruja), gavião (perdiz e pombo), pie, Tucano, sabiá, ninguém come. curamata, jandaia araponga. Cobra, lagarto teiú, tanajura é bom Tb. Japira, gafanhoto cru, jacaré, Saracura do rio, jaçanã, socó –boi (Soté, aldeia Tibá, 2012)

Podemos notar que nem todas as espécies pertencentes à categoria caça são utilizadas atualmente. Alguns animais, como os macacos, raríssimas vezes são caçados. Outras espécies, mesmo sendo consideradas potencialmente uma caça para alimentação, não são caçadas devido à conscientização da rara ocorrência, como é o caso da anta espécie em extinção, cuja ocorrência é relatada para o PND. O impacto da caça para a sobrevivência de algumas espécies é descrito pelos moradores:

Tem caça que a gente pode comer porque ela produz muito, tem caça que a gente não pode comer que esta em extinção. Você caça aqui, ai mata uma caça macho aqui, ai vai ficando a fêmea, ai você não pode caçar mais nesse lugar aqui, tem que reproduzir o bicho, ai você vai pra outro lugar que já tem paca macho, tatu macho. O mais raro que está tendo ai no parque é a anta, a onça tem. A anta é muito rara, ela produz pouco, uma vez ao ano, se eu for comer vai acabar. A única coisa que a gente come é o tatu e a paca que é uma caça que ela produz bastante, mas também tem que ter o limite, não diretamente, com remédio, por exemplo o fel da paca é usado como remédio, quando uma cobra te pica o liquido ali da paca já é o contra veneno, o fel da paca, porque a paca convive junto com a cobra, qualquer tipo de cobra, a paca vive junto, as vezes a paca vai ali e cava um buraco ai a cobra gosta de um lugar quente ai ela vai dormir junto com a paca ali. Eu queria deixar o parque assim livre, que eu queria ver paca assim andar, produzir mesmo as caças. (Conversa com Zabelê e Manoel, aldeia Tibá, em abril de 2012).

Muitas regras regulam o acesso à caça para os Pataxó e boa parte está associada à existência da caipora na mata, a “mãe das caças”, que protege os animais dos caçadores. Estes seres exigem que o caçador respeite uma série de regras de condutas e de sociabilidade. **As caças se movimentam pelo território ao longo das estações de chuva e seca, da lua e das frutificações, portanto os locais de caça variam conforme o conhecimento do caçador a respeito do hábito da espécie que deseja capturar.** Um morador descreve a influência da lua para os animais:

A sabedoria da lua serve para os bichos também. A paca só anda mais na lua nova, na cheia os queixadas descem para baixo e na nova sobem. O tatu não tem lua, é a onde ele topa de comer ai aquela semana ele está ali esbagaçando tudo. Acabou de comer dali ele

muda pra outro canto. Ainda tem tatu canastra. Pouco mais tem. (Entrevista com Gentil, aldeia Monte Dourado, em abril de 2012).

Outro local apreciado pelas caças são as frutíferas encontradas na mata como a jaca, jundiiba, dendê, mucugê, biriba, falso pau brasil, murta, oiti. Esses locais são escolhidos para se montar uma *espera*, armadilha de caça e consiste em construir um piso com algumas tábuas de madeira no alto de uma árvore em frutificação e com o auxílio de uma espingarda ou de uma lança e uma lanterna esperar o animal aparecer para procurar o alimento, normalmente na hora mais adequada, que é no fim de tarde ou pela manhã bem cedo. A espera pode ocorrer na roça, no sítio ou no quintal quando se sabe que determinado animal está frequentando esses locais à procura de alimento. Muitas espécies, como o próprio dendê e a biriba são cultivadas ou cuidadas como atrativos de caça, justamente com a intenção de trazer os animais para próximo. Um morador relata que antigamente muitos animais vinham comer as frutas próximo às residências:

Era paca, tatu, que vivia de baixo dessa jaqueira, era a criação dos bichos de primeira”. Outro relato aponta o uso das frutíferas como atrativo de caça: “Esse brejo é área de reprodução das caças, elas utilizam mais o brejo porque tem uma água, tem o dendê, tem a jaca. Quando o bicho passa aqui que ta comento o dendê a gente joga, agora é época de dendê só que uns pés estão caindo, outros não estão caindo. A queixada quando ta na época vem comer de dia mesmo. Quando ele entrar de baixo que você vê que da pra meter a lança você mete. Quando você acerta ela ela vai tentar corre, tatu a gente mata ela, tem que ficar umas duas horas, a paca vem cedo, seis horas você tem que estar aí em cima, aí quando começa escurecer ela vem aí em baixo. Vem e fica comendo, aí você vai e mete a lança, ela vem na lua cheia (morador da aldeia Alegria Nova).

Outra técnica de caça utilizada é o mundéu, armadilha fixa que consiste em um corredor de paus enfiados em estacas no chão em forma de corredor que permite o acesso do animal, atraído por algum alimento e se fecha impedindo sua saída. Antigamente se utilizava o fosso – armadilha antiga para caça – que se consistia em um buraco camuflado no chão no qual a caça ao passar acabava caindo. Essa armadilha foi apenas relatada e não é mais utilizada. Para a captura de aves pode se utilizar a arapuca. Foi relatado também o uso de *ratoeira* na roça para pegar animais como saruê. Há também, a caça de capivara com laço, como descreve um morador:

Capivara tem um brejo aí que tem ela lá dentro, agora mesmo saíram nas cana, lascaram as canas do índio lá, elas ficam no brejo, quando cisma assim cai na água fica escondida, rio Cahy e rio grande elas estão sempre lá, No rio Cahy parece gado (as capivaras) pega no laço, tem que saber botar se não ela arreventa



Figura 28 - Imagem de um Mundéu. Armadilha utilizada para captura de caça na mata, principalmente paca, cutia, quati e tatu e saruê

Quando raramente uma caça de maior porte é morta, como no caso de uma queixada, a carne é dividida para os vizinhos e membros da família. Essa carne não é comercializada e se constitui uma importante prática de sociabilidade. A atividade de caça é uma atividade masculina, cabendo à mulher, na maioria das vezes, a limpeza, o preparo e a distribuição do alimento.

Tabela 4 – Espécies caçadas pelos Pataxó de Comexatibá

Nome local	Ambiente	Intensidade de uso
Queixada	Mata	-
Capivara	Beira do rio	+-
Catitu	Mata	-
Coelho	Mata, Roça, Quintal	-
Jabuti	Mata	-
Jacaré	Rio	-
Macaco guariba	Mata	-
Macaco preto	Mata	-
Paca	Brejo, Capoeira, Roça	-

Preguiça	Mata, capoeira	-
Quati	Mata	-
Raposa	Mata, Roça, Quintal	-
Saruê	Roça, quintal,	++
Sucuiuba	Brejo	-
Tamanduá	Mata	-
Tatu canastra	Mata	-
Tatu quatro pedaços	Capoeira, Roça, Mata	+-
Tatu rabo de sol	Capoeira, Roça, Quintal,	-
Tatu verdadeiro	Capoeira, Roça, Mata	-
Teiú	Mata, Capoeira, Brejo, Mussununga	+-

4.5 Pesca e mariscagem

A atividade de pesca e mariscagem realizada no território Comexatibá envolve um detalhado conhecimento dos locais, épocas e ecologia das espécies capturadas (TABELA 5). É uma importante fonte proteica para os Pataxó. A pesca também é fonte de renda principalmente no verão época de turismo na região, sendo realizada constantemente, porém com variações de locais, de técnicas e de captura de espécies ao longo do ano.

Os locais frequentados podem variar de acordo com a estação (chuvosa ou seca), a lua, o tempo e a hora do dia ou de acordo com o comportamento da espécie que se quer capturar. Os locais visitados são os rios e córregos, as lagoas naturais e açudes artificiais, os mangues e apicuns, e a beira do mar e o alto mar. Na época das chuvas e de ventos, em julho e agosto, o mar costuma ficar mais bravio, impedindo a pescaria em alto mar e direcionando-a para os rios e lagoas.

Boa parte da pesca para venda ocorre na época mais seca, nos meses de janeiro, fevereiro e março (verão), quando o turismo na região é grande. O verão é considerado a época de os peixes marinhos nadarem mais próximos à costa.

Pescadinha, salda, bagre, cação. Esses peixes quando é no verão eles vem tudo encostado, quando vai chegando o mês de março em diante, eles já vão... Mas agora esta ficando diferente, já estamos em maio e ainda estamos pegando peixe na beira da praia ai” “la fora não em época, qualquer tempo é tempo agora aqui não (a beira mar), tem tempo, aqui é no verão, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, agora de maio em diante é lá fora. (Entrevista com Israel, da aldeia Tawá em abril de 2012).

Algumas espécies estão protegidas pelo defeso na época de reprodução. É o caso do camarão, cujo defeso é em abril, segundo estabelecido pela Resex Marinha do Corumbau.

Nos rios também se percebe uma variação sazonal. Por exemplo, o boró é um peixe que se esconde na lama no inverno e sai no verão nas represas dos rios e córregos (como o córrego do Salgado). Além da época do ano a pescaria também pode variar com a lua. A maior maré é considerada a da lua nova. Nas marés cheias (lua cheia e nova) os peixes comem mais no momento em que a maré está enchendo e às vezes, esvaziando. A maré morta (a minguante e a crescente) é considerada ruim para pesca em alto mar, pois como os peixes se alimentam na correnteza nessas épocas as correntezas ficam paradas, dificultando a captura. *“As vezes a gente procura a maré porque o peixe esta encostando mais na maré alta, ou na maré de reponta, tudo isso precisa saber, as vezes é pela manhã, as vezes pela tarde, 12 pessoas pra redar”* (entrevista com Zé Chico, da aldeia Cahy).

A maré da lua nova também influencia o comportamento dos caranguejos e guaiamuns, provocando a andata, que é o momento que eles saem do mangue até o mar para desova: *“Semana santa andou guaiamu, na lua nova, ele vai pra andar no mar e voltam, as ovas que saem ficam no mar, as que voltam eles criam, tem que lavar na água salgada. Macho só pega no apicum”*. E relata, também, uma variação diária na ocorrência dos peixes, que preferem se alimentar pela manhã e pela tarde devido à variação na temperatura da água, como relata um pescador: *“A hora dos peixes é cedo ou tarde: 4 horas da manha até umas 10 horas joga e eles vem comer, depois a tarde as 18:00 horas até 21:00, joga a linha e eles vem comer. No sol, a água está quente e o peixe fica parado, você joga a linha e ele não vem comer”* (entrevista com Gil em abril de 2012). A hora de mariscar na beira da praia em também é pela manhã.

As técnicas e estratégias utilizadas variam de acordo com o tipo de pescaria, o local e a espécie que se quer capturar. As mais citadas foram: suru, siri (juçara, bambu), jequiá (camarão, cipó), rede, tapagem, anzol, mergulho (robalo), tarrafa. Corrico, pega peixe de coro. No alto mar é utilizada a rede e a pesca de arrasto.

Eu pesco até de 4 horas mais é longe, tem de uma hora, de duas horas, a gente pesca até encostado ai que é pertinho, tem gente que pega de arrasto. Para uma pescaria de quatro horas quanto mais a gente sair cedo é melhor, a gente não tem horário, é de acordo com o tempo, a gente sai três horas, quatro horas da manha pra pescar distante, e o peixe de lá é diferente do daqui, lá só da vermelho, peroá, badejo, açobá que é a mesma guaiuba que a gente fala aqui, o guaricema, dentão, são esses peixes assim(entrevista com Nego, da aldeia Cahy).

Lá fora tem parte que é pedra, bem fundo, lá de barco só pesca nas pedras, o criador do peixe é a pedra, só pesca em cima da pedra, a saioba mesmo é de pedra, ariacó, peroá, olho de boi cação, dourado, é de largo e pega de espinhel (entrevista com Israel, da aldeia Tawá).

Costuma-se procurar uma região de fundo pedregoso para a pesca em alto mar. Para se realizar essa pescaria é preciso de um barco apropriado, porém são poucos os que têm barco, sendo mais comum o bote a vela e a remo, nos quais saem todos os dias. Os pescadores levam para a embarcação: cuiuna (farinha), manga, laranja, café (torra), fumo, sal, pimenta, dendê, - para fazer a moqueca, e cachaça. Levam também um cesto feito com cipó chamado saburá para colocar os peixes. Bagueira é um anzol que se utiliza para pescar na pedra no fundo em alto mar e próximo a praia. Pega o peixe vermelho e a arraia entre outros. O arpão também é utilizado em alto mar e próximo a praia. É um martelo utilizado para matar o peixe, arraia, cação, e que, antes da proibição legal, matava tartaruga marinha. Outra armadilha utilizada chama-se *sardinha* e tem um anzol sarda, xarau de couro, cavala ou albacora, e que serve para atrair peixes grandes. Os peixes também podem ser capturados por pesca de linha e linhão.

Próximo às praias, embora as técnicas sejam semelhantes, já se pescam outras variedades e espécies, como relata um pescador:

Aqui perto já pega outra coisa, pega até o mesmo peixe mais é diferenciado, o peroá lá do alto é um peroá mais azulado então o da lama aqui é um peroá branco. Aqui se pesca duzentos metros, quando esta correndo dá um quilo e meio. É de acordo também com a maré. A lua, tudo isso influencia além da profundidade. Aqui na beirada a correnteza puxa assim, e você vê que bota a linha e ela estica e boia e lá no alto mar não. (entrevista com S. Nego em abril de 2012).

Na praia se pesca de rede, com linha, chumbo e anzol. Joga-se a rede de arrasto da praia, rede malhada para não pegar o peixe pequeno. Os peixes encostam-se à beira da praia no verão. A lula pega na rede de arrasto ou de balão nos arrecifes. O balão é uma técnica para pegar camarão e peixes também, porém é considerada uma técnica muito prejudicial por matar grande quantidade de peixes de diversos tamanhos e “*balão mata muito peixinho pequeno, o ruim do balão é isso. Você taca de um barco aí, os peixinho pequeno vão entrando, aí vai morrendo porque não vai aguentando ficar naquela lama, pedra que entra dentro do balão*” (entrevista com S. Zé Fragoso em abril de 2012).

Pesca-se de canoa quando vai para alto mar, pega-se o peixe de manhã e vende-se por perto. A pescaria em alto mar concentra de cinco a sete homens pescando. O barco fica ancorado na pedra. Cada linha tem quatro ou cinco anzóis. Na beira é somente um anzol na linha, ou dois anzóis, chegando a pegar de 10 a 30 quilos de peixe.

A pesca de linha ocorre na água limpa, para pegar os peixes que nadam mais próximos à superfície, pois quando a água está suja o peixe nada mais no fundo e se pesca com a rede. No alto

mar a água é mais limpa, “*um cristal*”. Com o puçá pesca-se peroá branco. Quando tem muitos eles boiam (15 a 20 peroás) e se pega com puçá. O peroá preto é capturado com linha quando está saltitando.

Uma armadilha de pesca chamada manzuá é utilizada para pegar peixe da pedra como sargo e cioba. Coloca-se mocotó ou osso branco (de jegue) ou pedra branca numa parte da armadilha e os peixes entram pensando que é comida e ficam presos. A armadilha é colocada nas pedras (arrecifes) no mar e também nos rios, onde capturam outras qualidades como marola e trairá. Amarram com uma corda ou uma vara carne fresca ou osso de galinha e deixam um dia.

No mangue e no apicum coletam-se caranguejo e guaiamum. Pesca-se robalo e carapeba principalmente no rio do mangue Riacho Grande. Somente no mangue do rio Cahy se encontram as duas qualidades de caranguejo (perna grande e perna pequena), no mangue do Japaró não são mais encontrados. Também se pega guaiaumu de ratoeira. O mangue do Japara Grande é o que tem mais apicum e onde estão os melhores pontos de pesca.

Nas lagoas pesca-se com rede. Nos rios pesca-se com anzol, lança, suru e tapagem. Nem todos os rios têm os mesmos peixes. Nos rios que tem um mangue embaixo e entram na mata se pega mais robalo, por exemplo. A tapagem é uma técnica de pesca que consiste na barragem do curso do rio com estacas que podem ser de bambu, direcionando o peixe para a armadilha.

Aqui a gente bota tapagem, corta a madeira coloca lá uns pedaços de pauzinho desse aqui e coloca tudo no rio, pega a palha de dendê, o buri e vai deixando somente o vão para o peixe passar e eles vão caindo, fica um tempo aí, vem ver todo dia pra levar vivo. (entrevista com Patiburianã em abril de 2012).

A tapagem é deixada por até quinze dias no rio e visitada diariamente. Cada pescador pode fazer sua tapagem no rio respeitando uma distância entre outra tapagem que estiver armada. Outra maneira de atrair os peixes é jogando um pouco de barro na margem do rio, como explica um pescador:

Quando tinha muito peixe a gente pescava com barro, jogava o barro e os peixes vinham. Eles acham que o barro é comida porque eles sobrevivem da isca, da comida que vem do solo, quando cai, aí se a gente joga o barro eles vêm pensando que é comida. Quando joga a terra cheira na água aí o peixe vem. Através do cheiro. (entrevista com Soté, aldeia Tibá: 2012)

O suru é uma armadilha de pesca feita de bambu trançado, com uma abertura para o peixe entrar e um espaço onde ele cai e fica preso. O jequi é o suru que é utilizado no rio do Sul e no rio Cahy, onde se pesca também com anzol e mergulho. As armadilhas podem ser feitas de um dia para o outro com cipó verdadeiro, imbé e tiquiá.

Algumas estratégias não são mais realizadas pelos pescadores, como a pesca marinha com mergulho, que está proibida atualmente, a pesca com linha e rede de tucum não é mais utilizada desde a entrada do náilon (aproximadamente em 1961, segundo relato dos moradores), a pesca com embira branca que dá no brejo era utilizada na confecção de rede para o mar e a pesca com Mauí, como descreve um pescador:

Tem uma pescaria que se faz com mauí, bem poucas pessoas sabem disso agora, é umamadeira que tem, que a gente corta o galho pra raspar dentro dos poços, pra matar peixe, dá na beira da praia, não sei nem se acabaram, dá mais lá em Corumbau. Nos fazíamos pescaria desse tipo quando morávamos em Corumbau. Você põe assim e a água começa a ficar verdinha. Não pode beber a água. Comer o peixe que bebeu aquela água pode, só não pode comer as tripas, ou dar pra galinha comer, mas o peixe fica normal. Ai que vem a ciência, na hora que você está fazendo aquele trabalho você não pode estar conversando, não pode admirar, não pode cuspir e nem mijar, se você cuspiu ou mijou naquele momento que ele esta começando a morrer ele rapidinho sara, melhora tudo e vai. Digo porque eu vi eu me segurava e uma vez fui mais um colega e começamos a raspar e tirava os peixes, aí não demorou o meu companheiro cuspiu, Rapidinho assim o peixe melhorou, parece até que estavam de brincadeira, mas o negócio é serio mesmo, eu peguei mas não morreram não. Pegava a qualidade que tiver ali, agora o caramuru não morre, ele fica ruim, com a boca aberta mas não morre mesmo. É na água do mar represada, no rio não. Tem uma galera nova aí que não conhece essa pescaria ai não. Até em Corumbau mesmo a maioria dali não sabe. Agora como está hoje o meio ambiente não pode mais fazer isso não. Antigamente pescava com bomba, antigamente soltava bomba nos poços. No rio de Corumbau o pessoal soltava muita bomba pra matar robalo, agora parou, tem tempo que parou (entrevista com Israel, da aldeia Tawá).



Figura 29 - Confecção da armadilha por um pescador da aldeia Alegria Nova, feita de bambu e denominada Suru, que é colocada estrategicamente no rio para a captura de peixe.

Entre os locais visitados para pesca estão: **a Ponta do Moreira para pesca de lagosta e caranguejo; o Embassuaba, Camarão (um lugar chamado camarão); Calambrião; lado norte, Barreira Branca; Barra do Cahy; posso do robalo e Acari no rio do Sul onde pescam de tarrafa; Divisa da Resex Corumbau e na Ponta do Tawá, Resex Corumbau e Cumuruxatiba, pesca de barco e tarrafa na beira do mar e do rio; Pesca de rede, com barco a motor e canoa-bote. Coletam muitas ostras no Japará Mirim, no rio e no arrecife. Na Barragem da Bralanda, lagoa do Silva, se pesca Tilápia em dias de chuva.**

Nem todos os pescadores realizam todas as atividades de pesca. A pesca de arrastão, por exemplo, é bem polêmica no sentido de causar um grande impacto para as espécies, como relata um indígena Pataxó:

Uma coisa que eu acho errado desse IBAMA, do meio ambiente que tem que cuidar das coisas, e porque consente arrastão no mar? Que pega tudo de peixinho assim, e arrasta tudo e joga lá no mar? Eu acho que o governo em uma parte não está cuidando em nada, só tá acabando destruindo porque o arrastão é só pra destruir, pega tudo de pequeno a grande (entrevista com Gentil, da aldeia Monte Dourado).

Atualmente todos os peixes têm valor comercial. Tem peixes que custam 45 reais e tem peixes que custam 5 reais o quilo (que são as misturinhas de arraia e igarapeba). O camarão pitu chega a valer 60 reais o quilo. A lagosta é considerada a mais cara e a arraia, a mais barata: “Esse peixe hoje tem comprador, de primeira salgava e levava tudo pra Itamaraju, trocar ou vender”.

Um pescador nos contou que antigamente trabalhava em um barco de pesca em alto mar cujo dono era o mesmo dono do frigorífico. Eles carregavam o barco, colocavam 1000 - 2000 litros de óleo, 1000 - 2000 litros de água, 400 - 500 caixas de gelo e faziam o rancho, aí quando voltavam da pescaria somavam aquelas despesas e dividiam o produto. Quando voltavam depois de 16 a 18 dias, traziam de duas a três mil toneladas de peixe, que pesam o suficiente para abater da conta, ficando com o que sobrasse. Os pescadores acreditam que ainda compensa pescar dessa forma porque hoje, embora tenha diminuído a quantidade de peixe, o preço é maior: “hoje também o preço do peixe já está maior, que naquele tempo tinha mais peixe, mas o preço era menor, trabalhava-se mais, pegávamos mais peixe, mas o preço era baixo, hoje pega menos mais o preço é maior. Aumentou mesmo. Só que as despesas também aumentaram”. (entrevista com Israel, da aldeia Tawá).

Hoje se vende o peixe para frigoríficos e atravessadores, que possuem entre quatro ou cinco freezers. Os peixes são levados para Vitória da Conquista e para Salvador. Os moradores também compram e tiram o coró para estocar no freezer. Tem uma pessoa que tem barco e emprega várias

pessoas e estoca o peixe. Quando o pescador tem freezer, ele pode descascar o camarão e ensacar para vender diretamente para os restaurantes de forma particular, aumentando o lucro.

Antes o acesso a praia não era fechado pelos fazendeiros, e a pescaria da gente era atrasada aqui. A gente ia pescar e era até difícil vender, não tinha quem comprasse porque todo mundo era pescador e salgava o peixe, era obrigado salgar, não tinha essas coisas de feira, aí salgava e deixava salgada. Aí ia amontoando e quando vinha gente com tropa né, aí trocava com feijão, vendia ou trocava também, era tudo mata aqui antes, Corumbau contava as casas que tinham, era mais pescaria, não lidava muito com roça porque não tinha lugar pra botar roça ou não tinha tempo pra botar roça, aí trocava peixe com farinha. Quando não dava pra pescar a gente caia dentro do mangue. Antigamente a praia era aberta pra nós. Hoje só tem essa saída aqui. Tudo é fechado, e tem lugar que não passa mesmo, tudo no cadeado. Hoje em dia está bom por uma parte porque se você pegou peixe de manha já encontra quem compra, tá bom por essa parte. Mas o acesso a praia ficou mais difícil, o combustível ficou mais fácil, você encontra café, açúcar na praia, antes não tinha, mas ficou mais caro. (entrevista com Cisto, da aldeia Tawá - 2012).

A troca de peixes por produtos da roça é uma prática constante na vida dos Pataxó. Muitos moradores relatam que antigamente era a única forma de comércio, sendo considerada uma regra social. Atualmente ainda ocorre constantemente a troca de peixes e frutos do mar principalmente por farinha, beiju, banana, cana, feijão, maracujá, abóbora e melancia. Essa troca ocorre principalmente entre parentes, mas pode ocorrer com outros moradores de diferentes aldeias, conforme o produto trocado. *“Eu nem vendo para os meus parentes quando vem de lá pra cá, e eles já me passam a farinha, feijão, milho, batata, banana. Contribuem com tudo”* (entrevista com Nego, aldeia Cahy).

Outra prática que costuma ocorrer é a divisão do peixe pelos familiares e moradores da aldeia. Quando não é possível dividir, o peixe pode-se realizar um almoço coletivo na cozinha comunitária. Embora a pesca seja uma atividade predominantemente masculina, principalmente a que ocorre em alto mar, algumas mulheres praticam a pesca na aldeia Tawá, pescam na beira da praia, como Dona Ana. Muitas mulheres também realizam a coleta de caranguejos e guaiamuns no mangue.

A limpeza e o preparo do peixe são feitos pela esposa do pescador ou por ele mesmo, no caso de ser solteiro. Após o consumo do peixe os restos e sobras não podem ser descartados em qualquer local, com a possibilidade de causar má sorte ao pescador e até mesmo uma doença, *“A gente não pode jogar a espinha do peixe ou resto de caça no quintal e passar por cima, em lugar que urina atrasa o pescador. Coloca aqui atrás do quintal mesmo. Sempre tem um lugarzinho reservado assim. O sangue também não pode deixar esparramado assim não”* (entrevista com D. Zabelê em abril de 2012).

Cada lugar em que a pesca é realizada possui um ser encantado com o qual o pescador deve estabelecer determinados tipos de laços ou seguir determinadas regras para que se realize uma boa pescaria.

A diminuição na quantidade de peixes, a degradação dos rios e córregos e o bloqueio ao acesso a algumas áreas das fazendas é um problema seriamente relatado, que abordaremos mais detalhadamente na Parte IV deste Relatório. É relevante relatar a explicação de um pescador para esse fato, quando afirma que o aumento na dificuldade de captura não se deve à diminuição da quantidade de peixes e sim ao fato de eles terem se tornado mais espertos, como podemos observar na descrição abaixo:

Tem pesqueiro que você vai, e está vendo ele na sonda e joga a linha pra baixo e ele não quer comer, não é que diminuiu a quantidade de peixe é que eles ficaram mais sabidos, de pegar em linha assim, Antigamente quando nos começamos a pescar aqui na beirada a rede era tudo de tucum, tirava o tucum enfiava pra colocar, hoje é na base do náilon, você coloca aí tem vezes que você vai de manha e não topa é nada, por que? Porque o peixe está sabido. De longe ele vê a rede. O balão também estraga o peixe na beirada a malha é desse tamanho então quando você passa, você pega de vários tamanhos, grandes e filhotes e morrem todos. “Eu comecei a pescar com idade de 16 anos, e nessa época rede de arrasto, você dava um lance dois e pronto, não dava mais, na beira da praia, era muito peixe, hoje a gente vai e dá 4, 5, 6 laces e não pega nada”. (entrevista com Israel, da aldeia Tawá).

Nos últimos anos é crescente o número de Pataxó na Associação da Resex Corumbau. Esse movimento iniciou em 2000, com os indígenas da aldeia Barra Velha, no momento da constituição da Resex, e se estendeu aos grupos indígenas que vivem ao longo da costa entre Corumbau e Prado. A RESEX do Corumbau possui cerca de 90.000 ha, sendo que somente a área marítima da zona costeira constitui a Unidade de Conservação, em um ecossistema de rica biodiversidade. A área terrestre, onde os extrativistas da Unidade vivem e trabalham, representa sua "zona de amortecimento", que também deve ser alvo de políticas públicas de apoio governamental (Brasil, SNUC, 2000: Art. 27, Parágrafo 1º).

A RESEX do Corumbau foi implantada em 21 de setembro de 2000, na região costeira pertencente aos municípios de Porto Seguro e Prado, graças à iniciativa das lideranças locais de nove diferentes comunidades, que desde 1998 se uniram para criar associações e tomar medidas que protegessem a região da pesca predatória das frotas industriais que afetavam profundamente os estoques de camarão da região.

Consta no site do ICMbio que a “Resex Corumbau” foi criada a partir da mobilização da comunidade tradicional de pescadores artesanais, os quais utilizam e dependem, há gerações, dos recursos pesqueiros da área, que, percebendo que seus estoques já rareavam e seu cotidiano sofria forte pressão externa, se organizaram e buscaram apoio de instituições locais e do Ibama. Essa Unidade de Conservação de Uso Sustentável compõe a “Região dos Abrolhos” e abriga importantes ecossistemas deste, incluindo sub-amostra representativa de todas as suas comunidades recifais.

A população tradicional beneficiária da Resex é fortemente marcada pela descendência da etnia Pataxó, possuindo algumas aldeias entre as localidades que a compõem. Essa população vem ampliando sua percepção de pertencimento étnico, apesar da incerteza de se situar dentro da UC, visto que seus limites não foram ainda demarcados com precisão, pela ausência de demarcação da LPM, uma competência da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o que traz diversos inconvenientes para gestão da UC. A comunidade, que tem no extrativismo pesqueiro sua principal fonte de vida, é composta de cerca de 650 beneficiados e está distribuída por nove localidades assim chamadas: Curuípe, Nova Caraíva, Caraíva, Aldeias indígenas de Barra Velha e Bujigão, em Porto Seguro, e Corumbau, Veleiro, Imbassuaba e Cumuruxatiba, em Prado⁶⁸.

Tabela 5 – Lista de espécies pescadas e coletadas

Peixes	Ambiente
Albacora	Mar
Ariocó	Mar
Bagre (branco, vermelho, vela, africano)	Rio, Mar
Beré	Mar
Caboje	Mar
Cação	Mar
Cachoeiro	Mar
Caeiro	Mar
Carapeba	
Cascuda	
Cascudo	

⁶⁸<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/populacoes-tradicionais/producao-e-uso-sustentavel/uso-sustentavel-em-ucs/4088-reserva-extrativista-marinha-de-corumbau.html>

Cavala	Mar
Corró	Rio
Corvina	Mar
Curimã	
Dentão	Mar, represa
Garopa	Mar
Giruna	
Guaiuba	
Judeu	Mar
Jundí	Rio
Jundiá	Rio
Lampreia	Rio
Mandí	Rio
Marobá	Rio
Olho de boi.	Mar
Pacu	Mar
Pairi	Represa
Peixe elétrico	Mar
Perna-de-moça	
Peroá	
Pescada	Mar
Piabanha	Rio
Piapeba	Represa
Robalo	Rio
Roncador	
Cioba	Mar
Samucanga-saicanga	
Sauara	
Tainha – pratibu	Mar, lagoa

Tambicu (piaba)	Rio
Tarioba	
Tilápia	Represa
Traíra	Rio
Tucunaré	Rio
Vermelho	Mar
Xaréu	Mar, arrecife
Camarão	
Pitú	Rio, Córrego
Camarão marobá	Rio, Córrego
Camarão	Arrecife
Camarão branco	Mar
Caranguejos	
Guaíamum	Apicum
Aratu	Mangue
Uça	Mangue
Siri	Praia, Mangue
Marisco	
Lambreta	Mangue
Buzo	Mangue
Ostra	Mangue
Lagosta	Arrecife
Moréia	Arrecifes
Ouriço	Arrecifes
Polvo	Arrecifes
Lula	Mar
Caramuru	Arrecifes

4.6 Artesanato

A confecção de artesanato ocorre com pouca intensidade, apesar do desejo de aprimoramento da atividade com objetivo de comercialização, concentrando-se no período de turismo, nos meses de verão (dezembro, janeiro e fevereiro). As aldeias Monte Dourado e Alegria Nova, mais distantes do litoral, praticam a coleta de algumas sementes, porém embora os moradores saibam confeccionar diversos artefatos como colar, peneiras, saias⁶⁹, cocares e lanças, não há, no momento uma atenção à prática dessa atividade. As aldeias Tawá, Cahy, Pequi e Tibá vendem suas peças numa loja em Cumuruxatiba e na praia durante o verão. A aldeia Tibá possui um centro cultural na chegada da aldeia com algumas peças expostas, como travesseiros de macela e pequenos chapéus de fibra de tucum, muitas das quais feitas pela Dona Zabelê, falecida logo após a última etapa de campo realizada pelo GT.



Figura 30 - Zabelê confeccionando artesanato (2012)

Entre as espécies utilizadas para a confecção de artesanato estão: coco, dendê, mata passo, semente de pau brasil, tento, fibra de tucum, buri, suri, беру, beriba, bandú, embira e diversas partes de outras palmeiras, como Pati. Nas aldeias de Comexatibá não ocorre retirada intensa de madeira para o trabalho com artesanato e, até onde pudemos constatar, não foi relatada nenhuma apreensão

⁶⁹ A tanga é uma vestimenta de muito valor e respeito para os Pataxó. É uma vestimenta de uso pessoal utilizada em momento ritual, em batalhas, e é sua companheira em todos os lugares. Cada etnia tem a sua vestimenta com estilos e formas diferentes de serem feitas e usadas. A tanga Pataxó é feita de biriba, uma espécie de árvore da mata, e também de taboa, vegetação encontrada nos brejos. O nome dado a essa vestimenta em Pataxó é 'tupsay', que significa 'roupa'. A tanga de biriba é como qualquer outro adereço, ou instrumento Pataxó: não deve ser emprestado, vendido, ou deixado de qualquer jeito, pois ela, juntamente com outros instrumentos indígenas, deixa os Pataxó mais fortalecidos e protegidos contra coisas ruins. Hoje em dia só os Pataxó da região da Bahia usam e fazem as tangas de biriba. Mas também se comercializam as tangas de taboa para o uso de qualquer pessoa. (Inventário Cultural Pataxó Tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia: Projeto "Promoção da Cultura Pataxó para o Etnodesenvolvimento" Instituto Tribos Jovens Iane Rodrigues Petrovich Gouveia Diretora Executiva: 2011)

neste sentido pelo ICMBio. Segundo um índio Pataxó que vive na aldeia Alegria Nova, esse tipo de artesanato, praticado em outras aldeias Pataxó, acabaria destruindo a mata da região:

(...) muitos falam que índio tem que fazer artesanato com madeira, acabar com a madeira como já acabaram com a mata em vários locais, hoje até a palmeira estão destruindo, a piaçava que tinha destruíram, em Barra Velha tinha piaçava que hoje se tivesse ali dava pra sustentar a família de Barra Velha toda, mas foram derrubando... (entrevista com Gentil, aldeia Alegria Nova).

Como vimos, o uso e a ocupação territorial dos Pataxó de Comexatibá sofreram transformações em decorrência do processo histórico de esbulho territorial e de restrição da posse plena sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelo grupo.

Ressaltamos, ainda, que a sobrevivência física e cultural do grupo indígena segue ameaçada pelos seguintes fatores: a insuficiência de áreas agricultáveis, o restrito acesso às áreas de mata, a caça e a pesca predatórias, o desmatamento das matas remanescentes na região, o comprometimento do acesso e da qualidade dos rios, os conflitos fundiários, o comprometimento dos recursos pesqueiros, entre outros impactos e conflitos socioambientais que apresentaremos na próxima parte deste relatório (Parte IV – Meio Ambiente).

Essa condição reflete a necessidade de reconhecimento, por parte do Estado Brasileiro, dos direitos constitucionalmente garantidos ao grupo indígena, de usufruto exclusivo dos Pataxó de Comexatibá sobre as terras que tradicionalmente ocupam, garantindo, desse modo, a segurança e o bem-estar do grupo indígena, em conformidade com a legislação vigente.

5. Parte IV - Meio Ambiente

O Extremo Sul da Bahia está situado na região de sedimentos terciários representados pelo grupo Barreiras e pelas formações superficiais quaternárias. Segundo o Radambrasil (1987), essa região é caracterizada por grandes vales entalhados na formação Barreiras durante as épocas de baixos níveis marinhos, no quaternário. Este trecho da costa é caracterizado, também, pela presença de recifes coralinos e formação de arenitos de praia menos extensos que as do norte. É constituído de uma cobertura sedimentar terrígena continental, de idade pliocênica, depositada por sistemas fluviais entrelaçados associados a leques aluviais. O Grupo Barreiras se estende desde o vale amazônico, por toda a região costeira norte e nordeste, até o estado do Rio de Janeiro. Durante o Quaternário, as fases de erosão que se seguiram à deposição desses sedimentos resultaram na dissecação da superfície pós-Barreiras em modelados residuais de topos planos e encostas íngremes, dos quais os denominados Tabuleiros Costeiros são os representantes mais importantes - Bigarella & Andrade (1964), Projeto RADAMBRASIL (IBGE, 1987).

Os tipos de solo encontrados na região, segundo a literatura, são:

1. Solo de tabuleiros terciários, sendo: i) os Tabuleiros Costeiros, que coincidem com os sedimentos cenozóicos do Grupo Barreiras, constituídos de areias e argilas variadas com eventuais linhas de pedra, dispostas em camadas com espessura variável de conformidade com as ondulações do substrato rochoso, que ocasionalmente aflora influenciando as formas do modelado⁷⁰. Distribuem-se desde o sopé das elevações cristalinas do Planalto Pré-Litorâneo até as planícies quaternárias, em contato localmente estabelecido por paleofalésias ou por falésias atuais quando se estendem até a atual linha de costa, como ao norte de Prado; ii) solos dos relevos cristalinos pré-cambrianos, ou seja, as chapadas dos planaltos que vão desde a região do Jequitinhonha até o Prado – BA, que são recobertos por latossolos vermelho-amarelo (constituídos por materiais minerais), possuindo assim cores alaranjadas ou amarelas, com tendência a teores de argila médio ou altos e também estão presentes nesta região solos do tipo latossolos amarelos-coesos (apresentam as mesmas características do tipo vermelho amarelo), diferindo do outro devido a uma consistência extraordinariamente dura quanto seca, segundo JACOMINE (1996)⁷¹.
2. Solos dos depósitos quaternários: litoral, planícies costeiras e fundos de vale. Os sedimentos marinhos e fluviais quaternários se misturam para formar mosaicos de neossolos de areias

⁷⁰ (TRICART & SILVA, 1968 apud http://www.cprm.gov.br/arquivos/pdf/ps//geol/geol_neotectonica.pdf)

⁷¹ FONTE: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAe6i0AD/geologia-relatorio-viagem-campo>;

quartzonosas marinhas, e gleis húmicos e pouco húmicos, organossolos e cambissolos de origem aluvionar. **Nenhum desses solos é propício para a agricultura.**

3. Área do Parque Nacional do Descobrimento: Majoritariamente plano, o território do parque é composto por solos do tipo areno-argilosos, com textura arenosa, cobertos pela floresta atlântica.

Cabe ressaltar que, no caso dos estudos técnicos para identificação e delimitação de terras indígenas, devem ser contempladas, em conformidade com o Art. 231 da CF/88, as áreas: i) por eles habitadas em caráter permanente; ii) as utilizadas para suas atividades produtivas; iii) as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e iv) as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Nesse sentido, tão fundamental quanto a percepção das ciências naturais acerca das áreas necessárias ao cumprimento dos critérios constitucionais para identificação e delimitação de uma TI é a compreensão, a partir de parâmetros técnicos específicos, da percepção e o conhecimento que os Pataxó possuem dos ambientes. Essa ciência Pataxó é fruto de uma larga história de sociabilidade com os diversos seres e entidades que coabitam com eles os espaços, bem como com outras pessoas que intentam de fora comandar o uso e ocupação dos ambientes. Conhecimentos oriundos não apenas da experiência produtiva na busca por alimento ou produtos para comercialização, mas de uma vivência emotiva e sensível que gera uma relação de responsabilidade e pertença ao lugar, criando com ele, um vínculo indissolúvel.

Nesta perspectiva podemos pensar o *lugar* como a experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo num contexto de mobilidade (INGOLD, 2000; ESCOBAR, 2005 – Anexo 1). No caso das dispersões e mobilidades engendradas por fatores políticos e decisões dos Pataxó, relatadas na Primeira Parte, o retorno a alguns pontos do território, ao longo de trilhas e caminhos, se faz através da atualização dos conhecimentos e da memória ecológica.

Ao atuarem na dinâmica das paisagens e na produção de *lugares* ao longo das histórias particulares e coletivas, os Pataxó passam a pertencer às localidades e ambientes em que cresceram, tanto quanto estes pertencem a elas. Na concepção de paisagem que desenvolvemos até aqui, procuramos enfatizar a dinâmica dos processos temporais e sociais que dão forma ao ambiente, ao mesmo tempo em que constituem e modificam os lugares e os modos de habitar.

Na dos Pataxó, – seus lugares, seus modos de ser, suas memórias e crenças – são constitutivos de seu ambiente de vida. Dessa forma, “as paisagens não são preparadas anteriormente para as criaturas ocuparem”, mas são construídas pelos humanos e não humanos no intenso movimento que geram ao longo de suas vidas (INGOLD, 2000-Anexo 1). Ainda segundo esse autor “as paisagens

são tecidas dentro da vida e as vidas são tecidas dentro das paisagens, num processo contínuo de fluxo e contra fluxo que nunca tem fim”, onde habilidades e conhecimentos vão tomando forma na experiência prática do dia-a-dia.

Os Pataxó, conhecem (percebem, identificam e classificam) de forma integrada a diversidade das “divisões” físicas do ambiente vivido, seu mosaico ecogeográfico, como podemos observar no etnomapa produzido e nos mapas temáticos com os ambientes que conformam a paisagem da área estudada, através de uma concepção ecocosmológica (Funai, 2012) que não necessariamente separa radicalmente em termos ideológicos a natureza e a humanidade. Assim, a paisagem é vista como “divisões” compostas pelos variados tipos de seres (humanos e não humanos) e de socialização que ocorrem em cada uma das divisões: por exemplo, um refinado conhecimento sobre a inter-relação entre a geomorfologia, os solos, a vegetação, a fauna e os corpos d’água, os entes espirituais, encantados e caboclos que regem unidades de paisagens nos níveis horizontais (por exemplo, a relação da caipora com a mata e as mussunungas e da mãe d’água com os rios) e verticais (os Santos, Caboclos), conforme será detalhado na Parte V deste Relatório.

Estes conhecimentos ecogeográficos estão interligados com os conhecimentos temporais em seus aspectos climáticos, estacionais, astronômicos e biológicos. E a existência e atuação dos encantados complexifica as relações na paisagem ao se constituírem como “donos” de cada “parte do mundo”, como as águas, matas, mangues, rios e subsolo.

A relação dos Pataxó com o ambiente está diretamente ligada aos processos de territorialização, ou seja, aos processos econômicos, políticos e simbólicos de gerir espaços, onde a casa e seus espaços complementares possuem lugar central, circunscrevendo outros ambientes (capoeiras, matas, mussunungas, mangue, mar, etc.) em gradientes de socialização.

A paisagem se distingue por apresentar um conjunto integrado de atributos abióticos, bióticos e de potenciais de usos localmente percebidos (Posey, 1997), tornando, assim, a identificação da paisagem uma construção coletiva e individual que depende da história de socialização das pessoas com o ambiente, ou seja, de experiências e vivências de cada morador na região ao longo do tempo composta por lugares e marcos do conjunto de histórias vividas no território, principalmente no que diz respeito aos espaços socializados.

As categorias de paisagem identificadas em Comexatibá possuem forte correspondência com as utilizadas pelos Pataxó que vivem no entorno do Monte Pascoal e em Mata Medonha (Tabela), demonstrando, através dos conhecimentos ecológicos, a forte ligação entre as famílias Pataxó com o território tradicional.

Tabela 6 – Relação entre solo e vegetação na variação topográfica no Extremo Sul, segundo literatura científica e conhecimentos indígenas.

Autores	Posição no relevo	Tipo de solo	Vegetação
Embrapa/Suden e (1973)	- - - -	Latossolo vermelho-amarelo Podzólico vermelho-amarelo Podzol Solos hidromórficos	- - - -
CPRM (1998)	Tabuleiro dissecado Tabuleiro dissecado Montes residuais Escarpas degradadas Superfície colinosa Superfície colinosa Superfície colinosa Planície marinha Planície marinha Mangue Planície fluvio-lagunares	Podzólico amarelo Podzólico vermelho-amarelo Rochas Podzólico amarelo Latossolo vermelho-amarelo Podzólico amarelo Podzólico vermelho-amarelo Podzol hidromórfico Podzol distrófico Solo de mangue Solos aluviais	Floresta Floresta Floresta Floresta Floresta Floresta Restinga Restinga Mangue Mata galeria
Pataxó de Barra Velha (CARDOSO & PARRA, 2008)	Terra firme Terra firme Terra firme Terra firme Terra firme Terra firme Terra firme Praia Praia Praia Barranco Barranco Baixada Baixada	Barro vermelho Terra preta com barro amarelo Terra preta com barro amarelo Terra preta com barro amarelo Terra mussunungada Areia/mussununga Areia/mussununga Areia/mussununga Areia Lama Barro amarelo Barro amarelo Areia/mussununga Areia/lama	Mata Alta Mata alta Palmeiral Carrasco Mata alta/baixa Mata baixa Campo nativo Restinga Praia Manguezal Mata alta Palmeiral Brejo (mata baixa) Brejo (capinzal, toboal)
Pataxó de Mata Medonha (CARDOSO <i>et.al</i> , 2012)	Terra firme Terra firme Terra firme Terra firme Terra firme/Baixada Baixada Barranco Baixada Baixada Baixada Grota	Terra preta com barro amarelo Terra mussunungada Areia/mussununga preta Areia/mussununga branca Areia/mussununga branca Areia Lama Barro amarelo/vermelho Lama/Areia Areia/lama Barro amarelo/vermelho	Mata Alta Mata alta/Carrasco Mussununga Mata Alta Mussununga Mata Alta Mussununga Mata Baixa Campo nativo Manguezal Mata alta Brejo (mata baixa) Brejo (capinzal, toboal) Mata Alta
Pataxó de Comexatibá	Terra firme Terra firme	Barro vermelho Terra preta com barro	Mata Alta Mata alta

	Terra firme	amarelo	Carrasco
	Terra firme	Terra preta com barro	Mata alta/baixa
	Terra firme	amarelo	Mussununga baixa
	Terra firme	Terra mussunungada	Campo nativo
	Terra firma	Areia/mussununga branca	Mussununga alta
	Praia	Areia/mussununga branca	Restinga
	Praia	Areia/mussununga preta	Praia
	Praia	Areia/mussununga	Manguezal
	Barranco	Areia	Mata alta
	Baixada	Lama	Brejo (mata baixa)
	Baixada	Barro amarelo	Brejo (capinzal, toboal)
		Areia/mussununga	
		Areia/lama	

* Adaptado de Cardoso & Parra (2008).

5.1 Conhecimentos sobre o relevo

A percepção das feições geomórficas é observada de forma criteriosa pelos Pataxó da TI Comexatibá, e, assim como para os Pataxó de Barra Velha do Monte Pascoal (CARDOSO e PARRA, 2008), a topografia é de primeira importância para a classificação local da paisagem e para a escolha da área para a implantação das residências e para a agricultura. É importante lembrar que a maneira de nomear a topografia (toponímia) e outras características ambientais varia entre os entrevistados das diferentes aldeias, porém, ao mesmo tempo, há uma correspondência quanto às características locais e semelhanças encontradas entre as diversas aldeias Pataxó.

Os principais atributos considerados na classificação local para determinar as feições geomorfológicas são: a drenagem, o gradiente de umidade e a topografia (inclinação e altitude). Seguindo o perfil topográfico, a classificação do relevo a partir das terminologias locais está subdividida em: *praia*, *baixada* (*ladeira*, *barranco*, *baixo*, *valão*), *boqueirão* (*grotas*) e *terra-alta* (*chã* e *chapada*).

A praia é uma faixa arenosa entre os distritos de Cumuruxatiba e Ponta do Corumbau. É a parte mais baixa próximo ao mar, onde se encontram ambientes como as mussunungas (também chamada de restinga), a boca e a barra dos rios, o mangue, a faixa arenosa da praia e o mar. Em alguns pontos em frente à praia existem falésias denominadas localmente de “barrancos”. Segundo alguns indígenas, a área da praia já foi bordeada por matas de maior porte, “*Antigamente era tudo mata aqui na praia, era tudo floresta e as caças caíam no barranco*” (Entrevista com Zé Chico em abril de 2012).

As baixadas são como “vales”, onde normalmente se encontram os córregos, rios e olhos d’água, onde predomina o ambiente denominado de brejo. A ladeira ou barranco corresponde ao horizonte íngreme que forma a baixada, entre o baixo (a parte mais baixa, o baixão ou valão) e a terra-alta ou chã, chapada. Nele podemos encontrar a capoeira alta, mata, ou, em alguns pontos,

áreas abertas com roçado. Na ladeira também encontramos áreas de capoeira, áreas com muitos pés de aroeiras e coqueiros.

O conjunto formado por uma ladeira e uma baixada fechada é chamado de *boqueirão*, e a fenda onde o boqueirão é mais fechado é denominada de *grotas*. A *terra-alta* é o horizonte topográfico mais alto entre duas baixadas.

5.2 Conhecimentos sobre os tipos de solo

A classificação dos solos da região, ou dos tipos de *terra*, se dá por parâmetros de textura, coloração, profundidade (estrutura vertical), umidade, consistência e fertilidade. A textura, a coloração, a aeração e a agregação de partículas com capacidade de reservar água são os principais atributos utilizados para nomear os solos. Estes critérios associados à fertilidade determinam o tipo de vegetação encontrada e os tipos de cultura que poderão se desenvolver, consistindo um critério determinante na classificação dos ambientes. Em termos de fertilidade, cabe ressaltar que boa parte das terras produtivas/férteis da região encontram-se nas mãos de fazendeiros e estão ocupadas predominantemente por pastagens, fato que contribui consideravelmente para a degradação dos solos.

Os tipos de solo são nomeados pelos Pataxó de acordo com o perfil vertical, se valendo da camada mais superficial para denominá-los. O nome do solo pode ocorrer de forma binominal, em que é comum inserir uma terminologia sobre a cor da terra após seu nome principal. Dessa forma temos *barro amarelo*, *barro vermelho*, *barro branco*, *terra preta*, *terra vegetal*, *mussununga preta*, *mussununga branca* e assim por diante.

Quanto à textura, encontram-se os tipos: *barro*, *areia* ou *mussununga*, *terra* e *lama*. A classificação dos solos pelos Pataxó do Cahy-Pequi é semelhante à realizada pelos indígenas Pataxó de Monte Pascoal (Cardoso e Parra, 2008) e Mata Medonha (Cardoso et al. 2012).

A importância de se conhecer bem os tipos de solo está em seu constante uso agrícola. Saber qual o melhor solo para determinada planta influencia na sua produtividade, como nos descreve uma moradora: “*Tem ponta de terra que é melhor que outras, o S. Gentil fala que não, mas eu acho que é devido à terra que é melhor. Acho que é devido a terra, mas ele fala que é o calcário que jogou, mas aqui é terra, areia, e lá é terra com barro e fica melhor mesmo sem calcário*” (Dona Cleonice, entrevista em abril de 2012).

O *barro* é reconhecido pela sua consistência mais liguenta e granulação mais fina. Como diz um indígena: “*Barro dá liga, areia não*”. Outro morador descreveu o barro como um tipo de terra: “*Barro é um tipo de terra*”. Os diferentes tipos de barro também podem ser classificados em *barro molhado* e *barro seco*, de acordo com a variação na presença da água. Foram mencionados os

seguintes tipos de *barro*: o *barro amarelo* e o *barro vermelho*, considerados bons para fazer casa, e o *barro branco* (como o encontrado no córrego da onça) e o *barro tumbatinga*, comum em área de brejo no baixio, onde no perfil há lama em cima e *tumbatinga* logo abaixo. Na maioria dos locais onde se encontra este barro branco no perfil há presença de água, portanto são locais preferidos para cavar as cisternas.

A *areia* é como se denomina o solo da praia e do fundo dos rios. Na região também há ocorrência de *areia monazítica*⁷², que dá nome à praia de grande ocorrência deste recurso mineral.

Outro tipo de terra arenosa é a *mussununga*, que consiste em um tipo de solo com granulação mais grossa e solta. Importante ressaltar que *mussununga* é uma denominação dada ao tipo de terra e ao ambiente determinado exclusivamente pelas características do solo. De acordo com as características encontradas no perfil vertical do solo, podemos distinguir os tipos de *mussunungas* (ambiente e solo). Existem *mussunungas brancas* (areia branca e mais solta) e *mussunungas pretas* (boa para plantar mandioca, feijão; e mistura de areia branca com areia preta), que possuem maior quantidade de matéria orgânica decomposta dando cor ao nome. Algumas *mussunungas* são apontadas como locais apropriados para o cultivo, como aponta um morador: “*ali tem mussununga boa para o plantio, areia amarela*” (Entrevista com José Beti em maio de 2012). Tanto a *mussununga preta* como a *amarela* são denominadas, como em Barra Velha, de *terra mussunungada*, que são encontradas como manchas dispersas no território, entre a faixa de praia e a mata, podendo ocorrer no interior da mata onde está o PND. Apesar de possuir restrito potencial de cultivo, pertence a um ambiente rico em espécies vegetais coletadas, de onde são obtidos recursos com fibras, sementes, folhas, cascas, frutos e resina.

Outras *mussunungas brancas* são apontadas como inapropriadas para o cultivo agrícola:

Essa área não dá nada que é tudo branca areia branca, essa mussununga baixa dá uma espécie de uma tiririca e ela não deixa sair planta, é um capim duro, nem gado come ele, tem umas navalhas, corta tudo, igual a que tem em barra velha (Entrevista com José Chico em abril de 2012).

72 Areia monazítica é um tipo de areia que possui uma concentração natural de minerais pesados, podendo ocorrer ao longo do litoral e em determinados trechos de rios. A areia monazítica contém uma abundante quantidade de monazita (minério constituído por fosfato de metais do grupo do cério) e de tório, principalmente o isótopo 232. Possui também significativa quantidade de urânio, que juntamente com o tório é responsável pela sua radioatividade. O termo "monazita" provém do grego *monazein*, que quer dizer "estar solitário", o que indica sua raridade. A quantidade de areia monazítica nas praias é bastante variável, indo desde a sua ausência a um percentual de 60% ou mais. (Fonte Wikipédia, acessado em Agosto de 2012). Na região de Comexatibá a areia monazítica encontra-se nas praias (praia da Areia Preta) e foi muito explorada, servindo de trabalho e fonte de renda para alguns Pataxó entrevistados.

A *mussununga*, com solo de terra *mussunungada*, é boa para plantar cana, banana, milho, feijão, porém só rende um ciclo de cultivo e o solo e a vegetação se reconstituem com maior dificuldade. Há a *mussununga da praia* (ou *restinga*), percebida pela presença de amescla, cajueiros e mangabeiras. O *campo nativo* é um tipo de *mussununga* considerada terra oca, devido à presença de pedras em baixo:

Às vezes a gente ta falando da mussununga que tem dentro dos campos da mata. É uma terra grossa, areia diferente, não aquela mussununga só areia. Já no campo nativo – tem carqueja, terra branca, areia branca, mussununga, os matos são baixo (Entrevista com José Beti em abril de 2012).

Importante frisar que o termo *mussununga* refere-se, ao mesmo tempo, a um tipo de solo e a uma vegetação específica que apresentaremos mais à frente. Na *mussununga preta* planta-se abacaxi. Sr. Cesário classificou a aptidão do solo para a plantação da seguinte forma: “*Terra preta é rica, barro puro não da nada mais misturado dá.*” (entrevista em abril de 2012). **Os solos adequados para agricultura são encontrados na faixa correspondente à parte leste do PND até as serras. Desta faixa até a praia predomina a *mussununga*, *terra mussunungada* ou *zonas de brejo*.**

O fato de o solo estar “misturado” em alguns locais faz com que sejam classificados com dupla denominação, como área de “barro com areia e terra preta”, considerada a melhor que tem pra plantar, principalmente mandioca, milho, o feijão e banana da *terra*, dentre outros cultivos.

O barro vermelho ou o barro amarelo, como denominam os Pataxó, ou os latossolos vermelho-amarelos e amarelos argilosos, conforme a literatura (TIMMERS, 2003-Anexo 1), **presente em maior constância na região próximas as serras**, é considerada pelos agricultores indígenas uma terra boa para alguns cultivos agrícolas. Por outro lado, os solos de terra preta com barro amarelo, predominantes entre as serras e o litoral, são adequadas apenas para cultivos adaptados a solos arenosos e de alta acidez. **No caso das mussunungas, os Pataxó as utilizam mais para o extrativismo e são consideradas terras ruins para a agricultura.** Este dado do conhecimento local possui paralelo com a literatura científica, como vemos no trecho de um relatório de Timmers (2003),

(...) nas áreas sedimentares no sopê desses morros e nas colinas próximas, ocorrem latossolos vermelho-amarelos e amarelos argilosos, distróficos, ricos em ferro. Os solos em áreas mais íngrimes, e/ou mais próximas aos morros, são mais avermelhados e geralmente um pouco mais férteis. Os solos de áreas mais planas, mais lixiviadas, são amarelos ou amarelos-brunados, mais pobres em nutrientes. Nos solos mais ricos, geralmente nas encostas dos morros, planta-se cacau em sistema de cabruca (sob dossel da mata atlântica). Nas áreas mais planas ocorrem a maioria dos plantios de café encontrados na área. (...) Os argissolos amarelo arenosos/argilosos, álicos distróficos se encontram acima dos tabuleiros (...) observa-se uma camada de areia no solo, geralmente no horizonte superficial. Esta textura arenosa, aumenta em importância na

medida em que se aproxima do mar (...) Estes solos são em geral mais pobres ainda que na área cristalina. Solos de tipo espodossolos hidromórficos também se encontram em manchas nos tabuleiros, sendo arenosos de coloração geralmente branca, às vezes acinzentada (...). Variações na drenagem provocam mudanças radicais na vegetação especializada que cresce nessas áreas (mussunungas). Esses solos ácidos e extremamente pobres, impróprios à agricultura, são mais frequentes e até dominam extensas faixas do tabuleiro.

A lama corresponde ao solo encharcado e liguento encontrado nos brejos e mangues. O solo denominado carrasco é área com solo mais duro, seco, que foi mexido e onde a vegetação fica misturada. A argila pode ser considerada um tipo de lama: “Argila é um tipo de lama, mole: É branca, tabatinga” (Entrevista com José Beti em abril de 2012).

Os tipos de terra compõem um solo em mosaico, que é percebido pelos Pataxó e utilizado, em diversas formas, para suas atividades produtivas. A presença de cada tipo de terra nas aldeias contribui para a tomada de decisão sobre os trabalhos realizados no local e as possibilidades de se apropriarem de outros espaços.

5.3 Paisagens e lugares

O território dos Pataxó de Comexatibá está situado dentro da região fitoecológica denominada Floresta Ombrófila Densa, inserindo-se no bioma da Mata Atlântica, mais especificamente no Corredor Central desse bioma, localizado ao norte do Espírito Santo e Sul da Bahia. Porém a região da costa do descobrimento encontra-se quase destituída de sua vegetação original, fato decorrente das atividades agropecuárias, restando, portanto, remanescentes importantes de vegetação em bom estado de conservação. Além da floresta ombrófila densa ocorrem também na região florestas aluviais, matas ciliares, mussunungas, restingas, mangues, brejos e outras áreas com interferências antrópicas.

Os Pataxó entrevistados conhecem e se relacionam com essa grande diversidade vegetal. Algumas unidades de vegetação possuem sub-unidades que são nomeadas devido à alta concentração de determinadas espécies ou pelo uso que se dá no cotidiano. Outras unidades se configuram como lugares, construídos ao longo do processo de habitar o ambiente, outras são construídas nas dinâmicas das atividades agrícolas tradicionais e nomeadas de acordo com os processos de sucessão ecológica da vegetação ou com a atividade produtiva. Identificamos ao longo do estudo diversos tipos de paisagens e lugares, classificados em termos de variação topográfica, aspectos hidrográficos, distúrbios ambientais, tipos de solo e tipos de vegetação, sendo elas: casa (quintal, horta, terreiro, casa de farinha), sítio, roça, dendezeiro (e outras áreas de cultivo como cabroeira e coqueiral), manga (pasto), capoeira (capoeirinha, capoeira e capoeira alta), rio, mar,

praia, arrecife, mangue, restinga, mussununga (alta, baixa, campo nativo), brejo (mata, capinzal) e mata alta (Tabela).

Tabela 7 – Principais unidades de paisagem e lugares, associadas às principais atividades produtivas

Paisagens e lugares	Principais Atividades associadas
Mar	Pesca, coleta siri
Arrecife	Coleta de ouriço e de polvo
Mangue	Coleta de crustáceos e pesca
Rios e córregos	Pesca, obtenção de água, lavar roupas
Olho d'água	Obtenção de água
Brejo	Cultivo de arroz, coleta vegetal, caça
Mata	Extrativismo vegetal e animal, lugar sagrado dos encantados
Capoeira	Caça, extrativismo vegetal
Mussununga	Extrativismo e coleta vegetal e animal, nascentes
Mussununga da praia ou restinga	Coleta vegetal (amescla, plantas medicinais, mangabas, caju)
Roça	Área de cultivo (mandioca, macaxeira, milho e feijão)
Sítio	Cultivo de frutíferas
Quintal	Cultivo de frutíferas, horta, plantas medicinais, espaço para criação de animais.
Manga (pasto)	Criação de gado

Há lugares como os “lugares dos antigos”, “sítio dos antigos” ou “histórico”, referentes a áreas abandonadas onde viviam famílias indígenas, há lugares sagrados e encantados, lugares como o porto onde se atracam as canoas, a escola, as cacimbas e até as sedes das fazendas. Todos estes fazem parte do conjunto de elementos que organizam o espaço vivido dos Pataxó. É importante frisar que na classificação utilizada não há uma radical distinção entre uma paisagem natural e a antropizada⁷³, na verdade a paisagem é percebida como domesticada, no sentido de que em todos os

⁷³A literatura científica sobre a região divide a paisagem em duas grandes categorias: áreas antropizadas e áreas naturais. Nesta divisão opera a forma de pensar no mundo ocidental, marcado pelo divisor entre a natureza e a cultura, o que não condiz com a forma de conceber o ambiente por muitos povos indígenas (incluindo os Pataxó) e tradicionais (DESCOLA, 2001; VIVEIROS DE CASTRO, 2003; KOHLER, 2011), e, quiçá, pelos próprios modernos (LATOUR, 1994).

espaços ocorrem processos de socialização entre humanos (no caso os Pataxó e outros sujeitos) e elementos não humanos (animais, plantas, pedras, água, encantados, espíritos e diversos outros entes que povoam o universo Pataxó).

5.3.1 As casas

A *casa* é composta pela residência (a edificação) e as plantações no seu entorno, um espaço denominado de quintal. A edificação pode ser feita de madeira ou de barro, denominada localmente de taipa, e algumas poucas de alvenaria. Utiliza-se tanto o barro amarelo como o barro vermelho que, quando possível, é retirado do próprio quintal. As casas de taipa foram encontradas com frequência em todas as aldeias. Alguns indígenas relataram a utilização de outros materiais de construção, como tábuas e estacas da mata: *“A gente tem que ver a facilidade pra gente não ficar se desgastando. Nossa situação já é precária, ai falam que índio só pode fazer casa de barro, mas se a gente não tirar a tábua fica difícil”* (Entrevista com Patiburianã em abril de 2012).



Figura 31– Casas de taipa com telha Eternit ao lado do roçado da família

Mais recentemente tem se observado uma mudança na construção das casas, como relata um indígena: *“Casa de barro o pessoal não está fazendo mais não, só construída, de telha de barro, faz pouco tempo que mudou, só faz quem tem condição de levar a lajota lá”* (Entrevista com cunhado de Gil - Tauá, abril de 2012).

Algumas madeiras são reconhecidas e apontadas como boas para a construção das casas, como o guanandi, capeba, biriba, louro, canela, o sapê, que ainda pode ser encontrado na cobertura de algumas residências, além da Eternit, telha de barro e palha.

A escolha do local de construção das casas fica a critério do morador, que precisa verificar se o terreno está desocupado e não está sendo cuidado por ninguém, e, em algumas

aldeias, conversar com o cacique. Normalmente é escolhido um local mais elevado (no alto), porém próximo a um rio, córrego ou nascente:

(...) antigamente fazia a casa mais no alto, antes da ladeira, não planta na ladeira, tem o olho d'água perto também, quando ele morava aqui era mais aberto, mas com o tempo foi encapoeirando, era a moradia dele, essa capoeira já tem 70 e poucos anos, olha esse coqueiro, capoeira mais alta já tem a pindaíba. (Entrevista com Zezinho sobre os locais das casas dos antigos na aldeia Alegria Velha em abril de 2012).

A escolha do local é marcada primeiramente pela plantação de algumas frutíferas. Os Pataxó utilizam como marco da futura residência principalmente a plantação de jaqueira, coqueiros e mangueira. A presença de jaqueiras, mangueiras e vestígios de farinheiras e residências se constitui como marca histórica, em constante atualização, da presença e da forma de ocupação indígena no sul da Bahia. São, normalmente, lugares identificados pelo nome da família que ali habitava, da mesma forma que os Tupinambá da região de Olivença (Viegas, 2007 – Anexo 1) – mais ao Norte de Porto Seguro – e que os Pataxó da região do Monte Pascoal e de Mata Medonha fazem para configurar um ambiente de morada (Kohler, 2007; Cardoso et al. 2012 – Anexo 1).

A construção do lugar *casa* pode ocorrer diversas vezes ao longo da vida de uma pessoa ou família, por diversos motivos como a simples deterioração com o tempo da antiga residência, como a escolha de um novo local para moradia. É comum se chamar parentes para ajudar na construção, realizando-se assim um mutirão. Normalmente se reutiliza a telha, quando Eternit, da antiga residência, e replantam-se algumas mudas, reconstruindo o restante da residência e quintal. Depois de pronta toma-se o cuidado de defumar a casa com amescla ou capim aruanda e plantar algumas espécies de proteção ao lado da residência, como a espada de São Jorge.

O quintal, como descreve uma moradora “*é arredor de casa, e cada um cuida da sua coisa, sua horta, uma coisa de beira de casa. um quintal planta fruta, laranja, jaca pinha e vai virando sítio*”. (Entrevista com Cleonice, abril de 2012). Nessa definição podemos perceber a dinâmica da paisagem, pois a casa/quintal pode virar um sítio que, por sua vez, pode virar uma capoeira e até mata, como verificamos em quintais de antigos índios dentro do Parque Nacional do Descobrimento e nas fazendas dos arredores.

Em muitos casos a disposição das plantas e locais de criação no quintal, por sua vez, divide-se em horta para temperos, canteiro de plantas para chá ou remédio (medicinais), plantação de frutíferas, viveiro de mudas (normalmente protegidos com telas) e um espaço para o galinheiro (patos, perus) e/ou chiqueiro. Um tipo de frase comumente repetida que reflete esse conjunto de ambientes que compõe o lugar “*casa*” se trata das plantas cultivadas nos quintais como “*as plantas aqui de casa*” ou ainda,

por exemplo: “*pé de banana de três cachos, ai em casa eu tinha um*” (Gentil entrevista em abril de 2012).



Figura 32 - Casa composta pela edificação, o quintal e a capoeira pertencentes a uma família Pataxó da aldeia Tibá.

Assim como os quintais encontrados em Barra Velha (Relatório Etnoambiental Comexatibá-Anexo 1) os visitados no território Comexatibá constituem verdadeiras ilhas de agrobiodiversidade. Normalmente não são delimitados por cercas, mas sim pelo espaço de uso e pelas plantas cuidadas pela família que ali reside, tornando-se um ambiente privado. No caso de duas residências serem próximas, normalmente pertencentes a parentes (mãe e filhos) de uma mesma família, uma parte do quintal pode ser compartilhada.

Outro espaço associado à casa é a *farinheira* ou *casa de farinha*. As *casas de farinhas* são espaços privados e/ou coletivos, utilizado por grupos familiares e afins, que moram próximos a ela ou não, como diz uma moradora: “*Casa de farinha tem dono – é da família que construiu, mas não dá pra cada um ter a sua, então quando precisa torrar a família troca por alguma coisa*” (Entrevista com Dona Ana, aldeia Cahy, em abril de 2012).



Figura 33 - Casa de farinha aldeia Pequi (2011)

Antigamente, no período anterior à chegada dos madeireiros, também havia um local da *casa*, destinado ao sepultamento, principalmente de crianças “*Antigamente só os mais velhos que levavam pra lá, criança enterrava em casa e plantava coquinho vermelho*” (Gentil, entrevista em abril de 2012).

Tirando algumas exceções, em que um homem reside sozinho, o lugar *casa* é um espaço cuidado pela mulher e assim como a cozinha e o fogo, são espaços considerados femininos, incluindo o quintal, que é cuidado pela mesma pessoa que cuida do fogo. Quando visitamos quintais bem antigos (com mais de 50 anos), as espécies frutíferas que encontramos foram nomeadas como pertencentes à dona ou ao dono da antiga *casa*. Assim, nos locais em que ainda existem, principalmente no Parque Nacional do Descobrimento, a maioria das jaqueiras, mangueiras, laranjeiras, dendezaís e coqueiros foram apresentados com o sobrenome do antigo dono, por exemplo: “*Aqui era a casa dos Machados, esse é o coqueiro dele*”; “*Aquela jaqueira foi Sr. Machado que plantou*”.

5.3.2 As roças e capoeiras

As *roças* são áreas de cultivo familiar onde predomina a mandioca. A própria denominação *roça* normalmente se refere à roça de mandioca, pois quando outra espécie é cultivada esta é inserida na nomenclatura. Existindo por exemplo roças de urucum, roças de abacaxi, roças de milho, e roças de feijão. Os roçados também podem abrigar diversas outras plantas variando com a vontade e disponibilidade de sementes do agricultor (a), como roças de mandioca, milho e feijão; cana, batata-doce, inhame entre outros (ver espécies utilizadas para agricultura no próximo capítulo).

As roças podem ser plantadas em barrancos ou em terras altas e em diversos tipos de solos, com preferência para áreas com terra mussunungada e terra preta com barro e, no caso de bens de raízes (frutíferas) em áreas com barro vermelho. Como são *lugares* temporalmente dinâmicos, podem ser feitas próximas às residências num primeiro momento e depois em diversos outros locais, próximos ou distantes de acordo com a vontade-necessidade do agricultor (a) e, principalmente, a disponibilidade de espaço para abertura das roças, um fator de maior importância no contexto atual de restrição territorial. Um fator importante na escolha do local de abertura do roçado é o porte da vegetação existente, pois se considera que quanto mais tempo a terra descansou, ou seja, com o aumento da vegetação, melhor estará o solo para a agricultura.

Dessa forma uma capoeira antiga (velha) é considerada melhor do que uma capoeira baixa como local de escolha para abertura do roçado. Quando a terra esta muito cansada e não há outro local para abrir roça é preciso deixa-la descansar até que a vegetação cresça, como ilustra um morador da aldeia Tawá: *“eu não fiz roça agora não, o mato está baixo e não vou colocar fogo agora não”* (entrevista com cunhado do cacique Gil, em abril de 2012). Relata-se que demora de 4 a 5 anos para a roça encapoeirar novamente após o termino do ciclo de cultivo.



Figura 34 - Pequena roça aberta na aldeia Tawá

As aberturas das roças seguem, principalmente, o sistema de corte e queima: *“Capoeira, a gente roça, faz acero bota fogo torna a roçar faz acero e bota fogo ai não queima nada, acero que eu falo é capinar o montinho capinado é a coivara ai planta abobora que o pessoal diz que dá”*. (entrevista com Cleudineuza em abril de 2012).

A coivara é considerada um bom local para o plantio “*Faz coivara pra botar fogo, nas coivaras planta milho, feijão e mandioca*”. Quando se desmata uma área de capoeira para fazer roça, toma-se o cuidado de não retirar espécies de determinadas madeira consideradas boas e espécies frutíferas: “*Quando tem madeira de lei na capoeira e vai roçar pra fazer roça a gente deixa ela, deixa frutífera, como murici, biriba*”. (Entrevista com Gentil, aldeia Alegria Nova). Estas espécies são deixadas para serem manejadas após a formação da capoeira, demonstrando que estes espaços não são simplesmente abandonados, mas sim manejados para benefício das famílias indígenas. O manejo da capoeira é considerado como parte do sistema ameríndio de manejo da dinâmica roça-capoeira-floresta, influenciando a composição da mata secundária que se instala após o abandono do local (Posey, 1997; Balee, 1991, Adams, 1994 – Anexo 1).

Devido à proibição de desmatar áreas de mata alta e da consciência do prejuízo da degradação ao se desmatar capoeiras altas **as roças são, em maioria, abertas em áreas de capoeiras baixas**, normalmente áreas degradadas, antigos pastos e áreas de sapê e tirirical. O fato de não poder desmatar área de mata gera um controle interno dos próprios índios como podemos ver no relato da entrevista de um indígena:

Aqui morava uma pessoa, o Antônio, ele era um índio, ali você me perguntou se quando a gente queria plantar a gente podia por a roça assim de qualquer jeito ou se tinha a orientação do cacique, pois o cacique que fala, ninguém sabe das coisas melhor que ele o lugar certo pra fazer a roça e não prejudicar, mas esse índio achou por bem fazer por conta própria e contratou um moto-serra e destruiu toda essa parte, ai não é mais pra se desmatar, ai é uma capoeira grossa, mas ta assim porque o fogo queimou, ai o cacique denunciou a Funai, o ICMBio foi obrigatório trazer aqui a policia e tirar esse índio. Ai ele teve que sair daqui, como ele tinha alguma coisa plantada, pagamos ele (entrevista com Casagrande, na aldeia Cahy).

As roças apresentam o tamanho de uma tarefa em média e são geralmente espaços privados familiares: “*Quando faz roça só à família, ai quando colhe é da família, antes, fazia mutirão, mas não faz mais*” (entrevista com Zé Beti em abril de 2012).

Como vimos depois que a roça é abandonada ela vira capoeira ou é transformada em sítio. Os sítios são áreas de cultivos principalmente de frutíferas. Segundo a descrição de um morador: “*sítio é maior que quintal. Quintal é um terreno menor, sítio abrange mais, sítio tem laranja, cana, maracajá, coco*” (entrevista com José Beti em abril de 2012); ou ainda: “*De 100 pés em diante já é um sítio*”. (entrevista com José Chico em abril de 2012). Outro morador descreveu a mudança na nomenclatura desses lugares da seguinte forma: “*O quintal é arredor de casa, e cada um cuida da sua coisa, sua horta, uma coisa de beira de casa. Um quintal planta fruta, laranja, jaca pinha e vai virando sítio*”. (Entrevista com seu Gentil, abril de 2012).

Esses *lugares* podem ser construídos e cuidados tanto próximos às casas e até mesmo no próprio quintal como em terrenos mais distantes, no caso do morador ter se mudado e continuar cuidando das árvores ou em áreas de antigos roçados que foram transformados em sítios. Há uma relação de pertencimento e respeito às plantas com a pessoa que as plantou que é reconhecida por todos tendo sido encontrados sítios e/ou plantas “abandonados” pelo fato de sua cuidadora/ cuidador, ter se mudado ou morrido. Porém ocorre também de algumas frutíferas “abandonadas” serem de uso comum entre os índios, que tem “livre acesso” aos frutos.

Uma área também pode ser destinada a plantação de uma única espécie, como cacau, dendê, mamão, coco e eucalipto (no caso dos fazendeiros). Esse ambiente é reconhecido e nomeado como cabroeira, dendezaís, mamoeiros, coqueiral e o eucaliptal, separadamente.

Quando uma área desmatada é abandonada e o morador não planta frutíferas, outras espécies vão crescendo e o *lugar* é chamado *capoeira*⁷⁴. A *capoeira* é o nome da transição de um lugar em regeneração até se transformar em mata. Esta transição é percebida em diversos estágios/etapas e nomeada de acordo com o porte da vegetação: Capoeira baixa; capoeira alta; capoeira fina; capoeira grossa. Em conversa com um morador percebemos a seguinte distinção:

Aqui era a estrada pra pedestre e hoje esta sendo rodagem por causa da BRALANDA. Agora é capoeira baixa, rala, que só tem pé de muruci, janaúba, aroeira, coceira, tiririca, imbiriba, tem uns 30 anos pra um muruci desse ficar desse porte. Copinha, araçá. A capoeira mais alta já tem braúna, pau mais grosso, madeira de lei. (entrevista com Tonho em abril de 2012).

Já a distinção entre capoeira fina e grossa é pelas seguintes espécies indicadoras, dentre outras: Capoeira fina – sape, tiririca, pé de imbiuba, pindaíba. Capoeira grossa – capoeirão, bananeira, arruda – móvel, murta, canaíba – pra móvel, carrapato de cerno, cumaçari, ajuerana.

A sucessão vegetal e consequente mudança nos ambientes e paisagens também é percebida e comentada pelos Pataxó. Por exemplo: Tonho tem uma roça em Alegria Nova, ele se mudou há poucos meses pra Monte Dourado em consequência de conflitos internos, mas vai colher a mandioca que já esta madura na antiga roça, como as variedades de nome aipim manteiga, cacau, feijão, pretinha e colombo. Ninguém vai colher só ele. Depois que colher tudo a área vai ficar pra roça da comunidade ou pode encapoeirar.

74 As florestas ombrófilas da região mostram um excelente poder de regeneração, quando o solo florestal esta conservado, visto que existe um verdadeiro banco de sementes em estado de latência pronto para a reabilitação do ecossistema sob condições favoráveis (Memorial do Descobrimento). Estagio inicial de regeneração – algumas espécies pioneiras como Embaúba (*Cecropia palmata*) e murici (*Byrsonima sericea*). Estagio médio de regeneração – rica em epífitas e trepadeiras. Estagio avançado de regeneração – dossel fechado, sub bosque denso com alta diversidade de espécies. (SIMBIOS, 1999)

Conversando com um índio Pataxó de 70 anos eles nos relatou a transformação de um antigo sítio que habitava em mata:

Eu era menino essas laranjas já tinham aqui nessa área do parque, topei a laranja e a laranja tá dando até hoje, ali em alegria velha tem laranja de muitos anos, quando eu casei com minha mulher já tinha aquelas laranjas que o sogro dela já tinha plantado do primeiro marido dela. Aquelas laranjas têm mais de oitenta anos, Eu vou fazer 70 e já topei daquele jeito. Era um sítio de laranja. Agora é mata. Pé de laranja que morreu porque virou mata. (Entrevista com Sr. Gentil em abril de 2012).

5.3.3 Mangas

A manga ou pasto refere-se à área desmatada, com vegetação predominantemente rasteira, onde é plantado capim (braquearia e colômbia) com a finalidade de alimentar o gado. Em alguns pastos encontramos arazás e mangabas que são apreciadas tanto pelas crianças, pelo próprio gado e outros animais. Alguns índios possuem um pasto perto de casa, **mas a maior parte dos pastos existentes no território pertence às fazendas da região, onde os Pataxó têm acesso restrito.**



Figura 35 - Imagem de uma manga (pasto).

Em uma entrevista, foi relatado como esse lugar pode ser construído: *“Essas áreas queimadas antigamente que teve aí, os fazendeiros fizeram manga. Essa área o fazendeiro meteu fogo, tirou as madeiras todinhas, picou coivara, queimou tudo e, pois manga pro gado”*. (entrevista com Zezinho em abril de 2012). Outro morador descreveu um lugar de manga da seguinte forma:

“Antes não atravessava isso aí sem canoa. Terra boa pra feijão milho, agora hoje essas terras boas estão todas ocupadas de capim, ali mesmo não encapoeira mais nada, foi

passado trator de esteira arrancando tudo, arranca raiz e o que é que nasce lá? Mais nada. Só gado em cima, trator de esteira arranca os tocos todos, ai não tem mais sementes, ai vai produzir o que? mata a terra que a natureza é viva, ai vai produzir o que? (Entrevista com Gil em abril de 2012). Dessa forma o pasto pisado pelo gado é considerado um lugar infértil, onde “*não nasce mais nada, porque o solo vai morrendo*”.

5.3.4 Mata

A mata⁷⁵ é caracterizada pelo porte, densidade e espessura dos caules da vegetação que a constitui. Predominava no território Pataxó antes da chegada dos fazendeiros, madeireiros, empresas de celulose e suas plantações de eucalipto. É onde mora ou transita a maioria dos animais, inclusive a Caipora e entes que requerem certas condutas de sociabilidade, e onde “a terra é melhor” (mais pelo acúmulo de matéria orgânica do que pelo tipo de solo). Também é um ambiente percebido em diferentes estágios, como mata baixa e mata alta: A mata alta apresenta um porte maior: “*Aqui no Antônio machado já tem mais de 70 anos já é mata alta, ficou a jaqueira, Juerana grossa ali que tem mais de 100 anos. Aqui nesse lugar já é mata*”. (entrevista com Sr. Gentil em abril de 2012).



Figura 36 - Imagem da mata do PND

Outra diferença observada na variação das espécies existentes nesse lugar pode ser observada pela descrição de um morador: “*Não é mata como era de primeira porque já explorou a madeira, mas é mata porque nunca puseram roça, mata nativa. Isso aqui de primeira você andava na mata limpa, mas depois que eles tiraram já virou tiririca, não tinha tiririca, você podia andar*”.

⁷⁵ A Mata é o ambiente onde predominam as árvores de grande porte, chegando a 40 Metros, denominada Floresta Ombrófila Densa Primária são consideradas as mais ricas em espécies de árvores por hectare no mundo, se caracterizam por inúmeras espécies raras, ameaçadas ou endêmicas. (destaque para ocorrência do Pau-Brasil *Cesalpinia echinata*) (THOMAS & BARBOSA, 2008).

(Entrevista com Tonho em abril de 2012). A presença de cipós caracteriza áreas de mata que foram mexidas. A mata é vista tanto como um local de coleta e extrativismo (animal e vegetal), de caça, bem como de estabelecimento de reservas para preservação.

5.3.5 Brejos

O brejo⁷⁶ está associado às áreas alagadas ou úmidas. Tem espécies como catalha (*Catalea*), tem vários tipos de aninga, taboa, marianinha, não-me-molha, golfo-prato. Pode ser dividido em brejo molhado (de rio), ou seco (enxuto; de mata). O brejo molhado, das **margens dos rios**, são áreas alagadas cujo solo é principalmente lama:



Figura 37 - Brejo do rio Embassuaba

Na beira do rio já é brejo: o que for rio pertence brejo. 30 metros pra um lado e para outro já tem brejo, esses rios e córregos já tem brejo. (rio do sul e Cahy). O rio ta dentro do brejo, porque o brejo forma o rio. Se não tiver o brejo não tem o rio, qualquer lagoinha que corre tem o brejo". "A beira do rio é o brejo, e se planta capim santa que o pessoal fala capim doutor, tomate, pimentão, cebolinha, cebola. A lama da no brejo que é mais encharcado. Já não tem mata é capim, brejo baixo, brejo de lama, é o que a gente utiliza pra plantar arroz (entrevista com Seu Cisto em abril de 2012).

76 Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Mata de Galeria: jatobá (*Hymenaea rubiflora*), grande abundância de Juçara (*Euterpe edulis*) e araçá (*Psidium* sp.) (THOMAS & BARBOSA, 2008). Os vales dos rios e, mais localmente as planícies costeiras, tem ecossistemas florestais úmidos e alagados. Algumas áreas ficam permanentemente alagadas. Nelas são típicas as Clusiaceae, Melastomataceae, Mimosaceae e Nymphaeaceae.

Até o ano de 2003, segundo relatos dos Pataxó, plantava-se arroz nesses lugares. Na nossa pesquisa não encontramos nenhuma plantação de arroz e poucos índios ainda possuem sementes. Normalmente o brejo molhado tem a terra mole, mas a terra também pode ficar dura: “*aqui no brejo já é terra preta, mas terra do barro vermelho em baixo. Também tem mussununga do brejo, encharcado*”. (entrevista com Nego em abril de 2012).

Já o brejo enxuto,

não fica lamaçal porque é terra não é barro”. “A terra fica mais enxuta, não é a terra de lama, ela é a terra mais enxuta, e varia o tipo de planta e de mato que tem, aqui já tem o carrapato, já tem essa bananeira aqui comum que a gente fala. o guanandi cavalo, o comum. O brejo fica duro por causa da raiz guanandi. O guanandi da raiz e na raiz dele fica a seiva, se a água subir o guanandi não deixa a terra sair ai as folhas dele caem em cima da raiz, apodrece e vira terra ali, as folhas dele mesmo ficam resistentes, você chega ao brejo o brejo é duro, você anda. Por causa das raízes dele, é brejo capim Açú e brejo da mata alta. Tem brejo que é mato (Entrevista com Patiburianã em abril de 2012).

O brejo é considerado uma área de grande circulação de animais por fornecer água e alimento. Alguns indígenas identificam brejos específicos com essas condições na mata como o “*local de reprodução de todos os bichos*”: como diz um Pataxó “*Esse brejo é área de reprodução das caças, elas utilizam mais o brejo porque tem uma água, tem o dendê, tem a jaca*”. Brejo nativo que ninguém não fez nada com ele.”

5.3.6 Mussunungas

A *mussununga*⁷⁷ é caracterizada como um ambiente arenoso, com areia branca (*mussununga*), fofa, cujo tamanho/altura e composição da vegetação determina se é classificada por *mussununga alta* ou *baixa*. A *mussununga alta* tem gravata, mangaba, aroeira, abacaxi, amescla, aroeira, bromélia, loro, mucugê. A *mussununga baixa* apresenta a terra mais dura, abacaxi bravo e em alguns locais muita areia branca, “*onde você cavar no pé do pau é areia branca*”.

⁷⁷Mussununga é um nome regional para um raro tipo de vegetação: florestas baixas, arbustos e pradarias, crescendo sobre podzols hidromórficos. Sua flora, semelhante às restingas e aos cerrados de altitude, é altamente endêmica do sul da Bahia ao Norte do Espírito Santo. Espécies e famílias mais comuns são: *Vernonia brasiliensis*, Velloziaceae, Eriocaulaceae, (*Paepalanthus* sp.), Xyridaceae e Asteraceae. (THOMAS & BARBOSA, 2008).



Figura 38 - Imagem de uma “mussununga alta” próxima à aldeia Tibá

A mussununga ocorre dentro da mata – do Parque - como relata um morador: “*aqui na mata tem muita área aberta de mussununga, tem muita mussununga, muita árvore grossa dentro da mussununga na mata*” (entrevista com s. Gentil). Algumas vezes a mussununga é relacionada com a *restinga ou mussununga da praia*, paisagem encontrada **em frente à praia**. Essas classificações muitas vezes aparentam confusas aos olhos do pesquisador de fora, mais os Pataxó relatam as diferenças de forma precisa em acordo com a variação dos solos e da vegetação. Durante uma entrevista, um morador comentou algumas dessas diferenças:

Esse que vocês conhecem é o cerrado, a mussununga da praia é quase como um cerrado, essa mussununga na praia é diferente. Às vezes a gente tá falando da mussununga que tem dentro dos campos da mata. É uma terra grossa, areia diferente, não aquela mussununga só areia. Na mussununga (da mata) você pisa e aquela terra é oca, é terra mais é oca, porque em baixo ela dá uma pedra, um cascalho com terra e as árvores por cima, então quando bate aquilo fica oco, estronda. A mussununga da praia é diferente da mussununga da mata: na praia é mata baixa, como se fosse a mata de catinga. As duas são areia mais numa dá pra plantar. Tem mussununga preta e a branca. Na mata tem branca mais é mais preta. Aqui tem um pedacinho. A da praia é diferente. Na beira da praia é uma madeira baixa porque já é daquele tamanho mesmo. Não foi desmatado não. Tem lugar que a mussununga vai até a beira da praia. Já terra mussunungada, porque é ali já desmatou e não tem nada, terra mais fraca, só dá a tiririca dura.

A Restinga⁷⁸ “*é na beira da praia*” e é chamada também de mussununga branca, tem areia branca e nela coletam-se carqueja para chá, capim e aroeira.

5.3.7 Mangue

O mangue⁷⁹ é um *lugar* muito utilizado pelos Pataxó para coleta de recursos faunísticos (principalmente caranguejo e guaiamu). Já nos primeiros estudos realizados com os Pataxó, em 1970, afirmava-se que uma das principais fontes proteicas dos Pataxó está no mangue. **O mangue está localizado próximo a praia, na foz dos rios.** Os mangues podem ser subdivididos em mangue macho, que é liso, e mangue fêmea, que dá enraizada. O *mangue de raiz* (*Rhizophora mangle*) é caracterizado por ter mata grossa e ser enraizado, e o *mangue apicum* possui vegetação bem baixa com gramíneas. O mangue corresponde à unidade de manejo de crustáceos e pesca e é lugar de morada do Pai do Mangue.

O mangue é um local de livre acesso, e pode receber o nome do morador que habita mais próximo a ele ou pela aldeia ou comunidade mais próxima. Por exemplo, na aldeia Tawá existe um mangue conhecido localmente por Mangue do “Seu Vitor”. Em uma conversa com Sr. Gentil sobre essa forma de se referir ao mangue, ele comentou: *Está errado se referir aquele mangue como o do Dr. Vitor (morador de fora já falecido que possui terra no local.) porque fazendeiro não tem mangue, nem índio, é a natureza que tem mangue. O mar tem direito 30 metros então pertence à marinha mais na verdade é da natureza.* (entrevista realizada em abril de 2012).

78A restinga, segundo a resolução 07/1996 do CONAMA, é formada por “conjunto das comunidades vegetais, fisionomicamente distintas, sob influencia marinha e fluvio-marinha. Estas comunidades, distribuídas em mosaico, ocorrem em áreas de grande diversidade ecológica sendo consideradas comunidades edificas por dependerem mais da natureza do solo que do clima”. Ou ainda, segundo THOMAS e BARBOSA, (2008) durante o quaternário, praias de areias foram depositadas em áreas que estão acima do nível do mar. Estas areias sustentam um conjunto diversificado de plantas, que geralmente formam savanas abertas, mas, sob condições adequadas (solo menos arenoso ou mais umidade) pode crescer mais altas, formando uma floresta. Por vezes, na Bahia, pelo menos, restinga é usado para se referir a habitat de areia costeiros, que podem na realidade ser significativamente acima do nível do mar sobre a formação Barreiras e, por isso, adequadamente chamado tabuleiros. Restinga aberta, como a formação savana apoia aglomerados dispersos de pequenas árvores e arbustos e uma extensa camada de ervas, gramíneas e ciperáceas. Restingas abertas e tabuleiros arenosos abertos tem a mesma fisionomia e a as mesmas espécies em comum. É possível encontrar espécies do cerrado. Frequentemente algumas áreas de restinga são inundadas suportando espécies características de pantanal. Floresta de Restinga: Em algumas ocasiões a restinga forma um dossel fechado, numa pequena floresta com árvores pequenas. Ex Piaçava (*Attalea funifera*).

79Manguezal, também chamado de mangue ou mangal, é um ecossistema costeiro e de transição entre os ambientes terrestres e marinho, uma zona úmida característica de regiões tropicais e subtropicais. Ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos a ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, as quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) nas partes baixas mais salinas e mangue branco (*laguncularia racemosa*), com influencia fluvio-marinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os estados do Amapá e Santa Catarina (CONAMA, RESOLUCAO No 303, de 2002) .



Figura 39 - Imagem de um manguezal

Dentre os rios que possuem mangues de grande importância para os Pataxó, estão: Corumbau, Riacho Grande, Barra do Cahy, Riacho dos Mangues, Peixe Grande, Lagoinha, entre outros de menor porte.

O apicum⁸⁰ pode ser tanto um tipo de mangue, o mangue apicum, como pode ser tratado como um outro ambiente. Um morador os diferenciou na seguinte forma: “Mangue é onde fica o caranguejo e o apicum é onde fica o guaiamu. Apicum a terra/lama é dura, tem a mesma coisa do mangue aonde os caranguejos vão quando estão mudando o casco”. Possui vegetação de pequeno porte com predominância de gramíneas.

5.3.8 Mar, rios e lagoas

O mar é um ambiente regularmente frequentado pelos Pataxó, local onde são realizadas pescas e coletas de grande diversidade de exemplares da fauna marinha. Caracterizado pela imensidão de água salgada, **é dividido em mar (a faixa da praia) e alto mar (onde somente vão em barcos de pesca)**. Um morador caracterizou o mar da seguinte forma:

“Sabia que o mar é que nem a terra. Às vezes a gente olha e acha que o mar é tudo da mesma altura mais aí vai chegando e desaparece a terra. Desaparece tudo, é porque vai ó.., igual que tem na terra, no mar também tem altura, é um tipo uma ladeira do mar. As cobras que tem na terra tem no mar, esse buzo, tem jaracuçu, tem jararaca, tem cainana, tudo no mar.”

80 Apicum: é definido na literatura como Bras. Brejo de água salgada à beira-mar; terreno arenoso impróprio para o plantio da cana-de-açúcar; aclave muito forte; limite da terra firme com o mangue.

Tudo quanto é tipo de cobra. E morde e tem veneno do mesmo jeito”.(entrevista com seu Cesário em abril de 2012).

O mar também é habitado pela Sereia do Mar e pelo Zé Martim Pescador, seres que exigem certas condutas de sociabilidade.



Figura 40 -Imagem da área marinha e arrecifes na maré cheia

O Arrecife⁸¹ é “como um lajedo em baixo do mar” (entrevista com Zé Chico em abril de 2012). **Pode estar localizado dentro do mar até a beira da praia** e é muito frequentado na maré baixa por ficar exposto e facilitar o acesso há e abrigar muitas espécies de peixes e crustáceos, bem como ostras, polvos e lagostas. Cada ponto de arrecife recebe um nome. Arrecife do Bugaial; do Cardoso na reserva, (usam muito); do Japara e Japara Grande, (ótimo ponto de pesca); do Mato Grosso; Carapeba e Tawá.

Alguns rios que desembocam no mar são barrados naturalmente pela movimentação das dunas de areia da praia e formam lugares chamados de lagoas. Essas lagoas são consideradas de grande riqueza para a reprodução de várias espécies.

Segundo um morador: *“A lagoa é da natureza, umas fecham num tempo outras fecham em outro, ninguém sabe. Ela fecha e fica sem contato com o mar, e depois abre e vira o rio ou córrego. A outra de lá estava aberta e essa aqui já esta fechada, ninguém sabe o tempo dela”.* (entrevista com

81 Arrecife - Recifes são rochedos ou serie de rochedos a flor da água, nas proximidades das costas, formados pelo desenvolvimento de corais nos mares dos trópicos.

Gil em abril de 2012). Cada lagoa recebe um nome podendo encontra na região: **Lagoa Cahy (Só fecha na maré da lua cheia, Lagoa da Glória, Lagoa do João, Lagoa do Tawá, Lagoa do Manimbu, Lagoa do Silva, Lagoa da Julieta e Lagoa Doce).**



Figura 41 - Lagoa permanente no interior do PND, aldeia Pequì

Em vários pontos dos rios e córregos existem *lugares* chamados *represas* (*na fala dos Pataxó – presas*), onde a água é barrada com a intenção de formar lagoas artificiais. São feitas para reproduzir peixes e armazenar água ou são barradas pela construção de estradas e rodagens, pelos fazendeiros para irrigação ou para dar água ao gado.

Os rios são ambientes muito frequentados e utilizados pelos Pataxó, sendo fonte de água e alimento. Pode ser denominado de nascente, córrego ou rio, conforme o volume de água que o compõe. Também é um ambiente que muda sazonalmente, na cheia e na seca, aumentando e diminuindo o volume de água respectivamente e diariamente, até onde se dá o alcance das marés. Em suas margens pode ocorrer brejo, mata ou áreas utilizadas para agricultura. É local de moradia da Mãe d'Água, exigindo certas regras de condutas no seu acesso. Da mesma forma que a mata, os rios e suas margens constituem ambientes que vêm sofrendo sérios impactos ambientais, como podemos ilustrar com a fala de um morador: “*Antigamente o rio batia no pescoço agora você anda e bate na canela, no joelho. Na época da enchente passa aqui por cima, mas em 3 dias 4 dias já esta seco de novo*”. (ver também cap. Impactos ambientais).



Figura 42 - Rio situado no interior do PND

Cada um dos rios recebe um nome e, embora sejam considerados de uso comum, há uma tentativa de controle da pesca e de seu uso. Dificilmente ocorre a utilização ou mesmo o acesso a um rio que pertence a uma comunidade sem a devida solicitação. Da mesma forma o “porto” ou as armadilhas de pesca colocadas por uma família são respeitadas até que sejam retiradas. **Entre os principais rios e córregos do território podemos citar: rio do Peixe Grande, rio do Peixe Pequeno, rio Lagoinha, rio do Sul, rio Cahy, rio Grande, rio dois irmãos, rio Japara Grande, Japara Pequeno, rio de Corumbau, rio Caveira, rio Jibura, rio Palmares; córrego Tawá, córrego Pixane.**

Relata-se que antigamente, quando os rios eram mais volumosos, eram utilizados como meio de transporte, através de canoas, como o rio Cahy.

Os sambaquis são *lugares* que possuem “*buzo incrustados*”, conchas de antigos moluscos que eram armazenadas no local depois de serem consumidos. **Na região destaca-se o sambaqui encontrado próximo ao local denominado por Caveira, ao sul da aldeia Corumbauzinho da TI Barra Velha do Monte Pascoal.**

5.4 Impactos e conflitos socioambientais

A área estudada foi palco de intensos conflitos socioambientais e territoriais, bem como alvo de impactos ambientais severos ao longo da história. Segundo documento da Funai (Funai, 2012), um impacto ambiental é a alteração no ambiente ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade humana. Estas alterações podem ser positivas ou negativas, variando de grandes para pequenas escalas. Já os conflitos ambientais ocorrem devido ao fato de os atores

sociais experimentarem diferentes formas de ocupação, perspectivas e significados em relação a um mesmo território ou recurso natural.

Segundo o mesmo documento, “os impactos e os conflitos socioambientais geralmente são interligados, e o objetivo de estudá-los é, principalmente, aquele de avaliar os efeitos dos mesmos no que tange às condições de reprodução física e cultural do grupo indígena, bem como para ações de manutenção ou incremento da qualidade de determinado ambiente”. O estudo dos impactos e conflitos é fundamental para compreender e avaliar a sustentabilidade no território e as condições para a gestão ambiental e territorial.

São diversos os impactos incidentes sobre o território de Comexatibá, como expresso no **Mapa de Impactos e Conflitos Socioambientais – Anexo 1**. Buscamos identificá-los e caracterizá-los sob o ponto de vista dos povos afetados e das referências bibliográficas disponíveis (livros, laudos, relatórios, notícias jornalísticas etc.). É importante atentarmos para o fato de que “a descrição dos impactos e conflitos deve partir do princípio de que os mesmos não impossibilitam necessariamente o uso futuro do território, mas indicam como o impacto desfavorece ou favorece o uso tradicional, levando-se em conta os termos de vigilância e monitoramento, bem como as possibilidades de recuperação e mitigação de impactos num processo de gestão ambiental e territorial” (Funai, 2012).

Estes impactos podem ser classificados como de baixa intensidade, como os infligidos pelas populações tradicionais, com efeitos mínimos nos ecossistemas, e os de alta intensidade, como realizados por fazendeiros, pecuaristas, mineração, que podem ser de grande escala, como no caso de poluição por agrotóxico ou desmatamento de grandes áreas, ou como de baixa escala, como sobrepesca em algum pesqueiro. Podem também ser localizados, como um desmatamento, ou difusos, como as barragens. No caso dos conflitos socioambientais, estes podem ser de alta intensidade, como no acesso aos recursos do PND pelos indígenas, ou de baixa intensidade, como acordos para acesso a áreas de pesca.

5.4.1 Desmatamento e incêndios

Os Pataxó denunciaram o corte de árvores que continua ocorrendo por parte dos fazendeiros em áreas da mata dentro e ao redor do PND, principalmente na altura das aldeias Alegria Nova e Monte Dourado. Segundo eles, as regiões desmatadas eram mata há cerca de 20 anos, e a presença indígena, desde as retomadas e criação das aldeias, tem contribuído para inibir o corte de árvores na área. A degradação ambiental na região é constantemente lembrada pelos indígenas, que alegam que a legislação de preservação do meio ambiente tem que servir para todos, e não só para os índios, e ser eficiente principalmente com aqueles agentes externos que são os principais devastadores, tais

como os fazendeiros, madeireiros e empreendimentos de mineração dentro e no entorno dos limites do Parna.

Como demonstrado anteriormente neste relatório, o desmatamento vem assolando a região desde os anos 50 do século passado e não cessou. Se analisarmos as imagens anexas (Apêndice 7 do Relatório Etnoambiental – Anexo1) elaboradas por nossa equipe técnica, e outro conjunto de imagens do Anexo 4 do Relatório Etnoambiental, elaborado por Timmers (2007), veremos que em um período de 20 anos (de finais dos anos 80 até 2011) houve um desmatamento intenso no entorno dos atuais limites do PND. Tal desmatamento ocorreu devido à abertura de pastos e para outras culturas agrícolas pelos fazendeiros como o mamão, bem como pelos assentados da reforma agrária, chegando a gerar incêndios que devastaram parte do PND entre os anos de 2001 e 2003. *Quando os Pataxó iniciam as retomadas, a partir de 2003, a região já se conformava como uma paisagem altamente fragmentada e com a mata do parque sofrendo com o efeito de borda (Timmers, 2007).*



Figura 43 - Área desmatada com corte raso até a Beira do Rio (Brejo)

Segundo Bede e Cordeiro (2003), um dos principais motivos do desmatamento é o uso de madeira de baixo valor econômico que ainda restou no parque para o artesanato. A fabricação de artesanato não se limitaria aos índios, segundo os autores, e está crescendo, envolvendo grande volume de peças de madeira, principalmente nas cidades e povoados, como Palmares, São Geraldo, Montinho, Itamaraju e Guarani. O Parque seria uma das últimas reservas de arruda (*Swartzia euxilophora*), justamente a madeira mais utilizada na fabricação de gamelas e pilões. Outro uso da

madeira é para fazer estaca para pimenta do reino, muito plantada por fazendeiros da região e mourão para cerca de fazendas. Timmers (2006) afirma que apenas 8% é retirada pelos indígenas, o restante está nas mãos do que ele denomina de “industrialato”, pequenas fábricas de artesanato de madeira de propriedade de não-índios que vivem nas vilas e cidades de Montinho, Itabela e Itamaraju.

Dessa forma, atualmente ainda ocorrem ações ilegais de madeireiros clandestinos, embora sutilmente, no entorno do PND, o que contribui em algum grau para a diminuição dos remanescentes florestais. Esse tipo de extrativismo acontece nas brechas causadas pela dificuldade em fiscalizar a totalidade da área e depende da demanda das indústrias de móveis, construção civil, naval e produção de carvão.

A pecuária, como atividade diretamente relacionada ao desmatamento, se caracteriza pela alta concentração fundiária e pelo baixo nível de produtividade. Segundo Timmers et al. (2002), os rendimentos dos produtores são limitados pela baixa especialização do rebanho, falta de cuidados com a saúde dos animais e uso restrito de técnicas modernas na gestão dos pastos e rebanhos.

A exploração madeireira que ainda ocorre de forma ilegal em grande parte dos remanescentes florestais da região está controlada no interior do PND. Por outro lado, em quatro grandes fragmentos florestais, localizados na área de amortecimento da UC, existem planos de manejo florestais autorizados pelo Ibama. Atualmente, esses planos estão suspensos, mas existem fortes pressões dos madeireiros no sentido de retomar as atividades de extração (Timmers *et al.* 2002).

Segundo Bede e Cordeiro (2003), os incêndios florestais ocorrem geralmente no período mais seco do ano, tornando-se mais intensos entre outubro e janeiro. As queimadas realizadas por proprietários rurais no entorno do PND são as principais responsáveis pelos incêndios. Contudo, segundo estes autores, sua incidência vem se reduzido a partir da criação do PND; um grande número de famílias vem evitando realizar a prática de queimadas nas lavouras, muito embora as estejam substituindo por quantidades enormes de agrotóxicos. Por outro lado, informam, um grande incêndio atingiu 4.000 ha do entorno da UC em 2000, chegando a queimar áreas do Parque.

Neste contexto, entendemos ser importante trazer aqui alguns trechos contidos na Nota Técnica nº 09/2013-COGCOT/CGSAM/DISAT/ICMBio, de 20 de novembro de 2013, produzida por técnicos do ICMBio, em atendimento a uma solicitação da Câmara de Conciliação e Arbitragem – CCAF, da AGU, e em continuidade às discussões no âmbito do procedimento conciliatório que envolve a sobreposição de interesses agrários, indígenas e ambientais, em decorrência dos estudos necessários à identificação e delimitação da TI Comexatibá, adiciona alguns elementos importantes para uma análise ampliada da situação de conflito socioambiental.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos agentes do ICMBio e IBAMA é o perímetro recortado que o Parna do Descobrimento apresenta, pois, pela grande área de contato com o entorno, aumenta o chamado “efeito de borda, com alterações na estrutura, composição e abundância relativa de espécies na faixa marginal do fragmento florestal, interferindo, assim, na qualidade do habitat. Contudo, a parte central da Unidade encontra-se bem preservada (...)” (NT nº09/ICMBio, 2013: 3).

Na visão do ICMBio, a “presença das aldeias no interior do PND exerce pressão sobre os recursos naturais, em função principalmente, das atividades agrícolas que empregam o fogo em seu manejo”, pois plantam no sistema de coivara, com descrito na Parte III deste RCID. Os técnicos enfatizam que a “ocorrência de incêndios florestais é uma das principais ameaças à integridade do Parna”. **Destacam que “grandes incêndios ocorridos em 2001 (1.900ha), 2003 (375ha), 2004 (189ha)”**, foram desencadeados a partir de implantação de roças pelos índios.

Neste contexto, durante o trabalho de campo do GT da Funai, principalmente durante os trabalhos de mapeamento dos conflitos ambientais, que contaram com a participação de servidores indicados pelo IBAMA e MMA e posteriormente pelo ICMBio, abordamos junto aos Pataxó a questão do fogo no Parna. Eles alegam que no início (2003), quando ocuparam os locais onde hoje são as aldeias, abriram alguns roçados, e isso foi objeto de questionamento pelo então IBAMA, contudo sempre estiveram abertos para orientação sobre a forma de fazer os aceros e como cuidar para que o fogo não se alastrasse.

Informaram ainda que muitos que já haviam participado de capacitações junto aos Pataxó de Barra Velha e se prontificaram a serem agentes do Previ-Fogo, o que nunca foi respondido pelo Órgão. Mesmo sem resposta, os indígenas participavam de todas as ações de prevenção e combate ao fogo, no caso de incêndios. Alegam que muitas vezes o fogo vinha do entorno do Parque, principalmente nas bordas, onde há monocultura de mamão e pastos extensos, e ajudavam a apagar.

Contaram para nossa equipe que, certa vez (por volta de 2006), “houve um fogo grande, e não havia ninguém do IBAMA por lá, ligamos e ninguém atendia por que estava de noite. Juntamos uns índios aqui da aldeia Tibá e Pequi, usamos um carro da Funai que estava com um funcionário de Itamarajú trazendo uma criança que tinha ido no hospital lá, e fomos apagar o fogo. Passamos a noite lá, acho que uns 20 índios. O Chefe do Parque só chegou com os agentes do fogo, no outro dia pra quase meio dia o fogo já tava menor, mas deu trabalho” (entrevista com Soté, Aldeia Tibá, 2012).

De certa forma essa fala está corroborada nos dados apresentados na NT 09/2013/ICMBio, que demonstram uma grande queda na área queimada entre 2001 (1900ha), quando os índios ainda não haviam oficialmente ocupado o Parque, e 2003 / 2004 (189ha), quando as aldeias estão novamente constituídas.

Diante desses dados, cabe uma reflexão sobre a elaboração de uma proposta em conjunta com indígenas para que esses dados ainda caiam mais, sendo eles parceiros efetivos na proteção das áreas de remanescentes, ainda preservadas, de Mata Atlântica.

5.4.2 A caça predatória

A presença de caçadores nas matas do PND tem sido outra situação conflituosa citada pelos indígenas. Estes caçadores praticam caça esportiva ou para a venda no mercado local e regional, diferente dos indígenas que, quando a praticam, têm como objetivo o seu próprio consumo. Um caso notório de caça foi a publicação no site do Ibama (04/09/2003), onde se noticiou a prisão em flagrante de cinco caçadores oriundos do Espírito Santo, que faziam caça “profissional” nas matas do parque.

A presença indígena na área também tem sido notada pelos próprios Pataxó como um dos fatores que contribuiu para a diminuição da presença de caçadores nas matas próximas às aldeias. Seu Eleotério, indígena da aldeia Tibá, disse que a casa onde mora hoje, uma antiga guarita da Bralanda, estava sendo utilizado como banheiro dos caçadores, quando chegou para se alojar ali.

Outro problema causado pelos caçadores é o uso de fogo para encurralar os animais de caça, o que causa também incêndios de grandes proporções, pelos quais os indígenas algumas vezes são responsabilizados. Na aldeia Cahy encontramos o exemplo de um incêndio, devido a aceiro mal realizado, por um indígena em uma área localizada dentro do Parque, episódio em que o cacique tomou providências junto a Funai e ICMBio, sendo que este indígena não mora mais na aldeia.

Em caminhadas, partindo das aldeias Alegria Nova e Monte Dourado em direção a matas mais afastadas, encontramos vários rastros deixados por caçadores, tais como lenha, cabaça de água, indício de armamento de “trabuco” (uma armadilha de caça que utiliza uma espingarda acoplada a uma linha), pano de barraco e cama de caçador, estes últimos na beirada do rio do Sul.

A caça tem sido apontada como um fator de risco para várias espécies de mamíferos e aves ameaçados de extinção, como o Mutum-do-sudeste (*Crax blumenbachii*), uma espécie de cracídeo endêmico da Mata Atlântica, restrito a ambientes florestais, a principal espécie-chave no contexto do PND (Bede e Cordeiro, 2003; Ibama, 2004).

5.4.3 Contaminação e barragem dos rios

A contaminação dos rios por agrotóxicos utilizados em lavouras e cultivos localizados ao redor do PND foi outro impacto muito citado, principalmente nas aldeias da Alegria Nova e Cahy. De acordo com o *Diagnóstico do Entorno do Parque Nacional do Descobrimento* (BEDE e CORDEIRO, 2004), **as principais fontes de poluição dos corpos hídricos das bacias do Extremo Sul se referem às atividades agrícolas (frutas, mamão, café, coco), florestais (monocultura de**

eucalipto), industriais (celulose e papel e processamento de madeira) e pastagem, que ocasionam o desenvolvimento de processos erosivos com consequente assoreamento, turbidez e alteração da qualidade das águas.

A fruticultura tem um papel importante no cenário regional, especialmente o plantio de mamão, que corresponde a mais de 80% da produção desta fruta no estado da Bahia. As variedades plantadas são “papaya” e “havaí”, que, devido às condições de solo e clima, conseguem ter uma boa produtividade e qualidade do fruto. Segundo dados do censo agropecuário de 2006, o município de Prado é um dos maiores produtores de mamão, totalizando cerca de 35,5% da produção regional, o que correspondeu a 271.584 toneladas naquele ano (Almeida, 2009).

O mamão é o principal produto agrícola da região. **Por outro lado, demanda uma grande quantidade de água e defensivos químicos. O represamento de córregos no entorno do PND para abastecimento dos sistemas de irrigação é uma prática comum, acarretando uma série de problemas ambientais** (Timmers et al. 2002).

Os indígenas de Alegria Nova dizem que a água que eles consomem é contaminada com agrotóxicos utilizados nas plantações de mamão, que são carregados pelas chuvas para o rio Cahy. Eles pensaram em colocar algum tipo de mecanismo de tratamento de água na aldeia, mas, segundo os indígenas, isso não teria sido permitido pelo ICMBio por se tratar de um Parque Nacional.



Figura 44 – Exemplo de represamento das nascentes do rio Cahy

Foram encontrados lambaris (*Rachoviscus graciliceps*), por pesquisadores, no rio Ribeirão, afluente do Rio Cahy, e também próximos a uma nascente de um pequeno riacho em propriedade

particular no entorno do PND, sendo ambos riachos de água escura, “cor de chá”. Após a pesquisa, o riachinho onde a maioria dos peixes foi encontrada foi represado, e não se sabe se a população ainda sobrevive no local, pois os lambaris ficam bastante vulneráveis às alterações ambientais pela destruição de seus habitats (SOARES e PINHEIRO, 2010).

Isso demonstra a necessidade de políticas públicas voltadas para a proteção dos recursos naturais e mitigação dos impactos causados no entorno do PND, em especial para a qualidade de água dos recursos hídricos, como alterações nos regimes hídricos e descarga de poluentes, o que impacta diretamente a fauna de peixes e a qualidade de vida dos indígenas que residem nas aldeias.

O Rio Embassuaba, juntamente com diversos pequenos riachos litorâneos que seguem paralelos atravessando os tabuleiros costeiros e desaguando no oceano atlântico, faz parte da microbacia de Cumuruxatiba, localizada entre as bacias do rio Cahy e rio Jucuruçu. Esta microbacia oferece abrigo a uma grande variedade de espécies de peixes de pequeno porte, sendo reconhecida como de grande importância para a sobrevivência de peixes de riachos regionais. O rio Embassuaba e o rio do Peixe Grande são os únicos riachos dessa microbacia que possuem a maior parte do seu trajeto protegido pelo PND.

No rio Embassuaba é possível encontrar espécies de peixes ameaçados de extinção, tais como o bagrinho (*Acentronichthys leptos*), peixe-gato (*Aspidoras virgulatus*), *Mimagoniates sylvicola* e Lambari (*Rachoviscus graciliceps*) (SOARES e PINHEIRO, 2010). No entanto, **na altura da aldeia Cahy, encontramos um trecho do Rio Embassuaba, que de acordo com os indígenas está poluído devido às plantações de eucalipto, que podem ser vistas da beirada do rio, no topo dos morros.** Essa é uma área onde, segundo os indígenas, já é possível encontrar animais como a anta.

O bagrinho, por exemplo, é um peixe exigente em relação à qualidade de água, adaptado a águas limpas e claras, livres de poluição, e sendo muito sensível às mudanças que ocorrem em seu ambiente (SOARES e PINHEIRO, 2010). **O plantio de eucalipto no alto dos tabuleiros pode provocar o aumento da erosão e o carreamento de sedimentos para os rios, podendo afetar a qualidade da água.** Este aspecto será abordado mais adiante neste relatório.

Além dos agrotóxicos, outro poluente dos rios são as fezes dos animais das criações das fazendas inseridas nos limites da TI Comexatibá (Cahy/Pequi) e seu entorno. **As bacias fluviais próximas das áreas urbanas se encontram bastante impactadas, sendo o córrego Lagoa Grande, ao norte de Prado, e o rio da Barrinha, no centro de Cumuruxatiba, os sistemas hídricos mais poluídos** (SOARES e PINHEIRO, 2010). **O rio Jucuruçu também é bastante impactado com a emissão de esgoto dos centros urbanos, tendo alto índice de contaminação fecal e alta demanda bioquímica por oxigênio.**

Outro fator considerado no impacto na população de peixes são as barragens construídas em praticamente todos os rios e córregos que recortam a terra indígena identificada. Como observamos no mapa, há um acúmulo de barragens no entorno do PND, em áreas de fazendeiros. Estas represas, como pode-se observar por meio da ferramenta Google Earth (FIGURA 8 do Relatório Etnoambiental) e das entrevistas, servem para diversos fins, como obtenção de água para as fazendas, represamento devido a construção de estradas e vias e para criação de peixe.

5.4.4 Pesca predatória

A pesca predatória no mar foi citada como uma atividade impactante para os indígenas, já que a disponibilidade de peixes tem sido menor, implicando em mais tempo de pesca e menos peixes. Um dos motivos apontados como responsável pela diminuição de peixes é a “pesca de balão”, como eles denominam a pesca de “arrastão”. Esse tipo de pesca, que utiliza uma grande rede para captura de grande quantidade de camarão, também provoca a captura de pequenos peixes, peixes mais graúdos e siris, que são mortos pela força e pressão dentro do sacador e pela malha bem fina da rede, que não deixa passar nada, e depois são descartados (MENDES, 2002).

Apesar de as áreas de pesca no mar serem localizadas no interior da Reserva Extrativista do Corumbau, segundo os indígenas, ainda existe a pesca de “balão”. A Resex Corumbau foi criada em setembro de 2000, graças à iniciativa de pescadores artesanais de nove diferentes comunidades da região, incluindo indígenas de Barra Velha e Cumuruxatiba. O objetivo da criação da unidade era proteger os meios de vida dos pescadores artesanais da pesca industrial predatória (BUCCI, 2009). No entanto, a Resex ainda encontra dificuldades na efetivação do controle sobre a pesca predatória. Em outubro de 2012, representantes das Resex Corumbau, Cassurubá e Canavieiras foram recebidos pelo presidente do ICMBio e cobraram uma intensificação na fiscalização nas reservas (Representantes da RESEX, 2012).

Seu Gentil, da aldeia Alegria Nova, explica da seguinte forma o impacto:

“Porque desce um arrastão aí, pega peixe de todo tamanho, de desse tamanho, desse tamanho, desse tamanho, só aproveita os peixes grandes e o camarão que pega, e o resto joga fora. Então isso aí, em vez de estar crescendo isso só está diminuindo... Eu acho que o governo tinha que botar gente pra olhar muitos erros que tem no Brasil. (...) Então, estraga muito, dá muito prejuízo, mata muitos bichos, é siri, é tudo mata, é filho de lagosta, então mata....e quando acaba muitos devem aproveitar e muitos devem jogar pra bicho comer. Então eu acho que isso não é de acerto, eu era de acerto manter um arrastão em mar nenhum. Porque aí conservava. Porque de primeiro, quando existia só rede de arrasto, que redava de ano em ano, e a pescaria do mar era de anzol, e caçoeiro que botava, então ia pescar e com uma hora que estivesse lá ele tinha que ir embora, porque já

tinha pegado muito peixe. Hoje fica lá semana e mais semana lá fora e tem hora que não pega nem um quilo de peixe. Então, que dizer, é porque estão acabando. Mais se desperdiça do que aproveita” (Sr. Gentil, abril de 2012).

5.4.5 Bloqueio de acesso a áreas por fazendeiros

A criação de propriedades particulares em áreas de acesso comunal ou público, onde antigamente os Pataxó podiam transitar com liberdade durante a mobilidade para pesca, comércio ou visita a parentes, também é um dos problemas enfrentados pelos índios, **especialmente em relação às áreas localizadas na beira do mar, foco de conflitos.**

Segundo os anciões e indígenas adultos com uma memória de trinta a quarenta anos, eram comum os deslocamentos dos Pataxó entre áreas do território, da mata para o mar, por exemplo, onde passavam algum tempo, para depois retornar. *“Porque de primeiro era assim, tinha um lugar aqui, saía daqui ia pra lá, lá não dava certo, tornava a voltar pro mesmo lugar”* (Gentil, aldeia Monte Dourado - 2012).

Esses deslocamentos têm sido cada vez mais impossibilitados devido à criação de propriedades particulares, que cercam as áreas públicas. No entanto, até os deslocamentos mais curtos, dentro de uma mesma área do território, têm sido impossibilitados, tais como o acesso às praias, mangues e rios.





Figura 45 - Propriedades construídas na orla impedindo o acesso a praia (2007 e 2011)

Na aldeia Pequí, os indígenas relataram que pescam em represas de fazendeiros, sem a permissão dos mesmos, e, portanto pescam com medo de serem repreendidos a qualquer momento. Nas aldeias Tawá e Cahy, os locais de pesca estão com os acessos fechados para a praia por causa do estabelecimento de propriedades, entre elas uma que fechou o acesso até a Barra do Cahy. Existem apenas dois locais onde os indígenas têm acesso à praia para a atividade de pesca, o que implica alguns deslocamentos longos.



Figura 46 - Propriedade particular próxima a Aldeia Tawá que atualmente impede o acesso à praia

Além da praia, essas propriedades bloqueiam o acesso também ao mangue e ao apicum, que são áreas importantes para os Pataxó, onde eles coletam caranguejo, guaiamum e siri. Algumas das praias e mangues são nomeadas com nomes de fazendeiros, o que é contestado pelos indígenas, assim como a apropriação privada de recursos naturais, como dito em frases nos capítulos anteriores.

Uma das fazendas que fecham o acesso para a praia, na foz do Rio Cahy, era antigamente de Amansio (filho de Umbelina), pai do cacique Timborana. Segundo os indígenas, o atual dono retirou recentemente material arqueológico, potes de barro com ossadas, de dentro da fazenda.

O bloqueio do acesso à praia pelo estabelecimento de propriedades privadas também é o reflexo da existência recente de uma disparidade social na região. Os indígenas dizem que “antigamente os moradores eram todos fracos”, fazendo uma oposição aos “fortes”, que seriam as pessoas com maior poder aquisitivo, e que compraram propriedades. A chegada destas pessoas com maior poder aquisitivo trouxe os “cercamentos”, um elemento então novo na região, capaz de estabelecer uma nova relação de poderes no território, como ocorreu em outros pontos do território Pataxó (Cardoso et al. 2011).

Estas propriedades particulares não impactam apenas o acesso dos indígenas a suas áreas de pesca. Um cartaz do Núcleo de Estudos de Meio Ambiente de Cumuruxatiba mostra o impacto causado por estas propriedades particulares na Ponta do Moreira, onde foi realizado **desmatamento, colocação de arame que dificulta a circulação de animais silvestres, destruição de poças naturais de restinga que abrigam espécies de peixes altamente ameaçadas, e a colocação de mourões no meio da rua, impedindo o acesso à praia. A Ponta do Moreira, além de ser área de falésia, protegida, também é um dos pontos de pesca dos indígenas, além de ter um dos buracos onde acredita-se que moravam os índios Mavões e atualmente é morada de vários encantados.**

5.4.6 Eucalipto e mineração

A chegada das multinacionais da celulose e da monocultura de eucalipto gerou e vem gerando impactos de grande magnitude na paisagem socioambiental do extremo sul. De fato, tal como em muitas regiões do Brasil e em vários outros países do hemisfério Sul, apesar de seus variados biomas e configurações sociais, os impactos da monocultura se expressam com enorme homogeneidade. Podemos observar na literatura registros de conflitos por água, barramento e desvios de rios, sumiço de córregos e contaminação por agrotóxicos, plantios em áreas de mata ciliar e nascentes, afetando bacias hídricas, substituição de mata nativa por espécies exóticas, concentração de terras e conflitos de propriedade e uso, intoxicação de trabalhadores e vizinhança, e êxodo rural,

terceirização e inchaço das periferias urbanas, uniformização da paisagem social e ambiental (Acselerad, 2007; Santos & Silva, 2004).

Conflitos socioambientais na região do extremo sul da Bahia, envolvendo o estabelecimento da indústria de celulose, têm ocorrido em decorrência de **questões fundiárias, questão indígena, roubo de madeira, desmatamento, degradação de recursos hídricos, não cumprimento das condicionantes ambientais das licenças referentes a reservas legais e áreas de preservação permanente, utilização de insumos químicos nas plantações, migrações, êxodo rural, assim como a diminuição de áreas agricultáveis, da produção agrícola e de empregos** (IMA, 2008).

O plantio de eucalipto tem sido apontado como um dos fatores que causam conflitos e impactos socioambientais seja pela **poluição dos rios ou pelo perigo que essas plantações podem trazer para a sobrevivência das nascentes e dos animais na região, principalmente nas proximidades das aldeias e do entorno direto com o PND** (FIGURA 9 e 10) (BEDE e CORDEIRO, 2003 – Relatório Etnoambiental). A expansão dos plantios no entorno de áreas protegidas (zona de amortecimento) e territórios indígenas, sem maiores cuidados pelas autoridades competentes na área ambiental, incita o conflito socioambiental que, muitas vezes, é mitigado por profissionais e pequenas ações assistencialistas das próprias empresas. Segundo Rodrigo, professor indígena, e liderança da aldeia Monte Dourado, *"a derrubada de madeira de lei está sendo substituída pelo plantio de eucalipto. É o mesmo sistema, as mesmas carretas passando, e o governo autorizando"* (Rodrigo, abril de 2012).

Os plantios localizados no alto dos platôs, como aquele já citado nas imediações do rio Embassuaba, têm o potencial de impactar todo o sistema hídrico, tendo reflexos na fauna e flora.

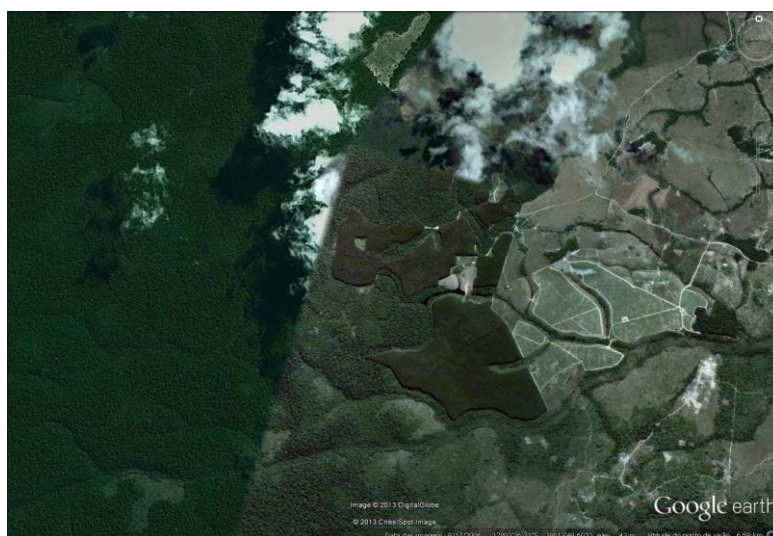


Figura 47 - Plantio de eucalipto no entorno direto com o PND em sua face Nordeste e nas vizinhanças da aldeia Cahy.

O cultivo de eucalipto se expandiu pelo extremo sul da Bahia devido ao fato de esta região apresentar relevo e solos adequados, bem como severo nível de desmatamento da Mata Atlântica, já em 1986, com quase 70% da sua área utilizada, em sua maioria com pastagens, que constituíram em áreas abertas propícias ao reflorestamento. Dessa forma, o cultivo de eucalipto se constitui como uma atividade econômica recente no cenário regional, mas que começa a preocupar pela grande pressão que causa sobre os recursos naturais da região. Muitos dos plantios de eucalipto foram realizados com a supressão direta de mata nativa, e o seu avanço tem incentivado o desmatamento de forma indireta, devido à especulação criada entre os pecuaristas que vendem suas terras de forma supervalorizada e depois se instalam em outras regiões com o preço fundiário menor, as quais desmatam para formar novos pastos (Almeida, 2009).

Os plantios de eucalipto estão localizados em sua maior parte nos Tabuleiros Costeiros da Formação Barreiras, por serem menos íngremes, facilitando a mecanização, além de estarem próximos da principal via de escoamento da produção, a BR 101. O plantio é realizado somente em áreas planas, nos platôs do relevo, de modo a contribuir para a eficiência do plantio mecanizado, que garante a uniformidade às extensas florestas homogêneas (Almeida, 2009).

Análises do censo agropecuário de 2006 mostram que a única classe de uso da terra que apresentou crescimento no extremo sul da Bahia foi a silvicultura, apresentando-se quedas para áreas de produção de alimentos. Análises da cobertura vegetal da região ao longo das últimas três décadas mostram que a cobertura foi reduzida, em sua maior parte, para ceder lugar para o desenvolvimento de pastagens e mais tarde do cultivo do eucalipto (Almeida, 2009).

A literatura sobre o impacto do plantio de eucalipto nos sistemas hídricos também é controversa. De um lado é possível encontrar argumentos de que a floresta de eucalipto consome mais água do que as florestas nativas, tornando o solo seco. Por outro lado, existem argumentos de que o eucalipto não consome mais água do que uma árvore nativa, e que o seu plantio seria mais benéfico do que maléfico para determinadas regiões (Vital, 2007).

Também encontra-se o argumento de que se as plantações forem situadas em locais de maior altitude, como é o caso dos Tabuleiros Costeiros, as raízes dos eucaliptos, por não ultrapassarem 2,5 m, não alcançariam os lençóis subterrâneos. De outro, algumas evidências apontam que, devido ao tamanho das folhas da planta serem menores do que aquelas nativas da mata atlântica, a água escorreria com maior facilidade para o solo, contribuindo para maior erosão. As curtas raízes do eucalipto, quando comparadas com as árvores da mata atlântica, também seriam capazes de proporcionar um maior ressecamento superficial do solo na época de menor disponibilidade de água (Vital, 2007).

A questão das florestas plantadas, tais como o eucalipto, deve ser analisada levando-se em consideração, além do consumo e qualidade da água, o transporte de sedimentos, a qualidade do ecossistema aquático, a hidrologia da microbacia, assim como o princípio fundamental da equidade do acesso à água (LIMA, 2007 – vide Anexo 1).

É possível encontrar referências sobre o uso intensivo de agrotóxicos nos plantios de eucalipto, que se transferem para os córregos, riachos e rios, passando pelos mangues costeiros e desaguando em bocas e barras da costa do extremo sul. Todas essas áreas, incluindo os arrecifes costeiros, são consideradas essenciais para a preservação da biodiversidade local.

Segundo Santo & Silva (2004), apesar de a lei orgânica municipal de Prado proibir o plantio de eucaliptos em função de este território ser um enclave entre áreas de mata atlântica, mangues, restingas e recifes, o plantio teria sido liberado a partir de uma distorção da lei, considerando tal ação conservacionista. Este plantio estende-se até a proximidade do litoral com no distrito de Cumuruxatiba, área que deveria ser preservada, segundo a mesma Lei Orgânica que estabelece o regime de preservação permanente nas restingas na faixa de 300m, a partir da preamar máxima (WEIGAND, 2003 apud Santos & Silva, 2004 – Anexo 1).

A Veracel, que iniciou suas atividades no extremo sul baiano em 1991 como Veracruz Florestal Ltda, é uma fabricante de celulose que tem como sócias a Aracruz e a Stora Enzo e domina, atualmente, o mercado do extremo sul baiano. Segundo informações obtidas no cadastramento fundiário da TI Comexatibá, a maior parte das terras são de fomento ou arrendadas e não de propriedade da Veracel.

Há indícios de que a chegada da eucaliptocultura no sul da Bahia se deu em meados dos anos 1970. Houve neste momento uma consonância de vozes no sentido de apontar as benesses, tidas como certas, em razão da chegada de empresas de reflorestamento para a região. É importante cruzar diferentes fontes que, a partir de lugares diversos, nos falam sobre as expectativas e vivências deste tempo (Sant'anna, Antonio Genilton 2009).

O eucalipto, que hoje se faz presente no Extremo Sul da Bahia, ali chegou com o aval do Governo Federal, representado à época pelo presidente Ernesto Geisel, que assinou um acordo com o primeiro-ministro japonês, abrindo um ciclo de inaugurações de grandes projetos brasileiros de celulose. Como um dos resultados deste acordo, foi criada a Flonibra⁸² – Empreendimento Florestais S.A., do Grupo Vale do Rio Doce. A respeito desta empresa, vejamos o que disse o coronel Dalmo Leme Pragana, em entrevista a um Jornal local⁸³:

⁸² Empresa citada várias vezes pelos indígenas que dizem que se fazia presente na mesma época da Bralanda.

⁸³ A entrevista coletiva foi realizada no dia 25 de fevereiro de 1976, em Salvador, na sede da Associação

A Flonibra é resultado de acordo da Companhia Vale do Rio Doce com as 15 maiores empresas japonesas produtoras de celulose. É uma indústria brasileira, onde o Governo Federal tem maioria absoluta, porque a Companhia do Vale do Rio Doce pertence em 85% ao Governo Federal e esta, por sua vez, tem 55% do controle acionário. Desse modo, a companhia é inteiramente controlada pelo governo da União.

Várias ações pesam sobre a empresa por conta do avanço do plantio em áreas de preservação ambiental. Em 2008 a Veracel foi multada em R\$ 20 milhões, e condenada a retirar toda sua floresta de eucaliptos espalhados em uma área de 96 mil hectares nas cidades de Santa Cruz Cabralia, Belmonte, Eunápolis, **Prado** e Porto Seguro e a replantar no local remanescente de Mata Atlântica, a vegetação nativa. O Ministério Público Federal, que acusou a Veracel de primeiro desmatar 64 hectares de mata atlântica e depois mais 247 hectares, obteve liminar na Justiça para paralisação de qualquer atividade da empresa⁸⁴.

Além do plantio de eucalipto, podemos encontrar a presença da mineração Monte Pascoal, que extrai barro branco (caulim) nas mediações do PND (Zona de Amortecimento). A Mineração de Caulim Monte Pascoal Ltda. é situada na Fazenda Vale Verde, localizada na Rodovia Itamaraju-Prado, BA 489, Km 10, Distrito Guarani, Prado, BA. A área de lavra é de 40.120 m², e área total de 79.580 m² (FIGURA 11). O “barro branco” é o “caulim”, nome dado ao material formado principalmente pela caulinita, apresentando cor branca devido ao baixo teor de ferro. O caulim é formado por grupo de silicatos hidratados de alumínio, principalmente a caulinita e haloisita.

⁸⁴ “Esta não é a primeira vez que a Veracel é punida por danos ambientais no extremo sul baiano. Desde sua instalação, a fabricante de celulose acumula processos por crimes ambientais, mas nenhuma sentença havia sido tão rigorosa como a atual. Em 2007, a Veracel foi multada pelo IBAMA em R\$ 400 mil por aplicar veneno em Área de Preservação Permanente, no município de Eunápolis. Antes, em 2005, já havia sido condenada a retirar o plantio de eucalipto do entorno dos três principais Parques Nacionais do Extremo Sul da Bahia (Pau Brasil, Descobrimento e Monte Pascoal)” (http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=2063).



Figura 48 - Mineração no entorno do PND (2011)

Os principais impactos causados pela mineração são: **1- emissões de material particulado no ar, que ocorre durante o processo de explosão por dinamite; 2- ruído e vibrações presentes em todo o processo, mais marcantes no momento de explosão, 3- Ultra lançamento de sólidos, que podem causar danos a seres humanos e animais que transitem por perto; 4- Poluição visual; 5- Geração de efluentes líquidos, que podem ser óleo lubrificante das máquinas e água utilizada no processo; 6- Emissões atmosféricas, vapores em forma de particulados, emissões de dióxido de carbono dos motores, etc; degradação da mata nativa pela retirada de sedimento de forma inadequada; 7- Degradação dos recursos hídricos, pela degradação do solo e aliado a utilização exacerbada dos recursos hídricos, sem tratamento adequado; 8- Degradação do solo, pelo excesso de explosões e retirada da manta orgânica do solo** (DE SOUZA et al, 2011).

A mineração de caulim no Monte Pascoal está localizada na bacia hidrográfica do rio Jucuruçu, estando localizada a cerca de 3 a 5km, em linha reta, de nascentes de corpos d'água que deságuam nos Rios Queimado (Rio Cahy) e Braço Norte do Jucuruçu. O Rio Cahy passa cortando horizontalmente a porção mais norte do fragmento do PND, passando próximo à aldeia Alegria Nova, e um pouco mais afastado da aldeia Monte Dourado. Em Alegria Nova, o Rio Cahy é utilizado para banho, pesca e coleta de água.

Em um estudo sobre a extração de caulinita na zona da mata mineira, Vidal (2001) identificou que, durante o processamento do caulim, ocorre a produção de resíduos líquidos que são jogados nos rios e de sólidos, que geralmente são aterrados. Estes resíduos podem conter, além de outros contaminantes, altas concentrações de metais, como ferro, alumínio, zinco e cádmio. Quando estes elementos se encontram em níveis acima do permitido pela legislação, seus reflexos extrapolam

os limites das áreas de trabalho, atingindo também outros locais, a flora, a fauna, o sistema hídrico e o sistema morfofisiológico do solo.



Figura 49 – Área de mineração de caulim

Vidal (2001-Anexo 1) analisou uma experiência de tentativa de recuperação ambiental de área de exploração de caulinita, e observou que o manganês foi bastante absorvido pelas plantas, tendo atingido níveis tóxicos para a maioria das espécies, assim como os teores de zinco encontrados na maioria das amostras foliares foram considerados tóxicos, sendo prejudiciais à maioria das plantas. No que concerne aos recursos hídricos, nas análises dos particulados sem digestão e com digestão (com $\text{HNO}_3/\text{HCl}_4$), o cádmio foi encontrado em níveis bastante elevados, cujos valores excederam em 100 vezes o valor de referência. As concentrações de ferro e zinco também foram maiores do que os valores de referência nas amostras de água após a digestão. Dessa forma, confirma-se que a atividade mineradora do caulim tende a contaminar e provocar danos ao ambiente aquático e, pela propriedade de bioacumulação, a persistência destes metais garante seus efeitos a longo prazo, mesmo depois de interrompidas as emissões (Vidal, 2001).

O grande consumo de água pela mineração de caulim preocupa os indígenas, que entendem que isso pode estar impactando o seu território. Os indígenas alegam que, quando a mineração está em pleno funcionamento, as cabeceiras do rio “secam”. Na literatura podemos encontrar o dado de que o consumo de água da Mineração Monte Pascoal é de $2,5 \text{ m}^3/\text{t}$ de caulim tratado. Tendo em vista

que a produção de caulim é de cerca de 9.600 toneladas ao ano (CARVALHO *et al*, 2002-Anexo 1), a preocupação dos indígenas com o impacto sobre os recursos hídricos da região é bastante relevante.

5.4.7 Conflitos com Unidades de Conservação

O Parque Nacional do Descobrimento foi criado por Decreto Federal, em 20 de abril de 1999, com uma área de 21.129 ha (atualmente ampliado para 22.693 ha), com objetivos de conservar um dos últimos e maiores remanescentes de Mata Atlântica relativamente conservados no Nordeste. O PND é uma UC do grupo de proteção integral que tem como objetivo primordial a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e do ecoturismo (Brasil, 2000).

A Unidade de Conservação destaca-se por suas dimensões e também por tratar-se de um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica de tabuleiro ainda em bom estado de conservação no extremo sul da Bahia (Bede e Cordeiro, 2003). A Mata Atlântica do sul da Bahia representa uma das regiões prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira. Está na maior parte coberta de florestas densas de tabuleiro, que sofreram exploração seletiva de madeira pouco antes de sua criação. Mesmo assim, abriga uma rica fauna ameaçada: onças pintadas, últimas antas da Bahia, o raro Mutum-de-bico-vermelho e até a águia Harpia (Gavião-real) (Timmers, 2007).

Nesse contexto, a região foi tombada como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade, em 2000, pela UNESCO, como Museu Aberto do Descobrimento. O PND conta com uma estratégia de conservação em larga escala, se inserindo no Projeto Corredor Central da Mata Atlântica e no Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia – MAPES, reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente, em dezembro de 2010 (ver <http://mapesbahia.wordpress.com/>). Essas iniciativas foram estabelecidas a partir do Projeto Parques e Reservas do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras-PPG/7.

Portanto, a importância ímpar do PND e dos fragmentos florestais de seu entorno lhe confere um status privilegiado para a conservação da Mata Atlântica, que sabemos ser um bioma reconhecido internacionalmente como prioritário para a proteção e recuperação da biodiversidade. Reconhecimento que se deve a alta riqueza biológica e alto grau de endemismo da flora e da fauna, bem como às ameaças devido ao alto grau de fragmentação (IESB, *sd*; COSTA, 2012; TIMMERS, 2007; ver publicações no site da SOS Mata Atlântica e da Conservação Internacional; ver Anexo 1).

No entanto, o PND, segundo Matos (2006), está longe de ser considerado adequado à conservação de seu patrimônio natural. Segundo esta autora, “a relação entre as áreas de borda e as áreas nucleares da UC é preocupante, dada a conformação fortemente irregular de seu perímetro”,

deixando o parque vulnerável a fatores adversos, tais como invasão de espécies exóticas, riscos de ocorrência de queimadas, invasão de gado, retirada de madeira, caça, entre outras. Além de trazer implicações negativas à gestão, fiscalização e controle da UC, estes efeitos podem prejudicar o papel da reserva como refúgio silvestre e podem vir a ameaçar a manutenção de populações de espécies animais e vegetais em longo prazo (MATOS, 2006).

No contexto específico do território de Comexatibá, encontramos cinco aldeias localizadas dentro dos limites do PND, elas são as seguintes: Cahy, Pequi, Tibá, Alegria Nova e Monte Dourado. Estas aldeias foram restabelecidas a partir de 2003 através do processo de retomada de pontos do território tradicional; por estarem localizadas dentro de área onde existe uma unidade de conservação de uso indireto (onde não pode haver ocupação e uso humano direto), são submetidas a restrições legais de uso do solo e recursos naturais pelo ICMBio.

Além disso, foi citado nas aldeias visitadas, especialmente na aldeia Alegria Nova, o impedimento da construção de postos de saúde, escolas e outras obras de infraestrutura de uso coletivo, além de residências familiares com o programa de habitações rurais, e uso de trator para o plantio. Os Pataxó ocuparam áreas consideradas tradicionais no interior do PND, depois de perseguições por fazendeiros da região do rio Cahy, no sentido de pressionar o governo federal na agilização do estudo de suas terras. Houve ação do Ibama para reintegração de posse, no entanto, por “decisão política do MMA e do Ibama não gerar conflito aberto com essas populações marginalizadas e alvos de perseguições, enquanto se aguardava um posicionamento da Funai” (TIMMERS, s/d).

Segundo o biólogo Timmers (2007), uma negociação entre Ministério Público Federal, Funai e Ibama previa apoio para os índios pela Funai e Funasa, em troca da não agressão dos ecossistemas do Parque (ver notícia sobre o caso no Jornal A TARDE do dia 08/11/2003). Apesar disso, segundo Timmers (2007), os índios desde então não receberam quase nenhum apoio e, por estarem necessitados, passaram a explorar a mata e abrir roças alimentares dentro do parque. Conclui o autor que a permanência dos indígenas representa comprovadamente um perigo constante à integridade da flora e fauna local.

Este argumento está solidificado na ideia de que, segundo Timmers (s/d), ao contrário do Monte Pascoal, o **“PND não é terra indígena”, mesmo o autor afirmando que “houve obviamente, relações entre a terra tradicional desses índios e as matas do PND, como há no limite de todas as terras indígenas, que sempre têm interações com seu entorno, sem que isso justificasse necessariamente a inclusão deste entorno no seu seio”**. O autor salienta que “ainda existem dentro do Parque do Monte Pascoal, cemitérios, restos de moradias e várias testemunhas, materiais, documentais e culturais, de que o Monte Pascoal é e sempre foi terra indígena” e de que

“no caso do Parque do Descobrimento, evidências são bem mais frágeis...”. Continua o autor: “Não achamos nenhum indício de aldeias, uso permanente ou ocupação duradoura de grupos indígena na área atual do Parque do Descobrimento, nem de sua área de ampliação. Tem-se, relatos de ocupação duradoura, perseguições e marginalização de Pataxó, no século 19 e até nas décadas de 1950 e 1960 e até recentemente, apenas na faixa costeira do município do Prado, entre o rio das Ostras e Corumbau, além de toda a região do Monte Pascoal”.

Contrariando estas observações hipotéticas, observamos, através dos primeiros capítulos deste relatório, da análise dos etnomapas, dos mapas temáticos e até das observações da técnica do ICMBio que acompanhou o GT (ICMBIO, 2012, Nota Técnica nº 12), que há indícios claros de ocupação histórica e presente, ancorados em narrativas consistentes que relacionam parentesco, ocupação e circulação de pessoas. A não existência de uma análise da história oral reflete muito mais uma lacuna dos estudos acadêmicos do que a ausência de ocupação tradicional.

Outros atores da região, como os fazendeiros e pecuaristas, ao proporem a criação de RPPNs (Reservas Particulares de Proteção Natural), ao invés da ampliação do PND⁸⁵, como vinha sendo proposto por ONGs locais (cf. Anexo 1-TIMMERS, 2007), também utilizaram um discurso acusando os indígenas de serem os maiores destruidores das matas. Como podemos ver no documento “*Proposta da AMEPARNA para conservação ambiental do entorno do Parque Nacional do Descobrimento*” (VERDEJAR, 2006). Destacam, neste documento, que entre as principais ameaças ao PND está a “invasão pelos índios Pataxó, roubo de madeira e caça”, ao mesmo tempo em que se colocam (os fazendeiros), mesmo com evidências históricas contrárias (como vimos nos desmatamentos intensos que ocorrem desde finais dos anos 80) como os grandes protagonistas da proteção desta UC⁸⁶.

Por outro lado, as áreas onde estão localizadas as aldeias, dentro dos limites do PND, são em sua maioria áreas de “capoeira fina” ou “capoeirinha”, segundo as denominações locais, que são locais com vegetação em estágio pioneiro de sucessão florestal, onde predominam gramíneas como o “sapê” e a “tiririca” e arbustos. Estas áreas, apesar de acusações formais do Ibama de terem sido

85A “Rede de Reservas Particulares Interligadas do Entorno do Parque do Descobrimento” propôs a criação de 28 RPPNs, “averbadas em cartório e garantidas para perpetuidade de 3.766 hectares de florestas em bom estado de conservação no entorno direto do PARNA. Também serão criadas 10 reservas legais em 1.351 hectares de terras e 22 servidões ambientais em caráter perpétuo totalizando 4.078 hectares de florestas para conservação e para utilização na compensação de reservas legais da região do PARNA. Segundo o documento, os proprietários estariam propondo a criação de uma “Rede de reservas particulares interligadas do entorno do Parque Nacional de Descobrimento”, onde destacasse os fragmentos florestais de propriedade de Gersino Bronzon, Licínio Ângelo Caliman, Jaurio Pianissoli, Altemir Galavotti, José Mauro Loureiro, Gervásio Félix Demuner, Dionísio Marianelli, Alvimar Gonçalves, João Ademir Caliman, entre outros. Muitos destes fragmentos foram realmente transformados em RPPNs (VERDEJAR, 2006).

⁸⁶ Uma das RPPNs está em terras da conhecida família Brozon, proprietários de uma das maiores serrarias da região, com lojas espalhadas em cidades da região como Itamaraju.

desmatadas pelos índios (ver OFÍCIO No 05 /2007 – PFE/Ibama/ Eunápolis/BA,), já estavam em estado avançado de degradação, com vegetação em estágio inicial de sucessão, permanecendo desta forma até os dias atuais, como podemos ver na análise temporal de imagens de satélite (ver Apêndice 7 do Relatório Etnoambiental) e isto se deve ao controle social imposto em seu interior pelas lideranças indígenas, que impedem a utilização massiva dos recursos naturais e o avanço sobre as florestas. Tal controle político-comunal é similar ao que ocorre nas áreas de Mata Medonha (CARDOSO et al. 2012a) e em Barra Velha do Monte Pascoal (CARDOSO e PARRA, 2009; TIMMERS, 2004 – cf Anexo 1).

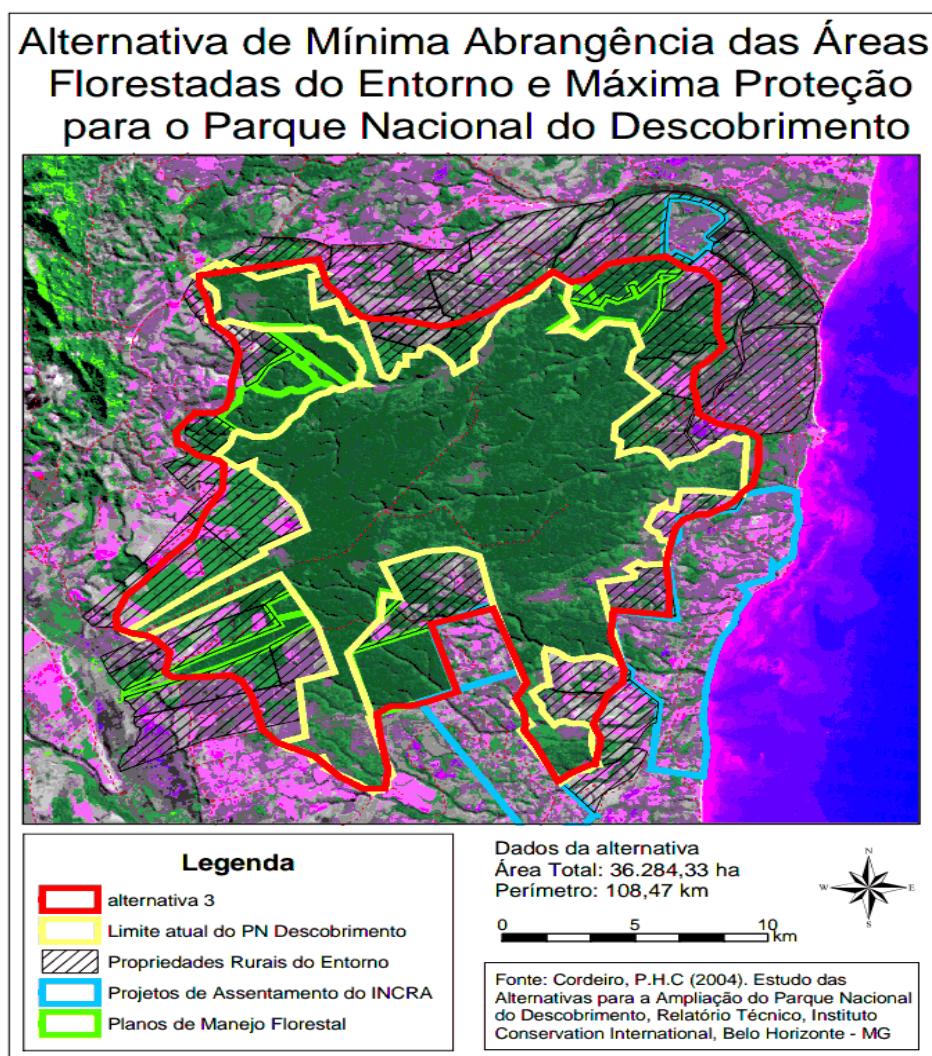


Figura 7: Proposta de ampliação com alternativa de mínima abrangência e máxima proteção para o Parque Nacional do Descobrimento (Alternativa 3).

Isto não significa que não houve, não há e não irá haver impactos ambientais com a implantação das aldeias, como bem frisou Timmers (s/d), o que está evidenciado nos casos pontuais de caça e extração de madeira e na agricultura de queimada em áreas de capoeira, com riscos de incêndios e impedimento da regeneração da vegetação, casos que os índios expõem abertamente e que estão presentes em alguns documentos oficiais (ver ICMBIO Nota Técnica nº 12 – Anexo 3). Mas, considerando a inexistência de previsões sobre o acesso a terra e aos recursos naturais nas terras pleiteadas, os impactos dos indígenas, como vimos, não são comparáveis em intensidade, escala e abrangência com os dos fazendeiros, pecuaristas e produtores que possuem diversas atividades de grande impacto no entorno do PND, com efeitos em seu interior.

A falta de terra para o plantio e os esforços de controle de acesso às áreas florestais têm levado os indígenas a intensificar o uso do espaço agrícola com a adoção de pacotes tecnológicos da agricultura convencional, com o uso de adubos e agroquímicos e, quando bem orientados, pela realização de atividades agroflorestais, como na aldeia Tibá. Este processo de transferência tecnológica sem o devido aporte de terras necessárias ao pleno funcionamento dos métodos agroecológicos não aponta de forma direta para a sustentabilidade dos sistemas produtivos.

Um dos grandes motivos de conflitos entre indígenas e os funcionários do PND é sobre a atividade de caça (Timmers, 2007).

Outra importante ameaça à biodiversidade do Parque Nacional é a atividade de caça, praticada tanto por moradores da região (índios e não-índios) para subsistência, quanto por caçadores comerciais de cidades próximas; e também por turista, como atividade de lazer (Nota Técnica 09/2013-COGCOT/CGSAM/DISAT/ICMBio).

A prática de caça, independente da escala e intensidade, é considerada negativa por atores e instituições do campo ambientalista, motivando, por exemplo, a gestão do PND a criar uma política de erradicação de “espécies exóticas” como o dendê. Estas ações partem do princípio de que a erradicação de espécies como o dendê atingiria indiretamente a prática de caça, impedindo o acesso humano ao interior do parque, seguindo uma tendência essencialista sobre a natureza e radical em termos de prática de manejo em unidades de conservação (Prado e Catão, 2010 – Relatório Etnoambiental). Uma estratégia de duplo objetivo: erradicar “exóticos” vegetais e manter humanos fora da mata. Em contrapartida, ocorrerá a diminuição de alimentos disponíveis para os animais que frequentam estes locais, podendo acarretar a diminuição destas populações.

É importante frisar que não existe consenso na literatura sobre as consequências ecológicas e socioculturais das espécies domesticadas ditas exóticas, e nem sobre o que seria uma exótica ou não, neste caso, haja vista o intenso movimento de agrobiodiversidade pelos biomas e a escala em que se trata, bem como as adaptações genéticas de diversas espécies após sua chegada em

determinado ecossistema (Relatório Etnoambiental - 2012). Fato que se torna mais complexo no caso de espécies domesticadas ou semi-domesticadas como o dendezeiro, que foi trazido pelos africanos e manejado de forma agroflorestal no sul e extremo sul da Bahia, conformando uma floresta antropogênica nos interstícios das áreas degradadas pela agricultura colonial (Watkins, 2011 – apud: Relatório Etnoambiental - 2012). Tal manejo agroflorestal ocorreu de forma muito parecida com o cultivo na África, onde o dendê era cultivado em conjunto com o inhame (*Discorea sp.*) (WATKINS, 2011; ADAMS, 1994 – cf. Anexo 1).

Assim como na África, o dendê junto às populações negras e às indígenas teve e continuam tendo importância como óleo comestível, sendo toda árvore utilizada como alimento, material de construção e atração de caça (Adams, 1994: cf. Anexo 1). Hoje o dendê, além da importância sociocultural e econômica para as populações locais e para a regional como um todo, é encontrado de forma cultivada semi-espontânea em áreas degradadas e também tem importância ecológica como espécie pioneira, pelas interações ecológicas e por ser alimento de diversas espécies da fauna.

Outro exemplo atual da complexidade desta questão envolve o coco-anão, também cultivado pelos Pataxó. Há um debate ocorrendo no âmbito do Conselho Nacional do Patrimônio Genético (CGEN), envolvendo Notas Técnicas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2012) e da Embrapa (sem data), desde 2012, se esta variedade pode ser considerada nativa ou ainda se constitui como exótica, em termos genéticos. Há informação de que a variedade de coqueiro anão provavelmente se originou de uma mutação gênica do coqueiro gigante (EMBRAPA, sem data), porém com seu centro de origem ainda não foi determinado (há uma hipótese de que o centro de origem do coqueiro é nas Américas). Assim como o dendê, a dispersão e cultivo do coco está fundamentalmente relacionada à história humana nos trópicos, pois, enquanto o fruto (no caso do coco) é naturalmente adaptado para a dispersão pelas correntes marítimas, a sua disseminação pan tropical foi realizada com a ajuda humana⁸⁷.

Como para os Pataxó as categorias de selvagem-domesticado, natural-cultural, exótico-nativo são mais fluidas ou até inexistentes, esta discussão essencialista não faz sentido em termos pragmáticos e ecológicos. Sendo assim, estes consideram “absurdo” e “criminoso” o ato de exterminar seletivamente os dendezaís do parque, como algo contraditório ao “espírito da conservação” ventilado na região, bem como por esta espécie ter sido cultivada pelos antepassados. Para eles os dendês são extremamente importantes para a vida humana e não humana, e não geram

⁸⁷ Já segundo Nota Técnica do Jardim Botânico, o coco (*Cocos nucifera*) tem origem no Nordeste brasileiro, fruto de um processo evolutivo que ocorreu na América do Sul. A Embrapa afirma que “ao considerar que o coqueiro anão verde entrou no Brasil há 88 anos, representando 22 gerações de cultivo, ele pode ter desenvolvido características peculiares que surgiram como resposta do genótipo ao ambiente”, mas ainda não há conclusões precisas a respeito. Ou seja, ou o coco é “nativo” ou trata de uma possível adaptação local, um tornar-se “nativo”.

impactos para outras espécies, devendo permanecer no parque e fora do mesmo para que a população de fauna tenha mais alimento.

Ao mesmo tempo, uma vasta literatura vem apontando a importância dos agroecossistemas, principalmente os sítios abandonados, para o aumento da população de mamíferos e aves com maior taxa reprodutiva, como cutias, pacas e catitis (Relatório Etnoambiental - 2012). Ambas as posições, a que por um lado aponta para a importância de preservar a biodiversidade da fauna e por outro a que aponta para a possibilidade de uso, devem ser relativizadas diante de contextos de intensa fragmentação e pressão sobre a biodiversidade, como no bioma Mata Atlântica, mas que ao mesmo tempo não se constitui como uma floresta selvagem, uma natureza intocada, mas pelo contrário, uma floresta produto da interação entre humanos e o ambiente ao longo da história.

O Parque Nacional do Descobrimento teve sua Zona de Amortecimento instituída por Decreto Presidencial, em 05 de junho de 2012. Nessa área as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas conforme estabelece a Lei nº 9.985/2000, em seu art. 2º, inciso XVIII (Nota Técnica nº09/2014/ICMBio). A Zona de Amortecimento é descrita pelo o ICMBio como uma área no entorno do Parque do Descobrimento, de grande importância, pois tem por objetivo minimizar os impactos negativos (atuais e potenciais) sobre a Unidade de Conservação, de atividades desenvolvidas ou pretendidas nas áreas do entorno.

Uma vez que essa Zona tem como objetivos específicos a normatização do uso e ocupação do solo e do uso de produtos químicos em atividades agrossilvopastoris, e o estabelecimento de critérios ambientais para o ordenamento do crescimento urbano na zona de amortecimento, os conflitos ambientais, indicados pelos indígenas durante os trabalhos de campo e também apresentados pelo ICMBio em sua Nota Técnica nº 9, ou seja, o reflorestamento de eucalipto, a monocultura de mamão, a abertura de áreas no entorno para pasto, e consequente fogo, e entrada de caçadores e outros atores que praticam atividades ilícitas, entendemos que é possível minimizar esses conflitos e problemas ambientais com o reconhecimento da terra indígena e a elaboração de um plano de administração conjunta para área de dupla afetação e entorno.

O Conselho Consultivo do PND foi criado em 2008, contando com conselheiros representantes de associações de proprietários rurais, assentamentos, empreendimentos turísticos, ONGs, órgãos públicos, incluindo a Funai. Os indígenas foram convidados a participar de algumas reuniões, mas logo deixaram de assistir, pois o Conselho, segundo eles, desviava o foco para a questão indígena e se tornava palco de acusações e discussões vazias. Em 16 de outubro de 2013, por meio da Portaria nº242, houve modificações na composição do Conselho Consultivo do PND, incluindo oficialmente representantes das cinco aldeias do Parque e mais um titular e um suplente da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Sul da Bahia – FINPAT.

Contudo, o número de representantes contrários ao reconhecimento da terra dos Pataxó, e por que não dizer contrários a conservação ambiental de fato, ainda é muito maior.

Neste contexto, os Pataxó se retiraram da participação do conselho após participarem de discussões nas quais a presença indígena na área foi constantemente atacada e deslegitimada. Em anos posteriores, este mesmo conselho solicitou em ata de reunião que uma reintegração de posse interpelada pelo Ibama fosse cumprida, para retirada das aldeias indígenas da área do PND.



Figura 51 - Placas que simbolizam a “sobreposição” entre UC e aldeias

Um dos argumentos utilizados pelos conselheiros que são contrários à presença indígena dentro dos limites do Parque Nacional do Descobrimento, fazendeiros que de alguma forma já conseguiram barrar a ampliação do Parna, é de que a ocupação da área do Parque teria se dado posteriormente à criação do mesmo, e não anteriormente. Alguns acreditam, inclusive, que este fato desqualificaria a posição dos índios enquanto potenciais conselheiros do PND. No entanto, este argumento que é levantado, seja por membros de organizações ambientalistas ou proprietários rurais, obscurece, como vimos em capítulos anteriores, a história de ocupação indígena na região. Estes argumentos também ignoram os conhecimentos tradicionais dos indígenas sobre a biodiversidade local, sem reconhecer a existência de sistemas de manejo indígenas. Apesar de o contexto ecológico atual da região ser diferente da primeira metade do século XX, os sistemas de manejo indígena são muito importantes para o uso sustentável dos recursos naturais, ainda que em diálogo com “inovações tecnológicas”, como os sistemas agroflorestais que foram implementados recentemente.

O processo de identificação e demarcação da TI Cahy-Pequi (Comexatibá) também é, como vimos anteriormente, objeto de conciliação perante a Advocacia Geral da União -AGU, devido a

possível sobreposição com o PND e com assentamentos de reforma agrária. Este processo conciliatório ocorreu em paralelo ao da TI Barra Velha do Monte Pascoal, com sobreposição com o PNMP. Ao mesmo tempo, em Memória da Reunião, datada de 2010, se afirma a importância da ação indígena para a conservação das florestas na região. Neste último caso, o ICMBio concordou com a dupla afetação, tendo em vista a perspectiva da gestão compartilhada nas áreas sobrepostas⁸⁸.

No caso do PND, a conciliação ainda está em andamento, e, como a discussão sobre a possível sobreposição avançou na CCAF, no Decreto 05 de junho de 2012, que dispõe sobre a criação e a ampliação do PND, consta que:

Parágrafo único. Na hipótese de sobreposição entre áreas do Parque Nacional do Descobrimento e terras indígenas, será aplicado o regime de dupla afetação, sem prejuízo do disposto no caput.

Importante frisar que, diante disto, os Pataxó, mesmo com as contradições inerentes a quaisquer sistemas produtivos, se colocam como protagonistas na área ambiental e apontam suas iniciativas e a vontade, através de suas instituições, de realizar “acordos pragmáticos” para a conservação e melhoria da vida humana e não humana na região. **Além da participação no conselho do PND, os Pataxó participam ativamente do conselho do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES). Ao mesmo tempo participam de projetos de reflorestamento e de agroecologia, sendo alguns índios da aldeia Tibá formados em Agentes Agroflorestais e Agroecológicos pela Funai, bem como de projetos de turismo e de manejo de pesca na Resex.** Ampliando seus esforços, as lideranças demonstram grande vontade em construir um Etnomapeamento e um Plano de Gestão Territorial inspirados no atual plano *Aragwaksã*, elaborado pelos Pataxó de Barra Velha do Monte Pascoal e Águas Belas (CARDOSO *et al.* 2012), que, dentre diversos objetivos, apontam clara e diretamente para a preservação e a gestão compartilhada e simétrica dos ecossistemas com os gestores do Parque Nacional do Monte Pascoal.

5.5 Condições para a Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Comexatibá

O estudo etnoambiental abre a possibilidade para se esboçar uma proposta preliminar de gestão ambiental e territorial da Terra Indígena Comexatibá, o que envolve a consideração sobre os saberes tradicionais e suas práticas quanto ao uso dos recursos naturais e da biodiversidade, bem como mecanismos, processos e instâncias indígenas de decisão relativos à apropriação dos mesmos (Funai, 2012 e PNGATI).

⁸⁸Ver decisão na integra, PET 3388-RR

Segundo o Documento da Funai (Funai, 2012), “O processo de gestão visa contribuir com a manutenção da qualidade ambiental das terras indígenas, a proteção dos saberes tradicionais, a proteção territorial e, ao mesmo tempo, a valorização da economia e das práticas tradicionais dos povos indígenas”.

Portanto, um trabalho de identificação e delimitação envolveria a indicação das condições territoriais e socioambientais de reprodução física e cultural do povo indígena, ou seja, sua sustentabilidade, bem como indicativos, projeções, potencialidades e vulnerabilidades para o futuro, num processo que terá os indígenas como protagonistas. Apresentamos aqui estas potencialidades de Gestão Ambiental e Territorial – algumas já em andamento - conforme foram mapeadas e identificadas durante este estudo, apresentadas em forma de Tabela.

Tabela 8 - Potencial de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Comexatiba

Tema/Questão	Ações
Planejamento Territorial e Ambiental	• Participação no conselho consultivo do PND • Participação no conselho consultivo do MAPES • Participação no conselho consultivo da RESEX • Elaboração do Plano de Gestão Territorial da TI Comexatibá (PGTA) • Inserção do PGTA da TI no Plano de Manejo do PND • Elaborar “acordo de convivência” entre gestores do PND e indígenas
Agroecologia e Agroextrativismo	• Implantação de Sistemas Agroflorestais em áreas degradadas. • Transição agroecológica dos sistemas agrícolas • Ocupação das áreas agriculturáveis com sistemas agroecológicos • Conservação <i>on farm</i> da agrobiodiversidade • Desenvolver mecanismos de valorização dos produtos da agrobiodiversidade e comércio justo e local • Acesso a políticas públicas de valorização da agricultura familiar e indígena • Elaborar sistema de manejo de não-madeireiros em áreas de capoeira e mata, para fins de artesanato
Bacias Hidrográficas	• Proteção e reflorestamento das nascentes • Proteção e reflorestamento dos brejos e mata ciliar
Pesca	• Participação na gestão da RESEX
Reflorestamento	• Reflorestamento associado à agroflorestas no entorno das áreas de mata alta • Reflorestamento conectando as áreas florestais do PND e PNMP
Turismo	• Iniciativas de etnoturismo e ecoturismo • Participação indígena, através de acordos com empreendedores do turismo • Centro de cultura e venda de artesanato
Controle territorial	• Formação de grupo para proteção do território • Formação de grupo de combate à incêndio florestal

6. Parte V – Reprodução Física e Cultural

Conforme os critérios dispostos no Art. 231 da Constituição Federal de 1988, a identificação e delimitação de uma Terra Indígena deve contemplar as áreas necessárias à reprodução física e cultural do povo indígena, segundo seus usos, costumes e tradições.

Nesse sentido, a TI Comexatibá deve ser compreendida levando-se em conta as áreas: i) habitadas em caráter permanente pelos Pataxó, ii) as utilizadas para a realização de suas atividades produtivas iii) as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e iv) aquelas necessárias à reprodução física e cultural do povo indígena; contemplando as diferentes dimensões temporais (passado, presente e futuro), intrínsecas à territorialidade específica dos Pataxó de Comexatibá.

6.1 Dados Populacionais

No Censo Demográfico 2010 do- IBGE, os Pataxó do extremo Sul da Bahia compõem a “tabela 1.14 - pessoas indígenas, por sexo, segundo o tronco linguístico, a família linguística e a etnia ou povo - com um total de 13.588 habitantes, sendo 6.982 homens e 6.606 mulheres”, distribuídos em 06 (seis) terras indígenas: Barra Velha do Monte Pascoal, Coroa Vermelha, Mata Medonha, Imbiriba, Aldeia Velha e Comexatibá.

Atualmente, os dados apresentados pelo Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) informam uma população de 732 indígenas Pataxó residentes nas aldeias da TI Comexatibá, atendidas pelo Polo Base de Porto Seguro, jurisdicionado ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Bahia. Ressalte-se, todavia, que, a despeito de os dados sistematizados no sítio eletrônico do Ministério da Saúde se basearem em levantamento populacional atualizado (2013), eles fazem referência a apenas cinco aldeias (Cahy, Pequi, Tibá, Tawá e Alegria Nova), ignorando, portanto, a existência da Aldeia Monte Dourado, fundada, conforme apresentado neste relatório, no ano de 2012. Também é importante notar que, por meio de documentos recentemente encaminhados à CR Sul da Bahia, os Pataxó de Comexatibá informaram a fundação de novas aldeias no interior da área.

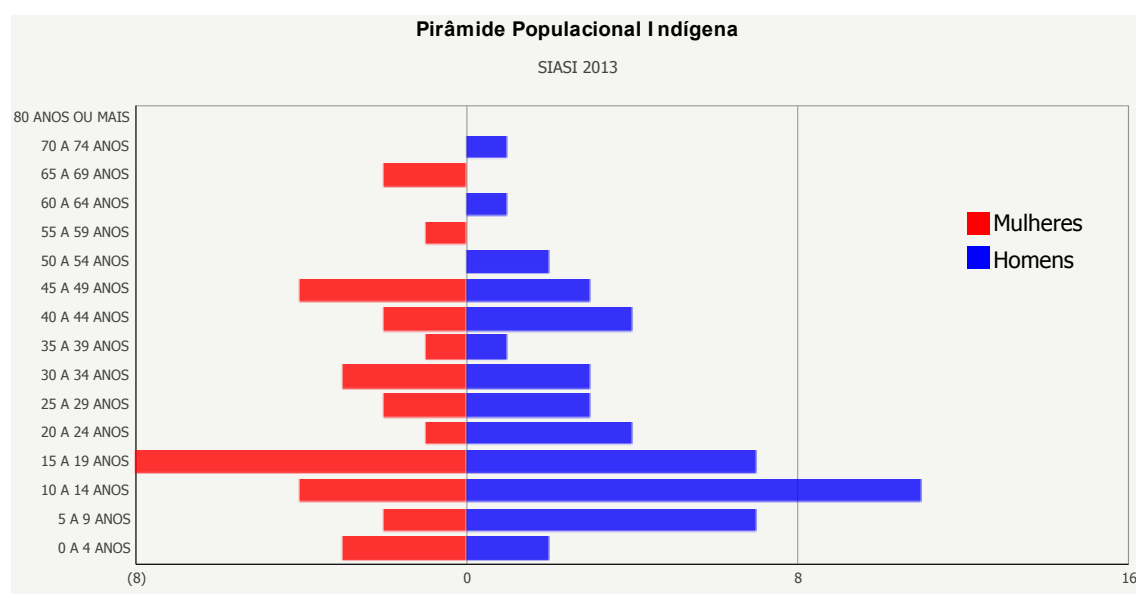
Os dados oficiais abaixo apresentados, vem corroborar com o levantamento que antropóloga designada para realizar os estudos de fundamentação antropológica da TI Comexatibá, registrou, conforme Anexo 7 do RCID.

Vejamos, portanto, a distribuição populacional por aldeia na Terra Indígena Comexatibá⁸⁹:

⁸⁹ Dados disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Saúde: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/secretaria-sesai/mais-sobre-sesai/9518-destaques>

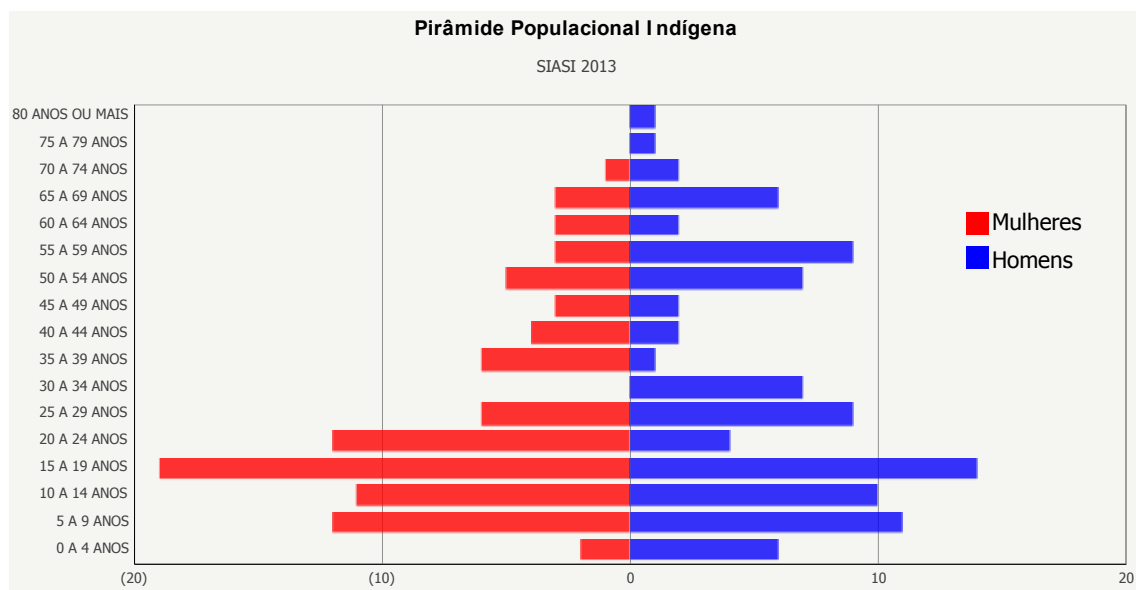
ALDEIA	POPULAÇÃO
Alegria Nova	82
Cahy	184
Pequi	94
Tawá	222
Tibá	150
TOTAL	732

Aldeia Alegria Nova



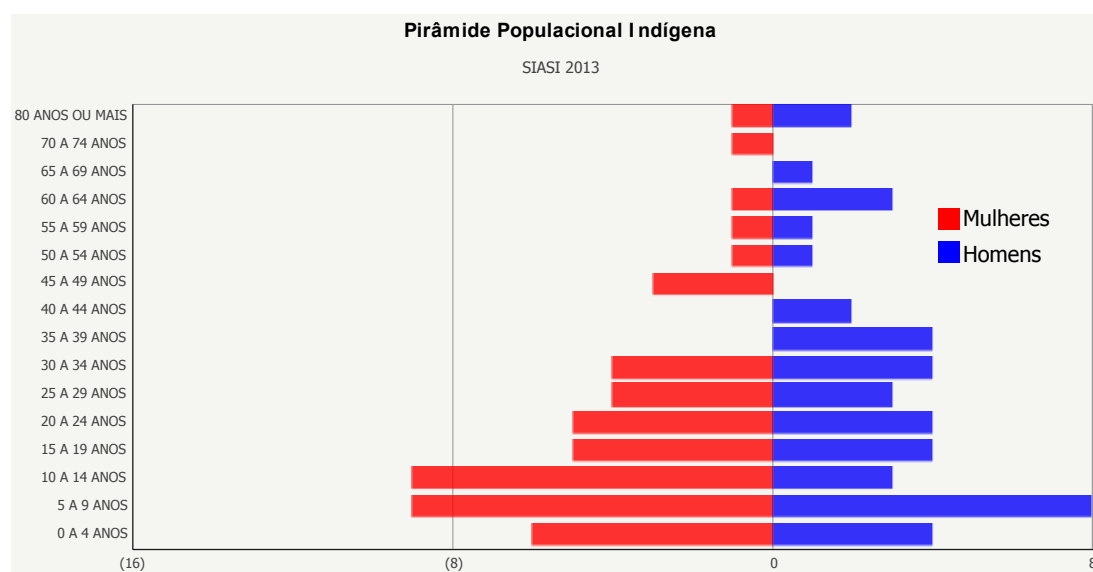
Sexo	F	M
Faixa Etária	Indígenas	Indígenas
80 ANOS OU MAIS	0	0
70 A 74 ANOS		1
65 A 69 ANOS	(2)	0
60 A 64 ANOS		1
55 A 59 ANOS	(1)	0
50 A 54 ANOS	0	2
45 A 49 ANOS	(4)	3
40 A 44 ANOS	(2)	4
35 A 39 ANOS	(1)	1
30 A 34 ANOS	(3)	3
25 A 29 ANOS	(2)	3
20 A 24 ANOS	(1)	4
15 A 19 ANOS	(8)	7
10 A 14 ANOS	(4)	11
5 A 9 ANOS	(2)	7
0 A 4 ANOS	(3)	2
Total	(33)	49

Aldeia Cahy



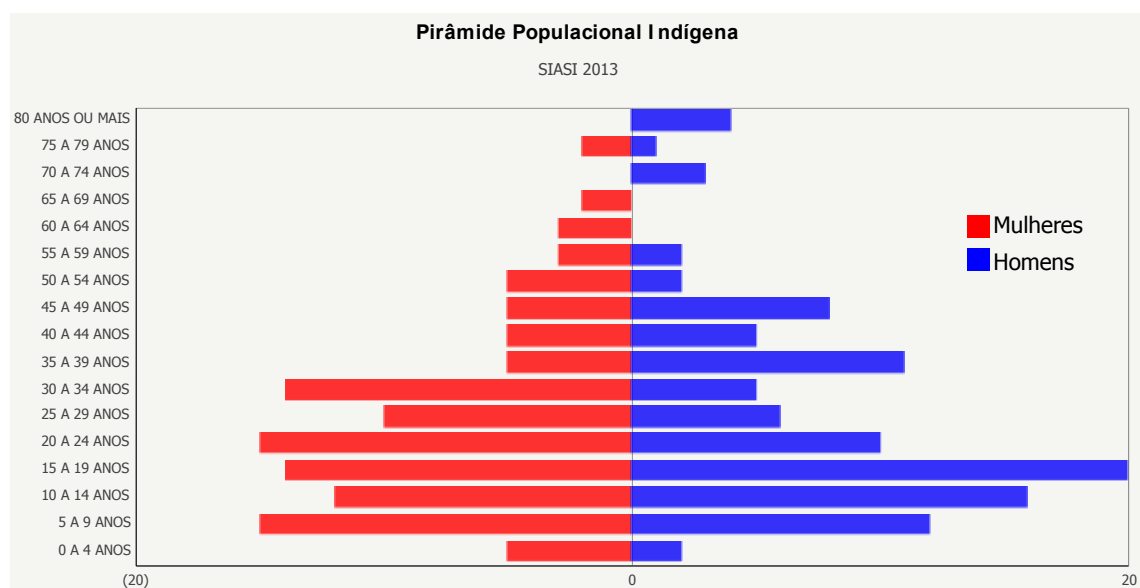
Sexo	F	M
Faixa Etária	Indígenas	Indígenas
80 ANOS OU MAIS	0	1
75 A 79 ANOS	0	1
70 A 74 ANOS	(1)	2
65 A 69 ANOS	(3)	6
60 A 64 ANOS	(3)	2
55 A 59 ANOS	(3)	9
50 A 54 ANOS	(5)	7
45 A 49 ANOS	(3)	2
40 A 44 ANOS	(4)	2
35 A 39 ANOS	(6)	1
30 A 34 ANOS	0	7
25 A 29 ANOS	(6)	9
20 A 24 ANOS	(12)	4
15 A 19 ANOS	(19)	14
10 A 14 ANOS	(11)	10
5 A 9 ANOS	(12)	11
0 A 4 ANOS	(2)	6
Total	(90)	94

Aldeia Pequii



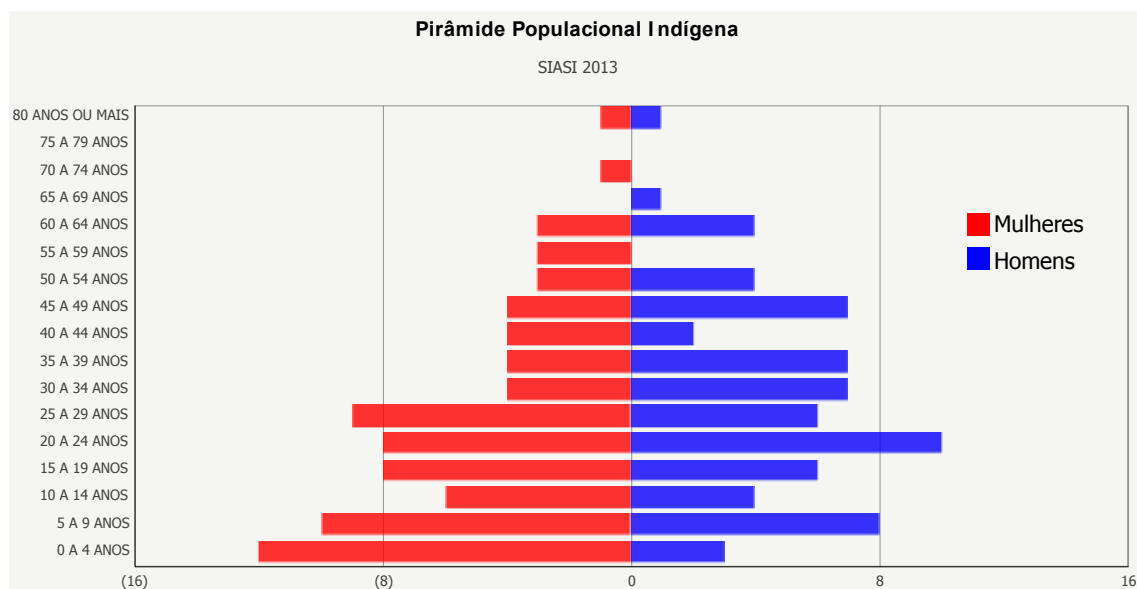
Sexo	F	M
Faixa Etária	Indígenas	Indígenas
80 ANOS OU MAIS	(1)	2
70 A 74 ANOS	(1)	0
65 A 69 ANOS		1
60 A 64 ANOS	(1)	3
55 A 59 ANOS	(1)	1
50 A 54 ANOS	(1)	1
45 A 49 ANOS	(3)	0
40 A 44 ANOS	0	2
35 A 39 ANOS	0	4
30 A 34 ANOS	(4)	4
25 A 29 ANOS	(4)	3
20 A 24 ANOS	(5)	4
15 A 19 ANOS	(5)	4
10 A 14 ANOS	(9)	3
5 A 9 ANOS	(9)	8
0 A 4 ANOS	(6)	4
Total	(50)	44

Aldeia Tawá



Sexo	F	M
Faixa Etária	Indígenas	Indígenas
80 ANOS OU MAIS	0	4
75 A 79 ANOS	(2)	1
70 A 74 ANOS	0	3
65 A 69 ANOS	(2)	0
60 A 64 ANOS	(3)	
55 A 59 ANOS	(3)	2
50 A 54 ANOS	(5)	2
45 A 49 ANOS	(5)	8
40 A 44 ANOS	(5)	5
35 A 39 ANOS	(5)	11
30 A 34 ANOS	(14)	5
25 A 29 ANOS	(10)	6
20 A 24 ANOS	(15)	10
15 A 19 ANOS	(14)	20
10 A 14 ANOS	(12)	16
5 A 9 ANOS	(15)	12
0 A 4 ANOS	(5)	2
Total	(115)	107

Aldeia Tibá



Sexo	F	M
Faixa Etária	Indígenas	Indígenas
80 ANOS OU MAIS	(1)	1
75 A 79 ANOS		0
70 A 74 ANOS	(1)	0
65 A 69 ANOS	0	1
60 A 64 ANOS	(3)	4
55 A 59 ANOS	(3)	0
50 A 54 ANOS	(3)	4
45 A 49 ANOS	(4)	7
40 A 44 ANOS	(4)	2
35 A 39 ANOS	(4)	7
30 A 34 ANOS	(4)	7
25 A 29 ANOS	(9)	6
20 A 24 ANOS	(8)	10
15 A 19 ANOS	(8)	6
10 A 14 ANOS	(6)	4
5 A 9 ANOS	(10)	8
0 A 4 ANOS	(12)	3
Total	(80)	70

Note-se que os dados expressos nas pirâmides populacionais por aldeia demonstram uma população majoritariamente jovem entre os Pataxó de Comexatibá. Elas também indicam, na expressão dos números relacionados aos jovens adultos, um fluxo migratório que pode ser compreendido pela ausência ou baixo número de representantes dessa faixa etária nas pirâmides (especialmente entre as mulheres de 30 a 34 anos).

Conforme demonstramos anteriormente neste relatório, a trajetória histórica dos Pataxó constitui-se de momentos de confinamento e dispersão no território que habitavam nos primeiros séculos da colonização, o que gerou impactos demográficos e sobre suas formas de uso e ocupação territorial. Ao longo dos séculos, eles viram a ocupação tradicional de seu território reduzida a áreas fragmentadas e pressionadas pela exploração madeireira, pecuária e, nas últimas décadas, pelo turismo, privando-os da posse plena sobre seu território e do acesso aos recursos necessários à sua reprodução física e cultural.

O processo de recuperação da posse plena sobre as terras que tradicionalmente ocupam está, provavelmente, relacionado ao fluxo migratório expresso nas pirâmides populacionais, tendo em vista a constituição das aldeias e a consolidação da ocupação ao longo de toda a TI Comexatibá. Assim vejamos: i) as aldeias Tibá, Pequi e Cahy, localizadas na parte leste da TI, mais próximas à Vila de Cumuruxatiba, foram reocupadas em 2003; ii) Aldeias Tawá, fundada em 2001, mas ocupada há 30 anos pela família do Senhor Cisto e do Senhor Cesário, e Alegria Nova, reocupada em 2003, localizadas mais ao Norte da TI, constituindo-se como um importante ponto de conexão com as aldeias Pataxó da TI Barra Velha do Monte Pascoal e iii) Aldeia Monte Dourado, reocupada em

2012, tomando por referência o lugar antigo denominado Alegria Velha, localizada mais a Noroeste, mais próxima à área de nascentes dos principais rios que cortam a TI e das áreas de interflúvios, indicadas com as mais agricultáveis.

Como exemplo, podemos referir, no âmbito do processo de delimitação da TI Comexatibá, as áreas utilizadas para a realização das atividades produtivas. Ao longo dos anos, tendo em vista as perspectivas de crescimento populacional dos Pataxó, é fundamental que os estudos contemplem a necessidade de áreas para a abertura de novos roçados, ampliação das áreas de coleta, pesca, caça, entre outras atividades produtivas. Ainda, essa perspectiva deve considerar os usos, costumes e tradições dos Pataxó de Comexatibá no que tange a manutenção e sustentabilidade dos ambientes e recursos. As áreas utilizadas para abertura de roçados, por exemplo, devem passar por períodos de repouso após serem utilizadas, garantindo o manejo sustentável dos recursos naturais relacionados a essa atividade específica.

Pela restrição de abertura de novas roças dentro do parque, áreas como as do norte da proposta da terra indígena são fundamentais para garantir a ampliação de áreas de roçado e a recuperação dos leitos dos rios como o Caí e do Sul, tradicional e historicamente ocupados pelos Pataxó e que correm sérios riscos pelo desmatamento e uso de agrotóxico nos plantios em suas margens.

A região onde hoje se encontram duas RPPNs, a nordeste do PND, é de fundamental importância para ampliação da área de coleta para os Pataxó, mas, para tal, os indígenas indicaram a necessidade de pensarem um manejo sustentável para que no futuro as espécies estejam protegidas.

6.2 Recuperação Populacional

A publicação *Tendências Demográficas: Uma Análise dos Indígenas com Base nos Resultados da Amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000*, afirma que:

Nos últimos anos, registra-se uma recuperação dos contingentes populacionais dos povos indígenas, com taxas que variam de 3% a 5% ao ano, mesmo considerada a heterogeneidade das sociedades indígenas. Ainda que haja evidências de que os povos indígenas no Brasil estão, em seu conjunto, experimentando acelerado crescimento (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005), a magnitude do incremento observado a partir dos dados censitários supera todas as expectativas. (publicado no site http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/indigenas/)

Segundo dados do IBGE, a taxa média de crescimento da população indígena no Brasil, residente em zona rural (no período compreendido entre 2000 e 2010) na região Nordeste, é de 4,7%.

Considerando esse dado para efeitos de projeção da população, temos que, a cada 30 anos, a população indígena pode crescer, em média, 14,1%.

A pesquisa em comento sustenta a hipótese de que o crescimento das populações indígenas em áreas rurais pode ser explicado pelo retorno de parte dessas populações às terras que tradicionalmente ocupam, entendendo que:

A posse, o usufruto e o controle efetivo da terra pelos índios tem sido reconhecidos como condição sine qua non para a sobrevivência dos povos indígenas. A terra é a natureza culturalizada dentro da qual uma etnia realiza suas virtudes e potencialidades. Um povo indígena sem terras suficientes para exercer seu modo de ser, se vê forçado a mudar, a deixar de lado muitas características sociais e culturais que constituem sua etnicidade. No limite, a etnia pode se desagregar em grupos familiares ou indivíduos desconectados que passam a buscar sua sobrevivência por conta própria. Havendo a perda da convivência étnica, eventualmente os indivíduos desagregados perderão as principais condições de manutenção de sua indianidade.

Outro fator que justifica as alterações nos índices populacionais foi o processo de afirmação étnica pós Constituição Federal de 1988 e a ratificação, pelo Estado brasileiro, por meio do Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004, da Convenção nº 169 da OIT, que garante aos povos indígenas o direito ao auto-reconhecimento e à auto-identificação.

No caso dos povos indígenas do nordeste, que têm séculos de contato com as frentes de colonização e sofreram com a violência e o esbulho de seus territórios, a invisibilidade étnica representou também uma estratégia de sobrevivência. Escondidos nas matas ou nas praias, sob a categoria de “**caboclos**”, os Pataxó sobrevivem ao processo de colonização há mais de três séculos, muitas vezes submetidos a trabalho escravo e de pouca remuneração. Contudo, parte desse povo viveu em isolamento relativo até o início do século XX, quando o avanço da colonização nessa região foi mais voraz, necessitando, inclusive, do apoio do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, substituído pela Funai em 1967, para “amansar” os índios “arredios” que ainda viviam nas matas, entre o Prado e Porto Seguro.

Note-se, ainda, a relevância em rever, do ponto de vista metodológico, o termo “crescimento populacional” utilizado pelo IBGE, uma vez que, até que as populações indígenas alcancem o contingente de indivíduos que possuíam antes da ocupação portuguesa no Brasil e do genocídio que sofreram, o termo “recuperação demográfica” se adequa melhor aos crescentes números populacionais.

6.3 A territorialidade específica dos Pataxó de Comexatibá

A dimensão político-organizacional da territorialidade de um grupo está ligada, segundo Little (2002), aos conflitos e alianças existentes entre grupos distintos que se relacionam em um determinado espaço, do que derivam a competição e a cooperação entre esses grupos, sendo as consequências dessa dinâmica inexoravelmente refletidas no processo de organização territorial. Desse modo, a nomeação de um determinado território evidencia a apropriação e a identificação de um grupo em relação a ele: *“identifica o território e transmite sua existência a outros, fazendo referência a uma porção precisa da superfície terrestre e dando ao “exterior” uma visão unitária, global, daquele espaço geográfico”*.

Verificamos, ao longo deste relatório, que os Pataxó de Comexatibá demonstram um conhecimento específico acerca dos ambientes e lugares que compõem a terra que tradicionalmente ocupam, e que este conhecimento é construído, entre outros fatores, a partir dos significados atribuídos aos elementos e dimensões reconhecidos historicamente e significados pelo grupo indígena.

De fato, pouco ou quase nada sabemos sobre os processos territoriais relativos aos nativos desta região, em tempo anterior à chegada do colonizador europeu. Mas, sabemos que os Pataxó Meridionais enfrentaram diversos momentos históricos relevantes para sua definição étnica e territorial, caracterizados por conflitos que podem ser investigados como próprios da ingerência e pressão de fluxos coloniais específicos e diferenciados socialmente.

Neste contexto, nos parece possível que nos primeiros séculos da colonização os Pataxó tivessem uma concepção de territorialidade aberta, ou seja, eles não tinham a noção de um domínio exclusivo sobre um espaço contínuo, limitado e homogêneo. Sua história fala de um movimento constante de fuga ou avanço diante de inimigos mais poderosos ou mais fracos, sejam eles índios ou não. A partir do processo de desterritorialização, frente ao avanço da colonização, seus espaços de moradia foram sendo reduzidos, e muitas vezes suprimidos, mas não completamente destruídos.

As relações que os homens estabelecem com um território são constitutivas de sua identidade, assim como são as relações que os homens estabelecem entre si. Nesse sentido, Milton Santos traz que o espaço se dá ao conjunto de homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual, mas a proximidade que interessa ao geógrafo não se limita a uma mera definição das instâncias; ela tem a ver com a contiguidade física entre as pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas relações. É assim que a proximidade pode criar laços culturais e desse modo a identidade (Santos, 1996, p. 254-255).

Para pensarmos que a ocupação tradicional que os povos indígenas exercem sobre um

determinado território, a categoria mais apropriada é “territorialidade”, definida por Little (2002, p.3) como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu ‘território’”. Esse mesmo autor nos informa uma coisa muito importante e que deve ser considerada para efeitos de demarcação de uma terra indígena:

(...) a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (Little, 2002, p.3)

Essa territorialidade Pataxó específica, nos dias de hoje, se evidencia, por exemplo, na relevância da dimensão temporal, quando um dos critérios fundamentais que norteiam a recuperação de posse territorial e a constituição de novas aldeias se relaciona diretamente com os “lugares dos antigos”, anteriormente descritos neste texto. Outra expressão deste fenômeno pode ser observada na dinâmica de circulação de pessoas e objetos no território, por meio da manutenção e reativação de circuitos entre aldeias, a costa e o interior, formando uma trama de articulação entre os diversos ambientes que compõem as terras tradicionalmente ocupadas pelos Pataxó de Comexatibá. Há, por fim, que se levar em conta os aspectos de dispersão por meio dos quais periodicamente se reconstrói a territorialidade Pataxó.

A cultura é o que mantém vivo o espírito Pataxó, seus costumes, suas tradições são construídas e reconstruídas a todo momento. Vemos em alguns autores a busca por uma definição para essa palavra que comporte um significado abrangente, porém muitos acabam sendo reducionistas. De acordo com Geertz (1989, p. 103), a cultura é tida como um padrão de significados transmitidos historicamente, como é percebido com o grupo indígena Pataxó, no qual seu presente confirma e mantém seu passado vivo, através dos atos e principalmente do grafismo corporal que conta sua história de lutas e conquistas, comunicando-se com o grupo e com o sobrenatural por ser considerado uma forma de linguagem.

As formas simbólicas estão presentes na linguagem da pintura feita em seus corpos, o grafismo, nos adornos que usam para se enfeitarem, está em seu artesanato, que hoje ajuda a manter a sobrevivência do grupo na vila de Cumuruxatibá e no Prado; nos rituais como o do Heruê⁹⁰, e cerimônias como o casamento; na gastronomia quando tradicionalmente preparam seu peixe na folha da patioba (espécie de palmeira) e na bebida feita da mandioca - o cauim, que utilizam nos rituais e dias de festas. Dessa forma, os índios Pataxós herdaram dos seus antepassados e transmitem através

⁹⁰ Segundo os Pataxó, o ritual do Heruê simboliza a vida da comunidade e celebra a saúde. Como missão concedida pelos antepassados, fortalece a cultura, costumes e tradições. Com a festa é possível espantar os espíritos ruins da aldeia.

de gerações costumes e tradições, perpetuando toda sua existência entre o grupo que conserva na memória a origem e a história do seu povo.

No universo indígena, determinada “coisa” constitui-se de significados distintos de um coletivo para outro devido à relação existente no espaço de ação, sendo que pelas representações e formas simbólicas estabelecem relações integradas tanto endógenas quanto exógenas, ou seja, devido à construção e o manejo posto sobre cada “objeto”. Um exemplo do significado e do valor das representações pode ser constatado em relação artesanato, qualificando-se como expressão artística, objeto de atividades, manifestação ritualística ou meio de subsistência econômica.

Os Pataxó, além do artesanato e da pintura corporal que tem sido construída ao longo do tempo e nos corpos, buscam a recuperação da sua língua materna, que de certa forma lhes foi tirada por força, nos aldeamentos, sendo proibido e negado o direito de expressarem-se em sua linguagem nativa. O patxôhã, que significa a língua do guerreiro. Pat são as iniciais da palavra pataxó; atxôhã quer dizer língua e xôhã significa guerreiro, demonstrando o esforço desse povo na luta pela manutenção de sua cultura. Essa atitude demonstra a força de um povo que acredita ser o idioma o princípio fundamental para a reprodução de sua cultura.

Os registros do território estão circunscritos na memória Pataxó, sendo que nem o tempo ou as tentativas de assimilação foram capazes de apagá-los. Para o povo Pataxó, a memória sendo originada no seio do grupo, dela retiram os ensinamentos dos velhos anciões, a tradição e a cultura que perpassam o tempo e o espaço, resistindo à força renovadora da mudança e do desenvolvimento.

Assim, o mito como fenômeno original da representação é constituído de narrativas simbólicas e outros elementos de interação entre homens, seres – animais e plantas – e não-seres, cuja ação define conhecimento e a pertença social.

Não há, dessa forma, como negar que o povo Pataxó mantém enraizada sua cultura, a base da sua ancestralidade, que é constituída através das imagens do passado e contribui para a formação da identidade do grupo, sobrevivendo dessa forma confinada na transmissão oral e principalmente por intermédio do grafismo aplicado aos corpos, que narram a história. A memória que emerge no plano consciente sob a forma de imagens é possuidora de um grande valor emocional e se compõe de sensações particulares e singulares que pertencem ao sujeito; sendo social, refaz-se por meio da ação do falar ou escrever. (Predes: 2001)

6.4.1 Terra de encantados

“Contam os mais velhos que em um lugar encantado, chamado Juacema, surgiu um guerreiro: Txôpay (o criador). Em um dia ensolarado, Txôpay provocou um grande temporal na Juacema, onde se formou um imenso buraco. Cada pinga de água que caía no buraco se misturava ao barro, dando forma a índios belos e fortes. Nós,

índios, saímos do buraco e começamos a povoar e habitar aquela terra” (Mito de criação do povo Pataxó). (Livro Inventário da Cultura Pataxó-2011)

Na Parte IV desta peça técnica, mencionamos a relação entre “encantados” e os ambientes reconhecidos, significados e expressos pelos Pataxó de Comexatibá. Nesta parte, demonstraremos que a importância dos ambientes e lugares mencionados se fundamenta tanto nas necessidades relacionadas à sobrevivência física do grupo (realização de atividades produtivas, manutenção e acesso a recursos naturais), mas também na importância simbólica desses lugares, ambientes e recursos para a manutenção e reprodução cultural do grupo indígena.

Assim, sabemos que os Pataxó de Comexatibá reconhecem a existência de espíritos, ou encantados, como a Mãe da Mata, d’Água e do Manguê, associados à dimensão simbólica do território, uma vez que habitam e zelam pelos ambientes e recursos naturais conhecidos e utilizados pelo grupo.

À “Senhora do Manguê” é atribuída responsabilidade sobre os ambientes de manguê e os “seres” que nele são encontrados, como siri, caranguejo e guaiamum. Em seu estudo sobre aspectos mitológicos da cultura Pataxó, Grossi (2004) afirma que:

ela possui o poder para permitir que os humanos se alimentem desses animais. No entanto, ela não tolera abusos. Inúmeras narrativas lembram as sensações que atingiram quem não respeitou as interdições que visam limitar o consumo e proteger a reprodução dos moluscos.

A Senhora dos Mangues representa, portanto, uma significação especialíssima da importância, para os Pataxó de Comexatibá, dos locais onde se localiza a foz dos rios **Corumbau, Riacho Grande, Barra do Cahy, Riacho dos Mangues, Peixe Grande, Lagoinha, entre outros de menor porte.**

Desse modo, os saberes e técnicas relacionados com a preservação dos recursos são expressos em uma cosmologia perpetuada por meio de narrativas que atravessam gerações e evidenciam necessidades relacionadas às dimensões culturais do grupo e ao equilíbrio ecológico, caracterizando um elo simbiótico e sustentável e evidenciando uma relação que transcende a mera funcionalidade.

Da mesma maneira se comporta o Caipora, que representa e regula os tabus relacionados à caça, manifestando a ética pataxó em suas relações com os animais não-humanos, uma vez que, segundo os Pataxó, não pode haver morte indiscriminada ou aleatória de um animal, fundamentando um relacionamento respeitoso e que não provoque “sofrimentos inúteis” (Grossi, 2004).

As áreas de mata mais densa são a morada do Caipora, onde se encontra certa concentração de caça e, por sua vez, de caçadores. O caçador que não respeitar as regras da caça será punido pelo Caipora, ou seja, aquele que caçar além do permitido para subsistência sofrerá com a “ira” do protetor dos animais da floresta. Na TI Comexatibá os índios apontam como morada do Caipora as matas centrais no Parque Nacional do Descobrimento, fragmentos de mata a Nordeste do Parque (RPPN) e principalmente o local apontado com a aldeia antiga de Alegria Velha.

A água tem uma importância mítica para os Pataxó. Segundo C. Valle (2001), que realizou estudos junto aos Pataxó da TI Fazenda Guarani (MG), o mito fundador Pataxó conta que o herói civilizador Txopai⁹¹ nasceu de um pingo de chuva, e de uma chuva subsequente nasceram os índios:

Daquele dia em diante, os índios começaram sua caminhada aqui na terra, trabalhando, caçando, pescando, fazendo festas e assim surgiu a nação pataxó. Pataxó é água da chuva batendo na terra, nas pedras, indo embora para o rio e o mar. (Valle 2001:62).

Assim, os processos formais para a recuperação da posse plena sobre as terras que tradicionalmente ocupam podem ser compreendidos como fruto e combustível da etnicidade dos Pataxó de Comexatibá, para o reencontro com os caminhos e lugares habitados e significados por seus encantados e demais elementos que compõem a sua territorialidade (Silva Cruz, Aretuza 2010).

6.4.2 A recuperação da posse plena sobre as terras tradicionalmente ocupadas e os “Lugares dos Antigos”

Demonstramos, anteriormente, que as recuperações de posse realizadas pelos Pataxó de Comexatibá não se deram de maneira aleatória. A distribuição das aldeias na Terra Indígena está essencialmente relacionada com os ‘lugares dos antigos’ (áreas habitadas pelos antepassados, compostas de vestígios de residências, árvores plantadas e capoeiras manejadas, situadas na beira dos rios e em áreas de capoeira), evidenciando a continuidade da ocupação e a relevância da dimensão temporal para a territorialidade Pataxó.

Em um estudo sobre as “características étnicas e o ciclo de produção e reprodução cultural” dos Pataxó Meridional, Adla Lima (2008: 468) analisa, a partir de elementos étnicos expressos por um grupo de jovens da aldeia, um contexto de retomada territorial:

A retomada aconteceu depois de encontros casuais para decidir o local e a função de tal ação, que foi num dia sem chuvas e, por questões estratégicas, à noite. Reuniram-se alguns jovens, compraram comes e bebes e foram capinar e limpar o lugar. Os elementos étnicos e culturais Pataxó durante aquela ação se revelaram durante todo o processo de

⁹¹Mitos muito parecidos com o dos Maxacali.

retomada, um dos rapazes, de nome indígena Cavalo, cortou folhas de palmeiras e confeccionou artigos de enfeites para o corpo e adornos para a cabeça, para serem usados por todos ali, esses bem diferentes daqueles que são vendidos para os turistas que visitam a região. Estavam pintados com uma tinta feita, com extrato de jenipapo, que fica no corpo, mesmo que seja lavado, por 10 a 15 dias. Tomemos a pintura então, fator importante no que diz respeito à demonstração das características étnicas e da expressividade Pataxó. A posteriori, em todos esses dias que a tinta permanece no corpo, ela continua revelando que aquele indivíduo participou de algum ritual, ou brincadeira, ou luta, da tradição.

A respeito de uma retomada realizada em 2004 pelos habitantes da aldeia Alegria Nova, Lima (2008: 470) descreve:

No processo de retomada que fizeram, com muita praticidade, acenderam uma fogueira e depois de enfeitados e pintados, dançaram e cantaram o awê em português e em língua indígena, dando voltas em torno do fogo e batendo firmemente o pé, alguns descalços, na terra. Aquele ritual representava para eles, ao mesmo tempo ali, a brincadeira – todos ali se divertiam muito, como em uma festa de amigos – a luta, identificada pela própria função para a qual aquele espaço viria a ser destinado, um ponto de apoio para ajudar no trabalho e no sustento de pessoas da aldeia – e a guerra, uma vez que a qualquer momento poderia surgir conflito com o suposto dono daquele lote, que poderia acionar as forças armadas do estado, ou contratar pessoas para tirá-los dali a força ou amedrontá-los, como posteriormente foi relatado algum caso desse tipo em outros processos de retomada.

Assim, a dimensão simbólica da territorialidade Pataxó expressa a importância, para este povo, das áreas que compõem a TI Comexatibá, revelando esse conjunto de saberes e significados como expressão da relação entre os Pataxó de Comexatibá e seu território de ocupação tradicional.

Temos, portanto, que as dimensões físicas e simbólicas que permeiam a relação dos Pataxó com seu território se entrelaçam e se refletem nas formas de significação e expressão de sua territorialidade, seja por meio do uso e manejo dos recursos naturais, da sustentabilidade das formas de ocupação fundamentadas em aspectos práticos e cosmológicos ou por elementos de expressão de sua etnicidade, revelando uma pertença profunda à TI Comexatibá.

6.4.3 Organização Social e Política

A organização social e política do povo Pataxó é intensa e expressiva. Um Pataxó constitui família, normalmente, com idade entre quinze e dezesseis anos e, de modo geral, essa família tende a ser grande, tem entre 10 e 12 filhos. Cada unidade familiar possui sua casa e trabalha para o seu sustento, contudo, mantém vínculos importantes com os pais e outros parentes, seguindo as mesmas tradições de fazer artesanato, roças e farinha com eles.

Desse modo, em relação à organização interna, embora cada grupo doméstico se constitua de maneira autônoma em relação aos demais, é importante considerar as relações de parentesco, fundamentais na constituição das redes de cooperação e solidariedade – horizontais ou verticais – sobretudo no que concerne à sustentabilidade econômica de cada unidade. Estas redes correspondem, em geral, a famílias extensas ou a conjuntos de famílias extensas, e a abrangência delas tende a extrapolar os limites estritos da comunidade local.

Contudo, estas famílias estão subordinadas a lideranças políticas e econômicas locais, o que contribui para uma plena caracterização da aldeia como principal polo político Pataxó. Mas, isso não significa que exista uma “unidade” política nas aldeias; ao contrário, assim como há heterogeneidade social, existem segmentos opostos e concorrentes. As aldeias adotam um regime político regido por um cacique, que é o líder geral, e as lideranças e conselheiros, que são os seus auxiliares e cuidam dos problemas relacionados à comunidade. São eles que buscam desenvolver e promover políticas que deem condições para sanar as necessidades existentes no cotidiano da comunidade.

Não existe periodicidade pré-estabelecida, nem forma de eleição definida para a escolha das lideranças Pataxó de cada aldeia. O modo como se organizam politicamente decorre do grau de satisfação da comunidade em relação às lideranças: se a comunidade não estiver satisfeita, ela se reúne e propõe uma nova liderança para a aldeia.

Retomamos, aqui, a importância da dimensão simbólica do formato espacial expresso pela distribuição das aldeias no território. Frutos de um movimento afirmativo e de retomada territorial, a localização das aldeias, distribuídas em toda a extensão da Terra Indígena, expressa o grau de articulação ou rivalidade política (sempre dinâmicas) entre elas. Conectadas por trilhas, mantidas ou reativadas no processo de resgate territorial, as aldeias majoritariamente localizadas na parte leste da TI refletem a importância da conexão entre os ambientes aldeia / costa / interior, expressando a singularidade da ocupação territorial dos Pataxó de Comexatibá.

A dinâmica de ocupação combina mobilidade e processos múltiplos de produzir lugares (com menor ou maior grau de sedentarização) nas aldeias, nos sítios ou mesmo em cidades, privilegiando a articulação e a constituição de habitações próximas à praia e mais ao interior, nas áreas agriculturáveis, preferencialmente nas margens dos rios.

Lugares sempre conectados por caminhos e trilhas por onde se movimentavam os índios e as tropas de comerciantes para realizarem transações, formando uma trama que resultou nas atuais estradas e rodagens da região como estrada da Embassuaba, do Bastião Telhado e a Antiga que atualmente liga as aldeias Pequ e Tibá à vila de Cumuruxatiba.

Como já apresentado em tópicos anteriores, algumas áreas são tidas como “nós”, pontos de encontros conectores de uma rede de trilhas, considerados como pontos de troca entre diversas

famílias indígenas Pataxó e de outras etnias, como os Maxacali, **estes lugares são denominados Salgado e Come-quem-Leva (no Parque), na TI de Comexatibá.** A estrada antiga, ou a estrada geral como descrita pelos Pataxó, que vinha de Itamarajú, passando por Guarani, por Alegria Velha (onde viviam muitas famílias Pataxó), era uma importante rota para estes caminhantes. Com a chegada dos madeireiros, estes caminhos passam a ser nomeados de “Arrastão” ou “Correntão”, se referindo aos locais por onde arrastavam as madeiras retiradas da mata e hoje, por cruzar o PND e servir para passagem de veículos do órgão ambiental, são nomeadas de estradas do parque. **Outra rota importante se dava pela praia e por trilhas que bordeavam o mar pelas falésias e restingas.** Importante registrar que muitos Pataxó desciam o litoral costeando com canoas. Iam até Porto Seguro para entregar produtos agrícolas e do extrativismo, trocando ou comprando mercadorias para o retorno.

A formação desses lugares na costa e no interior, de Prado a Porto Seguro, desde o final do século XIX até o século XX, pode ser considerada como o momento de formação dos sítios atualmente denominados de “lugares dos antigos”, compostos de vestígios de residências, por árvores plantadas e capoeiras manejadas.

É importante lembrar que a identificação e delimitação das áreas imprescindíveis à preservação do bem-estar econômico e cultural indígena deve levar em conta não apenas os locais onde se realizam, no presente, caçadas, pescarias, coleta e atividades agrícolas; deve-se considerar, igualmente, áreas de refúgio de fauna – aqui entendidas como os trechos em que os animais podem se reproduzir sem a interferência direta dos indígenas –; aglomerações de palmeiras e frutíferas silvestres de interesse ainda não exploradas; capoeiras mais ou menos antigas e manchas de terra férteis que devem voltar a ser utilizadas na agricultura, durante o pousio de outras.

Por isso, é necessário incorporar, além das áreas utilizadas atualmente, aquelas que o foram no passado e as que virão a ser utilizadas no futuro, integrando, minimamente, os espaços Pataxó produzidos ao longo dos séculos. Mesmo quando esses espaços pareçam modificados pelas ocupações dos não-índios, sempre é possível encontrar uma “marca” Pataxó. Até nos pastos formados nas áreas dos ocupantes, lugares onde a mata foi derrubada, encontramos restos de cemitérios e esteios de moradias indígenas.

Na porção noroeste da TI Comexatiba, encontramos hoje, além da Aldeia Monte Dourado, inserida nos limites do Parque do Descobrimento, uma grande área que foi desmatada nos últimos 20 anos, como denunciam imagens de satélite disponíveis em sites especializados. Numa região que já foi intensamente ocupada pelo Pataxó em suas fugas de ataques vindos da costa, hoje os rios de grande importância para reprodução física e cultural dos Pataxó encontram-se ameaçados pelo desmatamento, pequenas barragens e a pulverização de agrotóxico. Áreas onde se encontram as

nascentes de igarapés e rios que abastecem os rios do Sul e rio Cahy, locais de vários registros de ocupação tradicional, de um passado não tão distante, encontram-se desprotegidas, inclusive sem mata ciliar.

Como a ocupação Pataxó sempre se deu e ainda se dá nas proximidades de rios e igarapés que correm das serras do Caiticoco e Gaturama para o Mar, é de extrema importância que a terra indígena contorne a aldeia Monte Dourado, no braço noroeste do Parque do Descobrimento, garantindo, assim, a manutenção das nascentes de vários igarapés e rios que abastecem os rios do Sul e Cahy, de forma a assegurar a qualidade de vida do povo indígena.

É na porção norte, entre a Aldeia Monte Dourado e o nordeste da Aldeia Nova que encontramos os pontos de terras mais produtivas, com possibilidades de implantar a agricultura tradicional do Pataxó; onde está também o lugar antigo denominado Alegria Velha, localidade onde viveu a família do Senhor Gentil Pataxó na década de 1970. Ao longo do rio do Sul há terras férteis, apesar do mau uso por ocupantes não-índios. Com a usurpação dessas terras dos Pataxó, os fazendeiros desmataram, colocaram pastos e atualmente (2012) existem manchas de reflorestamento de eucalipto em área de fomento, que ameaçam sobremaneira o leito do rio Cahy, também conhecido por Queimado.

Um pouco mais a nordeste temos o ponto de conexão da história Pataxó, o rio Corumbau e os córregos do Gibura e do Café, onde a TI Comexatibá faz limite com a TI Barra Velha do Monte Pascoal, conectando as redes de troca e parentesco construídas historicamente e reafirmadas na forma da ocupação atual.

Essa é uma região que mantém uma intensa ocupação indígena desde o século XIX, e povoa o imaginário Pataxó com as histórias circunscritas a partir das fugas como a da diáspora de 1951 de Barra Velha, ou a expropriação das terras das famílias que viviam ao longo do rio do Sul. É nesta porção que temos a Aldeia Tawá e várias ocupações indígenas dispersas ao longo do campo do Pequi e Veleiro. A pesca nesta região é farta e é uma das principais atividades econômicas dos Pataxó. Os rios Pixane, Riacho Grande e Salgado, são de extrema importância para a subsistência deles. São também os pontos ligação com o Mar que atualmente, estão sendo interditados por correntes e cercas na tentativa de impedir a passagens dos Pataxó.

Mais ao sul temos a barra do rio Cahy, local onde nasceu o cacique Timborana (Zé Chico), antes que sua família fosse retirada, na década de 1950, por um homen que cuidava da linha telegráfica e também permeia a história de Barra Velha. Lá estão enterrados vários dos antepassados de Dna. Bernarda, mãe de Timborana. O rio é abundante em pesca e usado até hoje pelo Pataxó, apesar das restrições impostas pelo ocupante que comprou a terra.

A oeste da barra do Cahy, temos uma área de mata nativa quase que intacta e considerada como “hot spot”. É uma pequena mancha de floresta que mantém a fauna e a flora da Mata Atlântica, extremamente importante para a construção de um corredor entre o Parque do Descobrimento e o Monte Pascoal. Local que, se manejado da forma adequada, pode se transformar em um importante ponto de coleta de espécies para reflorestar áreas desmatadas. É também rica em sementes usadas em artesanato Pataxó. Ao sul da barra do Cahy até a ponta do Moreira, são vários os pontos de pesca e coleta de mariscos. O riacho dos Mangues é ponto de mariscagem e o Ribeirão é bom de pesca. Já o Calambrião é conhecido por terra do velho Firmo, pai de Jovita, esposa de Timborana. Contam que antes de ir para Cumuruxatiba o velho Firmo vivia no Calambrião com sua família. “Uma aldeia de mais de 40 pessoas que tinha de um tudo (...), não faltava peixe, mandioca, farinha e marisco”, diz Jovita. Na cabeceira do Calambrião vive ainda hoje parte da família dos Guedes. Parte deles, por hoje viverem em propriedades próprias, temem as represálias e não assumem sua identidade Pataxó. Vivem da agricultura de subsistência e da criação de pequenos animais. Entretanto, a maior parte da renda advém do trabalho que fazem nas fazendas das rondozelas.

O rio Imassuaba se faz imprescindível à reprodução física e cultural dos Pataxó da aldeia Caí, que precisam de sua água para pesca, para o abastecimento doméstico de água para a coleta (em sua foz). As margens do Imassuaba, próximo ao córrego do Jacaré, também foi ponto de morada dos antigos Pataxó e tem grande importância na cosmologia dos Pataxó de Comexatibá.

Foi no rio do Peixe Pequeno que Zabelê foi morar depois que saiu da Juerana (Parque Monte Pascoal), expulsa pelos agentes do extinto IBDF. Rio rico em peixe, sempre abasteceu os Pataxó de Comexatibá. Em sua foz é ainda possível encontrar mariscos e caranguejos, mas tem sofrido com o desmatamento de sua cabeceira na região ocupada de forma ilegal pelo Assentamento Cumuruxatiba. A monocultura de Eucalipto também tem sido responsável pela crescente poluição neste rio. Local de antigas moradias Pataxó, o rio dos Peixes é imprescindível à reprodução física e cultural dos Pataxó.

As Aldeias Tibá, Pequi e Maturembá foram construídas em 2003 e 2004, em áreas de antigas ocupações, como já descrito ao longo deste RCID. Localidades onde os Pataxó exerceram de alguma forma seu modo de vida pleno, até a chegada da empresa Bralanda. No momento da “retomada”, a área já se encontrava desmatada e no lugar havia apenas uma capoeira alta.

A porção de terra onde estão as aldeias Tibá, Pequi e Maturembá é rica em frutas dos pomares antigos. A abundância da Aroeirinha é de extrema importância para a economia dos Pataxó, pois a coleta dessa semente, usada como tempero (pimenta rosa), tem rendido boa renda aos índios em um período do ano. Além da imprescindibilidade dessa porção da terra para reprodução física, temos nela a dimensão simbólica para os Pataxó de Comexatibá, principalmente pelos caminhos e

trilhas entre essas aldeias e a vila de Cumuruxatiba. A “roça” é o local onde produzem parte do que precisam para se alimentar. A outra parte, a proteína animal, vem do mar, fonte de peixe e mariscos. Por isso, essa ligação entre mar e mata é tão importante para os Pataxó.

Ainda mais ao sul, abaixo de Cumuruxatiba, temos a areia Preta, local que já foi intensamente explorado por apresentar grande quantidade da areia monazítica, por isso, hoje poucos Pataxó vivem lá. Local de morada dos antigos e permeada de histórias de índios “bravos”, como os Mavão, que saíam de tempo em tempo de fendas das falésias.

Em 2013 e 2014 os Pataxó ocuparam alguns pontos próximos ao rio Dois Irmãos, nos limites do Assentamento Cumuruxatiba, na expectativa de construir novas aldeias. Lá viveu a família do índio Lídio.

Apesar de não encontrarmos muitas moradias Pataxó no extremo sul da TI Comexatibá, os rios Japara Mirim, Japara Grande e riacho das Ostras são áreas intensamente ocupadas de forma tradicional pelos indígenas. São áreas de caça, coleta e pesca e circunscrevem o território Pataxó nas relações simbólicas, sendo imprescindíveis à reprodução física e cultural desse povo.

Por fim, sobre a vila de Cumuruxatiba, que é um local referencial para os Pataxó, existem dados que comprovam a presença Pataxó desde, pelo menos, o século XVII. Hoje alguns mantêm uma segunda moradia, realizam algumas festas como a de Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião e a Festa do Divino Espírito Santo, que são vivenciadas pelos índios que habitam em todas as comunidades do território. Na Festa do Divino Espírito Santo os “festeiros” percorrem todo o território durante mais de um mês e no último domingo da festa muitos índios se deslocam à vila para assistir à missa realizada na igreja. Noutras ocasiões festivas, como é o caso da Festa de São Sebastião ou Festa da Puxada do Mastro, alguns índios vêm da roça para a festa, que é um marco muito importante de identificação dos habitantes na vila de Cumuruxatiba.

Contudo, apesar de a presença Pataxó estar inscrita inclusive no nome de uma das ruas de Cumuruxatiba e de o local ser parte integrante da territorialidade desse povo registrada em livros e documentos históricos, a vila não está inserida na proposta da delimitação da TI Comexatibá. A exclusão deve-se ao fato, como já descrito acima, da diferença na forma de apropriação da terra. A forma tradicional e coletiva vivida nas aldeias não é reproduzida na vila da mesma maneira. Hoje a vila é apropriada pelos Pataxó, de forma individual em propriedades privadas, apesar de manter certa lógica da ocupação histórica, ela diferencia daquela coletiva imprimida nas aldeias.

Não se trata aqui de posição sem fundamentos e aleatória por parte dos Pataxó. Eles entendem que a Vila é importante para a rede econômica da região, e pare eles, por sua capacidade turística, que, atualmente, absorve parte da produção de pesca e artesanato dos indígenas.

Apesar do GT entender que há dados suficientes para comprovar a presença Pataxó ao longo dos últimos séculos na Vila, a decisão foi por não inserir, na tentativa de manter de certa forma essa complementaridade de forma de ocupação.

Diante do exposto, verifica-se que o conjunto das áreas imprescindíveis à reprodução física e cultural dos Pataxó abrange nascentes do rio Cahy, o Riacho das Ostras, zonas de mata, capoeira baixa e campos e uma faixa litorânea de extensão considerada. Nos rios do Sul, Peixe Grande e Pequeno, Imbassuaba, Dois Irmãos, Salgado, Pixane, Japara Grande e Japara Mirim, Córrego da Anta que além de encontrarmos lugares antigos e míticos encontramos as áreas de pesca e coleta necessárias a sobrevivência dos Pataxó.

É nos mangues ao longo do litoral que os Pataxó buscam os mariscos como parte da recomposição da proteína animal necessária para sua subsistência. Na porção norte da terra indígena, entre os rio do Sul e a aldeia Alegria Nova, encontramos as áreas de terra preta, imprescindíveis para reconstituição de suas roças tradicionais.

7. Parte VI – Levantamento Fundiário

A Terra Indígena Comexatibá está localizada no município de Prado, no estado da Bahia. Segundo dados populacionais do IBGE (2010) vivem no Prado cerca de 27.627 habitantes, em um território de aproximadamente 1.740,340km². Além da sede municipal, o município abrange, administrativamente, cinco povoados: Guarany, Palmares, Limeira, São Francisco e Corumbau, além do distrito denominado Vila de Cumuruxatiba, a 32 quilômetros da sede municipal, com cerca de 5.000 habitantes, criado pela Lei Estadual nº 234 de 05 de junho de 1898.

7.1 Caracterização histórica da ocupação não-indígena

Como se sabe, o processo de colonização do território brasileiro foi iniciado a partir das regiões litorâneas, onde foram fundadas as primeiras vilas e missões. A partir do século XVII, com o estabelecimento da ocupação litorânea, a penetração para o interior se intensificou, motivada pela captura de índios, busca por riquezas minerais, criação extensiva do gado e a exploração da madeira, consolidando-se somente com o ciclo da cana-de-açúcar.

Contudo, na região da capitania de Porto Seguro, a implantação dos engenhos não foi bem-sucedida, principalmente em virtude da resistência de grupos indígenas do Tronco Macro-Jê oriundos do interior, dentre os quais os Pataxó.

Até meados do século XIX a exploração econômica da região sul da Bahia restringia-se às culturas de subsistência, implicando uma baixa ocupação das regiões interiores:

Tal estado de coisas dominou a cena das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro durante os séculos XVII e XVIII, período em que as acanhadas povoações costeiras pouco mais que vegetaram, situação que ainda perdurava no início do século XIX (veja-se, por exemplo, Aires de Casal, 1817), e que, certamente, explica a extinção dessas capitanias.” (Sampaio, 2.000: 125)

Essa condição permitiu que grandes extensões de mata permanecessem preservadas, servindo de refúgio para os grupos Pataxó, resistentes ao contato e à integração nacional. Porém, a partir deste período o Governo Imperial decidiu implantar melhor o sistema de controle das rotas de deslocamento entre o Rio de Janeiro e o interior de Minas Gerais e outros centros de produção, determinando a criação de fortificações nos cursos médios dos principais rios entre o Doce e o Pardo. Partiram daí sistemáticos ataques aos povos indígenas refugiados no interior, que representavam um dos principais empecilhos ao desenvolvimento da região.

Durante o século XVIII, vilas foram instaladas com o propósito de combater os indígenas, promover a comercialização pelos rios e controlar o contrabando. Contudo, nesse período, a presença de não-indígenas é rarefeita e restrita às pequenas vilas litorâneas, convivendo em associação íntima com os índios aldeados pelos jesuítas. Era tal a convivência que muitos viajantes do século XIX descrevem essas vilas como sendo habitadas por mestiços e índios, sendo estes já considerados como *civilizados* (Paraíso, 1998).

Há registros referentes ao século XIX sobre a chegada dos primeiros exploradores de madeira e, na sequência, de areia monazítica, na região da costa entre os rios Corumbau e Prado. Porém, historicamente, pode-se pontuar como divisor temporal da intensificação do processo de ocupação desta área os anos 1950, com a grande expansão do cacau, da pecuária e da intensificação da exploração de madeira das florestas nativas.

7.1.1 A região do Prado

O processo de colonização da região onde se localiza o município de Prado teve origem numa aldeia de índios que se estabeleceram, conforme detalhado ao logo deste Relatório, nos anos que antecederam 1755, na margem norte do Rio Jucuruçu. Em 1755, este primeiro agrupamento foi elevado à categoria de Vila por Carta Régia. Em 1795, por força de Alvará Régio, a freguesia recebeu o nome de Nossa Senhora da Purificação do Prado. Ao ser desmembrada de Caravelas, adotou a denominação de Vila Nova de Prado e obteve foros de cidade pela Lei Estadual nº 129, de 02 de Agosto de 1896.

Um importante personagem no histórico de colonização do Prado foi o inglês Charles Frazer, que, no século XIX, pleiteava a concessão de seis léguas na extensão da costa e demonstrava interesse de que fosse reservada. Dessa concessão constava *Comoxatiba*, onde já existia uma aldeia, que o ouvidor Marcelino da Cunha lhe havia destinado como residência, fazendo associar alguns índios “para melhor formar o seu estabelecimento” (Paraíso, 1988): *O que parece tal pleito foi concedido, já que, em 1815, o príncipe alemão o encontra afirmando ser dono de um estabelecimento em Comoxatiba.* (Wied-Neuwied, 1958: 189)

A convivência com os Pataxó no local denominado **Fazenda Caledônia** (Cumuruxatiba) também foi registrada em carta enviada por Charles Frazer ao Governador da Capitania da Bahia, onde relata como estava o seu empreendimento na costa deserta, bem como seu projeto de amansamento e pacificação dos Pataxó. Esses registros foram consolidados em dois documentos, uma carta de 26 de maio de 1811 (APEB, 219) e uma segunda, de 8 de junho de 1811 (APEB, 219), como podemos verificar abaixo:

Os gentios bárbaros até o número de 20 saíram aqui no dia 16 do corrente mês, armados com arcos e flechas, ficando perto dentro do mato uns 80 mais, porém como viram aqui maior número de gente trabalhando e uma prevenção formidável de armas se manifestaram em busca de paz. E com animo de estimular-lhes a sair do mato em maior número eu lhes correspondi com toda demonstração de amizade possível com gente de cuja língua nenhuma palavra entendia, pois eram da nação Pataxó, que é a mais numerosa e guerreira de todo o Brasil, depois dos Botocudos. (FRASER, 1811 - JORNAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRAZILEIRO, 1846, p.449)

A violência e o esbulho contra as populações indígenas na Vila de Prado foram, portanto, registrados desde o início da colonização. Registros da década de 1830 caracterizam a pressão dos colonizadores sobre esses povos:

Para a Vila do Prado, estabelecida em local estratégico na porção do Extremo Sul baiano, ocorriam vários grupos indígenas que estavam sendo violentamente erradicados dos seus territórios de origem, e que perambulavam, na maioria das vezes em busca de comida, entre o sertão e o litoral, muitos dos quais afugentados dos arredores de Minas. Assim é que, na década de trinta, entre 1830 e 1836, a Câmara representa ao Presidente da Província contra a presença indígena do “gentil bárbaro” que desde a criação da Vila à ‘infestava’. A sua mera presença nas cercanias era automaticamente interpretada como hostilidade a ser repelida, mediante o apelo às armas, um claro efeito da percepção colonial deformante (Balandier, 1993, pp.116 – apud Carvalho, 2005: pp.42)

O Relatório preenchido pela Câmara do Prado, em 1849, estimava cerca de 500 pessoas livres e 300 cativos vivendo na vila do Prado, totalizando, destes, 43% de indígenas. Vale destacar que o Relatório aponta a presença de um norte-americano e um sueco na lista de moradores da vila. Carvalho (2011) acredita ser um norte-americano que representava seu país na condição de Cônsul, para adquirir terras na região do rio Cahy.

Tools Sign

Tabela 1 - Relação nominal de todos os habitantes da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação da Vila do Prado

Cor Sexo e Condição	Africano	Branco	Crioulo	Índio	Mameluco	Pardo	Sueco	TOTAL	(%)
ESCRAVO									
Masculino	87		49			8		144	
Feminino	51		40			7		98	
Total	138	0	89	0	0	15	0	242	26
FORRO									
Masculino	3		10			36		49	
Feminino	3		9			34		46	
Total	6	0	19	0	0	70	0	95	10
SEM INFORMAÇÃO¹									
Masculino	1	99	1	229	14	3	1	348	
Feminino	2	58	1	168	5	2		236	
Total	3	157	2	397	19	5	1	584	63
Total Masculino	91	99	60	229	14	47	1	541	59
Total Feminino	56	58	50	168	5	43	0	380	41
Total Geral	147	157	110	397	19	90	1	921	100

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB
s/d (1842-1852, período estimado)
¹ Presume-se que nessa categoria incidem aqueles cuja condição era livre.

m./Abr. 2005

Figura 52 - Imagem do Arquivo Público do Estado da Bahia

A Vila de Prado possuía, à época, alguns poucos lavradores e número ainda menor de fazendeiros ocupados na lavoura do café, para cujo beneficiamento havia quatro moedores. Quatorze fábricas de mandioca, designadas de '1ª ordem', requeriam cerca de 300 cativos e muitos braços livres, ao passo que as muitas de '2ª ordem' recrutavam cativos e trabalhadores livres em número reduzido. “O preço da farinha muito se havia elevado, devido a um conjunto de razões, entre as quais a pequena produção, decorrente do cultivo estar - 'por receio do tapuio' – restrito às capoeiras fracas, nas redondezas da Vila; a falta de queima das roças” (MS 47 – apud Carvalho: 2005, pp. 44).

O norte-americano John Gordon, registrado nos dados da Vila de Prado, foi quem deu início à missão de pesquisar e adquirir terras na região, o que culminou na exploração da areia monazítica em Cumuruxatiba. Os registros demonstram que data de 1886 o início da exploração monazítica por Gordon que, mesmo diante do questionamento acerca da concessão de terras por autoridades da Vila, em 1898 obteve aforamento de uma faixa de terra de 4.185 m de comprimento por 33 m de largura, em Cumuruxatiba. (CEPLAC, 1976: 63)

O nome de Gordon⁹², além de referenciado na memória Pataxó, também foi encontrado em um documento apresentado à FUNAI em face de um processo de reintegração de posse movido por Catarina Azevedo Pompeu de Souza (laudo 57 da tabela de ocupantes de não-índios abaixo), em 2013, onde consta que “o Senhor John Gordon em 1902 teria adquirido junto ao Governo do Estado da Bahia a posse e a dominialidade de uma área representada por (10) dez títulos, medindo, aproximadamente 2.244,3938ha, com a denominação de 'Imbassuaba', 'Rio do Peixe Grande', 'Sítio do Rio do Peixe' e parte da Fazenda Cumuruxatiba””, esta última denominada por Frazer de Fazenda Caledônia⁹³.

Ora, quando Jonh Gordon, o primeiro empreendedor estrangeiro do ramo extrativista passou a explorar esta atividade mineradora em Cumuruxatiba e conseqüentemente, no Brasil, no final do século XIX, vivíamos um período em que o país se declarara livre do jugo da colonização, mas que ainda transformava negros em escravos. (Batista, 2003)

Estudos históricos registram que, além da exploração madeireira, Gordon deu início à "exploração clandestina das areias amarelas da Bahia, fazendo repetidos carregamentos a título de lastros para navios", que só foram proibidos pelo Governo da Bahia em 1890, quando já haviam sido embarcadas cerca de 15.000 (quinze mil) toneladas de areia monazíticas de alta concentração. Em

⁹² “Veleiro de Ed. Johnston & Company aporta em fins de 1884, em Caravelas, Bahia, para carregar madeira. Um dos marinheiros aproveita a folga para percorrer a pitoresca praia que se estende da Ponta da Baleia até Prado, e observa no sopé das barreiras, manchas de areias pretas e outras intensamente amarelas. Enche uma garrafa com a areia dourada e embarca, em São Mateus, para o Rio de Janeiro; procura o cônsul britânico e mostra-lhe o achado: ‘senão é ouro, deve conter outro metal precioso, pois é brilhante e denso!’. Nada entendendo de minérios, o agente consular prontifica-se a pô-lo em contato com JOHN GORDON. Conquanto diplomado em engenharia de minas pela Universidade de Louisiana, este confessa-se incapaz de identificar o estranho minério. Leva-o ao Museu Nacional, onde O. A. Derby suspeita à primeira vista que se trata da rara monazita, recém-descrita por Gorceix como satélite do diamante no Salobro, município de Canavieiras, e não incluída entre os minerais industriais”. “Dotado espírito prático, Gordon procura aplicação para esse fosfato de terras céricas e tório. Informado de que Auer von Welsbach acaba de patentear o emprego de terras raras em camisas incandescentes de iluminação a gás (1885), oferece o minério brasileiro a essa indústria. Recebe pedido de amostra para ensaios industriais e embarca por intermédio da casa Williams, do Salvador, 300 toneladas de areia monazítica, como lastro de navio, para Hamburgo. E enquanto a exploração de madeiras foi uma importante atividade econômica que teve lugar no litoral sul do Estado da Bahia na passagem do século XIX para o século XX. Segundo IBGE (1957), no município de Caravelas encontravam-se na década de 1950 madeiras como peroba, cedro, pau paraíba, jatobá, dentre outras (IBGE, 1957. p. 134). Já no Prado havia a ocorrência do cedro, jacarandá, vinhático e peroba (IBGE, 1957. p. 147). Não sabemos exatamente o nome das empresas que exploravam nesta região do Estado da Bahia e nem o grau exato de relação que John Gordon tinha com estas empresas. No Museu de Cumuruxatiba John Gordon é descrito como “exportador de madeira”. Já a descrição de Leonardos (1970, p. 263) mencionada acima não oferece a mesma certeza. Uma pista pode ser encontrada no relatório do governo do Estado da Bahia de 1906, onde é mencionada a possibilidade de uma empresa norte-americana negociar a compra de terras devolutas do Estado da Bahia para extrair madeiras: “Afora esse resultado imediato, ha de notar varios pedidos de informações de industriaes e syndicatos americanos acerca de productos nossos e industrias a tentar no Estado. A Equitable Land Tiniber Co. Limited, de Kentuchy, está em entabolações com o Governo para a aquisição [sic] de terras devolutas, afim de explorar racionalmente a extração de madeiras de lei” (Souza, 1905. p. 84) na década de 1950 madeiras como peroba, cedro, pau paraíba, jatobá, dentre outras (IBGE, 1957. p. 134). Já no Prado havia a ocorrência do cedro, jacarandá, vinhático e peroba (IBGE, 1957. p. 147) (Paulo Coelho Mesquita Santos, 2009; pp 198)

⁹³ Na planilha de ocupantes não-índios Tabela do levantamento fundiário, essa fazenda consta ainda em nome de Flavio Pompeu cadastrada com laudo nº 57.

1886, o norte-americano já havia conseguido permissão oficial para extrair monazita em terrenos devolutos da Marinha e adquirir, por compra, o direito de lavrar terrenos particulares⁹⁴.

A fabricação de tório na Europa era feita por quatro grandes firmas alemãs e uma de Viena, que empregavam areia monazítica do Brasil. Em 1902, John Gordon era fornecedor exclusivo destas firmas. Ele acumulou 9.000 (nove mil) toneladas durante muitos anos, impedindo qualquer concorrência, até acabar o contrato, em 1907.

A monazita (mineral de terras raras que contém urânio e tório) era processada na Europa para a produção de sais de tório e de terras raras, utilizados na fabricação de “camisas” incandescentes para a iluminação a gás. Com a implantação das redes elétricas, a partir da década de 1920, houve um declínio no consumo de monazita. Todavia, pesquisas sobre energia atômica, na época da Segunda Grande Guerra, colocaram novamente a monazita em evidência devido ao seu conteúdo de tório (elemento fértil), para abastecimento da indústria nuclear.

Em 1951, o governo brasileiro proibiu a exportação de concentrados de monazita e passou a incentivar o processamento químico deste concentrado no país. Os sais de terras raras poderiam ser, então, exportados, enquanto o tório seria retido no Brasil.

Em 1960, os direitos de lavra das jazidas de areias monazíticas foram adquiridos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Esses direitos são até hoje exercidos por meio das Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB, para o abastecimento de matéria-prima na fabricação de sais de terras raras, sendo o tório estocado sob forma de hidróxido.

Com a Lei 4.118, de 27 de agosto de 1962, passaram a constituir monopólio da União a pesquisa e a lavra de minérios nucleares, tendo a CNEN, por meio da Resolução 01/63, classificado a monazita como mineral nuclear, devido ao seu conteúdo de urânio e tório. Em 1967, a resolução 06/67 da CNEN modificou resoluções anteriores, obrigando a dissolução de rejeitos radioativos (urânio e tório) contidos nos minerais, nos concentrados, ou em outro produto industrial, consequentemente, liberando do monopólio estatal as atividades de pesquisa e lavra das areias monazíticas.

⁹⁴ “Tão logo consegue encomendas do minério, Gordon, que enfrenta dificuldades burocráticas para o aforamento das marinhas, não hesita em continuar a exportar as areias monazíticas sulbaianas como lastro de seus navios. Estima-se que até 1890, quando o governo estadual susta a exportação irregular, já haviam sido embarcadas 15000 toneladas de concentrados de monazita”. “Esquecido o escândalo, Gordon recomeça os embarques, ora com permissão dos proprietários do solo, ora com autorização da Câmara Municipal do Prado (1896), ora com a do governo estadual (1898) e, ainda, do governo federal (contrato de 8 de dezembro de 1916). No ano de 1895, entraram no porto de Hamburgo 3000 toneladas de monazita do Brasil, embarcadas por ele. E, como iniciou suas exportações ilegalmente, não se desvincula jamais da fama de contrabandista. Seus negócios continuam sempre complicados e desregrados”. (Paulo Coelho Mesquita Santos, 2009; pp 198 apud Leonardos, 1970. p. 263)



Figura 53 – À esquerda: pier utilizado para retirada da areia e da madeira em 1981. À direita, o mesmo Pier em 2011.

Entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, imigrantes europeus ocuparam estados do sul do Brasil, apoiados na ideia de avanço do progresso e prosperidade da nação, o que fundamentou a cessão de territórios indígenas a estrangeiros migrantes. Nesse contexto, as populações indígenas ainda resistentes e que escaparam dos massacres foram condenadas à indignância e ao confinamento em pequenas Reservas. Outros, que não se submeteram à política dos aldeamentos e resistiram ao processo de assimilação, passaram a se apropriar de estratégias de invisibilidade para garantir sua sobrevivência, misturando-se com a população regional e passando a ser reconhecidos como “caboclos”.

Almeida Neto (2008), a partir de relatos de não-índios que vivem na região, conclui que:

Como as únicas atividades produtivas, até então, na vila de Cumuruxatiba, eram a extração da areia monazítica e de madeira o esgotamento dessas riquezas fez diminuir o interesse pela região; tornando necessário repensar a forma de planejar a ocupação local. Procurou-se uma alternativa para gerar desenvolvimento na região. Espelhado no modelo original de concessão de terras, o município de Prado abriu grandes loteamentos. Doou terrenos para os baianos e mineiros interessados em construir casas de veraneio e pousadas. O objetivo era povoar a região, ou seja, em troca dos terrenos recebidos, os beneficiários investiriam na localidade, gerando emprego e renda para os moradores (pp. 44)

7.2 Índios e “Branços” no extremo sul da Bahia

Nos séculos XVI e XVII, a região tornou-se alvo de consistentes investimentos na exploração e extração do pau-brasil e na agricultura cafeeira, que não prosperou. Nos séculos seguintes, o foco voltou-se para a exploração da areia monazítica e da madeireira. Posteriormente, a região testemunhou o avanço do cacau e agropecuária, que se alongou por todo século XX.

No século XX, a exploração de madeira concentrou-se principalmente nas espécies brancas, utilizadas na fabricação de compensados. Com a presença das empresas Bralanda e Flonilbra, a

exploração foi retomada com força total e seguida da implantação da monocultura do eucalipto, o que alterou mais uma vez, e radicalmente, a ocupação espacial do interior e do litoral do extremo sul do estado baiano.

Nas últimas três décadas do século XX, a indústria do turismo ganhou força, fomentando a implantação de grandes polos turísticos, como é o caso de Porto Seguro. Esses polos passam a atrair um grande contingente populacional, gerando uma ocupação desordenada da costa litorânea do Extremo Sul baiano, principalmente após a pavimentação da BR 101 na década de 1970.

Nesse dinâmico contexto econômico, os conflitos entre índios e não-índios mantiveram-se constantes, como no caso do “Fogo de 1951”, ocorrido na região da TI Barra Velha do Monte Pascoal e que impactou essas relações em toda a região (de Porto Seguro a Prado). Da diáspora decorrente deste episódio, sabe-se que alguns grupos Pataxó migraram até a região de Minas Gerais, pressionados pelo avanço das fronteiras de colonização e pelo acirramento dos conflitos interétnicos na região.

Nos anos 1980, com a consolidação e expansão das atividades voltadas ao turismo, a região experimentou uma supervalorização dos terrenos litorâneos, empurrando a produção cacaueteira para o interior, enquanto a pecuária seguia um processo inverso, partindo do interior para a faixa litorânea e ocupando o vácuo produzido pelo desmatamento, aspecto facilitador para a formação de pastagens. (Franzeres, 2005)

A extração de madeira, por sua vez, intensificou-se ainda mais no início do século XX, a partir da construção da Estrada de Ferro Bahia/Minas. Entre as décadas de 1950 a 1980, a extração madeireira ocupou o lugar de atividade econômica mais relevante do extremo sul baiano, sendo que a grande revolução do modelo de ocupação e pressão sobre os recursos naturais do extremo sul da Bahia ocorreu, principalmente, a partir da década de 1970, com a implantação da BR-101.

Nesse período, a concentração fundiária foi intensificada na região, anteriormente subdividida em pequenas posses familiares de regionais, pescadores e índios, onde as atividades predominantes eram voltadas para produção de subsistência, muitas vezes em regime de “meia”. Nessa forma de produção, o agricultor trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral o meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o “dono” da terra o resultado da produção. No Brasil, a agricultura de meação ainda é muito praticada, principalmente nas regiões de baixa produção agrícola.

A aceleração do processo de concentração de terras no final dos anos 1980 fomentou a articulação de movimentos de pequenos produtores rurais sem-terra, culminando na criação de projetos de assentamentos em área litorânea. Importante ressaltar que estas áreas não contemplam as

características produtivas adequadas a atividades agrícolas, conforme demonstrado anteriormente neste relatório.

(...) Aliado a essa questão, que cristalinamente se mostra como motivadora da não permanência do público da reforma agrária nos lotes, outro aspecto muito importante a ser considerado é a predominância de solos distróficos no assentamento, que pelo seu caráter de baixo potencial nutricional, exige tecnologia e investimentos em adubos químicos, prática um tanto quanto desfavorável ao público da reforma agrária e agricultura familiar. (Relatório Final do Levantamento Ocupacional do Projeto de Assentamento Fazenda Cumuruxatiba: julho 2013; pp. 5)

A constituição e o fortalecimento dos movimentos pela reforma agrária na região representaram, para os indígenas, uma alternativa para recuperação, ainda que parcial, de seu território esbulhado. Nesse contexto, famílias e grupos Pataxó foram cadastrados junto ao Incra e assentados como clientes da reforma agrária⁹⁵.

Contudo, o modelo de ocupação territorial projetado para os Projetos de Assentamento não refletia as condições necessárias à recuperação dos tradicionais modos de uso e ocupação territorial indígena. Desse modo, mesmo aqueles que buscaram se adequar às possíveis condições de acesso à terra, permanecendo nos assentamentos, não obtiveram êxito.

Nesse contexto, os indígenas retomam condições de articulação e fortalecimento de organização, fundamentados em sua etnicidade e na garantia de seus direitos territoriais, reconhecidos em 1988 pela Constituição Federal.

A participação dos índios Pataxó no Movimento da Reforma Agrária de Cumuruxatiba pode ser interpretada como uma tentativa de recuperação das terras das quais foram expulsos nas décadas de 50, 60 e 70, pelos grandes exploradores de madeira e areia monazita, e pelos criadores de gado. Entretanto, a maioria das famílias indígenas abandonaram os assentamentos, pois não se adaptaram ao módulo de distribuição de terra adotado pelo INCRA, que restringe a demarcação num quadrado, limitando o território a um loteamento, o que gera fragmentação dos recursos naturais, rompe com corredores ecológicos naturais e com a cadeia alimentar e isola as águas, itens fundamentais da territorialidade para os Pataxó (Batista, 2003).

7.2.1 A Família Rodrigues

A história recente da família Rodrigues tem grande relevância para a compreensão do contexto fundiário na região do extremo sul baiano, como veremos a seguir.

Em janeiro de 1930, o mineiro de Teófilo Otoni, Júlio Rodrigues, adquiriu a fazenda então conhecida como Comuxatiba (antes denominada fazenda Caledônia), com objetivo de explorar areia monazítica e madeira (Rodrigues, 1980; p. 20). O contexto de crise decorrente do plano econômico de Getúlio Vargas provocou o declínio da atividade cafeeira e, por consequência, o empobrecimento

⁹⁵ Essa adesão ao movimento se deu antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

de muitas famílias que foram levadas a diversificar seus investimentos. Este foi o caso da família de Júlio Rodrigues, que voltou seus negócios para a região de Cumuruxatiba.

Conforme relatos de sua filha, Maria José Rodrigues Moreira, em seu livro *Julio e Alice*, o pai empregou seu primo **Eudaldo** como gerente da Fazenda e incentivou o deslocamento de outros parentes para a região, em busca de melhores oportunidades.

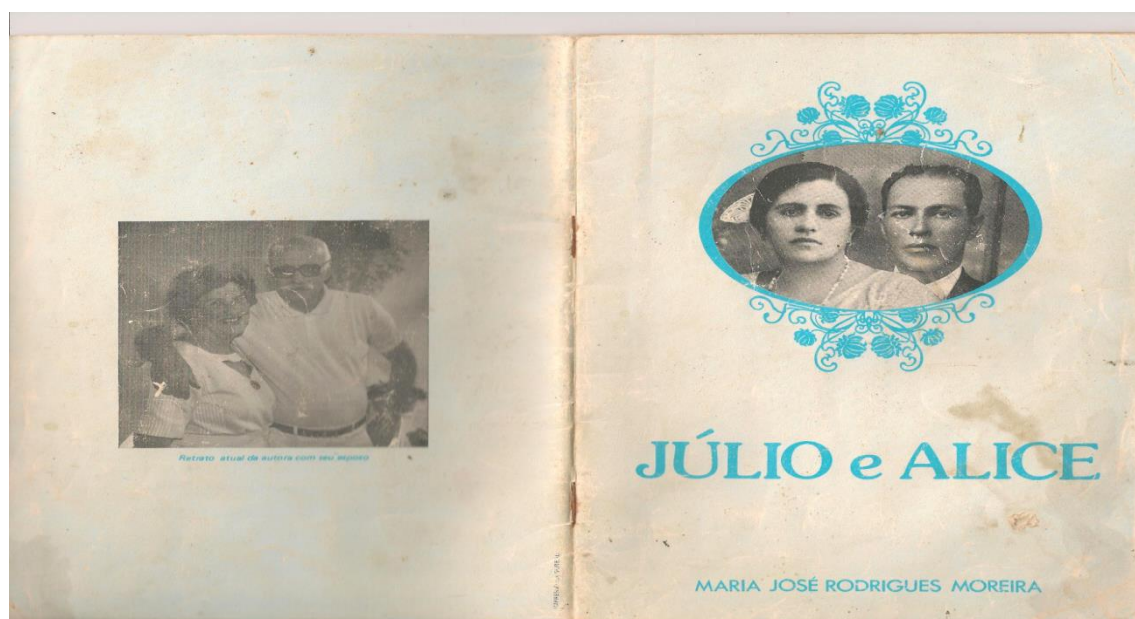


Figura 54 - Livro escrito pela filha de Júlio Rodrigues

Outro parente levado por Júlio para Cumuruxatiba foi **Teodomiro** Rodrigues, também primo de Júlio, que posteriormente se tornou o proprietário da venda em Corumbau, epicentro do episódio conhecido como “fogo de 1951”. Antes do episódio, Teodomiro foi Juiz Distrital de Cumuruxatiba, em 1939, conforme livros do Cartório Civil de Cumuruxatiba (figura abaixo), o que lhe dava autonomia para transações comerciais e de terras no Distrito de Cumuruxatiba.

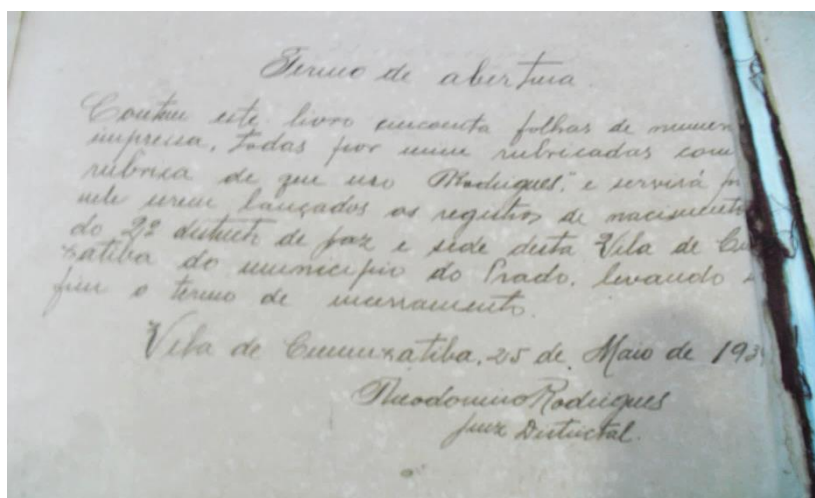


Figura 55 - Foto retirada do Livro do Cartório de Cumuruxatiba em 2007

Júlio, ainda hoje, é citado pelos Pataxó mais velhos como amigo dos índios e lembrado como aquele que, ao deixar a região de Cumuruxatiba, teria deixado para os Pataxó o “Patrimônio dos Índios”, descrito pelos Pataxó como uma extensa área que segue do riacho do Pichane até o rio das Ostras, plantado de coco e dendê.

Eudaldo Rodrigues, por sua vez, é lembrado por Dona Bernarda como aquele que “salvou” sua família, quando atravessaram *“o rio Cahy sem ter para onde ir, quando o homem conhecido por João Sales nos expulsou da terra de meus pais, se dizendo novo dono por ter comprado de Paulo Cruz”*, ele os teria acolhido e oferecido trabalho em troca de comida e um abrigo no barracão. Eudaldo era proprietário de terras na margem direita do rio Cahy⁹⁶, próximo ao Gibura (TI Águas Belas). Dona Bernarda Neves (mãe do cacique Timborana) referia-se a ele como “homem bom, e tinha serraria com os primos e tirava madeira lá para as bandas de Corumbauzinho e do Gibura”.

Importante ressaltar que nem todas as etapas do processo de esbulho e expropriação se deram por meio da violência física ou conflito evidente, como no caso da Bralanda. Foram recorrentes, na região, episódios de esbulho das terras tradicionalmente ocupadas por grupos indígenas, fundadas em relações de confiança e dissimuladas como de “boa-fé”. Documentos comprobatórios de posse por venda de terras (mediante o pagamento de valores irrisórios) foram amplamente utilizados no processo de expropriação de terras indígenas na região. Desprovidas de documentação e sem conhecimento das leis, analfabetas e alheias ao valor monetário da terra, as populações indígenas não dispunham de instrumentos legais para resistir ao avanço dos não-índios sobre suas terras.

Teodomiro Rodrigues, além de atuar como gerente na empresa de exploração de areia monazítica de Julio, possuía uma venda de secos e molhados, tendo permanecido em Cumuruxatiba até 1948. (ENEIDA, 70 anos, 07/12/2009 apud. Silva, Aretusa 2010) Nos anos que se seguiram, dedicou-se ao seu comércio em Corumbau por meio da compra de um local próximo à praia, onde possuía uma pequena porção de terra, algumas cabeças de gado (vinte animais) e comércio.

Segundo a narrativa de Oliveira (Op. Cit.), Teodomiro também foi proprietário de uma serraria, tal como Eudaldo Rodrigues. Além do comércio, abrigava, no local, um ponto da linha de telégrafo que cortava toda a praia, sob os cuidados de Paulo Cruz. Havia, também, pontos em Cumuruxatiba e Caraíva. Em um mesmo espaço, o público (a linha telegráfica) e o privado (o comércio e a serraria) foram integrados pela figura de Teodomiro.

⁹⁶ Registros no Cartório de Imóveis

Conforme demonstrado anteriormente neste relatório, após o ataque ao comércio de Teodomiro, no “Fogo de 51”, os dois homens que induziram a participação dos Pataxó no evento foram perseguidos e mortos por Paulo Cruz.

Houve muita luta, morreram muitos índios, o pessoal que gostava do meu pai, que era da família de meu pai, vieram lá de... Vieram junto com os policiais e mataram muitos índios, muito índio foi morto, defloraram índias, meninas novas, houve perversidade, e não era isso que meu pai queria. Meu pai quando soube, ele já estava morto, porque ele veio morto em uma rede, ele veio como morto, não morreu porque não foi o dia, todo mundo a uma só voz, nunca fez mal a ninguém lá, não roubou de ninguém... Mataram os dois líderes, foram mortos... (Eneida, 70 anos, 07/12/2009).

Paulo Cruz e João Salles são também citados por Dna. Bernarda Pataxó como “aqueles que pegaram na mão de minha mãe Umbelina, para assinar o papel e vender as terras de meu povo”. Eles são sistematicamente lembrados pelos índios mais velhos como aqueles que negociaram as terras da barra do Cahy.

Quem botou nós pro lado de cá foi o finado Daudó (Eudaldo) que mandou apanhar as canoas e botar no porto pra comer e beber... Foi o pai que nós encontramos. Esse menino aí - aponta para Timborana - que era o mais velho, ia pescar, fazia tudo numa canoinha. Ele não tem nada ali - Vitor Dequech - ele destruiu tudo que encontrou o que plantemos. Lá tem cimetério, meu pai fez. (entrevista com Dna. Bernarda - 2007)
Eu tinha 11 anos, agora estou com 53 - era em 1958. Aí tinha um tal Paulo Cruz, que era um homem branco, apareceu aqui com amizade com minha avó Dna Umbelina...todo mundo morava lá. Tios, primos, irmãs... Toda minha família de Pataxó. Apareceu o Paulo Cruz e enrolou minha avó, sempre passava lá para tomar café, e quando foi um dia falou se ela não queria vender. Que ela podia vender que ia ganhar um bom dinheiro. Ela respondeu que não queria vender não. Quando voltou, não sei o que ele fez, tornou a chegar e fala com ela. Naquela época os índios eram pessoas que não tinham cultura, não tinham nada... Quando meio dia os meninos chegou da roça perguntou o que estava acontecendo e o Paulo disse que ela tava vendendo tudo: botou eu como procurador e vocês não tem nada a ver com isso não... Com dois meses apareceu um velho por nome João Sales, dizendo que tinha comprado de Paulo Cruz e tinha pagado uma bolada. Minha avó nunca recebeu nada não... Ele ameaçou, com uma semana estou aqui de volta e vocês saem, ele voltou e tirou nós tudo de lá. (Zé Chico - Timborana 2006)

Documentos do Cartório de Registro de Imóveis de Prado comprovam as informações coletadas nas entrevistas. Consta, na matrícula da Fazenda Boa Vista, que ela teria sido adquirida por **Eulália Sales**, por posse mansa e pacífica, e repassada a Vitor Dequech, conhecido geólogo que trabalhou com Chico Meirelles nas expedições realizadas pelo SPI, na década de 1940, às terras indígenas de Rondônia, em busca de minério. Abaixo, segue a transcrição de dados constantes do Livro 3F, de 1975, do Cartório de Prado:

1975 – 11423 – 13/05

Boa Vista – Vitor Dequech (204ha.25^a.75ca)

limite com Albino de Castro, Oceano Atlântico, Eudaldo Valverde Rodrigues, Macário José de Santana – Registro de imóveis n/ Cartório 7.078 fls. 262 – Livro 3b – 25/11/68 (Incrá nº 326.062.011.584) – área total explorável 180ha. Funrural nº 904.01.010 – matrícula de averbação 2.819 livro 2 – Quem vendeu Eulália Sales (esposa de João Sales)

Matrícula 2.819 – 25/08/78

propriedade denominada “Boa Vista”, situada no córrego do Cahy, zona de Cumuruxatiba, neste município e comarca de Prado, estado da Bahia, medida e demarcada em vias de legitimação, em terrenos do Estado da Bahia, com área de 204ha, limitando-se Albino de Castro, Oceano Atlântico, Eudaldo Valverde Rodrigues, Macário José de Santana (...) - Proprietário Vitor Dequech e sua esposa Geni Angeloni Dequech.

Assim, o processo de esbulho territorial sofrido pelos Pataxó de Cumuruxatiba está, em grande parte, relacionado ao processo de apropriação territorial e articulação política empreendido pela família Rodrigues na região.

Com a saída de Júlio da região na década de 1970, o processo de expropriação territorial passou a ser empreendido com ações de violência explícita, a partir da atuação de dois homens chamados Múcio e Expedito, responsáveis pela expulsão direta dos índios das terras que ocupavam.

Juntos realizaram ações de intensa pressão e ameaças diretas para que as famílias Pataxó, que viviam dispersas na região, vendessem e/ou entregassem suas terras por valores irrisórios. Com isso, se apropriavam de terras, muitas delas repassadas posteriormente para a Bralanda e a Flonilbra. As referências apresentadas pelos Pataxó relacionam Múcio e Expedito como funcionários contratados por essas empresas. Nos livros do Cartório do Prado encontram-se registros sobre a compra de áreas pela Bralanda, em 1974, por exemplo, de terras onde se localizava a Serraria Água Fria.

Empresa conhecida pela utilização de métodos poucos convencionais na retirada de regionais e índios das áreas pretendidas para exploração madeireira, a BRALANDA (Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria) torna-se proprietária de uma vasta área para exploração de madeira.

Proveniente de Nanuque, já carregava desde a década de 1940 um histórico complexo na relação com os regionais em Minas Gerais. Instalada na década de 1970 na região, contava com colaboradores reconhecidos por sua violência, incluindo agentes policiais, e com a conivência de autoridades locais para a realização das ações violentas de expropriação. (Trecho em anexo da entrevista com Deputado Guilherme Menezes (PT), em março de 2005).

No início da década de 70, no município de Porto Seguro, instalou-se a SOCIEDADE ANÔNIMA BRASIL-HOLANDA INDÚSTRIA⁹⁷, no local onde está hoje o Parque Pau Brasil, que àquela época era uma importante reserva da Mata Atlântica, que predominava a pequena propriedade rural com criação de animais e com lavoura de subsistência, ocupada, na origem, por famílias que tomaram a posse de porções daquelas terras ditas devolutas, agregando benfeitorias, dando-lhes valor econômico e, principalmente, função social ao que era, antes, improdutivo.

Após terem as casas incendiadas e as terras invadidas, cerca de 1000 pessoas passaram a viver marginalizadas, perseguidas por policiais, agentes da justiça, e capangas da empresa. Centenas de trabalhadores rurais, homens, mulheres, idosos e crianças, começaram, a partir de 1974, a sobreviverem um estado de não-direito, vítimas de prisões, espancamentos, chegando a dez pessoas assassinadas, além de desaparecimentos. Esses atos cruéis e insidiosos, inspirados na tortura, motivaram inquéritos policiais, que estão arquivados, e ações penais, também paralisadas, anunciando a vitória da violência e da arbitrariedade sobre a justiça.

A BRALANDA, nesta história, foi favorecida com a grilagem de terras pertencentes a cerca de 100 famílias. Explorando a atividade de extração madeireira, ocupou imensas extensões de terra em Porto Seguro, Prado e Mucuri, tendo chegado a praticar o extrativismo predatório em quase 40 mil hectares⁹⁸.

7.3 Contexto fundiário atual

Atualmente, a pecuária, a agricultura, o extrativismo mineral, a pesca e o turismo são as principais atividades econômicas desenvolvidas no município de Prado. Em termos ambientais, Prado possui o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Nordeste, majoritariamente inserido nos limites do Parque Nacional do Descobrimento, bem como restingas, mangues, recifes de corais, além de dispor de grande potencial pesqueiro e de recursos hídricos. Contudo, os remanescentes de Mata Atlântica, bem como mangues, recifes e corais, encontram-se, atualmente, ameaçados pela pressão de atividades econômicas relacionadas ao turismo, à monocultura do eucalipto, às atividades pecuárias e agrícolas que utilizam agrotóxico em sua produção.

Os estudos complementares de natureza fundiária, cadastral e cartorial dos ocupantes não-índios que vivem nos limites da TI Comexatibá foram realizados pelo Grupo Técnico (GT) constituído por meio da Portaria nº 852/PRES/07, com objetivo de realizar “levantamento cadastral dos ocupantes não-índios inseridos na área em estudo denominada TI Comexatibá”⁹⁹.

O GT cadastrou **78 ocupações não-indígenas**, sendo que aproximadamente 50% dos ocupantes cadastrados não residem nos imóveis, ou possuem mais de um imóvel. Ressalte-se que, além dos imóveis cadastrados pelo GT, é necessário considerar **os moradores dos Projetos de Assentamento Reunidas Corumbau, Cumuruxatiba e o grupo familiar ligado ao MST instalado na localidade conhecida como Modelo, onde foi iniciado um projeto de**

⁹⁷ Conforme demonstrado nas partes I, II, IV e V deste RCID

⁹⁸ Conforme já citado em Partes anteriores, pesam sobre a empresa várias ações judiciais.

⁹⁹ Processo de levantamento fundiário nº 08620.000405/2011-13

assentamento que não prosperou. Neste último, foram cadastrados também 21 lotes sem edificações ou plantio significativo, sendo caracterizados como ocupações por estarem cercados.

Os conflitos entre duas entidades de trabalhadores rurais (Fetag, Fetagri), somados à indignação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em decorrência de situações de venda irregular de lotes no PA Cumuruxatiba, constituíram-se como entraves aos trabalhos de campo do GT. Membros do Movimento acamparam à beira da estrada que corta a parte sul da área em estudo (Cumuruxatiba – Prado), impedindo, em diversos momentos, o deslocamento dos membros do GT¹⁰⁰.

Dados do Relatório Fundiário apontam as dificuldades do GT para realizar a coleta de dados na área em estudo. Alguns ocupantes não receberam os técnicos, outros não foram encontrados nas casas, por utilizarem os imóveis apenas para veraneio.

Quanto às sobreposições encontramos o seguinte quadro:

Local	Área	Sobreposição	Percentual
PA Reunidas Corumbau	2.808,7091	853,0906	30,37%*
PA Fazenda Cumuruxatiba	4.485,1393	4.214,1004	93,95%
Parque Nacional do Descobrimento**	22.694,2500	4.454,6854	19,62%

*Outra parte do PA Reunidas Corumbau faz sobreposição com a TI Barra Velha do Monte Pascoal

**No caso da sobreposição com o Parna, será imprescindível a implementação de um Plano de Gestão Compartilhada, com base nas diretrizes da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terra Indígenas (PNGATI), e o fortalecimento da participação dos Pataxó no Conselho Gestor do Parna, conforme já apresentado na Parte V deste RCID. O Plano de Gestão poderá assegurar, por um lado, a preservação ambiental de áreas imprescindíveis ao meio ambiente estável e necessário ao bem estar do Pataxó, por outro, áreas de hot spot de extrema importância para toda a humanidade, afastando do entorno o avanço da monocultura de eucalipto, mamão e a mineração irregular.

7.3.1 Metodologia

A metodologia de trabalho do GT envolveu a realização de uma primeira visita às ocupações inseridas na área de estudo. Uma vez encontrados, os ocupantes (ou seus representantes) foram informados acerca do procedimento demarcatório, ao tempo em que foram entregues cópias da portaria de constituição do GT e foi agendado um retorno para a realização do cadastramento dos imóveis. Essa estratégia se mostrou parcialmente eficaz, pois tudo indica que os zeladores dos

¹⁰⁰Entre 2007 e 2008, o Incra ajuizou 33ações de reintegração de posse onde estão localizadas as edificações construídas em lotes ilegais; O Incra já vistoriou 146 dos 169 lotes do assentamento para regularizar a situação ocupacional. Desse total, 11 ocupantes irregulares já foram notificados e 102 lotes possuem processos administrativos em trâmite que podem resultar em ajuizamento de ações de reintegração de posse;Em maio deste ano, o Incra e a Polícia Federal realizaram ação conjunta, em Curumuxatiba com o objetivo de instruir 42 inquéritos da Polícia Federal, visando apurar a ocupação irregular de lotes;Quanto às ações de combate à venda de lote, desde 2009 o Incra intensificou as ações de combate de venda de lote na Bahia, o que resultou na abertura de 1.500 processos para regularização ocupacional de lotes da autarquia no estado. (<http://www.fetag-ba.org.br/fetag.php?pg=noticia&id=1329>)

imóveis foram majoritariamente orientados pelos proprietários a se recursarem a receber a equipe, prestar informações ou assinar o cadastro dos imóveis.

O levantamento de dados foi norteado pelas normas expressas na Portaria nº 365 do Presidente da Funai, de 18 de maio de 2000, e Instrução Executiva nº 34/DAF/2000, sendo estas baseadas nos critérios da Norma Brasileira para Avaliação de Imóveis Rurais – NBR 8799, de fevereiro de 1985, da *Associação Brasileira de Normas Técnicas* – ABNT.

Os dados pessoais de cada ocupante, bem como as informações cartoriais sobre a ocupação e os dados referentes às benfeitorias cadastradas, foram sistematizados no Laudo de Vistoria (LV). Foi empregado um aparelho Garmin 12, que utiliza o Sistema de Posicionamento Global (GPS), na identificação “in-loco” das áreas das benfeitorias e sede da ocupação, com objetivo de elaboração do mapa fundiário.

Nas ocupações em que obtivemos autorização para adentrar, foram cadastradas todas as benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas existentes, com a descrição das suas características: idade aparente; estado de conservação; área construída ou cultivada; e outros dados relevantes, sendo as informações fornecidas pelo ocupante ou por uma pessoa indicada por este, detentora do conhecimento de todas as benfeitorias do imóvel.

Em atendimento à Instrução Normativa nº 02/2012, os quantitativos e a valoração das benfeitorias não foram averiguados, por tratar-se de fase de cadastramento. Uma vez emitida a Portaria Declaratória, a cargo do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, deverá ser realizado o levantamento fundiário completo, contemplando a avaliação minuciosa das benfeitorias, com vistas a obter dados necessários ao pagamento das indenizações previstas em lei. Assim, as benfeitorias representativas de cada ocupação foram registradas por meio de fotografias, com identificação em forma de placa, constando o número do LV, o nome da Terra Indígena, a identificação do GT e a data da vistoria.

Tabela 9 - Quadro Demonstrativo de Ocupantes

TERRA INDÍGENA COMEXATIBÁ (CAHY/PEQUI)											
MUNICÍPIO: PRADO - BA											
Quadro Demonstrativo de Ocupantes											
Nº DE OR D.	Nº DO LVA	NOME DO OCUPANTE	Nº FLS. DO PRO C.	LOCALIDADE / MUNICÍPIO	NOME DO IMÓVEL	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	RESIDE NO IMÓVEL	TEMPO DE OCUP. (anos)	ÁREA DO IMÓVEL(ha)	Nº FAMILIA	Nº PESSOAS
1	001	Benedita Loures Gomes		Veleiro/Prado	Sem denominação	2	Não	08	0,2344	01	04
2	002	Vilma Araujo Costa		Veleiro/Prado	Sem denominação	2	Sim	15	0,1397	01	05
3	003	Idalina de Souza Santos		Veleiro/Prado	Sem denominação	2	Sim	01	0,0066	01	02
4	004	Igreja Maranata		Veleiro/Prado	Sem denominação	2	Não		0,0466	00	00
5	005	Augusto de tal		Veleiro/Prado	Sem denominação	2	Não		0,1280	00	00
6	006	Divana Rosalina Domingues		Região do Lourinho/Prado	Faz. Nova Alegria		Não			00	00
7	007	Desconhecido		Região do Lourinho/Prado			Não				
8	008	Desconhecido		Região do Lourinho/Prado			Não				
9	009	Lucinha		Região do Lourinho/Prado			Não				
10	010	Alfredo		Região do Lourinho/Prado			Não				
11	011	Conhecido como Nunes		Região do Lourinho/Prado			Não				
12	012	Desconhecido		Região do Lourinho/Prado			Não				
13	013	Vavá		Região do Lourinho/Prado			Não				
14	014	Antônio Alves dos Santos		Região do Lourinho/Prado	Sítio Providência		Não				
15	015	Bernardo Boa Morte Fonseca		Região do Pranchão/Prado	Sítio Santa Clara		Não				
16	016	Alberto Nunes Pereira		Região do come quem leva/Prado	Sem denominação		Não				
17	017	João Loiola		Região do come quem leva/Prado	Sem denominação	2	Sim	27	0,1136	01	01
18	018	Raimundo José Pessoa Saboia		Veleiro/Prado	Faz. Tauá		Sim				
19	019	Renato		Veleiro/Prado			Não		0,0682	00	00
20	020	Francisco Marcelo Angeli		Região do Cahy			Não				
21	021	Ady Ferreira Lopes		Região do Cahy	Sem denominação		Não			01	03
22	022	Joilson Francisco dos Santos		Região do Cahy	Sem denominação	2	Sim	06	22,5000	01	03
23	023	Ednaldo Francisco dos Santos		Região do Cahy	Recanto Feliz	2	Sim	06	9,0000	01	04
24	024	Paulo Nascimento do Santos		Veleiro/Prado	Sem denominação	2	Não	02	0,0240	00	00
25	025	Geraldo Angeli		Região do Cahy	Novo Acordo	2	Sim	23	48,0000	01	04
26	026	Wilson Moreira de Araujo		Praia Veleiro	Faz. Lagoa Doce	2	Não	16	49,0000	01	03

27	027	Viver o Brasil (Ana Catarina) Empreendimento Ltda		Praia Veleiro	Tauana Hotel		Sim				
28	028	Jorge Edvardo Alves de Lima		Zona Corumbau	Faz. Bela Vista		Sim	07	30,0000	02	06
29	029	Dulcinete Batista de Oliveira		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Sítio dos Mong	2	Sim	08	3,1000	02	06
30	030	Desconhecido		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Sem denominação		Não				
31	031	Nelson Brutman		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Sem denominação		Não				
32	032	Desconhecido		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Sem denominação		Não				
33	033	Desconhecido		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Sem denominação		Não				
34	034	Alexandre Perigro		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Sem denominação		Não				
35	035	Cláudio Guanambi		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Sem denominação		Não				
36	036	Luis Romano Polato		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Pousada Rio do Peixe		Não				
37	037	Roberto Nunes		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Sem denominação		Não				
38	038	Gualberto Nunes		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Sem denominação		Não				
39	039	Hans Fritsh		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Pousada É		Não				
40	040	Desconhecido		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Sem denominação		Não				
41	041	Desconhecido		Cumuruxatiba, região das Pousadas	Pousada Mandala		Não				
42	042	Normando Carvalho		Região do Cahy	Faz. Santa Rita						
43	043	Maria da Gloria		Região do Cahy	Faz. Santa Rita						
44	044	Maria Isabela Lemos Moraes		Região do Cahy	Faz. Barra do Cahy						
45	045	Dionisio Malacarne e irmãos		Região do Cahy	Faz Flor do Norte	1	Não	23	750,5000		
46	046	Djalma Galão		Região Antônio de Paula	Faz. Santa Luzia	1	Sim				
47	047	Amarildo Baesso		Cumuruxatiba	Faz. Montes Altos	1					
48	048	Amarildo Baesso		Cumuruxatiba	Faz. Palmeras						
49	049	Clemente Mauricio Gagalhães Seilveira		Região do Cahy	Fazendas "Corumbau, Pirapora e Pontilhada"	1	Não	14	869,0064		
50	050	Ivan Gerardo da F. Portela		Região do Cahy	Faz. Gleba B		Não				
51	051	Andrea Antonioli		Cumuruxatiba	Faz. Portal da Magia		Não				
52	052	Erneston Ary Neugebauer		Região do Camarão	Faz. Embassoaba		Não				

53	053	Anibal Pedreira Brandão		Cumuruxatiba	Sítio Pero Val						
54	054	John Hansen		Cumuruxatiba	Riacho dos Mangues						
55	055	José Carlos Lessa de Moraes		Região da Barreira Branca	Faz. Calambrião	1		02	146,7263		
56	056	Albino Santana Nunes		Região da Barreira Branca	Sítio Nova Esperança						
57	057	Flávio Pompeu		Região da Barreira Branca							
58	058	Miguel Angelo Lemos Santos		Veleiro/Prado	Faz. TajMahal						
59	059	Gessi Conceição		Região Antonio de Paula	Faz. Bela Vista						
60	060	Pedro Pascoalini		Região Antonio de Paulo	Faz. Pascoaline						
61	061	Geraldo		Região do Cahy	Faz. São Paulo						
62	062	Edézio Souza dos Santos		Região Antonio de Paulo	Faz. Cinco Irmãos						
63	063	Orlando Piranha		Região Antonio de Paulo	Faz. São Rafael						
64	064	Eliezer de tal		Veleiro/Prado							
65	065	Alvimar Gonçalves		Região do Parque	Faz. Boa Nova	1	Não	07	638,1900		
66	066	Vanderlino Moschen		Região Antonio de Paula							
67	067	João Belizardo		Região Antonio de Paula							
68	068	Gercino Antonio Bronzon e outros		Região do Parque	Riacho das Pedras	1	Não		120,0000		
69	069	Victor Dequech		Região do Cahy	Boa Vista	1	Não		204,2575		
70	070	Pedro Leoni Demuner		Região Antonio de Paulo	Faz. Planalto		Não				
71	071	Amarildo Baesso		Região Antonio de Paula	Faz. Talismã e Faz. Areia Branca	1	Não	04	207,1700		
72	072	Lúcio Tornezano		Região Antonio de Paula	Faz. Esplanada		Não				
73	073	Amarildo Baesso		Região Antonio de Paula	Faz. Prosperidade e Faz. Lisboa	2	Não	04	449,7744		
74	074	Walmir Conceição Braz		Praia Veleiro	Sítio Bom Jesus						
75	075	JJ		Região do Cahy							
76	076	Ézio Nonato de Oliveira		Assentamento Cumuruxatiba							
77	077	João Fernandes Vieira		Assentamento Cumuruxatiba	Faz. Recanto dos Sonhos						
78	078	Jamil Antônio		Região do Cahy	Faz. Santa Barbara	1	Não	07	239,7040		
Legenda: 01 - Proprietário 02 - Detentor da Posse 03 - Arrendamento										3787,69	

7.3.2 Dados complementares e relativos aos imóveis incidentes na Terra Indígena Comexatibá

- A fazenda Boa Vista, cadastrada como propriedade de Vitor Dequech, foi vendida para Don David Jayanetti recentemente. Vitor Dequech faleceu em 2011.
- O Sr. Flávio Pompéu (laudo 57) faleceu, sendo que a ocupação se mantém com Catarina Pompéu que, em 2008, iniciou a construção de um hotel na área. Sobre esta mesma área pesa, atualmente, um processo de reintegração de posse contra o cacique Zé Chico (Timborana) da aldeia Cahy.
- Na fazenda Japara Grande, cadastrada nos estudos para ampliação do Parna do Descobrimento (nº 30), em nome de Jaci Morande, o GT cadastrou uma ocupação - LV 047, em nome de Amarildo Baesso. Não foi possível verificar se a fazenda foi vendida integral ou parcialmente.
- No decorrer do Processo foi realizado o levantamento dos dados fundiários nas seguintes ocupações: Fazendas Vale do Cahy (19), Santa Rosa (20), Sem nome (21) e parte da Água Branca (18), de posse, respectivamente, de Fabio da Solva, Ronaldo Barbosa, Cel. Alcino e Marlon Amaral.
- Os ocupantes relacionados nos LVs 22 e 23 informaram ao GT a venda da área a outro proprietário local, Djalma Galão.
- Entre os anos de 2010 e 2013, cientes da realização dos estudos de identificação, diversos ocupantes colocaram à venda suas ocupações. Neste período a CTL de Itamarajú recebeu registros de que o Sr. Djalma Galão, conhecido como Dedê Galão, estaria comprando essas ocupações.
- Na fazenda Barra do Caí, de propriedade, à época, de Maria Isabela Moraes, foi verificada a existência de um casario antigo, uma pequena pista de pouso e projeto próprio para turismo ecológico e equitação, além de uma pequena capela que compõe do Museu Aberto do Descobrimento, onde consta um livro de pedra contendo as inscrições do primeiro contato entre índios e portugueses.
- Almeida Neto registra também que:

Daí em diante até o rio Imbassuaba temos proprietários de várias fazendas que mantém suas sedes como residências de veraneio. Identificamos que a propriedade de J. J. é a única que não possui residência construída, e que as propriedades dos senhores Jonh Hansen, José Carlos Lessa, a Gringa, Ernesto e Dr. Aníbal Brandão tem casas na parte próxima a praia. Logo depois do Imbassuabam especificamente na Ponta do Moreira,

temos a fazenda Portal da Magia, área recém-adquirida por Stefano Orsi¹⁰¹, o qual pretende implantar um empreendimento turístico de grande relevância.

Por fim, esclarecemos que foram cadastrados os ocupantes de toda área em estudo, ressaltando que a proposta de delimitação é definida após a conclusão e aprovação técnica dos estudos de natureza etnohistórica, antropológica, cartográfica, fundiária e ambiental, o que torna possível que alguns ocupantes cadastrados não estejam inseridos na proposta final de delimitação da TI. Outrossim, de acordo com o Decreto 1775/96, qualquer interessado pode oferecer contestação administrativa ao presente porcedimento no prazo regulamentar.

7.3.3 Projeto de Assentamento Cumuruxatiba

Como já descrito acima, não foi possível realizar o levantamento dos ocupantes do PA Cumuruxatiba, tendo em vista a situação de conflito, incluindo ameaças dirigidas aos membros do GT, decorrente de disputa territorial instalada na região.

Segundo dados do Incra, havia dentro do assentamento conflitos entre representantes da FETAG e do MST. Assim, o Incra indicou representante para compor o GT e forneceu a relação dos 273 beneficiários cadastrados na distribuição dos lotes na década de 1980. Todavia, diante de denúncias de venda irregular de lotes, o Incra abriu procedimento administrativo para apurar os possíveis ilícitos.

Em 2012, foi firmado compromisso entre a Funai e o Incra, na Câmara de Conciliação e Arbitragem (CCAF/AGU), para que o levantamento ocupacional do PA Fazenda Cumuruxatiba – BA fosse concluído e disponibilizado para a Funai, com o objetivo de subsidiar o presente estudo de identificação e delimitação da TI Comexatibá.

As vistorias foram realizadas em 05 (cinco) etapas diferentes, entre junho de 2012 e junho de 2013. O Relatório Final resultado do levantamento *in loco* e a análise dos dados foram encaminhados à Funai, por meio da Câmara de Conciliação, em agosto de 2013. Abaixo transcrevemos partes do Relatório que consideramos conter dados relevantes para os estudos de identificação:

Identificação do Projeto de Assentamento

Projeto de Assentamento Fazenda Cumuruxatiba

Município Prado-BA

Código do projeto BA0027000

Data de Criação 12/05/1987

Processo de criação 4127000821877

Capacidade de Famílias* 125 (Portaria N°00364/87) 169 (Resolução N°07/2001)

¹⁰¹ Empresário presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Indústria e Agricultura de São Paulo, fundada em 1902 por banqueiros, comerciantes e industriais italianos com a finalidade de estreitar relações comerciais com as empresas brasileiras.

De acordo com a certidão de inteiro teor do cartório de registro de imóveis de Prado, no imóvel Fazenda Cumuruxatiba não há averbação à margem da matrícula, de área de Reserva Legal, conforme estabelecido na lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, vigente à época da criação do Projeto de Assentamento. Segundo alguns assentados, o projeto ocupacional previu a destinação de lotes exclusivos para constituição da Reserva Legal do Assentamento, a existência de Planta de parcelamento, acostada ao processo de consolidação do assentamento Nº 54160002608/01-54 e fornecida à equipe de vistoria pelo serviço de cartografia do INCRA, com numeração de lotes duplicados, diferenciados unicamente pela letra “A”, reforça essa tese dos assentados de que havia um lote para exploração e outro para RL. Exemplo: lote 01 e lote 01 A. Todavia, esses lotes de reserva, pelo fato de estarem afastados da unidade agrícola correspondente e dificultar ao parceiro fiscalizar as duas áreas, acabaram sendo ocupados indevidamente por terceiros, muitos deles, posteriormente, acabaram sendo selecionados, cadastrados, assentados e em alguns casos até titulados pelo INCRA.

Em 1993, o INCRA, através de relatório técnico elaborado por servidor desta autarquia, já tinha conhecimento de que havia sido identificadas mais de 30 parcelas consideradas de reserva legal ocupadas indevidamente por terceiros. Em 2004, através do processo de sindicância investigativa Nº54160.002192/2003-36, o signatário do referido relatório sugeriu nas considerações finais a comunicação formal aos órgãos ambientais sobre o flagrante descumprimento da legislação ambiental no P.A Cumuruxatiba.

Tendo em vista a inexistência da averbação da área Reserva Legal e de documentos oficiais do INCRA que tratem do projeto de parcelamento no assentamento, a questão ambiental particularizada no lote, fica difícil de ser abordada sobre o aspecto da RL. Destarte, para adequação do projeto de assentamento nesse aspecto, faz-se mister um estudo exclusivo para esse fim, verificando-se o tipo de intervenção mais adequado à sua regularização. Nesse sentido, a realização do licenciamento ambiental do assentamento, pendente até o presente momento, é o caminho mais indicado para sua regularização do ponto de vista ambiental.

A Localização do Projeto de Assentamento em local de forte apelo turístico, com parte de sua área divisando com belíssimas praias e um litoral de falésias de rara ocorrência na Bahia e no Brasil, torna-se uma tentação constante aos assentados, que são assediados frequentemente pelos comerciantes do setor imobiliário, sobretudo naqueles lotes situados na porção leste da propriedade. Aliado a essa questão, que cristalinamente se mostra como motivadora da não permanência do público da reforma agrária nos lotes, outro aspecto muito importante a ser considerado é a predominância de solos distróficos no assentamento, que pelo seu caráter de baixo potencial nutricional, exige tecnologia e investimentos em adubos químicos, prática um tanto quanto desfavorável ao público da reforma agrária e agricultura familiar.

*Não foi feito estudo nesse sentido, pois não era o propósito do trabalho, **mas nota-se que boa parte das famílias beneficiárias que permanecem no lote tem um outro tipo de renda de atividade não agrícola e pecuária, o que permite sua manutenção na área.** A aposentadoria de um membro da família tem um papel importante nesse sentido. Outro ponto que cabe destacar é a suposta existência de acordos duradouros entre beneficiários e compradores de lotes sem perfil de reforma agrária. Em vários momentos, pessoas que pediam para não serem identificadas relataram à equipe que beneficiários haviam negociado suas áreas, mas mantinham vínculo com o lote na qualidade de preposto. O mesmo ocorre para ocupantes irregulares com suposto perfil de reforma agrária que, segundo esses denunciante, seriam também prepostos de pessoas que agem como reconcentradores de terras da reforma agrária. Para o INCRA apurar a verdade*

nesses casos é muito difícil, somente uma investigação policial com auxílio de servidores desta Autarquia seria capaz de fazê-lo.

7.3.4 PA Reunidas Corumbau

Em outubro de 1996, o Incra declarou como de interesse social para fins de reforma agrária parte do espólio de Arthur Fontes Mascarenhas, conhecida como Fazendas Reunidas Corumbau. Em abril de 1997, foi efetuada a imissão de posse e iniciada a implementação de um novo projeto de assentamento no entorno do Monte Pascoal, tendo sido assentadas 94 (noventa e quatro) famílias em agosto do mesmo ano (INCRA 1998).

Em um contexto de articulação dos povos indígenas da região, o PA foi considerado pelos Pataxó de Corumbauzinho como uma nova intrusão na TI e, em agosto de 1998, 25 famílias Pataxó ocuparam 25 lotes do PA Corumbau. Conforme informado pelos Pataxó, os sem-terra abandonaram os lotes em acordo com as lideranças indígenas e na esperança de conseguirem lotes melhores em outros assentamentos, tendo em vista as condições desfavoráveis da região para implementação de atividades agrícolas.

Em atendimento à legislação vigente, o GT realizou reuniões em diferentes etapas do trabalho de campo, sendo que uma delas ocorreu no PA Reunidas Corumbau, junto às famílias assentadas, com objetivo de esclarecer, aos beneficiários do assentamento, os princípios legais norteadores do procedimento demarcatório de terras indígenas, bem como a amplitude da área de estudo, sobre a qual incide o PA Corumbau¹⁰².

Conforme consta do Relatório Fundiário elaborado a partir dos estudos complementares de 2007, os assentados do PA foram orientados pelo Movimento Sem Terra (MST) a não fornecer informações ao GT, entretanto, o representante da CEPLAC de Itamarajú - BA, Jorge Saraiva Castro Sobrinho, informou a existência de 30 famílias residentes no PA Reunida Corumbau. Importante ressaltar que, majoritariamente (71%), as áreas destinadas a este assentamento estão inseridas nos limites TI Barra Velha do Monte Pascoal.

Já o Relatório de Atividades apresentado pelo Incra, a partir do “levantamento de dados referentes às famílias que permanecem assentadas no PA Reunidas Corumbau, bem como as condições de preservação ambiental do referido Projeto”, de 20/11/2013, conforme Anexo 2, descreve que o referido PA, criado em 13/06/1997, está inscrito SIPRA com o Código BA0111000, com área de 2.741,0402.

¹⁰² Parte do PA Reunidas Corumbau foi ocupada pelos Pataxó de Barra Velha entre 1999 e 2002, e incide na TI Barra Velha do Monte Pascoal (delimitada).

A capacidade é para receber 92 famílias, mas apenas 32 permanecem assentadas, sendo que 25 famílias residem na sede da vila e 7 em lotes próximos à agrovila.

Consta no Relatório as potencialidades do PA e que os atendimento de saúde e educação são precários. Na sequência há um relato do conflito entre assentados e indígenas, desde 1998, quando parte do PA foi retomado pelos Pataxó de Barra Velha (Aldeias Águas Belas, Corumbauzinho e Craveiro). Por fim verificamos um quadro completo com a descrição da situação de cada beneficiário do PA.

7.3.5 PA Modelo

Tendo em vista que os ocupantes do PA não forneceram dados ao GT, estima-se a ocupação de 18 famílias na área, ressaltando que sua regularização não foi concluída.

7.3.6 Lotes/ocupações sem edificações

O GT cadastrou 21 lotes em que não havia edificações, apesar de cercados, o que caracteriza a existência de ocupação. Ressaltamos, aqui, que a região do Extremo Sul da Bahia possui um desenvolvimento turístico acentuado, o que fomenta a aquisição de lotes para especulação imobiliária ou posterior construção de benfeitorias voltadas para o veraneio.

Nesses casos não foi possível identificar os ocupantes, o que norteou a coleta de dados por meio de fotografia e registro das coordenadas geográficas dos lotes.

7.3.7 Região de pousadas

Considerando que a área em estudo está inserida em uma região de grande especulação imobiliária e pressão turística, ao longo da orla em toda a região próxima a Cumuruxatiba, nota-se a existência de pousadas de pequeno e médio porte. Todavia, a maior parte localiza-se na área urbana da Vila.

Durante a realização das primeiras etapas de campo dos estudos de identificação e delimitação da TI, em 2007, não foi constatada a existência de hotéis ou pousadas nos limites da terra indígena. Um dos fatores inibidores para a construção desses empreendimentos estaria relacionado com a existência do PA Cumuruxatiba, que cerca Cumuruxatiba, contendo a expansão da Vila.

Cabe lembrar, que apesar de ser verificada histórica dos Pataxó na vila de Cumuruxatiba, ela não foi inserida na proposta por não apresentar as mesmas características no regime de ocupação. Na vila verificamos um regime de apropriação privada, diferente da coletiva que é verificada nas aldeias.

Ressalte-se que, apesar da restrição legal, a expansão dessa categoria de empreendimentos, as Pousadas, acontece de forma velada, mas rápida, seja pela venda irregular dos lotes ou pelo parcelamento dos mesmos para criação de condomínios e casas de veraneio, ou ainda para construção de pousadas. Alguns exemplos foram registrados ao longo das etapas de campo do GT, sendo que, durante a etapa de cadastramento do levantamento fundiário, já havia, no entorno da Vila, pousadas construídas e em fase final de construção¹⁰³.

Essa região localiza-se ao norte da Vila, entre a ponta do Moreira e o rio do Peixe, moradia antiga e atual dos Pataxó e local de coleta de sementes, plantas medicinais e pesca. O local foi ocupado pela família da Sra. Zabelê entre a década de 1960 e 1980, quando dali foram expulsos.

Este mesmo local, antes de seu cercamento pelos pousadeiros, em 2009, era utilizado livremente pelos Pataxó, principalmente para mariscagem nos recifes e pedrais. Indígenas da aldeia Cahy o utilizavam, da mesma forma, para pescar e coletar frutos e sementes para artesanato por ser “lugar de índio”, conforme citado não apenas pelos Pataxó, mas também pelo Príncipe Alemão Wied (1815-1816) e outros viajantes e cronistas que visitaram a região. Atualmente, cercas, pousadas, casas de veraneio, piquetes e mourões de madeira dificultam e, eventualmente, inviabilizam o acesso dos Pataxó ao local¹⁰⁴.

O GT verificou que as novas construções, além de estarem localizadas nos limites do PA Cumuruxatiba, avançam em áreas de preservação ambiental. Envoltas de matas e falésias, as construções de alvenaria foram construídas na beira da praia, ou seja, no limite da preamar, não havendo, entre as construções e o mar, mais do que 20 metros de distância.

Frente ao principal fator de desenvolvimento que é o Turismo, salientamos que o mesmo poderá se tornar também a principal característica de degradação ambiental. Dado esta

¹⁰³ Potencializar essa multiplicidade de aspectos, transformando-os em elementos capazes de melhorar a qualidade de vida da população local, respeitando o ambiente natural, ampliará em muito as perspectivas regionais (PLANARQ, 1996). No entanto, alguns loteamentos e empreendimentos turísticos vêm sendo implantados em áreas consideradas de preservação permanente (restingas, manguezais, etc.), sem respeitar as leis ambientais, comprometendo estes ecossistemas pela pressão imobiliária. Basta ver o caso do distrito de Curumuxatiba, onde loteamentos para pousadas de luxo estão sendo realizados em área de restinga. (Diagnóstico Sócio-econômico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento – Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia/Terra Viva. 2004)

¹⁰⁴ Em 17 de janeiro de 2011 o Ministério Público Estadual e a RESEX Corumbau promoveram uma audiência pública para discutir o acesso às praias de Cumuruxatiba, distrito do município de Prado-BA. A audiência é resultado de diversas ações das comunidades da RESEX, assim como ações fiscalizatórias do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e IBAMA. “O encontro reuniu cerca de 70 participantes e atendeu a uma reivindicação antiga dos moradores do local que denunciam o bloqueio do acesso a determinadas praias da região por parte de grandes proprietários. Dificuldades de acesso às praias do Moreira, Japara Grande e Barra do Cahy foram as três principais denúncias relatadas pela comunidade e discutidas durante a audiência. Os responsáveis pelas propriedades instaladas nestas localidades – Andrea Borguesi, Lucas Lessa e Don David Jayanetti, respectivamente – compareceram à reunião e responderam aos questionamentos levantados por pescadores, representantes de associações comunitárias e demais lideranças de Cumuruxatiba”. (<http://mapesbahia.wordpress.com/noticias/>)

potencialidade turística observamos que “a galinha dos ovos de ouro” pode se tornar o “calcanhar de aquiles” afirma Pires (2002) que a “massificação” do turismo gera grandes problemas, dentre os quais salientamos: expropriação e ocupação vilenta do território por parte das forças e agentes turísticos, especulação imobiliária, descaracterização dos bens culturais, segregação étnica, poluição e destruição do meio ambiente, desvio de comportamento e prostituição de mulheres e adolescentes, expulsão e marginalização das populações locais entre outros. (Relatório Situacional – Corumbau ao rio das Ostras, Prado/BA – Associação para preservação Polo do Descobrimento. 2008; pp:27)

Os estudos fundiários contabilizaram 13 imóveis caracterizados como pousadas, cadastrados nos Laudos de Vistorias nº 29 até o nº 41. Conforme registrado no Relatório Fundiário, como os trabalhos de campo foram realizados em período de baixa temporada, as ocupações estavam sempre vazias e os poucos ocupantes localizados se recusaram a fornecer qualquer tipo de informação.

Ressalte-se que os dados relativos aos estudos de natureza fundiária certamente sofreram, ao longo dos anos, alterações que podem representar, atualmente, mudanças no padrão de ocupação.

Na porção norte da terra indígena, onde se localizam as fazendas de maior porte, verificamos, em 2012, durante a última etapa de trabalho de campo realizada pelo GT, que algumas propriedades, anteriormente utilizadas como residência ou para produção agrícola, passaram a funcionar como hotéis e restaurantes.

Verificamos, assim, que alguns loteamentos e empreendimentos turísticos vêm sendo implantados em áreas consideradas de preservação permanente (restingas, manguezais etc.), desrespeitando as leis ambientais e comprometendo estes ecossistemas pela pressão imobiliária.

Almeida Neto (2008), em seu trabalho de campo para elaboração do Relatório Situacional, encomendado pela Associação Polo do Descobrimento, também constata um “crescimento vertiginoso” no número de pousadas na Vila, com “fluxo de 300 veículos diários, chegando a uma população flutuante de 3000 habitantes, especificamente nos meses de janeiro e fevereiro”.

Os impactos ambientais negativos decorrentes da ocupação urbana desordenada têm reflexos sobre a atividade turística, comprometendo-a, na medida em que degrada os recursos naturais e o patrimônio histórico e cultural, atrativo principal desta região. Os ecossistemas costeiros têm sido submetidos a pressões que ultrapassam os limites das suas potencialidades de regeneração.

7.3.8 Fazendas

Conforme apresentamos anteriormente, nos casos em que não foi possível localizar o ocupante, a entrevista se deu com os encarregados dos imóveis, na tentativa de obter contatos por telefone. No entanto, na maioria das situações, o GT se deparou com situações em que a orientação

dos proprietários implicou que nenhuma informação fosse repassada aos técnicos responsáveis pelo estudo.

Nas porções norte e noroeste da Terra Indígena, verificamos uma maior concentração de terras. Segundo o cruzamento dos dados do GT de identificação da terra indígena e aqueles apresentados nos Estudos para ampliação do Parque do Descobrimento, a região é caracterizada pelo predomínio numérico de propriedades com até 100 ha (74,4%), tomando, porém, apenas 16,03% da área. Essa participação configura um quadro de alto grau de concentração de terras, já que os estabelecimentos rurais com área entre 100 e 10.000 ha ocupam 79% da superfície e os estabelecimentos com mais de 10.000 ha tomam apenas 4,58%¹⁰⁵.

Constatou-se, ainda, que a reforma agrária pode ser vista como uma das variáveis que tem impedido a expansão da concentração de terras no entorno do PND. Nessa área, ao passo em que há propriedades rurais de 1600 ha a 800 ha, há vários “sítios” da reforma agrária com lotes de 22 ha a 27 ha. Entretanto, no entorno do PND foi denunciada a “venda” de terras destinadas à reforma agrária para médios produtores, conforme observado nos assentamentos de Curumuxatiba e de Riacho das Ostras. (Levantamento ocupacional do PA Cumuruxatiba)

No que se refere à ocupação das terras nas localidades das fazendas de maior porte, o predomínio das paisagens é de pastagens e, em seguida, de florestas.

Os principais produtos agrícolas produzidos na região são: mamão, mandioca, feijão, milho, urucum, coco e outras frutas que vêm sendo cultivadas por meio da implantação dos Sistemas Agro-florestais (Safs), particularmente voltados à produção de graviola, pitanga, caju e urucum, que já concedem às propriedades rurais uma produção anual de 180 toneladas (Relatório PDA/2000 da ONG Terra Viva). Esta prática, no entanto, não tem ainda um nível de adesão que permita um destaque regional da prática agrícola voltada para a pequena propriedade familiar.

Por sua vez, a cultura do eucalipto vem se expandindo consideravelmente no entorno do PND, onde o plantio ocupa extensão superior a 1.000 ha. As maiores áreas de plantio estão concentradas em grandes propriedades, mas pode ser observada a sua expansão em pequenas propriedades localizadas em áreas destinadas à reforma agrária, como no caso do assentamento de Curumuxatiba.

¹⁰⁵Tomou-se por base as zonas fisiográficas (tabela 4) e as microrregiões homogêneas do Extremo Sul da Bahia (tabela 5) para a visualização do índice de Gini, com foco no entorno do PND. Comparada às demais regiões do estado, a região sul apresenta reduzido valor deste índice até 1960 (0,57). Já nos períodos consecutivos, de 1970, 1975, 1980 e 1985, os índices de Gini sobem na região interioriana (0,62; 0,63; 0,72; e 0,71, respectivamente) e na litorânea (0,64; 0,68; 0,76; e 0,78, respectivamente). Estes índices refletem a gradativa aquisição de terras por grandes proprietários rurais junto aos pequenos agricultores na região, diante do declínio do setor madeireiro.

Entre os financiamentos para a produção realizados no entorno do PND, destacam-se aqueles liberados pelo Banco do Nordeste, destinados às áreas de Reforma Agrária, para o plantio de pastagens, criação de gado bovino, culturas de mandioca, coco e pimenta-do-reino.

7.4 Mapa Fundiário

Como resultado dos trabalhos de campo do GT constituído com objetivo de levantar dados fundiários, um mapa foi gerado a partir da plotagem das coordenadas relativas às ocupações não-indígenas localizadas nos limites da TI Comexatibá. Os pontos foram marcados com o aparelho Garmin 12, que utiliza o Sistema de Posicionamento Global / GPS, e inseridos através do programa de computação AUTOCAD.

O cruzamento das informações contidas nos mapas elaborados pelo GT, Levantamento do Incra e estudos para ampliação do Parna do Descobrimento permite verificar que a concentração das ocupações no perímetro da TI Comexatibá está em áreas mais próximas às Vilas de Cumuruxatiba e Veleiro, incluindo o PA Cumuruxatiba.

Nas áreas mais distantes verificamos superfícies extensas tomadas por pasto e eucalipto, o que não se configura como uma característica comum à presença de pequenos agricultores, conforme detalhado nos estudos de ampliação do Parque do Descobrimento.

7.5 Levantamento Cartorial

Em atendimento às determinações da Portaria 14/MJ/1996, durante os trabalhos de campo do GT de estudos complementares de caráter fundiário, foram realizadas pesquisas no Cartório de Registro de Imóveis do município de Prado, com objetivo de subsidiar a equipe do levantamento fundiário com informações detalhadas acerca da natureza das ocupações, buscando a identificação de eventuais títulos de posse e/ou domínio das propriedades, para fins de pagamento de indenizações.

Um dos entraves para a realização dessa atividade foi a precariedade do material disponibilizado pelo cartório, além das dificuldades relacionadas à indisponibilidade dos dados completos dos ocupantes ou das ocupações, conforme solicitado. Mesmo diante de tais adversidades, foram verificadas situações de transmissão de posse e registros que clarificam a característica das ocupações e da forma como as terras, nessa região, foram apropriadas por pessoas advindas de outras regiões do país ou de outros países.

Entretanto, a disponibilização dos dados, pelo cartório, foi suspensa ao quinto dia de pesquisa, ao tempo em que nos foi solicitada uma ordem judicial para a continuidade da pesquisa.

Assim como descrito pelo antropólogo José Luis Caetano da Silva, que realizou pesquisa para a Política de Desenvolvimento Urbano de Prado, durante nossa pesquisa cartorial obtivemos informação de que não mais se estavam emitindo novos registros, dada a situação de sobreposição de títulos e registros.

Numa pequena sala cerca de trinta livros estavam empilhados os cinco mais antigos num avançado grau de decomposição. Tem-se no cartório de Prado, pelo menos, 150 anos de registros fundiários de toda a região. O juiz foi extremamente solícito em auxiliar na pesquisa sobre a situação fundiária das áreas entre Cumuruxatiba, Cahy e Corumbau. Apesar disso duvidou da possibilidade de se realizar tal intento pela complicada situação do registro de imóveis. (Caetano da Silva, 2008; pp: 226)

Verificou-se que alguns dos ocupantes atuais não estão formalmente relacionados ao registro de suas posses, posto que diversas vendas são realizadas sem registro de transferência, o que recrudesceu após a suspensão dos registros. Diversas ocupações não possuem registro algum e, em muitos casos analisados, as áreas registradas foram acrescidas por expansão sobre terras devolutas, grilagem ou por aquisição de novas propriedades.

Alguns livros, a exemplo do de número 84, que condensa informações de sucessão possessória de fazendas no Corumbau, Comuruxatiba e Cahy, de transferências realizadas entre 1984 e 1989, demonstram uma eficácia insatisfatória dos registros de imóveis em Prado.

Nos documentos entre os anos 1984 e 1985 não foram encontrados quaisquer registros de imóveis urbanos no Distrito de Cumuruxatiba. No caso dos imóveis rurais, apesar da existência de alguns registros, verificamos indefinição quanto às áreas, que são medidas ora em ares, ora em tarefas, ora em hectares ou alqueires.

Outro dado relevante consiste no fato de que, entre 27 imóveis registrados, 26 caracterizam-se como de pequeno porte, sendo que apenas uma propriedade se aproximava da extensão de trezentos hectares. No geral a maioria regularizou uma cessão ou venda de pequenas parcelas de grandes propriedades, recortadas em áreas devolutas do estado.

Essa condição sugere uma estratégia para legitimação da posse caracterizada como “ocupação primária” ou “posse mansa e pacífica”. As porções de terra nessas condições são registradas e, posteriormente, agrupadas e transferidas para um novo proprietário. Num dos casos estas transferências foram registradas todas num mesmo dia, entre os feriados de Natal e Ano Novo de 1984.

No caso de reunião de propriedades, venda e revenda delas todas num mesmo dia citado acima numa das áreas a vendedora é registrada tendo o estado civil “viúva” no lugar do sobrenome não há registro do nome de seu marido, note-se que, como a maior parte dos

registros analisados, este registrava a venda de 13ha de “terras devolutas do estado” sem nenhum registro anterior a 1984, no mesmo dia a área é registrada com um novo nome onde se afirma que está “em vias de se legalizar...”, no mesmo dia, ainda, ela é reunida a outras áreas, das quais não se cita registro algum e ganha o terceiro registro e nome do dia. Por fim esta propriedade é revendida ganhando o seu quarto registro e nome; passando a ter então uma cadeia sucessória construída num só dia. (Caetano Silva, 2008; pp: 227-228).

Ressalte-se, por fim, que as condições em que foram encontrados os registros refletem grandes diferenças entre as áreas que foram formalmente registradas e aquelas hoje cercadas por ocupantes.

Quando finalmente cruzamos as fontes históricas, a bibliografia, a memória oral dos indígenas e não-indígenas, os dados de campo e informações cartoriais, concluímos que a expropriação territorial contra os Pataxó se deu de forma contínua ao longo dos séculos e de diferentes formas, se alterando principalmente em função dos atores e da política indigenista oficial. Nos primeiros séculos, com a chegada dos colonizadores portugueses, temos as tentativas de aldeamento culminando em verdadeira caçadas, chamadas de “guerra justa”. No final do século XIX, temos a curiosidade e o medo do colonizador frente ao “bravo” Pataxó, conquistar seu território seria então pela via do poder bélico.

No início do século XX, a tentativa de “proteger” passava pelo “amansamento” e redução de seu território tradicional para liberá-lo aos novos ocupantes. Neste processo são encurralados em pequenas porções de seu território, muitas vezes se vendo na necessidade de fugir para as matas e outras de descer para o litoral. A visão do índio como mão de obra é retomada e seu território novamente reduzido. O esbulho velado aparece quando o sistema de compadrio entre índios e “brancos” passa ser uma forma de transformar a terra que ainda está na posse dos indígenas como “meias” na produção agrícola, ou como empregados em suas próprias terras. Até culminar na década de 1970 do século XX, momento em que é retomado o processo de esbulho violento, quando os indígenas são expulsos de suas terras para dar lugar a novos projetos econômicos.

Os projetos governamentais, como os dos Assentamentos do Incra, que em algum momento, passam a ser a “última tábua” de salvação, em conjunto com os “sem-terra”, se mostram distante de sua territorialidade, frustrando ainda mais as expectativas de recuperação de parte de suas terras tradicionais. Acabam por criar amarras dolorosas e distantes do “ser Pataxó”.

Os registros cartoriais acabam por confirmar que as estratégias de expropriação das áreas ainda habitadas pelos Pataxó, entre 1950 e 1980, passam pelo uso de artifícios políticos, como o domínio dos cartórios locais. Outra forma é a difusão do estereótipo do “índio preguiçoso” sem aptidão para o trabalho, colocando-o novamante à margem da sociedade local.

Neste sentido, a presente proposta de delimitação da TI Comexatibá visa justamente subsidiar o reconhecimento do direito dos Pataxó à posse plena no conjunto das áreas que ocupam de modo tradicional, ao longo dos séculos, e que apresentam as condições necessárias à sua reprodução enquanto coletividade culturalmente diferenciada.

8. Parte VII – Conclusão e Delimitação

Conclui-se com o descrito ao longo deste relatório, que o processo histórico de ocupação do território pelos Pataxó não envolveu apenas a construção de habitações e locais de produção, mas um complexo modo de habitar, onde formas específicas de produção de lugares e de mobilidade estão inseridas em redes de sociabilidade extensas. Tais redes podem ser vistas como fruto de uma “experiência integrada” no território, conjugando parentesco, economia, política e condições ecológicas na forma de viver.

A proposta de delimitação da Terra Indígena Comexatibá consiste em uma totalidade do ponto de vista ambiental, histórico e social, reunindo um determinado conjunto de atributos físicos e simbólicos distribuídos no interior de uma superfície territorial identificada como necessária e suficiente à manutenção da forma de vida específico de um grupo culturalmente diferenciado, cujo direito de posse é de natureza originária, congênita, não se confundindo com a posse civilista.

Os séculos de esbulho e confinamento territorial vividos pelos Pataxó foram marcados por processos dolorosos de ocultamento indenitário, mas que não foram capazes de apagar as marcas de uma identidade diferenciada e a manutenção de sua forma tradicional de habitar e ocupar os espaços, bem como de construir lugares de referência, por meio de estratégias diversas de resistência. Esse processo histórico revelou um território estruturado em rede, que conecta diferentes pontos e áreas espacialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si.

Um território interligado por rios, trilhas e lugares, entre a mata e a costa, amplamente habitado ao longo dos séculos e conectados por uma extensa rede social.

Para os coletivos Pataxó, as espacialidades nos rios, florestas, flora e fauna são consideradas como especiais, possuindo a qualificação de sagradas ou espiritualmente sacralizadas, enquanto outras porções territoriais não podem ser conhecidas, visitadas, pois constituem usurpação do espaço, devido à existência de espíritos que trazem maus presságios para o indivíduo e o coletivo.

Os Pataxó não concebem, pela sua percepção, uma espacialidade concreta e moldada esquematicamente como a nossa concepção de mundo, mas são dotados de uma percepção profunda do espaço, devido à experiência adquirida e pelos ensinamentos de ancestralidade.

Podemos inferir que para os Pataxó este é um processo histórico construído por inúmeros desafios e lutas, configurando as relações espaciais, em que a representação social indígena é a representação da própria vida com seu sentido de experiências adquiridas com a compreensão da realidade social a partir do seu universo cosmogônico e das manifestações contidas nas narrativas de representações míticas como deuses, iaras, curupiras, caiporas, entre outros, com distintas interpretações e significados

O grupo mantém como demonstramos, uma dinâmica no território, articulando mobilidade com processos múltiplos de produzir lugares (com menor ou maior grau de sedentarização) nas aldeias, nos sítios ou nas cidades. Privilegia uma dinâmica que articula a constituição de habitações próximas à praia e mais ao interior nas áreas agriculturáveis, de preferência nas margens dos rios. Entre estes lugares opera uma mobilidade extensiva e intensiva, motivada por fatores econômicos ancorados em relações sociais e econômicas de diversos tipos (venda de força de trabalho, venda de produtos agrícolas e artesanais, trocas, visitas e dádivas etc.). Ainda, os lugares são marcados, persistindo ao longo da história com a inscrição na paisagem dos nomes dos antigos, revelando uma genealogia na paisagem.

Os Pataxó de Comexatibá apresentam uma classificação bem detalhada do ambiente em que vivem, o que envolve conhecimentos íntimos sobre a topografia, os solos, a hidrografia e a vegetação que conformam a paisagem, onde todos os ambientes são frutos da socialização entre humanos, não-humanos e sobre-humanos, compreendendo uma cosmologia em que boa parte dos organismos tem algum papel ou agência criadora, participando ativamente da vida cotidiana do grupo, seja nas atividades produtivas, de lazer ou ritual.

O processo histórico de habitar – se movimentando pelo território, seja pela violência colonial ou por uma forma tradicional – e a experiência prática adquirida por muitos Pataxó estão impressos na memória ecológica, dando corpo a um conhecimento detalhado sobre as espécies que com eles se relacionam. Tal conhecimento é fruto tanto da prática como do interesse em conhecer.

Os estudos técnicos demonstraram, por meio do presente relatório, que os Pataxó de Comexatibá, apesar do esbulho territorial renitente por parte da sociedade envolvente e confinados a pequenas porções de seu território, mantiveram habitação permanente sobre as terras que histórica e tradicionalmente ocupam, revelando o caráter especialíssimo e indissolúvel da relação com seu território tradicional.

Ressaltamos que as porções de terra a que foram confinados os Pataxó de Comexatibá atualmente, restringem-se a diminutas áreas conformadas pelos limites das fazendas e do PND. A conformação atual das aldeias reforça uma intensificação do uso do solo e um significativo “empobrecimento” das práticas produtivas, ao mesmo tempo em que não oferta ou possibilita o acesso à biodiversidade e aos recursos hídricos com a qualidade e quantidade suficientes ao bem estar coletivo. Tais “ilhas” formadas pelas aldeias são pressionadas pelos persistentes impactos e conflitos socioambientais tanto em seu interior como em seu entorno, entrando em conflito com outras modalidades de regularização fundiária. Desse modo, a delimitação da TI Comexatibá busca ampliar as possibilidades de uso do território, as condições de sustentabilidade e a melhoria da segurança e do bem-estar do grupo indígena.

A proposta aqui descrita tem como objetivo fundamental o reconhecimento dos direitos territoriais dos Pataxó sobre as terras que tradicionalmente ocupam, a que denominam Terra Indígena Comexatibá. Localizada distrito de Cumuruxatiba, no município de Prado, extremo sul baiano, a TI contempla, em conformidade com o Art. 231 da Constituição Federal de 1988, i) as áreas habitadas pelo grupo em caráter permanente, ii) as utilizadas para realização das atividades produtivas, iii) as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar do grupo e iv) as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, por meio da seguinte delimitação:

Limite Leste: No sentido Norte-Sul temos uma extensão de orla marítima de aproximadamente 26km, que inicia no limite sul da TI Barra Velha do Monte Pascoal, próximo a um local denominado pelos indígenas de “Bunda da Nega”, Champrão e a norte do rio Salgado, se estendendo até o riacho das Ostras ao Sul, no sentido de Prado. Toda a extensão faz limite com a RESEX Corumbau, que não adentra para faixa de terra.

Tradicionalmente os Pataxó utilizam essa porção da terra para pesca marítima, fazendo parte inclusive da Associação de Pescadores da RESEX, para pesca nas desembocaduras dos rios, pesca nos arrecifes, para coleta de mariscos ao longo dos mangues, e coleta de sementes para confecção de artesanato, como a salsa.

O uso desse trecho para as atividades sociais e econômicas dos Pataxó são atualmente fragmentados pelos diversos impactos e conflitos identificados, principalmente o cercamento das terras litorâneas que impedem o acesso às áreas imprescindíveis as atividades produtivas dos Pataxó.

A agricultura na área, quando realizada, é de ciclo curto (1 ano), com plantas que se adaptam melhor a solos arenosos. Devido a predominância de mussunungas e espaços altamente desgastados pelo pastoreio, os solos na área costeira são menos adequados para a agricultura tradicional. Subsiste, ainda, o acesso a sítios e áreas de antigos, a manutenção das condições de prática do agroextrativismo nos diversos ambientes, da pesca, da mariscagem e da agricultura em algumas ilhas de solos adequados.

Ressalte-se que a vila de Cumuruxatiba não está inserida nos limites da TI, conforme descrito na Parte V, haja vista o histórico de relações positivas e a importância da vila para a economia dos Pataxó. Mas, principalmente pela forma de apropriação individual, como propriedade privada, que ao longo do tempo os Pataxó foram concebendo à Vila.

Do perímetro entre a orla e o PND, no sentido oeste, temos que grande parte da área apresenta condições favoráveis para projetos de reflorestamento de espécies da Mata Atlântica nas margens dos rios, que de um lado recuperaria ambientalmente a região e por outro incrementaria o uso para coleta e beneficiamento de produtos do extrativismo, como aroeira ou mangabas, como já vem sendo

realizado em pequena escala. Também apresenta condições muito favoráveis para iniciativas de turismo ecológico nos diversos pontos do litoral.

Limite Norte/Noroeste: limítrofe à TI Barra Velha do Monte Pascoal, ela se estende a oeste passando pelos córregos Águas Vermelhas e Gibura, seguindo um pouco para sudoeste, percorre-se por uma estrada municipal, passando próximo a Aldeia Alegria Nova, até alcançar a aldeia Monte Dourado. Cabe esclarecer que a delimitação faz limite com o PA Três Irmãos, mas não há qualquer sobreposição com este. É nesta região que encontramos os principais pontos de terra preta, necessárias a implantação de novas roças. Contudo, tendo em vista o desgaste do solo, pela abertura de pastagens desde a década de 1990, será necessário um planejamento para recuperação das cabeceiras dos principais rios que abastecem o rio Cahy.

Esta região possui muitos “sítios dos antigos, vários destes já destruídos pelas pastagens e práticas agrícolas convencionais das fazendas. É uma área de interflúvio de diversos rios e córregos muito importantes, como o Cahy, o Gibura e o do Sul, local onde várias lideranças atuais nasceram, são relevantes tanto para pesca (mesmo estes corpos d'água estando extremamente assoreados e com suas margens desmatadas) como para obtenção de água, conforme descrito nas Partes IV e V.

Corresponde também a uma área de circulação intensa de indígenas entre as aldeias de Comexatibá e Barra Velha do Monte Pascoal, bem como as vilas costeiras, distritos (Guarani) e os municípios (Itamarajú).

Nela encontramos fragmentos de florestas (algumas RPPNs), interligadas ao Parque, mas fora de seus limites. Algumas dessas matas estão melhor preservadas do que outras dentro do próprio Parque, haja vista a consideração de *hot spots* de conservação da biodiversidade. Áreas além de necessárias a reprodução física e cultural, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar do grupo.

São terras de boa fertilidade para o desenvolvimento sustentável das atuais e futuras gerações: predominância de *terra preta com barro amarelo e manchas de barro vermelho* nas margens de alguns rios, considerados os melhores para a agricultura em geral na região, constituindo-se de extrema importância também por possuir condições de fertilidade adequada dos solos e tamanho apropriado para a agricultura. Representa a possibilidade de manutenção da lógica/circuito praia-interior e o sistema de trocas e reciprocidades inter-comunitárias, garantindo caminhos e condições produtivas em redes, sem que haja impactos maiores aos ecossistemas florestais.

Possibilita, ainda, a realização de projetos na área agroflorestal e agroecológica, bem como um planejamento ou zoneamento de áreas para reflorestamento das margens dos rios e em conexão com fragmentos das TIs Águas Belas e Barra Velha do Monte Pascoal.

Ressaltamos sua relevância para a construção de um novo contexto para a relação entre os Pataxó e o ICMBio, tendo em vista a gestão das florestas do entorno, abrindo espaço para a criação de uma área voltada para a preservação de recursos naturais, com o pleno uso das matas pelos indígenas para coleta e extrativismo, além da proteção contra o desmatamento e das nascentes dos rios. Para tal, deverá ser implementado um Plano de Gestão compartilhado, levando em consideração a importância da preservação ambiental e o modo de vida dos Pataxó, conforme gestada a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI.

Importante frisar que esta região é considerada estratégica por biólogos para fomentar a conexão, através de um corredor ecológico que permita o fluxo gênico, entre o Parque Nacional do Descobrimento e o Parque Nacional Monte Pascoal.

Limite Oeste/Sudoeste: Se estende no sentido norte-sul pela faixa de sobreposição com o Parque Nacional do Descobrimento, incluindo algumas das mais importantes nascentes de rios que abastecem a TI Comexatibá. Essa é uma região de extrema importância ambiental e mítica ao Pataxó. Nelas estão muitas aldeias antigas e as novas como Tibá, Caí e Pequi. Seguindo no sentido sul alcançamos o rio das Ostras.

Por ser uma área que já foi explorada no passado pela empresa Bralanda, essa área merece cuidados especiais de recuperação ambiental com vegetação própria da Mata Atlântica. É também uma região de grande volume de caça, contudo, sendo essa uma área de dupla afetação, deverá ser de extrema importância que no plano de gestão sejam contempladas ações voltadas para o manejo sustentável de espécies.

Atualmente, temos nessa porção da terra (hoje limite do PND), a principal concentração de represamento dos rios e córregos, e boa parte desta se deve não só às estradas, mas aos cultivos irrigados de frutas, principalmente mamão. A zona é alvo do desmatamento e da aplicação de agrotóxico, o que compromete recursos ambientais indispensáveis à segurança e bem-estar do grupo indígena por meio da contaminação dos cursos d'água, bem como a existência da mineração de caulim.

Temos na região central da terra indígena, na região das aldeias Caí, Pequi e Tibá, uma região de extrema importância aos Pataxó, por ser a ligação entre a Vila e a mata, entre os lugares novos e antigos, entre o mítico e o histórico.

Contempla a área onde se localizam, hoje, as aldeias Cahy, Tibá e Pequi, com áreas de capoeiras utilizadas pelas mesmas e alguns sítios antigos. A proposta abrange uma pequena área de mata secundária situada ao leste do parque e numa de suas pontas a sudoeste, representando os ambientes que conformam lugares de vivência indígena, onde mantém agricultura de subsistências

(mandioca, feijão, abóbora, melancia etc.). Há também uma extensa área de coleta de aroerinha, de extrema importância para a economia Pataxó.

Por serem as primeiras aldeias reocupadas nos limites do Parque, são lugares de encontros e festas do povo Pataxó. Constitui-se como área de habitação ancestral e contempla uma pequena parcela de mata (inserida nos limites hoje sob domínio do PND), que garante o acesso à floresta para usos de baixo impacto (coleta de sementes, fibras, resíduos de madeira, medicinais), para rituais e para a circulação de pessoas entre as aldeias.

Contempla uma área de conciliação dos direitos indígena e ambiental num contexto histórico e atual de extrema complexidade socioambiental, por meio de um papel ativo das populações locais na conservação biológica, assim como do reconhecimento da importância do saber tradicional.

Diante do exposto, reiteramos que procedimento administrativo de identificação e delimitação da TI Comexatibá foi conduzido em perfeita conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de assegurar ao povo indígena Pataxó, que ocupa tradicionalmente a área em pauta, as condições necessárias à sua reprodução física e cultural.

Portanto, com base nos estudos técnicos realizados por equipe qualificada e na legislação vigente no Brasil, a proposta de delimitação da TI Comexatibá apresenta superfície aproximada de **28.077,3010 ha** (vinte e oito mil, setenta e sete hectares, trinta ares e dez centiares), e perímetro: **129,0 km** (cento e vinte e nove quilômetros aproximadamente), conforme mapa e memorial descritivo apresentados a seguir, onde encontramos composições de áreas e biomas diversos, tradicionalmente ocupados e imprescindíveis à manutenção e integridade física e cultural da população Pataxó de Comexatibá.

Esclarecemos que as áreas de sobreposições, conforme quadro abaixo são:

Local	Área	Sobreposição	Percentual
PA Reunidas Corumbau	2.808,7091	853,0906	30,37%
PA Fazenda Cumuruxatiba	4.485,1393	4.214,1004	93,95%
Parque Nacional do Descobrimento	22.694,2500	4.454,6854	19,62%

Leila Silvia Burger Sotto-Maior
Antropóloga

Sara Braga i Gaia
Antropóloga

Bibliografia consultada

Batista, Maria Geovanda 2003 “Nos Rizomas da Alegria Vamos Todos Hãmiya- As múltiplas relações entre o brincar o corpo e o território implicados na rede das práticas poéticas e sociocultural Pataxó Dissertação de mestrado de educação em pesquisa UNEB e UQCC/Canadá.

_____. 2009 O Processo de etnogênese dos Pataxó de Cumuruxatiba no município de Prado - BA

Bartolomé, Miguel Alberto 2006. “As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político”.

Caetano da Silva, José Luís (2008). “A territorialização Pataxó Meridional em torno do Monte Pascoal” Tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis. Vitória da Conquista: AGOSTINHO DA SILVA, Pedro Manuel, et alli. Núcleo de Estudos em Comunicação, Culturas e Sociedades. NECCSs - Edições UESB. 2008, 500p.

Cancela, Francisco E.T. 2006 “Caso da Vila do Prado: Uma barreira para os perigos do Sertão ou um território de ressocialização?”

_____. 2012. “De Projeto a Processo Colonial: Índios, Colonos e Autoridades Régias na Colonização Reformista da Antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)”. Salvador (BA). Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História

Carvalho, Maria Rosário G. de 1977 “Os Pataxó de Barra Velha. Seu subsistema econômico” Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas/UFBA, dissertação de mestrado inédita.

Cordeiro, Paulo Henrique Chaves 2004 “Diagnóstico da Avifauna dos Remanescentes Florestais do entorno do Parque Nacional do Descobrimento” (IBAMA)

Copobianco, João Paulo R. 2004 “Um pouco sobre a mata atlântica”. Introdução do livro Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza. o desafio das sobreposições. São Paulo, Instituto Socioambiental.

Costa, Sandra Dias. 1999 “Informação Técnica nº 81 – 99 – 4ª CCR” Análise técnica de documentos que tratam da invasão do PNMP por índios Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe.

Cunha, Cláudio Alberto Gusmão – 2000 “O atual regime jurídico das terras indígenas” – UFBA – mestrado em direito econômico. Salvador.

Cunha, Manuela Carneiro da (org). 1992 “Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)”. SP: Ed. Da Universidade de São Paulo.

Di Ciommo, Regina Célia. 2003 “Contradições da conservação, algumas questões de gênero nas reservas extrativistas marinhas” UFSCAR.

_____. 2006 “Gênero, Etno-conhecimento e Meio Ambiente” ST 31 – Artigo - UFSCAR

Delson, Roberta Marx 2007 “Novas Vilas para o Brasil colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII”. Brasília ALVA-CIORD, 1997

Duprat Deborah. 2006 “Terras indígenas e o judiciário” Povos Indígenas no Brasil 2001/2005 Instituto Sócioambiental Terras Indígenas Demarcação e exploração de recursos naturais.

Emmerich, Charlotte & Ruth Monserrat. 1975. Sobre os Aimores, Krens e Botocudos

Geertz, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Editora Afiliada, 1989

Grossi, G. Ici nous sommes tout parents, Fêtes et rituels chez les Pataxó du Mont Pascal. These de Doctorad, Paris, EHESS, 2004.

ISA 2004 (vários autores) “Os Pataxó e o Monte Pascoal” In F. Ricardo (org.) Terras Indígenas e Unidades de Conservação: o desafio das sobreposições. São Paulo, Instituto Socioambiental.

Ivo, Isnara Pereira. 2005 “A conquista do sertão da Bahia no Século XVIII: Mediação cultural e aventura de um preto forro no Império Português. XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, Londrina - PR.

Kauss, Vera Lúcia Teixeira. 2009 “ Literatura Indígena: O resgate da oralidade ancestral na escrita polifônica do presente. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades Volume VIII Número XXIX Abr-Jun 2009 (UNIGRANRIO)

Leite, Serafim, 1938. História da Companhia de Jesus no Brasil: Lisboa; Livraria Portugália – RJ, Civilização Brasileira (Século XVI – O Estabelecimento)

Little, Paul E. 2002. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. Brasília: UnB. Série Antropologia nº 322. 32p

Leonardos, Othon Henry. 1970 “Geociências no Brasil: a contribuição britânica”. Rio de Janeiro: Forum Editora, 1970

Loukotka, Chestmír. 1939. A língua dos Patachós. Revista do Arquivo Municipal, vol. 55, p. 5-15. São Paulo: Departamento de Cultura Biblioteca Digital Curt Nimuendaju (<http://biblio.etnolinguistica.org>) - “A língua dos Pataxó” Do manuscrito checo do autor traduzido pelo Sr. V. K. Slezak – Revista Del Instituto de Etnologia t. II, p.21-47 – Tucumam 1931)

Monteiro, John Manuel. Tupi, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 8. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>

Muniz Barreto, Domingos Alves Branco Plano sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a Capitania da Bahia com uma breve notícia da missão entre os índios feita pelos proscritos jesuítas. RIHGB, v. 19, 1856, pp. 33-98. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>.

Oliveira, Cornélio Vieira de 1985 “Barra Velha. O último refúgio”

Otoni, Teófilo Benedito. “Noticia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Otoni ao Senhor Dr. Joaquim Manuel de Macedo”. RIHGB, 1858, p. 181. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>.

Paraíso, Maria Hilda Baqueiro 1992 “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX” *Revista de Antropologia*, v. 35.

_____. 1994 “Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni: povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão” *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP*, no. 4.

_____. 1998 “O tempo da dor e do trabalho. A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste” Programa de Pós-Graduação em História Social/USP, tese de doutorado inédita. (Neste Relatório, foi utilizado o compilado disponibilizado pela autora.)

_____. “O sul da Província da Bahia na ótica dos viajantes do século XIX entre 1815 e 1820” mimeo

_____. 1982 “Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia. Dissertação” (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1982. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/spip.php?article384>.

Predes, Ianê de Albuquerque 2001 PATAXÓ: MEMÓRIA, DESENHO E HISTÓRIA Lisboa: Livros Horizonte (Anais do V Encontro Anpuhba)

Rocha, Sérgio Brandt 1992 *O Parque Nacional de Monte Pascoal e os Pataxó* MMA/IBAMA.

Sampaio, José Augusto Laranjeiras 1996 “Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal” . In: Espírito Santo, Marco Antônio do (org.) Política Indigenista: Leste e Nordeste brasileiros. Brasília: FUNAI, 2000.

Saint-Hilaire, A – (1975) “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”. Ed. Itatiaia, BH; EDUSP, SP.

Sampaio, José Augusto Laranjeiras 1996 “Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal”

Sant’anna, Antonio Genilton 2009. Cluster Madeireiro: o Eucalipto, a Celulose e o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia- DoCuMentoS téCniCo-CiEntífiCoS Revista Econômica do Nordeste - Volume 40 | Nº 04 | Outubro -Dezembro

Santos, Luciene Cândida da Silva 2003 “Implantação da linha de distribuição Prado/Caraíva e conflitos sócioambientais”. Dissertação de Mestrado defendida no CDS/UNB. Brasília 2003

Santos, Paulo Coelho Mesquita 2009 “O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineração, negócio e publicações”. Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e História de Ciências da Terra.

Silva, Aretuza da Cruz 2010 “O massacre de 1951 e a Resistência dos Pataxó Meridionais” Monografia apresentada ao Colegiado de História do Departamento de Educação/Campus X da Universidade do Estado da Bahia–UNEB como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em História.

Silva, Moreira da Silva 2012 “Papel de índio: políticas indigenistas nas províncias de Minas Gerais e Bahia na primeira metade dos oitocentos (1808-1845)” São João del-Rei - Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Sotto-Maior, Leila S. B. 2005 “Diagnóstico das TIs Barra Velha e Corumbauzinho” Relatório do Levantamento de Campo da Situação Fundiária das TIs do Extremo Sul da Bahia, CGID/DAF/FUNAI.

SOUZA, Telma Miriam Moreira. Entre a cruz e o trabalho: a exploração de mão-de-obra indígena no sul da Bahia (1845-1875). Op. Cit., p. 51

Tempesta, Giovana e Sotto-Maior, Leila – 2005 “Relatório de fundamentação antropológica da revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha, CGID/DAF/FUNAI.

Timmers, Jean François & Maia, Milene “A questão do Monte Pascoal: elementos para a busca de uma solução concreta”.

Timmers, Jean François 2004 “ Respeitar a vida e o ser humano: a preservação do meio ambiente com e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade”. In: F. Ricardo (org.) Terras Indígenas e Unidades de Conservação: o desafio das sobreposições. São Paulo, Instituto

Socioambiental.

_____ 2005 “Comércio de Madeira no Extremo-Sul da Bahia: Avaliação de Impacto Sobre os Remanescentes de Mata Atlântica na Região do PARNA Monte Pascoal” – In: Relatório de Consultoria a Secretaria de Biodiversidade Florestas – MMA

Urban, G. A A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: M.C. Cunha (org.), História dos Índios no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992

Valle, Cláudia Netto do. 2000 “Sou brasileiro, baiano, pataxó” Tese (Doutorado) – Ciências Sociais (Antropologia) / PUC-SP.

Valle, Cláudia N. do 2001 “Txopai Itohã: mito fundador pataxó” *Acta Scientiarum* 23 (1): 61-68.

Vianna, Fernando L.B. – 2004. “Razão indigenista e razão conservacionista desafiadas no sul da Bahia”. In: *Terras Indígenas & Unidades de Conservação – O Desafio das Sobreposições* – ISA – São Paulo

Vidal, Lux (coord.) 1983 “O índio e a cidadania” Comissão Pró-Índio. São Paulo. Ed. Brasiliense

Wied Neuwied, Príncipe Maximiliano de 1940 (1989) *Viagem ao Brasil* Companhia São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, Editora Nacional.

Processos administrativos:

Processo FUNAI/BSB/2556/82: Identificação e Delimitação da Terra Indígena Barra Velha, localizada no município de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Processo FUNAI/BSB/2556/82 vol. 2º.: Identificação e Delimitação da Terra Indígena Barra Velha, localizada no município de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Processo FUNAI/BSB/2630/95: Expedição de portaria declaratória em conformidade com o Decreto no. 22/91, para a TI Águas Belas, localizada no município de Prado, estado da Bahia.

Processo FUNAI/BSB/0425/99: Identificação e delimitação da TI Corumbauzinho, localizado no município de Prado, estado da Bahia.

Processo FUNAI/BSB/08620.015374/2014-48: **Identificação e Delimitação** da Terra Indígena Comexatibá no município do Prado, estado da Bahia

Processo FUNAI/BSB/000405/2011-13 – **Regularização Fundiária**

Processo FUNAI/BSB/08620.000928/2011-60 - Povo Pataxó - Terras Indígenas Barra Velha do Monte Pascoal e Cahy Pequi - **Controvérsia jurídica** entre FUNAI, IBAMA, INCRA, referente Unidades de Conservação, Projetos de assentamento.

Sites na Internet

Areia Monazita - <http://www.guaraparivirtual.com.br>

BRALANDA – Coluna de Paulo Henrique, 01 de dezembro de 2003, www.atlanticanews.com.br

Documentos históricos

Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro – 1846. *Itinerário da Viagem que fez por terras da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do Príncipe Regente, em 1808, o Desembargador Luiz Thomaz de Navarro* (Manuscrito inédito, oferecido ao Instituto pelo seu sócio correspondente Francisco Adolpho de Varnhagen).

Inventário Cultural Pataxó 2011. “Tradições do Povo Pataxó do Extremo sul da Bahia” - Projeto “Promoção da Cultura Pataxó para o Etnodesenvolvimento” Instituto Tribos Jovens - Iane Rodrigues